POVOAMENTO, HEGEMONIA E DECLÍNIO DE GOIANA



Ângelo Jordão, filho

ÂNGELO JORDÃO, filho
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Pernambuco - Membro do Inst. Arq. Hist. e Geog. Pernambucano - Membro da Gr; Ben; Loj; Maçônica Fraternidade e Progresso de Goiana

POVOAMENTO, HEGEMONIA E DECLÍNIO DE GOIANA

(Com prefácio do goianense Desembargador Luiz Marinho)

RECIFE — PERNAMBUCO

1977



Retrato do autor, aos oitenta anos, colocado entre sua esposa e um dos seus doze filhos, médico e professor, residente no Rio de Janeiro.

Algumas obras já publicadas pelo autor

1952 — Os Magistrados Estaduais não estão sujeitos ao pagamento do Imposto de Renda.

1955 — A eficiência da Justiça Eleitoral na realização da Democracia Brasileira.

1956 — Jurisprudência — Fonte Criadora do Direito. (Premiada pela Associação dos Magistrados de Pernambuco).

1957 — A Reparação do Dano Moral no Direito Brasileiro — (Premiada pela Associação dos Magistrados de Pernambuco).

1957 — Influência Portuguesa na Defesa de Pernambuco contra os Holandeses. (Premiada pelo Gabinete Português de Leitura).

1958 — Do Lícito ao Ilícito no Direito Civil Brasileiro (Premiada pela Faculdade de Direito do Recife com o prêmio Paula Batista).

1961 — A Influência de Frei Caneca na Confederação do Equador.

1966 — O Senador Manuel Borba (Palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco pelo primeiro centenário do nascimento do ilustre pernambucano).

1973 — Os Cem Anos da Maçonaria de Goiana (Palestra proferida a convite da Ben:. Loj:. Fraternidade e Progresso).

D E D I C A T Ó R I A

Aos meus eminentes e doutos amigos:

Dr. Barbosa Lima Sobrinho,
Dr. Etelvino Lins de Albuquerque,
General Cordeiro de Farias,
Dr. Mauro Mota,
Dr. José Antônio Gonsalves de Melo,
Dr. Nilo Pereira,

ofereço, dedico e consagro este meu modesto trabalho — "Povoação, Hegemonia e Declínio de Goiana", minha terra natal, como afirmativa da alta estima e elevada consideração que lhes dedico.

Recife, 1 de junho de 1976.

Ângelo Jordão, filho.

EM MEMÓRIA

Em memória dos meus ilustres e jamais esquecidos amigos:

Dr. Sérgio Loreto,
Dr. Agamenon Magalhães,
Dr. Mário Melo,
Industrial Jader de Andrade,
Dr. Aníbal Fernandes,
Dr. Múcio Leão,
Monsenhor Silvino Guedes,
Dr. Cândido Duarte,

como demonstração de que os homens passam mas perduram o bem que fizeram, sua estima, sua lealdade na memória dos que ficaram.

Recife, 1 de junho de 1976.

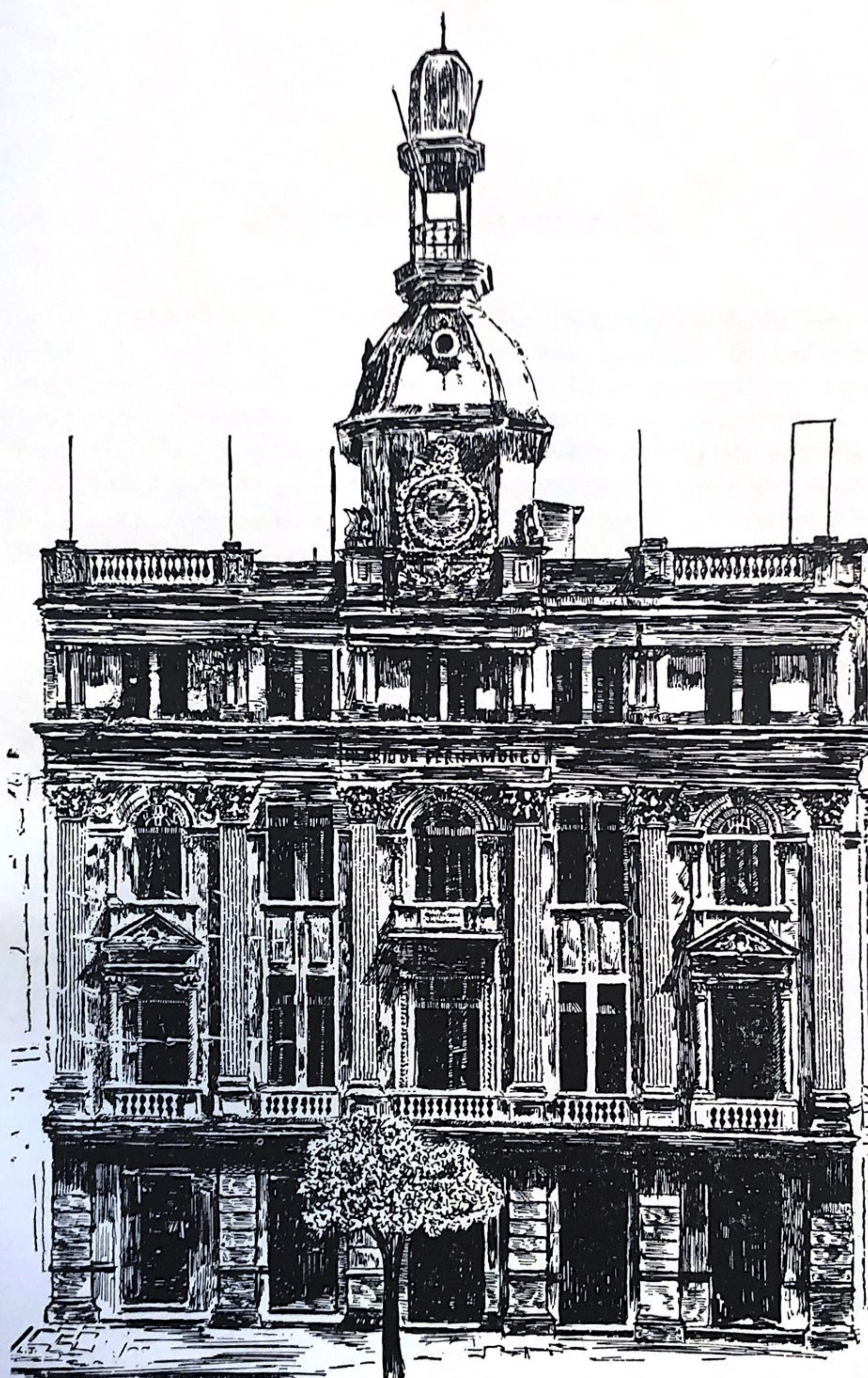
Ângelo Jordão, filho.

HOMENAGEM ESPECIAL

Como homenagem especial à minha querida terra natal, farei o lançamento público, de modo gratuito, na sede da Banda Musical Saboeira, sob o patrocínio da Gr; Ben; Loj; Maçônica Fraternidade e Progresso, em homenagem também à Banda Musical Curica, da qual nunca me esqueci, não obstante ser um "saboeira" de quatro costados, mas ambas sempre alegraram minha infância e minha mocidade, quando ensaiavam à noite ou saíam desfilando pela cidade.

Recife, fevereiro de 1977.

Ângelo Jordão, filho.



Homenagem do autor ao "Diário de Pernambuco" na passagem do seu Sesquicentenário.

UMA REVISÃO HISTÓRICA

Com a monografia "Povoamento, Hegemonia e Declínio de Goiana", Ângelo Jordão, filho enriquece o elenco de trabalhos que vem escrevendo ao redor de temas da nossa história regional, desde o ensaio "Influência portuguesa na defesa de Pernambuco contra o domínio holandês", com o qual conquistou o primeiro lugar no concurso instituído pelo Gabinete Português de Leitura por ocasião do tricentenário da Restauração Pernambucana.

Seguiram-se-lhe outros não menos marcantes, como "Influência de Frei Caneca na Confederação do Equador", que integra a série de cadernos do Instituto de Ciências Políticas e Sociais, obra a justo título considerada pelo respectivo prefaciador, Sr. Gláucio Veiga, uma das mais perfeitas sinopses da Revolução de 1824.

Afora vários escritos menores, mas de não reduzido valor, quais "O Senador Manuel Borba" e "Os cem anos da Maçonaria de Goiana", que, com os demais de sua lavra no terreno da pesquisa histórica, lhe conferem situação de relevo entre os ocupantes das ilustres poltronas do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, a que pertence.

Da mesma maneira que os estudos "Jurisprudência, fonte criadora do Direito" e "A reparação do dano moral no Direito brasileiro", em pura e arejada doutrina abeberados, lhe granjearam brilhante nomeada como jurista.

É ele — fique dito de corrida — um historiador que não deforma a verdade histórica ao sabor de suas idéias, interesses ou preconceitos, inamovível ao pé da exatidão dos fatos, no que pese aos partidários da subjetividade do conhecimento

histórico, para quem a "objetividade desse conhecimento contém sempre uma dose de subjetividade" (Adam Schaff); aos que fazem uma história mais interpretação que informação.

Quando, em data recente, festejou a cidade de Goiana o IV centenário do seu povoamento, Ângelo Jordão, filho — goianense como o signatário, ora investido MALGRÉ LUI do árduo e honroso papel de padrinho deste livro — não se conformou com duas conclusões a que chegaram pesquisadores da história do glorioso burgo de Nunes Machado, a saber, a de ter sido Diogo Dias o iniciador do seu povoamento e a de que foi o engenho Japomim, dado por berço da velha e lendária cidade, construído na sesmaria doada por João Gonçalves, em nome de D. Jerônima de Albuquerque e Sousa, então proprietária da capitania de Itamaracá, ao pretendido povoador. Temperamento combativo, não se conteve que logo não se insurgisse contra as erronias, "desautorizadas por documentos irrecusáveis", embargando-as antes que passassem em julgado; até porque, conforme observava há pouco o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, a história se tece "muito mais da repetição do que da criação fundada em pesquisas novas e esforçadas".

Daí o artigo-protesto que a respeito publicou no "Diário de Pernambuco", edição de 1.3.1973. Não lhe satisfez, porém, esta só reação. Foi além o campeador. Levando arma à cara, fez fogo: disparou os tiros certeiros com que pôs por terra a inverdade histórica.

Essa, a gênese da nova monografia de Jordão. É um livro polêmico. Aliás, ao paladar do autor sempre soube bem a polêmica. Tanto quanto ao do lusíada Camilo Castelo Branco, ou ao do nosso compatriota Carlos de Laet. O gosto da polêmica fá-lo andar, ao longo de sua carreira intelectual, envolvido em acirradas controvérsias. Todos recordamos a que travou com Mário Melo, ao propósito da mutilação do topônimo Itambé. O adversário, também contumaz na polêmica, não era homem de entregar facilmente os pontos. Quando o provocavam, ou ele próprio provocava, ia às do Cabo. No caso, entretanto, se me é lícito opinar em assunto em que sou laico, não levou a melhor.

Outros aspectos, feita abstração do polêmico, o livro nos apresenta, sob os quais merece, principalmente, apreciado. É um estudo crítico, numa síntese límpida e magistral, da colo-

nização portuguesa no Brasil, realizado com erudição nada vulgar e severa imparcialidade. Arrola e esclarece, preliminarmente, os fatos aqui verificados após o descobrimento e que intimaram a necessidade do povoamento do nosso solo. Trata em seguida da divisão do Brasil em capitanias hereditárias, para entrar na matéria relativa à capitania de Itamaracá (onde se iniciou a povoação Capibaribe, chamada posteriormente Goiana), seu desastroso governo inaugural, mercê da morte trágica do donatário Pero Lopes de Sousa, quando ainda não tomara nenhuma providência no sentido do povoamento dos lotes de terra a ele confiados, povoamento, aliás, por que — sustenta — nunca se interessara. Aborda, afinal, o ponto nevrálgico, isto é, as teses acima indicadas, que consubstanciam as conclusões centrais do livro, das quais a fundamental é a de que Goiana carece de data certa a lhe assinalar os primórdios, meramente simbólica e arbitrária se mostrando a que é apontada, a qual pode, apenas, evocar o sacrifício de Diogo Dias às mãos do gentio, enquanto ignoramos a verdadeira data do início da fundação da vetusta e heróica cidade.

Lógica e irretorquível é a argumentação de que se utiliza Jordão, filho, fluindo toda ela em linguagem simples e accessível, sem deixar de ser artística, numa confirmação em termos hábeis da assertiva de Michelet, secundada por Ernesto Renan, de que a história é tanto uma obra de ciência quanto uma obra de arte.

Para a nossa literatura histórica bom foi o terem ocorrido os equívocos denunciados por Ângelo Jordão, filho; porquanto propiciou ao lúcido historiógrafo goianense, antes que outro o fizesse, escrever os primeiros capítulos da história de sua terra de nascimento, história tão opulenta em episódios de repercussão nacional, a exemplo da expulsão do tiranete Luís do Rego do governo de Pernambuco, com o que, anteriormente à independência geral, se emancipou do jugo lusitano importante fração do território brasileiro.

Aproveitando a oportunidade que se lhe antolhava, Jordão repetiu anterior PERFORMANCE sua — aquela com que, juiz de vara criminal na comarca do Recife, a todos boquiabriu proferindo em 72 horas bem sucedida sentença em processo de numerosos, alentados volumes referente a complicado e rumoroso caso de peculato e a que era de todo em todo estranho até chegar-lhe às mãos, concluso —: completou a

obra em boa hora começada, dandо-nos, em breve tempo, a história menos remota de Goiana, as lutas, no seu seio, da classe urbana com a rural, sua saliente participação na campanha abolucionista e no movimento republicano; para concluir à luz dos fatos históricos que, ao revés do que aconteceu no sul do Estado, Goiana "não se formou à sombra das Casas Grandes", pois nasceu "livre, independente, altiva, dona de si mesma, senhora do seu destino".

E numa corajosa revisão de episódios adulterados por penas facciosas, tais, entre outros, os sucessos hostis aos comerciantes lusos ocorridos em Goiana, nos anos setenta da passada centúria e conhecidos pela denominação "a patriotada", chega até a segunda década do século corrente, dizendo-nos do que foi ali a campanha político-partidária responsável pelo desmonte da oligarquia rosista, implantada em Pernambuco no alvorecer da República, e que por largo tempo retardou o reerguimento do denodado rincão goianense, cuja decadência se vinha processando a partir dos derradeiros anos do Império.

Era uma dívida em aberto que tinha para com a PETITE PATRIE *o seu maior historiógrafo na atualidade. Tanto mais exigível quanto que diversas comunas pernambucanas de passado histórico menos rico já tiveram, escrita por filho erudito, a sua história.*

Luiz Tavares de GOUVEIA MARINHO.

PALAVRAS EXPLICATIVAS

Goianenses: foi pensando em vocês e na nossa gloriosa e heróica terra que, já tendo uma idade avançada de oitenta anos, deliberei, embora em ligeira síntese, escrever, ordenadamente, a história do "povoamento", da "grandeza" e do "declínio" da nossa querida Goiana, que, até hoje, não a temos, esclarecendo, principalmente, os motivos e, por vezes, as responsabilidades dos que concorreram para seu "declínio", relatando fatos, dos quais alguns já se achavam deslembrados ou truncados pelos coevos.

Não é coisa fácil escrever sobre os começos da nossa história com a ausência completa de documentos e a confusão solerte de alguns historiadores feita conscientemente ou de boa fé, com intuitos de torcerem os fatos, ainda que saibam que eles ocorreram de maneira diferente, no interesse de mostrarem aos pósteros acontecimentos que não existiram, com o fim deliberado de conquistarem fama de eruditos. E deste procedimento nossa história está cheia.

Mas deixemos de lado esses inocentes vaidosos.

O meu intuito principal foi provar que o famigerado Diogo Dias nunca teve terras em Japomim; que seu engenho não foi construído no vale do Tracunhaém; que ele não foi o fundador de Goiana.

Os documentos que foram doados ao antigo Instituto Histórico de Goiana, em 1870, destroem por completo essas imaginações de velhos e até autorizados historiadores e alguns poucos, mais novos, que persistem afirmando fatos que não são verdadeiros diante de verdades materializadas com aponta-

mento até das coisas físicas, como o se dizer que ele construiu seu engenho nas margens do Tracunhaém, quando a sua sesmaria era localizada ao norte do rio Capibaribe-mirim, fato de ordem física, que não pode ser modificado, mesmo que fosse pela ação espontânea da própria natureza. Diogo Dias não morava em Pernambuco nem foi o criador da povoação de Goiana, pois a sua própria escritura declara que ele residia na Capitania de Itamaracá e quando veio fundar engenhos nos vales do rio Goiana, hospedou-se na povoação de *Capibaribe* que depois, por vontade dos seus próprios habitantes, veio a se chamar *Goiana*. Não merece, só por isto, atribuir-se-lhe a grande honra de ser o fundador da heróica cidade de S. Pedro, como costumava chamá-la Pereira da Costa.

Outro fato grave que procurei desfazer, e creio que o consegui, é dizer-se que Pero Lopes de Sousa foi quem povoou Itamaracá, o que é uma mentira histórica das mais descabeladas, uma vez que Pero Lopes de Sousa, depois de receber a doação das suas três capitanias, que lhe foram doadas por D. João III, nunca mais voltou ao Brasil, tendo morrido em naufrágio, segundo se supõe, quando voltava de uma viagem que fizera à Ásia. Todos esses fatos e outros que aleguei, depois de sérias pesquisas, foram negados pelos historiadores modernos, que citei, indicando a obra e as páginas em que eles se encontram.

Esta é a razão fundamental de ter escrito esta história de Goiana.

Usei muito da gigantesca obra "História da Colonização Portuguesa do Brasil", preciosa dádiva de Portugal ao nosso País, no primeiro centenário da nossa Independência.

A "Bibliografia sobre Goiana" de autoria de Genny da Costa e Silva e Maria do Carmo Rodrigues, organizada por elas, com o apoio do falecido e sempre lembrado ex-Diretor do Arquivo Público, Comendador Jordão Emerenciano, como exaustiva obra da vida de Goiana, no seu quarto centenário, é precioso trabalho que todo goianense deve possuir, atualizando alguns fatos nele registrados, que já foram retificados por historiadores mais modernos, como fizemos. Não deve ser esquecido, como grande ajuda aos que quiserem conhecer a vida de Goiana, o livro do nosso modesto conterrâneo Alvaro Guerra, "Analecto Goianense", tão humilde que se ocultou sob



A esquadra de Pedro Álvares Cabral quando saía do rio Tejo, em Portugal, a caminho das Índias, oportunidade em que descobriu a terra que se chamou Vera Cruz, depois Santa Cruz e, por último, Brasil.

o pseudônimo de Mário Santiago, ainda mais, porque se trata de um trabalho tão útil e tão necessário para a história de Goiana.

Consulta, igualmente, deve ser feita às coleções das atas e ofícios da nossa Câmara Municipal que, com muito acerto, foram publicadas por determinação do nosso estimado e ilustre conterrâneo Dr. Lauro Raposo, quando exerceu o honroso e elevado cargo de nosso Prefeito.

Aí está o livro que lhes prometi. Dele já disse coisa muito elevada, que me comoveu, o nosso douto conterrâneo Desembargador Luiz Marinho, no prefácio que escreveu e que vai adiante, para o meu trabalho, naquela sua clássica e elegante linguagem, que tem a harmonia dos poetas, como ele é, mas que é também, fundamentalmente, de um estilo suave de um jurista, como dos franceses, que expressa com profundeza e galhardia os seus conhecimentos da ciência do Direito, como consta dos seus votos que pronunciou no nosso Tribunal de Justiça, quando nele teve assento, hoje tão carecedor de tal elemento. A respeito do meu livro ele já disse muito mais e da melhor maneira, o que não seria eu capaz de fazê-lo.

Recife, 1 de junho de 1976.

Ângelo Jordão, filho

CAPÍTULO I

GOIANA E SUA DEPENDÊNCIA DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ

O povoamento de Goiana, a criação da sua freguesia, sua elevação a vila são fatos que se prendem intimamente à Capitania de Itamaracá, por isso os primórdios de sua história constituem um capítulo à parte da história de Pernambuco, uma vez que seu fertilíssimo solo pertenceu à extinta Capitania de Pero Lopes de Sousa até o ano de 1763, quando José de Góes e Moraes, seu último proprietário, vendeu-a a D. João V, rei de Portugal, pela quantia de quarenta mil cruzados, anexando-a à já muito próspera Capitania de Pernambuco, ficando parte para Goiana e parte para Igarassu e dois terços dela que constituíram a Capitania real da Paraíba. (Sebastião Galvão, "Dic. Cor. Hist. e Est. de Pernambuco", pág. 323, edição de 1918).

Assim, para que se conheçam bem suas origens, necessário se torna que se faça um resumo dos acontecimentos que se desenrolaram nos albores daquela malfadada Capitania que sempre foram angustiantes, pela sua precária situação de terra quase de ninguém.

Quando D. João III, morto D. Manuel I, o Venturoso, sucedeu-lhe no trono de Portugal, no ano de 1521, encontrou-o em situação das mais vexatórias, quer em relação a seu Império do Oriente, quer no que dizia respeito ao Brasil, recebendo, quanto a este, constantes e alarmantes reclamações, por parte dos seus colonos, tornando-se, por certo, presa fácil das demais nações européias, nomeadamente a Franca, ávidas de se enriqueceram à custa dos produtos naturais das novas e ubérrimas terras da América, dando lugar a que Francisco I, o irrequieto

e ambicioso rei de França, respondendo a uma reclamação de Carlos V, rei da Espanha, dissesse, fazendo-se de ingênuo, que desconhecia ainda a cláusula testamentária em que o velho Adão havia partilhado as terras descobertas por Colombo e pelos navegantes portugueses, entre os dois reinos da península Ibérica.

Fazia ele alusão ao ato do papa Alexandre VI, de descendência espanhola, que dividira as terras do mundo extra-europeu entre aqueles dois reis.

O nosso antigo historiador Rocha Pita, naquela sua linguagem, sempre floreada, por vezes confusa, conta-nos a história do chamado testamento de Adão da seguinte maneira: "Pelas referidas Conquistas (descoberto no ano de mil quinhentos e noventa e dois por Colombo o ignorado Mundo) se moveram dúvidas entre os monarcas D. João II, de Portugal, e D. Fernando V, de Castela, às quais pôs termo a Santidade do Pontífice Alexandre VI, por Bula expedida no ano de mil quatrocentos e noventa e três, e outra no de mil quatrocentos e noventa e quatro, à instância de El-Rei D. João II de Portugal em que lhe concedeu mais duzentas e setenta léguas, sobre as cem que na primeira lhe tinha consignado. Por elas mandou, que contando-se trezentas e setenta léguas para o Ocidente das Ilhas de Cabo Verde, do último ponto, em que acabassem essas trezentas e setenta léguas, se lançasse uma linha imaginária de Norte—Sul, que rodeando o globo terráqueo, o dividisse em duas partes iguais, concedendo a Castela a parte que cai para o Oeste e para Portugal, a que fica ao Nascente, em cuja demarcação está a nossa América: determinação que alguns anos depois se tornou a confirmar por sentença de doze juízes cosmógrafos, no de mil quinhentos e vinte e quatro". ("História da América Portuguesa", pág. 46).

Foi contra essa divisão que sempre protestou o rei de França...

* *
*

Descoberto o Brasil, D. Manuel pouco ou nada se interessou pela dádiva que o destino ou a sua diplomacia, como afirmava João Ribeiro, concedera-lhe, não uma simples ilha como inicialmente se pensou, mas um extenso continente, com centenas de léguas, como, ao diante, verificaram e proclamaram seus inteligentes e habilíssimos navegantes.

Homem de negócio, fascinado pelas riquezas que lhe vinham do longínquo Oriente, daquelas terras longínquas, que tanto exaltaram a imaginação dos Ocidentais, pouca importân-

cia deu às terras inexploradas do Novo Mundo que só lhe pareceram vantajosas para nelas estabelecer pousos de descanso para suas caravelas que iam ou voltavam das Índias, trazendo, de retorno, seus porões abarrotados de ouro, de prata, de tecidos finos e de custosas sedas, lindos tapetes, e muitas outras alfaias, arrastando-se pejadas das ambicionadas especiarias que tanto enriqueciam os ambiciosos comerciantes de todo mundo europeu, enfim, de tudo quanto embevecia aquela gente que se comprimia na margem do Tejo, maravilhada com aquelas riquezas que lhe vinham daqueles mundos, que, até então, antes do Gama, apenas existiam na sua imaginação criadora, em forma de sonho ou de contos de fada, verdadeiros reinos encantados.

E a colônia americana, que lhe oferecia para recuperar os já esgotados cofres públicos de Portugal; para restaurar suas frotas, tão desbaratadas, com suas constantes buscas dessas terras maravilhosas, cujas riquezas careciam ser agora transportadas para seu reino que tão depressa engrandecera, despertando a inveja de tantas nações, o despeito e a prevenção de tantas outras, para organizar seus exércitos e aumentar sua armada com que pudesse dominar aquela gente irrequieta que lhe era hostil, por diferença de raça, de religião, de costumes, onde os mouros, seus antigos inimigos, já haviam se estabelecido e já se achavam fortemente instalados?

"Da Vera Cruz — em resumo — escrevera Pedro Calmon, chegavam notícias de muitas árvores, índios que comiam carne humana, ausência de minas e das apetecidas especiarias, dados astronômicos e curiosidades que transformaram a história natural de Plínio"".

Enquanto isto... "do Oriente vinham valendo o peso em ouro as mercadorias que a Europa cobiçava, que os intermediários corriam a pagar em Lisboa, que opulentavam as casas del-rei e lhe justificavam a alcunha de "afortunado". Por que se demorar em ilusões ou entreter-se em sacrifícios improfícuos, quando na Índia tudo era ganho em comércio, conquistas, glórias, expansão, renome, castigo de infiéis, triunfo sobre as potências do Mediterrâneo, que já não tinham o que comprar no Levante, vitória da Fé e aumento da coroa?" (História do Brasil, vol. I, pág. 90).

AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS RECEBIDAS POR D. MANUEL, A RESPEITO DO BRASIL.

Quando D. Manuel recebera a carta de Pero Vaz de Caminha que lhe enviara de Porto Seguro, com data de 1.º de

Maio de 1500, onde se achava ancorada a esquadra de Pedro Álvares Cabral, depois do descobrimento do Brasil, apenas reparou com notável interesse nessas informações desoladoras: "Até agora não podemos saber se há ouro ou prata nela (na terra descoberta) ou outra coisa de metal, ou ferro; nem a vimos". Nada mais o importou, nem mesmo aqueles comoventes louvores de bem acentuado lirismo, que revelaram quanto estava emocionado o cronista excelso, diante das belezas, dos encantos da terra vírgem da Vera Cruz na sua portentosa majestade de terra inexplorada, vírgem ainda da satânica destruição dos homens.

Não o atraiu a graciosidade da jovem terra descoberta a qual, "querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por causa das águas que tem". "Nada lhe aprazia se não tivesse resultado imediato, de fácil aproveitamento, de pronta saída, de rápida liquidação monetária".

Do que precisava era de dinheiro, de dinheiro para saldar as despesas que assoberbavam a nação, com suas esquadras, com seus exércitos, para comprar canhões, munição de guerra, sustento de suas tropas, seu luxo, o fausto da sua corte, esbanjar perdulariamente nas suas alucinantes festas, preocupado como estava, com a exibição da sua grandeza, construindo templos, palácios, monumentos, enfim ambicionava somente o que fosse de imediata vantagem.

E o Brasil só lhe prometia, talvez, lucros muito remotos, com grandes dispêndios que não os podia fazer, de que lhe serviriam, pois, aquelas "grandes barreiras, umas vermelhas e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos? E muito menos, que não o interessava "de ponta a ponta", "toda praia fosse muito chã e formosa", como escrevia o missivista enfeitiçado pelo esplendor daquele panorama verdadeiramente edênico por onde apascentava suas vistas deslumbradas pela exuberância de seiva, daquela vegetação primitiva onde a natureza se comprazia em prometer apenas aquelas riquezas e ocultava, enciumada, naquelas matas de grandes arvoredos, como se tivessem se desprendido naquele instante das mãos dadivosas e magnânimas do Criador... as extraordinárias fortunas que concedeu mais tarde àqueles mesmos seus descobridores.

Melhor seria deixar tudo a seu próprio destino...

Nessas condições, na afirmativa de João Ribeiro, o reinado de D. Manuel "escoou-se inutilmente para a terra". "(História do Brasil", curso superior, pág. 69, 5a. edição).

Um fato novo, porém, viera despertar a cupidez desse rei comerciante e ambicioso: um dos exploradores que tomara parte na expedição de Nuno Manuel, em 1513 ao rio da Prata, conforme nos informa Capistrano de Abreu, achou ali um machado de prata, o que originou o nome que recebeu aquele rio.

Divulgada essa notícia na Europa, logo não faltavam aventureiros que embarcassem para aquelas regiões e para o Brasil na persuasão de que naquelas redondezas existiria alguma mina do precioso metal. (Cit. por João Ribeiro, obr. refer. pág. 70).

Por outro lado, verificaram esses aventureiros que no Brasil existia em grande cópia a madeira vermelha a que os aborígines davam o nome de *ibira-pitanga* e que já era conhecida no mundo antigo, nas cidades italianas e espanholas.

Henrique Handelmann, historiador alemão, considerado como um dos melhores historiadores que escreveram a respeito das coisas do Brasil, neste sentido dá-nos a seguinte informação: — "Com efeito, desde muito era trazida das Índias Orientais uma espécie congênere de madeira, própria para tingir lã e algodão, podendo-se encontrar a notícia desse precioso produto do Oriente nas tarifas ou pautas aduaneiras das cidades italianas, por exemplo, em Ferrara até 1193, em Módena até 1306 e nos documentos relativos ao tráfico dos Catalães até o ano de 1221-1243; até mesmo, remontando ao século IX, o viajante árabe Abuzeide el Hacen, e posteriormente em 1153, o geográfo Edrisi, gabavam a excelência do pau vermelho da ilha de Alrami ou Sumatra, empregando para ele o texto árabe a palavra *bakbam* que no latim se traduziu por *bresilhum* designação esta que, de certo modo, se relaciona com a raiz românica *bras* "fulgor de fogo" (no português brasa, no italiano *brace*, no inglês *to brase, soldar, bronzear;* compare-se ao sânscrito *bhradsch*, luzir, brilhar, e *bhakam* amante do brilho)". ("História do Brasil", vol. I, pág. 34, tradução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, edição de 1931).

Outro escritor estrangeiro, de grande crédito entre os historiadores nacionais, particularmente Oliveira Lima, o inglês Roberto Southey, confirma essas informações de Handelmann, quando anotou na sua excelente "História do Brasil" vol. I, pág. 44, nota 1: "A primeira vez que esta palavra (pau-brasil) se acha empregada, segundo Muratori, é no ano de 1128 num tratado entre os povos de Bolonha e Ferrara, no qual figura numa resenha de mercadorias a *grana de Brasile*. Parece que esta madeira vinha então das ilhas Malaias, e era

dos artigos do comércio do Mar Vermelho". (Tradução de Luiz Joaquim de Oliveira Castro, edição de 1862).

Esta surpreendente descoberta exacerbou ainda mais a ambição, já reinante, de outros povos europeus, particularmente dos franceses os quais já disputavam a primazia dos mares e o tráfico com os silvícolas brasileiros, sustentando seu direito de também explorarem as novas terras descobertas e as novas vias marítimas pois todos eram filhos de Deus e jamais reconheceram a partilha constante no chamado inventário de Adão.

Ao conhecimento de D. Manuel chegaram as distantes atoardas de que os franceses faziam, vez por outra, incursões em Pernambuco levando nas suas naus quantidades consideráveis de pau-brasil e outros produtos naturais da sua colônia, chegando mesmo a construir feitorias em quase todo seu território, nomeadamente onde mais abundava o chamado pau de tinta, o *ibira-pitanga* dos selvagens.

* *
*

AS EXPEDIÇÕES MANDADAS ÀS COSTAS DO BRASIL POR D. MANUEL.

D. Manuel, homem realista, não abandonou logo sua colônia americana. Antes mandou duas expedições sob as ordens de dois de seus melhores navegantes, ambas sob a inspeção e instrução do habilíssimo navegante italiano, ex-companheiro de Cristóvão Colombo, o descobridor das Américas, que lhe deu o nome, Américo Vespúcio.

A primeira veio em 1501 sob o comando de André Gonçalves ou Gonçalo Coelho. As informações colhidas por Américo Vespúcio foram inteiramente desanimadoras. Transmitiu-lhe ele: "Nesta costa não encontramos nada que possa tirar-se proveito. E havendo já 10 bons meses que viajamos, vendo que na terra não achávamos minério algum, decidimos despedir-nos dela e metermo-nos ao mar para outra parte". (Jônathas Serrano. "História do Brasil", pág. 657).

Em 1503, despachou a segunda expedição, mas já com outros intuitos, segundo a afirmativa do referido Jônathas Serrano e outros historiadores pátrios. Seu objetivo não era mais percorrer as costas do Brasil, o que não mais interessava a suas ambições de riqueza imediata; seria verificar nova passagem para a Ásia, o que era presumido pelos mais práticos navegadores, com o que, certamente, muito encurtaria o caminho para as Índias. Acontece que encontrando-se os navegan-

tes com uma ilha desabitada, Gonçalo Coelho mandou que Vespúcio fosse procurar lá um ancoradouro. Demorando uns oito dias, quando Vespúcio regressou, não encontrou mais a esquadra de Gonçalo Coelho e, então, dirigiu-se para a Bahia de Todos os Santos, de lá para Cabo Frio, onde permaneceu uns oito meses, voltando para Portugal com grande carregamento de pau-brasil e a notícia do desaparecimento de Gonçalo Coelho.

Este desaparecimento de Gonçalo Coelho é muito controvertido.

Neste sentido escreveu J. F. de Almeida Prado: "Parece averiguado que Gonçalo Coelho voltou ao reino antes de 1505, quando recebeu de D. Manuel I o Ofício de Recebedor das Cisas". ("Primeiros Povoadores do Brasil", 1500 — 1530 edição de 1933, pág. 50).

D. Manuel, no seu reinado, ainda mandara uma terceira expedição ao Brasil, em 1516, vindo esta última sob o comando de Cristóvão Jaques e foi considerada a primeira de caráter militar pois ela foi enviada já com o propósito deliberado de combater os aventureiros e corsários que infestavam as costas brasileiras. Cristóvão Jaques chegou até ao rio da Prata. Organizou a defesa das feitorias já existentes: Cabo Frio, no Rio de Janeiro; Santa Cruz, na Bahia; Igarassu em Pernambuco. Pouco depois falecia D. Manuel em 1521, sendo seu sucessor seu filho D. João III.

No dizer justo de João Ribeiro, dessas expedições enviadas por D. Manuel ao Brasil a mais fecunda "quanto aos progressos da geografia mas inútil aos interesses do comércio português" foi a primeira, graças à presença de Américo Vespúcio, "o piloto e marinheiro mais instruído do seu tempo e que foi também o primeiro órgão de descrédito da nossa terra", como vimos acima.

Mas, é ainda o grande Mestre que nos informa, com aquela independência de julgar e de opinar, muito brasileira, sem zumbaias ou flexões aos poderosos da época: "Depois da primeira exploração em 1501, as terras do Brasil tornaram-se constantes teatros da pirataria universal. Especuladores franceses, alemães, judeus e espanhóis aqui aportam, comerciam com o gentio ou asselvajam-se e com ele convivem com igual barbaria".

Os navegadores de todos os pontos aqui se aprovisionam ou se abrigam das tempestades. Aventureiros aqui desembarcam, e vivem à aventura, na companhia de degredados e foragidos.

O que preocupa a corte portuguesa de D. Manuel são as riquezas do Oriente. "Se ainda alguma expedição aqui toca e se demora, como a de Gonçalo Coelho e Vespúcio, a que pelo naufrágio e tempestade se divide em duas e estabelecem feitorias, uma no Rio de Janeiro e outra em Santa Maria (Cabo Frio) 1503, não é o Brasil quem as atrai mas sim ainda a fascinação do Oriente". (Obr. cit., pág. 51).

Além dessas naus que trafegaram por nossas costas, durante o reinado de D. Manuel muitas outras passaram por suas costas mas como disse o Mestre: eram com outras finalidades, que não nos interessam no momento, pois: "Em todo reinado do rei venturoso nunca mais se falou da nova terra americana, que era o posto dos traficantes; nesses vinte anos de abandono perdeu-se o nome oficial da terra (Santa Cruz) e formou-se o único que aos estranhos fazia-a lembrada: a região do pau-brasil". (Obra. cit., pág. 52).

CAPÍTULO II

OS PRIMEIROS SINAIS DO DESMORONAMENTO DO GRANDE IMPÉRIO PORTUGUÊS DO ORIENTE.

Ao pôr a coroa de rei de Portugal sobre sua cabeça, D. João III já encontrava o brilho da riqueza que lhe vinha do Oriente, ofuscado por sombras merencóreas como que anunciando um ocaso que se aproximava.

As incompreensões, as desinteligências, as intrigas dos despeitados, as invejas, as más vontades, os naturais recalques dos vencidos, aquelas evidentes hostilidades manifestadas acintosamente contra o Gama na sua primeira visita ao rajá e, depois, contra o próprio Pedro Cabral, na sua visita para obter a segurança da sua amizade e da estabilidade de seu comércio com a nação lusitana, bem predisseram as terríveis tempestades que iriam se desencadear em futuro muito próximo entre dois povos tão diferentes nas suas educações, nas suas religiões, e ambos ciosos do seu poderio a ponto do rajá de Calecut escarnecer e desprezar os presentes que lhe entregou Vasco da Gama, em nome do seu rei, insinuando, por intermédio de um seu vassalo, "que prendas mais valiosas ofereceria qualquer mercador de Meca".

Vasco da Gama, perante a afronta, reprimiu quanto pôde as iras e retorquiu que era um embaixador e não um mercador e que se o Samorim (título dado pelos portugueses ao rajá) não aceitasse aqueles presentes, "nenhuns outros lhe daria".

("Esplendor e Decadência de Portugal", Fernando Mendes, pág. 32).

Quanto a Cabral, tendo mostrado mais habilidade no trato com aquela gente, as coisas correram mais pacificamente.

Ouçamos o que nos diz, neste sentido, o já mencionado Fernando Mendes: "A ignorância das leis e costumes dos índios começou então a produzir grandes contrariedades. Sendo da casta brâmane os principais da corte do rajá, as leis deste proibíam-lhes o contato com os estrangeiros, assim como todo brâmane que comesse com estrangeiros ficaria poluído e perderia o privilégio da sua casta. É claro que esta disciplina provocou dificuldades, não habilitando o Samorim a satisfazer a exigência de Álvares Cabral; mas tanto este insistiu e se impôs que o índio condescendeu e o capitão-mor lá foi à recepção, tomando assento numa cadeira toda ouro, prata e pedras preciosas". (Obr. cit., pág. 47).

Cabral, com suas boas maneiras, ainda conseguiu que o Samorim recebesse os presentes que lhe mandou D. Manuel, certamente melhores em qualidade e em quantidade do que os que foram trazidos pelo Gama, bem como que fosse cedida a Portugal autorização, o que fora muito importante "para o estabelecimento da feitoria dos portugueses".

Pouco tempo, porém, durou esse bom entendimento entre o Samorim e Cabral. Como já foi dito, os "mouros já se haviam instalado definitivamente naquelas terras do Oriente. Não haviam esquecido o que sofreram dos portugueses e foram os primeiros a instigar os nativos contra a gente lusitana."

Voltamos a transcrever o que nos informa Fernando Mendes: "E tudo correria bem se os mouros, receando a concorrência comercial dos portugueses, não começassem desde logo a pôr todos os entraves possíveis ao desenvolvimento da feitoria, a ponto de irem passando os meses sem que Pedro Alvares Cabral conseguisse adquirir as especiarias que desejava. Isto irritou o capitão-mor, levando-o, em represália, a apresar uma nau árabe que ia a sair do porto com importante carregamento. Os mouros logo se revoltaram, investindo a feitoria portuguesa, onde se encontravam setenta companheiros de Alvares Cabral. Travou-se então luta séria, em que os portugueses, em guerra aberta com os mouros, diz Damião de Góes, "regaram à farta com o seu próprio sangue o palco das suas mais brilhantes e audaciosas empresas".

A lastimável refrega produziu nos portugueses cinqüenta mortos, sendo um deles Aires Correia. Não se fez esperar a vingança de Pedro Alvares Cabral. Encontrando-se no porto dez naus mouriscas, foram todas apresadas, saqueadas e mortos os seus tripulantes, em número superior a quinhentos". (Obr. cit. pág. 48 a 50).

Isto, porém, não foi nada, recuemos um pouco para a primeira viagem de Vasco da Gama às Índias. Sabemos das humilhações que passou o imortal navegante português em sua visita ao rajá de Calecut. E, em dado momento, julgando-se insultado ao extremo, declarou irritado o Gama:..." saiu de Calecut a 23 de agosto, fazendo constar que ia a Portugal e voltaria àquele porto para que o Samorim ficasse sabendo com quem estava tratando".

Vasco da Gama voltou à Ásia entre 1502 — 1503. Vejamos o que ocorreu segundo nos expõe o mencionado Fernando Mendes: "Novamente, o rajá de Calecut ia medir-se com os portugueses, pois Vasco da Gama não era homem que esquecesse agravos, e o que tinha recebido do Samorim era bem merecedor de castigo severo. A vingança do almirante seria terrível. Durante mais de um mês, esperou ele, nas ilhas de Angediva, a chegada das naus de Meca, para encetar nelas a sua obra de vindita. No dia 3 de Outubro, apareceu uma nau de Calecut, trazendo a bordo, como passageiros, muitos mouros, mulheres e crianças. Vasco da Gama ordenou logo que lhe dessem caça, para dar uma lição ao inimigo, cujo brado o fizesse estremecer de horror. A nau foi apresada; os mouros ofereceram uma soma importante pelo seu resgate. O almirante rejeitaria um mundo, se lhe pudessem oferecer, porque o seu rancor exigia mais: — Mandou que tirasse a nau, a reboque, para fora da esquadra e lhe lançassem fogo com tudo quanto lá estivesse dentro, fazendas e passageiros".

Diante de tais fatos, o Samorim propôs fazer paz com Vasco da Gama. Mas os normais entendimentos demoraram um pouco. As exigências feitas pelo Almirante foram radicais e dependia de dilatado tempo para sua conclusão. Gama exigiu a expulsão de todos os mouros residentes em Calecut que ascendia a número superior a cinco mil famílias das mais ricas e úteis, o que seria impossível atender em limitado tempo. Impaciente Gama começou a aprisionar alguns barcos de pesca e almadias que são uma espécie de barcos compridos e estreitos muito usados naquelas regiões, prendendo suas tripulações. O Samorim compreendeu que era impossível atender a tais imposições, então comunicou ao Gama a sua resolução, mandou lhe dizer que procurasse se retirar de Calecut, visto que a perfídia dos portugueses os tornava indignos de qualquer aliança.

O Almirante não tomou conhecimento da intimação. Respondeu ao Samorim que como criado do poderosíssimo rei D. Manuel, seu senhor, valia muito mais do que o rei de Ca-

lecut "e que, em prova de não se importar com a ordem de partir, se chegaria mais para a cidade, dando-lhe tempo até ao meio-dia seguinte para levar sua resposta".

"Dispôs quase todas suas naus em linha, muito próximas da terra, e fez enforcar nas gáveas desses navios os desgraçados prisioneiros mouros. Foi mais longe, como se juntasse muito povo, apavorado com aquele espetáculo crudelíssimo, Vasco da Gama fez cair sobre os populares algumas bombardas. Depois, para coroa *brilhante* das suas façanhas sanguinárias teve a diabólica idéia de mandar cortar as cabeças, as mãos e os pés dos mouros enforcados e carregar desses despojos macabros um barco que mandou varar em terra!"

* *
*

Mas isto era apenas o princípio. Para concluir seus planos de vingança alinhou dezesseis naus "num bombardeio cerrado e incessante à cidade, varejando-a sem contemplações, espalhando a ruína e a morte entre os pobres habitantes, em fúria doida, que só no dia seguinte acabou". (Obr. cit., págs. 57 a 60).

Transcrevemos para aqui esses trechos para que se tome conhecimento da maneira como os portugueses se comportaram nos seus primeiros contatos com aqueles povos do Oriente, que não foram fatos transitórios, mas que perduraram durante todo reinado de D. Manuel e prosseguiram no de D. João III, que, finalmente, veio a ser o bode expiatório da dissolução do chamado grande Império Lusitano do Oriente.

Ainda não era tudo, esforçaram-se para incompatibilizá-los com o sultão do Egito trazendo mais maravalhas à fogueira que ali já lavrava para que assim reconquistassem as suas freguesias tomadas surpreendentemente por aquele povo valente, empreendedor e pertinaz.

E o incêndio crepitava. Era preciso tomar Ormuz, defesa árabe na entrada do Mar Vermelho. Tornavam-se necessários mais navios de guerra, mais soldados, mais munições bélicas, muito dinheiro. O incêndio espalhava-se por toda parte.

D. Manuel convocara seus melhores cabos de guerra, seus mais ilustres almirantes, seus guerreiros mais experimentados no manejo das armas, seus mais inteligentes e práticos estadistas, entregando a estes a direção do seu Grande Império das Índias.

Após esforçadas, e quase sempre desiguais lutas, encarniçadas batalhas, sangrentos combates que muitas vezes os

lusitanos empenhavam-se, com menor número de lutadores, mas sua coragem, seu espírito de combatividade, seu patriotismo ofereciam estímulo para conseguirem vitórias contra adversários muito mais numerosos e bem aguerridos.

Estavamos já no ano de 1515. Afonso de Albuquerque, pelas intrigas que o rei deu ouvidos, foi dispensado do governo das Índias. Já doente, ao receber a notícia queixou-se amargamente: "Mal com os homens por amor de el-rei e mal com el-rei por amor dos homens, bem é acabar logo".

"O grande homem, e grande português que assim falava num magoadíssimo desengano da gratidão real tinha tornado em fato a fundação do império português no Oriente."

Encontrando-se em Ormuz, Afonso de Albuquerque pediu que o conduzissem para Goa, Capital do Império Português, onde desejava morrer. Satisfizeram seu desejo, mas quando entrava em sua barra fecharam-se-lhe os olhos para sempre, sendo ali sepultado.

O Rei de Portugal, porém, conquistara mais galardões para seu nome e passou a usar o pomposo título de Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em África, Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia

A paz, a tranqüilidade, contudo, não mais tornaram àquelas plagas, donde vinham, com abundância, o ouro, a prata, as jóias, as especiarias que enriqueceram e também corromperam Portugal.

Os conflitos armados, as rebeliões, a permanente indisciplina, tudo isto agitava constantemente aquela gente insubordinada e ansiosa por sua antiga vida de ócio e liberdade.

E a situação do Oriente, ao se aproximarem os últimos anos de vida de D. Manuel era a que se segue:... "quanto mais os portugueses iam alargando os seus domínios, tanto mais tinham por onde repartir as suas forças. Essa circunstância não deixou de agradar aos indígenas, e assim, os de Quiloa, aproveitando-se da ausência de Diogo Lopes, que andava no Mar Vermelho, cercaram a fortaleza, que não chegaram a vencer, mercê da energia do comandante Heitor Rodrigues que levou o rajá de Zuloa a abandonar o seu projeto e pedir a paz" (Fernando Mendes, obr. cit., pág. 100).

Dentro de breves dias faleceu o rei D. Manuel I, aos 13 de dezembro de 1521, aos cinqüenta anos de idade, nos paços da Ribeira, em Lisboa.



Portugal, porém, durante o brilhante reinado do Rei Venturoso, atingira o ápice da sua evolução econômica, do seu poder naval, militar e social. Na sua Capital estava o maior comércio do mundo, possuía uma riqueza que ostentava, um luxo que era um delírio...

Mas tudo isto foi uma conseqüência da descoberta do caminho para as Índias. A maneira como o Gama e seus dez companheiros foram apresentados ao Samorim de Calecut é bem sintomática: demonstrava que seu país era uma nação pobre, onde seus homens mais ilustres vestiam-se modestamente a ponto de se tornarem ridículos e causa de mangação, quando não de desdém, diante das riquezas e do luxo com que se apresentaram os orientais. Pinheiro Chagas nos transmitiu essas impressões com fartura de detalhes: — "Rodeado de toda magnificência oriental de que na Europa se não fazia uma leve idéia, nem nas cortes mais faustosas como a da Itália, o monarca indiano, recostado, com a indumentária característica da sua raça, numa camilha de ouro, mascava folhas de bétel, que deitava depois fora, cuspindo-as num vaso de ouro maciço. Todos os seus principais dignitários o cercavam, e as sedas e o ouro resplandeciam por toda parte. Era uma cena das *Mil e uma noites*. Vasco da Gama e os seus dozes companheiros apesar de levarem as mais custosas galas, não podiam fazer uma figura muito brilhante ao lado desses orientais, trajados com uma magnificência que sempre deixou a perder de vista a singeleza dos trajes europeus, ainda no tempo em que eles estavam longe da severidade atual."

"Pode-se imaginar, comenta Fernando Mendes de quem transcrevemos o trecho acima, a sensação de surpresa que os portugueses receberam perante aquela deslumbrante ostentação de riqueza. Por sua vez o Samorim percorreu com um olhar despeitado aqueles modestos visitantes que se diziam súditos dum monarca poderoso, e teve, sem dúvida, de dissimular um sorriso de desdém, por tão humilde apresentação". (Obra. cit. págs. 30 a 31).

Depois disto, porém, foi a alucinação. Lisboa, no dizer de Júlio Dantas, tornou-se a metrópole comercial do mundo, a cidade da prata, com a opulência de D. Manuel. A sua rua

nova dos Mercadores era o grande coração da Europa cujas pulsações marcavam o ritmo da vida econômica européia.

Sobre ela escreveu Júlio Dantas, naquele seu estilo elegante e mavioso. "Era lá onde se encontravam todos mercadores de todas mercadorias, os lapidários, os tapeceiros, os luveiros, os douradores, os perfumistas; onde passeavam as elegantes lisboetas do século XVI, "as mais lindas mulheres de toda península", pintadas de loiro como as venezianas, com os peitos à mostra; os mercadores novos-ricos; os solenes desembargadores da Suplicação e do Cível apoiados às suas varas de prata; os fidalgos velhos, bamboleando nas liteiras; os burgueses soberbos, tratando-se uns aos outros por "senhorias"; todo povo da cidade, curtido, tisnado do sol, arrastando os socos de madeira; os vadios, os mendigos, os ciganos, os frades — vadios também — mendicantes, franciscanos de alforge às costas, trinos, carmelitas, bentos orgulhosos, cônegos azuis de Santo Elói caminhando graves dois a dois; e tanto luxo se exibia em Lisboa, nos passeios da Rua Nova e no terreiro do Paço da Ribeira que o rei, obedecendo aos princípios da economia política administrativa dominante no tempo, teve de proibir pelas pragmáticas sucessivas de 1520, 1524, 1535 e 1537.

Esse luxo, porém, não se limitava apenas aos trajes; ia ao interior das habitações, tão pesadas de tapetes e argentarias, que os estrangeiros deslumbrados pelos brilhos dos gomis, dos barnegais, das almaraias, chamavam à riquíssima Lisboa — "a cidade da prata".

("História da Colonização Portuguesa do Brasil", vol. I, págs. 5 e 6).

Os Lusíadas de Pedra...

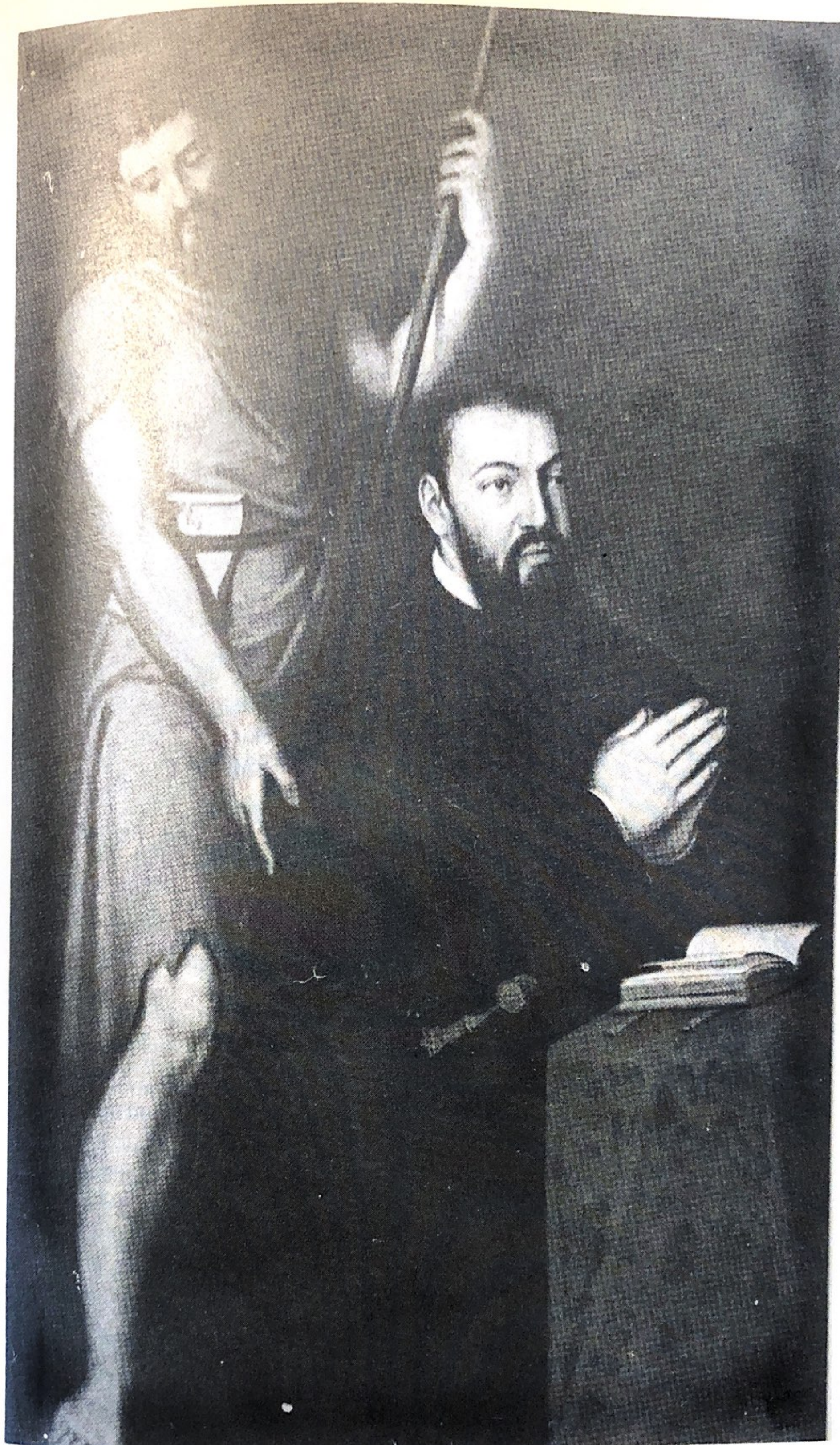
Morrera D. Manuel já quando entrava em declínio seu grande Império do Oriente. Seu filho e sucessor, D. João III, esforçou-se por salvá-lo, em vão. Mas sua história ficou gravada num monumento que Júlio Dantas chamou Lusíadas de Pedra, escrito pelas mãos plebéias de mestre Boytaca e de mestre João de Castilho: os Jerônimos. Vejamo-lo agora descrito por quem sabia escrever com punhos de renda:

"Como tudo nesse mosteiro, evoca o ciclo glorioso das navegações.

O pórtico lateral, com o seu tímpano da Virgem, com a sua fuga de arquivoltas povoadas de profetas e de doutores, com seu colunele coroado de figura do Infante de Sagres, com os seus capitéis, as suas impostas, os seus intradorsos arren-

dados e modelados pelo opulento naturalismo dos imaginários da Renascença, — dir-se-ia, na sua grandeza, o arco de triunfo por onde Portugal, senhor dos mares, entrou na história da civilização. Nas vastas naves, divididas pelos seus mais belos pilares que algum dia sustentaram o artesonado de uma abóbada gótica, parecem ressoar ainda os passos augustos dos heróis, dos capitães, dos almirantes, dos governadores, dos vice-reis, dos super-homens da Índia. Dos recantos do cruzeiro e da ábside, acordadas pela alma colorida e luminosa das vidraças, surgem as grandes figuras patriarcais, — Vasco da Gama, orgulhoso, debaixo de pálio; D. João de Castro, coroado de louros como um varão de Plutarco; Francisco de Almeida, abraçado ao cadáver sangrento do filho: Duarte Pacheco, arrastando as cadeias de cativeiro; Afonso de Albuquerque, o criador de impérios, com os seus olhos de águia, o seu tabardo negro, a sua coifa de ouro na cabeça, a sua barba branca, atada na ponta como a do Cid Campeador. A nossa imaginação enche a igreja de uma multidão de espectros — *Tenaz serei! Tenaz serei!* —, faz retinir armas, levantar cruzes de prata, clangorar trombetas, arrastar pluviais, cintilar báculos e dalmáticas na penumbra. O gênio dos arquitetos, dos imaginários, dos ornamentistas manuelinos — Boytaca, João de Castilho, Diogo de Torralva, Jerônimo de Ruão — desperta por toda parte, diante dos nossos olhos, os fantasmas adormecidos do passado. Dos brutescos, dos monstros, dos fálus, dos mascarões, dos anjos báquicos que ornam as colunas das naves — as maravilhosas colunas que assombraram Taylor — é o povo, são os marinheiros, é a relé sublime das armadas que nos espreita, risonha, tisnada, gadelhuda, ululante, possessa de naufrágios, de incêndios, de conquistas, de esplendores, de devastações — de glória. No claustro, no enorme claustro mordido de sol, as sugestões do mar esplendem, entrelaçam-se na pedra dourada, torcendo cordagens nas arquivoltas e no intradorso das aduelas, enroscando monstros, plantas, sereias, frutos, grifos, centauros, epicrâneos, hipocampos, hipocentauros nos capitéis, nas pilastras, nos pinázios, que a mão do mestre Benavente trabalhou, animando os olhos, as frontes, as bocas de pedra de Paulo da Gama, de Nicolau Coelho, de Álvares Cabral, que há cinco séculos, da sombra daquela castra manuelina, sorriem para a imortalidade." (Obr. citada, pág. 13).

Podemos agora entender o que será esse Lusíadas de Pedra — o mosteiro dos Jerônimos, nome com que vulgarmente é conhecido como mosteiro de Nossa Senhora de Belém



O Rei D. João III de Portugal, o povoador do Brasil.

que D. Manuel I fundou em memória do descobrimento do caminho marítimo. Obra de fino lavor, Júlio Dantas descreveu-a, fazendo recordar os grandes personagens que nela aparecem, com sua maestria de extraordinário escritor e o encanto e a harmonia que sabia dar a seus versos, como excelente poeta que era, dando-lhe um cunho de eternidade que só é inferior àquele outro monumento que seu filho D. João III ergueu no outro lado do Atlântico, quando percebeu que o Império que seu pai lhe transmitira, por herança, estava se extinguindo irremediavelmente — o Brasil!

CAPÍTULO III

RÁPIDA INFORMAÇÃO SOBRE O REI COLONIZADOR DO BRASIL E SUA IMPOSSIBILIDADE DE MANTER O IMPÉRIO ORIENTAL PORTUGUÊS

D. João III não foi um homem inteligente e muito menos culto. No seu reinado, porém, enfrentou corajosamente o grande empreendimento da povoação do Brasil.

Asseverou Alexandre Herculano, um dos mais sérios e comedidos historiadores portugueses, que os extraordinários dons atribuídos pelos cronistas do seu tempo e dos seus sucessores devem-se ao fato de haverem escrito "tendo diante dos olhos o látego da censura".

Esta tese, anos depois, foi sustentada por outro eminente luso historiador que lhe traçou um perfil de maneira muito mais generosa e até mesmo com muitas adjetivações louvaminheiras.

"Embora o pai tivesse procurado fazer dele um príncipe letrado, escreveu Carlos Malheiros Dias, D. João III não conseguiu sequer adestrar-se convenientemente no uso da língua latina, pedra de toque na cultura quinhentista". (Obr. cit., vol. III, pág. 7).

Mas esse rei beato, inculto e de reduzida inteligência, era pertinaz e enérgico nas suas decisões, quando entendia que eram necessárias para bem do seu povo ou para a grandeza da sua coroa.

Disto encontra-se exemplo no seu obstinado desejo de instaurar o Tribunal da Inquisição no seu pequeno reino a fim de extirpar o judaísmo. Requereu a Roma a sua permissão, esta, porém, inicialmente, foi-lhe negada.

"No período em que D. João III mais se obstina em obter a sua instituição em Portugal, informa Carlos Malheiros Dias, é um prelado português, o Cardeal da Cunha, que maiores obstáculos lhe opõe no Vaticano". (Obr. cit. pág. 9, vol. III).

Não se conformou com essas negativas, persistindo sempre com seus propósitos até que a obteve entre os anos de 1530 a 1536, "a pretexto de combater o judaísmo". ("História Geral do Brasil — Varnhagen, vol. I, pág. 163, 2.ª Edição).

Sendo dotado naturalmente de um temperamento moderado e de espírito reservado, sabia, contudo, zelar sua dignidade de rei de uma nação que herdara já muito onerada de dívidas e de complexos problemas internacionais, particularmente com a França. Teve de se revestir com a máxima coragem para poder resolvê-los ou contorná-los.

Quanto às suas divergências com o governo francês, entregou sua solução a seu experimentado diplomata e seu dedicado amigo João da Silveira, que logo seguiu para ali em substituição a Jácome Monteiro.

A questão do Oriente era bem mais grave e tão penoso seria resolvê-la que Carlos Malheiros Dias viu suas dificuldades da seguinte maneira: — "Outro rei menos compenetrado dos seus deveres e menos obstinado no brio de entregar intacto o patrimônio herdado e a dignidade majestática, havia desamparado o ruinoso império e regressado à modestia de um pequeno príncipe deixando perder a nação a categoria e a influência universal que ascendera vertiginosamente em pouco mais de um século. Mas aquele rei misantropo e severo, que viu morrerem todos seus filhos, perseguido por uma fatalidade inflexível; aquele rei sem marcialidade e sem beleza, que pareceria uma antecipação de Felipe II sem a crueldade glacial e os seus talentos maquiavélicos, soube galvanizar com a majestosa consciência de imperante o reino decadente, fazendo sustar a derrocada com o cetro erigido em mão orgulhosa". (Obr. cit., vol. III, pág. 14).

Mas não o torturava apenas a falta de dinheiro, torturavam-no também suas convicções religiosas que chegavam aos extremos do fanatismo. Para ele Portugal não conquistava apenas terras estranhas, realizava missão muito mais importante: conduzir aqueles fanáticos povos do oriente ao cristianismo, ou, melhor, ao catolicismo. E como poderia atingir a sua finalidade humana de continuar combatendo aqueles bárbaros, aqueles hereges no conceito de suas convicções religiosas, sem dinheiro?

Dinheiro! Dinheiro! Onde achá-lo?

"*O Venturoso*, escreveu Carlos Malheiros Dias, parecia ter levado para o sepulcro todas as riquezas que, por um fugaz momento, havia ilusoriamente convertido aos olhos do mundo em um ELDORADO a pequena e brava nação. Mergulhando as mãos no tesouro manuelino o jovem e inexperiente rei reconhecia com surpresa que a sua opulência era uma fantasmagoria". (Obr. cit. vol. III, pág. 10).

A situação de Portugal era esta, na demonstração real de Carlos Malheiros Dias: "Se atualmente o comércio marítimo voltasse a ficar exposto aos riscos freqüentes da navegação quinhentista, a sua falência inevitável arrastaria a ruína das nações. Os navios saíam uma vez por ano a caminho do Oriente, aproveitando a monção submetidos ao regime caprichoso dos ventos.

A viagem de Lisboa à Índia regulava por cinco meses.

Trinta por cento dos navios perdiam-se no mar, alguns na viagem de regresso com as cargas que transportavam, as tripulações eram dizimadas pelo escorbuto, a malária e doenças epidêmicas desconhecidas.

Tornava-se preciso construir cada ano novos navios, tanto mais quanto muitos deles ficavam na Índia para a Polícia dos mares, defesa das feitorias e comunicação dos postos militares. Não tardou que o *deficit* surgisse e se avolumasse". (Obr. cit. págs. 12 a 13).

Mas o grito que se ouvia era "Dinheiro! Dinheiro!"

Onde, porém, o encontraria?

"No sorvedouro da Índia e dos mares desaparecia tudo".

Portugal confessara-se vencido economicamente. Mas a luta continuava. Os canhões rugiam por toda parte. Que adiantaria isto?

Reconhece-se a menoridade numérica do pequeno exército português para enfrentar aquele mundo que é o Império Oriental Lusitano. A coragem, a valentia, o destemor, o patriotismo do soldado português, muitas vezes, em número reduzido, vencem exércitos numerosos de inimigos que procuravam desalojá-los dos seus pontos fortificados. Apela-se, então, para a violência.

"Da própria disparidade de número de opressores e oprimidos resultara a precisão de erigir o terror como broquel de defesa, adotando o processo do sanguinário Oriente. Da fama da invencibilidade portuguesa dependia a conservação do império indiano".

Não faltaram heróis. O velho Gama que já havia sido esquecido no reinado de D. Manuel, é convocado e comparece acompanhado dos seus filhos. "O colérico e autoritário almirante, informa Carlos Malheiros Dias, exauria-se no esforço de manter na velhice as inquebrantáveis energias da idade madura, e no dia do nascimento de Jesus morria o gigante que dera nascimento ao império português do Oriente".

Morrera Gama em 1524. Outros heróis vieram. Outros combates épicos se travaram, D. João de Castro viria encerrar o exemplo da grandeza, da bravura, da honestidade e do heroísmo que atingia as raias do desprendimento pela vida, de uma quase loucura. Depois dele a corrução, a venalidade, a desonra, o enriquecimento ilícito dos que eram mandados para o Oriente batalhar pela grandeza de Portugal.

Nos seus últimos dias de vida, já doente de tanto pelejar, de tanto batalhar pelo seu heróico rei e por sua estremecida pátria, dizia aos que os cercavam: "Não terei, senhores, pejo de vos dizer que ao vice-rei da Índia faltam nesta doença as comodidades que acha nos hospitais o mais pobre soldado.

Vim a servir, não vim a comerciar no Oriente; a vós mesmos quis empenhar os ossos do meu filho e empenhei os cabelos da barba, porque para vos assegurar não tinha outras tapeçarias nem baixelas. Hoje, não houve nesta casa dinheiro com que se comprasse uma galinha, porque, nas armadas que fiz, primeiro comiam os soldados os salários do governador, que os soldos do seu rei, e não é de espantar que esteja pobre um pai de tantos filhos".

Esse, sim, poderia ser colocado entre os famosos varões de Plutarco. Depois dele foi a corrução, a venalidade, a degradação dos homens de caráter.

Diz Fernando Mendes sobre esse estado deletério dos administradores do Império Português do Oriente: "As relações com a corte de Roma, a parentela, os dotes, as festas e a corte absorviam tudo quanto sobejava das campanhas da África e das despesas com o domínio oriental e não chegava. A exploração do comércio do Oriente e as riquezas que a Ásia mandava para a Europa poderiam saciar essa tão poderosa sede de dinheiro se o tesouro português lucrasse o que devia lucrar; desde que os governadores começaram a cuidar primeiro dos seus bolsos sem fundo, o erário da pátria pouco ou nenhum interesse lhes merecia.

Nomes ilustres se salvaram desse opróbrio, alguns exemplos de sublime isenção ficaram a atestar a honradez dos homens que a Índia teve por governadores; mas, infelizmente,

esses nomes e esses exemplos não chegaram para velar o descalabro". (Obr. cit. pág. 153).

D. João de Castro faleceu no ano de 1548 e no dia 11 de junho de 1557, vitimado por uma apoplexia, morreu D. João III com cinqüenta e cinco anos de idade, deixando sua mulher grávida de uma criança que depois veio a ser o rei D. Sebastião, que faleceu muito jovem nas guerras contra os mouros, no norte da África, sucedendo-lhe o já valetudinário cardeal D. Henrique cujo reinado durou pouco, passando Portugal a pertencer à coroa da Espanha, reinando, ao tempo, D. Felipe II. O que representou a perda de D. João III, para o Brasil, dí-lo Roberto Southey, com muita propriedade, quando já governava o Brasil o nosso excelente Governador-Geral Men de Sá: "Mal se tinha visto a rainha viúva de D. João III, obrigada a ceder o passo ao cardeal D. Henrique, que tudo principiou a declinar debaixo do governo imbecil deste homem. Dez anos mais que D. João III houvesse vivido, tais medidas se vinham tomando, que por toda parte se teriam levantado cidades, vilas e fortalezas; agora em lugar de erguerem-se novas fábricas, caíam as antigas. As frotas anuais que só iam trazer colonos jovens, sadios e industriosos, cessaram, nem a mãe pátria parecia curar mais dessas colônias". ("História do Brasil", vol. I, págs. 436 a 437, tradução do inglês por Oliveira e Castro, notas do Cônego Fernandes Pinheiro, edição de 1862).

Poderemos colocar D. João III entre os reis que durante três décadas se esqueceram do Brasil?

Não, não podemos dizer de D. João III o que o poeta holandês van Haren dizia do Brasil; *verzuimd Braziel,* isto é Brasil esquecido, como se dizia na Holanda logo depois que ela perdeu a colônia brasileira, que se tornou ali um provérbio, como lembra Netscher no seu precioso trabalho, escrito em francês, "Les Hollandais au Brésil", edição de 1858, oferecida a D. Pedro II, do Brasil.

Não, do nosso povoador, não poderemos dizer o que se dizia na Holanda, depois da retirada de Nassau do Brasil. Antes diremos como o famoso historiador neerlandês: pelo menos ele merece uma brilhante homenagem, como mereceram os grandes guerreiros e seus excepcionais administradores durante o seu domínio no Brasil, entre os quais exaltou, com justiça, o conde Maurício de Nassau. (Obr. cit. pág. VIII).

Efetivamente, quando mais intensa era a luta belicosa entre Portugal e suas colônias rebeladas do Oriente, com os cofres públicos sem dinheiro, sem haver quem lhe o empres-

tasse, recebeu D. João III, aviso de seu representante em Paris de que ali se estava preparando uma grande armada contra o Brasil.

A carta do representante de Portugal na França, estava datada de 11 de feveeriro de 1526, na qual ele lhe avisava que em "França se armavam dez navios para virem apoderar-se das embarcações que encontrassem".

No dizer de Varnhagen: "Tal aviso decidiu Portugal a mandar ao Brasil de guarda-costa, neste mesmo ano, uma esquadrilha composta de uma nau e cinco caravelas, a qual, findo certo prazo, devia ser recolhida por outra. Comandava essa esquadrilha Cristóvão Jaques, que já estivera no Brasil em 1516, a mandado de D. Manuel I."

Cristóvão no fim desse mesmo ano chegara no porto de Pernambuco e deu princípio a uma feitoria no sítio a que se veio chamar dos Marcos porque, no futuro próximo, fincaram ali um marco que assinalava os limites entre as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, como se verá mais adiante.

A data ou, antes, a época que teria sido iniciada essa feitoria é muito controvertida, como controvertido é tudo quanto diz respeito ao início de nossa colonização. Mas, a mais aceita é a que estamos citando que, entre outros autores idôneos, tem o apoio de Varnhagen, nem o fim desse modesto trabalho destina-se a examinar essas múltiplas divergências de nossa história, às vezes, de todo improcedentes.

Fundando essa feitoria, Jaques seguiu até o Rio da Prata, logo voltando. Na altura da Bahia encontrou três naus francesas e deu-lhes combate durante todo um dia, venceu-as, fazendo trezentos prisioneiros que levou para Pernambuco. Dentro em pouco era chamado a Lisboa, para onde seguiu levando seus prisioneiros.

Desse seu ato, reclamou o rei de França, alegando barbaridades cometidas por Cristóvão Jaques contra a tripulação das três naus que ele havia combatido nas costas do Brasil.

Admite-se que tenha havido violência. Mas, segundo a carta recebida por D. João III, em 16 de Janeiro de 1530, eram as mesmas naus que tinham assaltado e saqueado uma das caravelas da conserva de Cristóvão Jaques, destinada à Guiné, e que os ventos contrários haviam isolado da esquadra.

Pergunta então Antônio Baião: "Porventura podiam esperar clemência daquele inimigo imprevisto as suas tripulações culpadas? E, quando mesmo inocentes do crime que lhes seria imputado, não vinham elas, sorrateiramente, roubar na propriedade alheia? Não se carpiam em Portugal tantas viú-

vas e órfãos, cujos maridos e pais haviam sido vítimas dos corsários de França? Naquelas solidões da América, a única justiça era a de Talião, as únicas falas possíveis as das bombardas. Pelejaram os adversários. O combate durou o dia inteiro até que, arrombadas as naus, se renderam os franceses, internando-se nas selvas os que confiavam mais na brandura do canibal que na implacabilidade do civilizado". ("História da Colonização Portuguesa do Brasil", vol. III, pág. 74).

A notícia desses fatos chegara rapidamente ao conhecimento de Francisco I, rei da França. No dia 6 de Setembro de 1528 D. João III recebia do seu cunhado rei extensa representação, reclamando contra os mencionados fatos, concluindo ameaçando-o da seguinte maneira: "... não o fazendo, (não cumprindo o que era exigido), serão por nós largadas cartas de marca e represálias contra os súditos do nosso dito irmão, (D. João III, que era seu cunhado), suas pessoas, fazendas, navios, coisas e mercadorias, em qualquer parte que possam ser achadas e alcançadas no nosso reino, terras, senhorios e obediência, tanto por mar, como por terra, até à dita soma, interesses e danos, sem mais mandar lá fazer outra diligência, visto a longa distância do dito reino de Portugal e grandes perigos e riscos que agora há, onde é necessário passar todo mar de Espanha (com a qual se achava em guerra a França), que ora está coberto de galeões, chalupas e navios de guerra, e que nosso dito irmão mande fazer a dita destruição, nós fazendo certo suficientemente e o nosso dito conselho de todo o que sobre isso tendes feito, porque assim nos apraz ter feito".

(Obr. cit. pág. 75).

Carta de marca a que se refere D. Francisco I, na informação do jurista José Ferreira Borges, "Chama-se *represália* o direito, que uma nação tem de vingar-se ou fazer por suas mãos justiça pelo mal recebido doutro soberano, nação ou seus súditos, não dada a devida satisfação. A autorização para poder fazer esse dano, chama-se, e se expede por *Carta de represália;* e a autorização para armar em corso chama-se *Carta* de marca".

(Dicionário Jurídico-Comercial, 2a. edição, ano 1856).

Daí, concluímos, o rei da França autorizaria o corso contra as navegações de Portugal, isto é, permissão para dar caça às embarcações portuguesas.

Esses assaltos, essas tomadias de navegações entre franceses e portugueses, com invasões nas colônias destes por aque-

les, tinham como causa a divergência de sentido jurídico que portugueses e espanhóis mantinham a respeito dos mares e terras descobertos por seus navegantes os quais, como já foi dito, foram divididos, entre as duas coroas pelo Papa. D. Francisco I, nunca se conformara que os demais povos europeus não tivessem o direito de navegar e comerciar livremente onde existissem terras do domínio desses dois povos privilegiados. Mas os seus concorrentes davam um sentido muito amplo a essas liberdades que muito se aproximavam de verdadeiros saques e espoliações.



Esses fatos convenceram D. João III e a seus experimentados conselheiros da necessidade de se iniciar, quanto antes, o povoamento da colônia brasileira. Duas propostas foram logo oferecidas a D. João III, uma pelo próprio Cristóvão Jaques e outra de João de Melo Câmara, que era bisneto do povoador da Madeira, neto do povoador da ilha de S. Miguel e ainda sobrinho do da ilha de S. Tomé, quer dizer, como parente de povoadores, já era bastante prático na realização de semelhantes empresas, o que faria por sua própria conta.

D. João III, não obstante serem essas duas propostas apoiadas por seu eminente conselheiro Dr. Diogo de Gouveia que, depois de D. João haver preferido mandar uma expedição povoadora sob o comando do seu amigo de mocidade, Martim Afonso de Sousa, escreveu-lhe uma carta em Março de 1532, onde ainda repetiu: "A verdade era dar, Senhor, as terras a vossos vassalos, que três anos há que se Vossa Alteza dera aos dois que vos falei, a saber, do irmão do Capitão da ilha de S. Miguel, que queria ir com dois mil moradores lá a povoar, e de Cristóvão Jaques com mil, já agora houvera quatro ou cinco mil crianças nascidas e outros moradores da terra casados com os nossos, e é certo que após esses houverem de ir outros moradores e se vós Senhor, estorvaram por dizerem que enriqueciam muito. Quando vossos vassalos forem ricos, os reinos não se perdem por isso mas se ganham... por que quando lá houver sete ou oito povoações estes serão bastantes para defenderem aos da terra que não vendem o brasil a ninguém e não o vendendo as naus não hão de querer lá ir para virem de vasio"".

Recebendo D. João III, do rei de França, a carta, cujo trecho mais importante transcrevemos, respondeu-lhe, com a dignidade necessária, em longa carta, cujo conteúdo, em resu-

mo, remeteu a seu representante em França, para seu conhecimento, relatando-lhe que havia relembrado a seu parente os roubos cometidos na sua fazenda e de seus vassalos, pedira-lhe que fizesse justiça dos danos e tomadias, prometendo-lhe fazer o mesmo quando houvesse queixa dos seus súditos contra os portugueses; que sob qualquer pretexto, salvo se andasse a serviço do inimigo ou armado em corsário, se pudesse tomar navio português, bem como nenhuns navios ou vassalos de França fossem aos mares e terras da Guiné, Índia ou Brasil. Na sua carta dirigida a seu embaixador foi explícito quanto aos motivos que tinha para não concordar com o rei de França com sua pretensão de querer livremente cruzar os mares e comerciar com habitantes dos seus domínios, desde que tinha o monopólio da navegação e do comércio português.

E então argumentava: "Mui áspero pareceria e parece, agora que se começa a colher os frutos dos trabalhos, querem os franceses prejudicar em tanta maneira que são amigos, confederados e aliados quanto mais que todos direitos são contra isso..." E dando ênfase ao seu dito, sustentava D. João III: "Seria mui desalmada coisa que cuidando todo mundo que era aquela parte não havia outra coisa senão mar ou terras que não se podiam habitar, sendo com tantos trabalhos descobertas pelos portugueses e trazidas à notícia da república em indo sempre em progresso a descobrir mais terras dizerem os franceses que queriam passar adiante vinte ou cento ou duzentas léguas pois nisso não haviam trabalhado nem gastado nada e estando disso mui descuidados, os portugueses o trouxeram à luz". (Antônio Baião, obr. cit. págs. 100 a 101).

Convém acrescentar em louvor a D. João III, que até a sua morte a difícil situação que encontrou o reino de Portugal foi sempre piorando sem culpa sua. Para provar isso transcrevemos um trecho de excelente trabalho de Carlos Malheiros Dias, cuja leitura sempre agrada e delicia mesmo a quem não seja dado a leituras da nossa história principalmente tudo quanto se refere à nossa colonização: "Através dos trinta e cinco anos de reinado de D. João III progressivamente se haviam agravado as causas orgânicas da decadência que minava o país. As raízes da nacionalidade não encontravam já o húmus nutritivo. Nas feitorias de flandres da Alemanha e nos bancos da Itália "a quebra da palavra real e uma dívida enorme, não saldada, testemunhavam os erros e as ilusões do monopólio". À lavoura faltavam os braços, aos ofícios os mestres, às indústrias o incentivo e os capitais. As reclamações dos povos nas cortes eram entrecortadas de lamentos. O mercantilismo enca-

recera a vida. Pedia-se que o trigo, o centeio e as mais subsistências entrassem livres de direitos; que fossem anuladas as escrituras de vendas feitas sob a coação da miséria; que se fixasse nas vilas e cidades o salário dos artífices; que se suspendesse o imposto das sisas.

Proibira-se a exportação das lãs, do linho e da estopa, da cera e dos couros. Legislara-se insistentemente contra o luxo. Mas o mal entranhara-se e não cedia a expedientes.

Não obstante a anemia que a dessorava, a nação continuava a agüentar, arquejante, o peso do império, que se ampliara com a criação do novo estado do Brasil" (Obr. cit. pág. 28).

Admirável, pois, era que D. João III, cercado de tantos atropelos, de tantas dificuldades, sem dinheiro, sem crédito, pudesse se entregar a tamanha empresa como o povoamento do Brasil, chegando mesmo a nomear Mem de Sá terceiro governador do Brasil. Só tudo faltou, só tudo parou com sua morte, quando assumiu o Governo de Portugal o imbecil Cardeal D. Henrique, como o qualificou Roberto Southey.

Merecida é a gratidão dos brasileiros a D. João III, apesar das suas justificáveis omissões e deficiências intelectuais e seu fanatismo religioso, que é explicável na sua época, mas foi tudo suprido pela dedicação, pelo saber, pela experiência dos seus eminentes ministros, que soube escolher entre os mais cultos e notáveis intelectuais portugueses do seu tempo.

CAPÍTULO II

OS PRIMEIROS SINAIS DO DESMORONAMENTO DO GRANDE IMPÉRIO PORTUGUÊS DO ORIENTE.

Ao pôr a coroa de rei de Portugal sobre sua cabeça, D. João III já encontrava o brilho da riqueza que lhe vinha do Oriente, ofuscado por sombras merencóreas como que anunciando um ocaso que se aproximava.

As incompreensões, as desinteligências, as intrigas dos despeitados, as invejas, as más vontades, os naturais recalques dos vencidos, aquelas evidentes hostilidades manifestadas acintosamente contra o Gama na sua primeira visita ao rajá e, depois, contra o próprio Pedro Cabral, na sua visita para obter a segurança da sua amizade e da estabilidade de seu comércio com a nação lusitana, bem predisseram as terríveis tempestades que iriam se desencadear em futuro muito próximo entre dois povos tão diferentes nas suas educações, nas suas religiões, e ambos ciosos do seu poderio a ponto do rajá de Calecut escarnecer e desprezar os presentes que lhe entregou Vasco da Gama, em nome do seu rei, insinuando, por intermédio de um seu vassalo, "que prendas mais valiosas ofereceria qualquer mercador de Meca".

Vasco da Gama, perante a afronta, reprimiu quanto pôde as iras e retorquiu que era um embaixador e não um mercador e que se o Samorim (título dado pelos portugueses ao rajá) não aceitasse aqueles presentes, "nenhuns outros lhe daria".

("Esplendor e Decadência de Portugal", Fernando Mendes, pág. 32).

Quanto a Cabral, tendo mostrado mais habilidade no trato com aquela gente, as coisas correram mais pacificamente.

Ouçamos o que nos diz, neste sentido, o já mencionado Fernando Mendes: "A ignorância das leis e costumes dos índios começou então a produzir grandes contrariedades. Sendo da casta brâmane os principais da corte do rajá, as leis deste proibíam-lhes o contato com os estrangeiros, assim como todo brâmane que comesse com estrangeiros ficaria poluído e perderia o privilégio da sua casta. É claro que esta disciplina provocou dificuldades, não habilitando o Samorim a satisfazer a exigência de Álvares Cabral; mas tanto este insistiu e se impôs que o índio condescendeu e o capitão-mor lá foi à recepção, tomando assento numa cadeira toda ouro, prata e pedras preciosas". (Obr. cit., pág. 47).

Cabral, com suas boas maneiras, ainda conseguiu que o Samorim recebesse os presentes que lhe mandou D. Manuel, certamente melhores em qualidade e em quantidade do que os que foram trazidos pelo Gama, bem como que fosse cedida a Portugal autorização, o que fora muito importante "para o estabelecimento da feitoria dos portugueses".

Pouco tempo, porém, durou esse bom entendimento entre o Samorim e Cabral. Como já foi dito, os "mouros já se haviam instalado definitivamente naquelas terras do Oriente. Não haviam esquecido o que sofreram dos portugueses e foram os primeiros a instigar os nativos contra a gente lusitana."

Voltamos a transcrever o que nos informa Fernando Mendes: "E tudo correria bem se os mouros, receando a concorrência comercial dos portugueses, não começassem desde logo a pôr todos os entraves possíveis ao desenvolvimento da feitoria, a ponto de irem passando os meses sem que Pedro Alvares Cabral conseguisse adquirir as especiarias que desejava. Isto irritou o capitão-mor, levando-o, em represália, a apresar uma nau árabe que ia a sair do porto com importante carregamento. Os mouros logo se revoltaram, investindo a feitoria portuguesa, onde se encontravam setenta companheiros de Alvares Cabral. Travou-se então luta séria, em que os portugueses, em guerra aberta com os mouros, diz Damião de Góes, "regaram à farta com o seu próprio sangue o palco das suas mais brilhantes e audaciosas empresas".

A lastimável refrega produziu nos portugueses cinqüenta mortos, sendo um deles Aires Correia. Não se fez esperar a vingança de Pedro Alvares Cabral. Encontrando-se no porto dez naus mouriscas, foram todas apresadas, saqueadas e mortos os seus tripulantes, em número superior a quinhentos". (Obr. cit. pág. 48 a 50).

Isto, porém, não foi nada, recuemos um pouco para a primeira viagem de Vasco da Gama às Índias. Sabemos das humilhações que passou o imortal navegante português em sua visita ao rajá de Calecut. E, em dado momento, julgando-se insultado ao extremo, declarou irritado o Gama:..." saiu de Calecut a 23 de agosto, fazendo constar que ia a Portugal e voltaria àquele porto para que o Samorim ficasse sabendo com quem estava tratando".

Vasco da Gama voltou à Ásia entre 1502 — 1503. Vejamos o que ocorreu segundo nos expõe o mencionado Fernando Mendes: "Novamente, o rajá de Calecut ia medir-se com os portugueses, pois Vasco da Gama não era homem que esquecesse agravos, e o que tinha recebido do Samorim era bem merecedor de castigo severo. A vingança do almirante seria terrível. Durante mais de um mês, esperou ele, nas ilhas de Angediva, a chegada das naus de Meca, para encetar nelas a sua obra de vindita. No dia 3 de Outubro, apareceu uma nau de Calecut, trazendo a bordo, como passageiros, muitos mouros, mulheres e crianças. Vasco da Gama ordenou logo que lhe dessem caça, para dar uma lição ao inimigo, cujo brado o fizesse estremecer de horror. A nau foi apresada; os mouros ofereceram uma soma importante pelo seu resgate. O almirante rejeitaria um mundo, se lhe pudessem oferecer, porque o seu rancor exigia mais: — Mandou que tirasse a nau, a reboque, para fora da esquadra e lhe lançassem fogo com tudo quanto lá estivesse dentro, fazendas e passageiros".

Diante de tais fatos, o Samorim propôs fazer paz com Vasco da Gama. Mas os normais entendimentos demoraram um pouco. As exigências feitas pelo Almirante foram radicais e dependia de dilatado tempo para sua conclusão. Gama exigiu a expulsão de todos os mouros residentes em Calecut que ascendia a número superior a cinco mil famílias das mais ricas e úteis, o que seria impossível atender em limitado tempo. Impaciente Gama começou a aprisionar alguns barcos de pesca e almadias que são uma espécie de barcos compridos e estreitos muito usados naquelas regiões, prendendo suas tripulações. O Samorim compreendeu que era impossível atender a tais imposições, então comunicou ao Gama a sua resolução, mandou lhe dizer que procurasse se retirar de Calecut, visto que a perfídia dos portugueses os tornava indignos de qualquer aliança.

O Almirante não tomou conhecimento da intimação. Respondeu ao Samorim que como criado do poderosíssimo rei D. Manuel, seu senhor, valia muito mais do que o rei de Ca-

lecut "e que, em prova de não se importar com a ordem de partir, se chegaria mais para a cidade, dando-lhe tempo até ao meio-dia seguinte para levar sua resposta".

"Dispôs quase todas suas naus em linha, muito próximas da terra, e fez enforcar nas gáveas desses navios os desgraçados prisioneiros mouros. Foi mais longe, como se juntasse muito povo, apavorado com aquele espetáculo crudelíssimo, Vasco da Gama fez cair sobre os populares algumas bombardas. Depois, para coroa *brilhante* das suas façanhas sanguinárias teve a diabólica idéia de mandar cortar as cabeças, as mãos e os pés dos mouros enforcados e carregar desses despojos macabros um barco que mandou varar em terra!"

* *
*

Mas isto era apenas o princípio. Para concluir seus planos de vingança alinhou dezesseis naus "num bombardeio cerrado e incessante à cidade, varejando-a sem contemplações, espalhando a ruína e a morte entre os pobres habitantes, em fúria doida, que só no dia seguinte acabou". (Obr. cit., págs. 57 a 60).

Transcrevemos para aqui esses trechos para que se tome conhecimento da maneira como os portugueses se comportaram nos seus primeiros contatos com aqueles povos do Oriente, que não foram fatos transitórios, mas que perduraram durante todo reinado de D. Manuel e prosseguiram no de D. João III, que, finalmente, veio a ser o bode expiatório da dissolução do chamado grande Império Lusitano do Oriente.

Ainda não era tudo, esforçaram-se para incompatibilizá-los com o sultão do Egito trazendo mais maravalhas à fogueira que ali já lavrava para que assim reconquistassem as suas freguesias tomadas surpreendentemente por aquele povo valente, empreendedor e pertinaz.

E o incêndio crepitava. Era preciso tomar Ormuz, defesa árabe na entrada do Mar Vermelho. Tornavam-se necessários mais navios de guerra, mais soldados, mais munições bélicas, muito dinheiro. O incêndio espalhava-se por toda parte.

D. Manuel convocara seus melhores cabos de guerra, seus mais ilustres almirantes, seus guerreiros mais experimentados no manejo das armas, seus mais inteligentes e práticos estadistas, entregando a estes a direção do seu Grande Império das Índias.

Após esforçadas, e quase sempre desiguais lutas, encarniçadas batalhas, sangrentos combates que muitas vezes os

lusitanos empenhavam-se, com menor número de lutadores, mas sua coragem, seu espírito de combatividade, seu patriotismo ofereciam estímulo para conseguirem vitórias contra adversários muito mais numerosos e bem aguerridos.

Estavamos já no ano de 1515. Afonso de Albuquerque, pelas intrigas que o rei deu ouvidos, foi dispensado do governo das Índias. Já doente, ao receber a notícia queixou-se amargamente: "Mal com os homens por amor de el-rei e mal com el-rei por amor dos homens, bem é acabar logo".

"O grande homem, e grande português que assim falava num magoadíssimo desengano da gratidão real tinha tornado em fato a fundação do império português no Oriente."

Encontrando-se em Ormuz, Afonso de Albuquerque pediu que o conduzissem para Goa, Capital do Império Português, onde desejava morrer. Satisfizeram seu desejo, mas quando entrava em sua barra fecharam-se-lhe os olhos para sempre, sendo ali sepultado.

O Rei de Portugal, porém, conquistara mais galardões para seu nome e passou a usar o pomposo título de Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em África, Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia

A paz, a tranqüilidade, contudo, não mais tornaram àquelas plagas, donde vinham, com abundância, o ouro, a prata, as jóias, as especiarias que enriqueceram e também corromperam Portugal.

Os conflitos armados, as rebeliões, a permanente indisciplina, tudo isto agitava constantemente aquela gente insubordinada e ansiosa por sua antiga vida de ócio e liberdade.

E a situação do Oriente, ao se aproximarem os últimos anos de vida de D. Manuel era a que se segue:... "quanto mais os portugueses iam alargando os seus domínios, tanto mais tinham por onde repartir as suas forças. Essa circunstância não deixou de agradar aos indígenas, e assim, os de Quiloa, aproveitando-se da ausência de Diogo Lopes, que andava no Mar Vermelho, cercaram a fortaleza, que não chegaram a vencer, mercê da energia do comandante Heitor Rodrigues que levou o rajá de Zuloa a abandonar o seu projeto e pedir a paz" (Fernando Mendes, obr. cit., pág. 100).

Dentro de breves dias faleceu o rei D. Manuel I, aos 13 de dezembro de 1521, aos cinqüenta anos de idade, nos paços da Ribeira, em Lisboa.



Portugal, porém, durante o brilhante reinado do Rei Venturoso, atingira o ápice da sua evolução econômica, do seu poder naval, militar e social. Na sua Capital estava o maior comércio do mundo, possuía uma riqueza que ostentava, um luxo que era um delírio...

Mas tudo isto foi uma conseqüência da descoberta do caminho para as Índias. A maneira como o Gama e seus dez companheiros foram apresentados ao Samorim de Calecut é bem sintomática: demonstrava que seu país era uma nação pobre, onde seus homens mais ilustres vestiam-se modestamente a ponto de se tornarem ridículos e causa de mangação, quando não de desdém, diante das riquezas e do luxo com que se apresentaram os orientais. Pinheiro Chagas nos transmitiu essas impressões com fartura de detalhes: — "Rodeado de toda magnificência oriental de que na Europa se não fazia uma leve idéia, nem nas cortes mais faustosas como a da Itália, o monarca indiano, recostado, com a indumentária característica da sua raça, numa camilha de ouro, mascava folhas de bétel, que deitava depois fora, cuspindo-as num vaso de ouro maciço. Todos os seus principais dignitários o cercavam, e as sedas e o ouro resplandeciam por toda parte. Era uma cena das *Mil e uma noites*. Vasco da Gama e os seus dozes companheiros apesar de levarem as mais custosas galas, não podiam fazer uma figura muito brilhante ao lado desses orientais, trajados com uma magnificência que sempre deixou a perder de vista a singeleza dos trajes europeus, ainda no tempo em que eles estavam longe da severidade atual."

"Pode-se imaginar, comenta Fernando Mendes de quem transcrevemos o trecho acima, a sensação de surpresa que os portugueses receberam perante aquela deslumbrante ostentação de riqueza. Por sua vez o Samorim percorreu com um olhar despeitado aqueles modestos visitantes que se diziam súditos dum monarca poderoso, e teve, sem dúvida, de dissimular um sorriso de desdém, por tão humilde apresentação". (Obra. cit. págs. 30 a 31).

Depois disto, porém, foi a alucinação. Lisboa, no dizer de Júlio Dantas, tornou-se a metrópole comercial do mundo, a cidade da prata, com a opulência de D. Manuel. A sua rua

nova dos Mercadores era o grande coração da Europa cujas pulsações marcavam o ritmo da vida econômica européia.

Sobre ela escreveu Júlio Dantas, naquele seu estilo elegante e mavioso. "Era lá onde se encontravam todos mercadores de todas mercadorias, os lapidários, os tapeceiros, os luveiros, os douradores, os perfumistas; onde passeavam as elegantes lisboetas do século XVI, "as mais lindas mulheres de toda península", pintadas de loiro como as venezianas, com os peitos à mostra; os mercadores novos-ricos; os solenes desembargadores da Suplicação e do Cível apoiados às suas varas de prata; os fidalgos velhos, bamboleando nas liteiras; os burgueses soberbos, tratando-se uns aos outros por "senhorias"; todo povo da cidade, curtido, tisnado do sol, arrastando os socos de madeira; os vadios, os mendigos, os ciganos, os frades — vadios também — mendicantes, franciscanos de alforge às costas, trinos, carmelitas, bentos orgulhosos, cônegos azuis de Santo Elói caminhando graves dois a dois; e tanto luxo se exibia em Lisboa, nos passeios da Rua Nova e no terreiro do Paço da Ribeira que o rei, obedecendo aos princípios da economia política administrativa dominante no tempo, teve de proibir pelas pragmáticas sucessivas de 1520, 1524, 1535 e 1537.

Esse luxo, porém, não se limitava apenas aos trajes; ia ao interior das habitações, tão pesadas de tapetes e argentarias, que os estrangeiros deslumbrados pelos brilhos dos gomis, dos barnegais, das almaraias, chamavam à riquíssima Lisboa — "a cidade da prata".

("História da Colonização Portuguesa do Brasil", vol. I, págs. 5 e 6).

Os Lusíadas de Pedra...

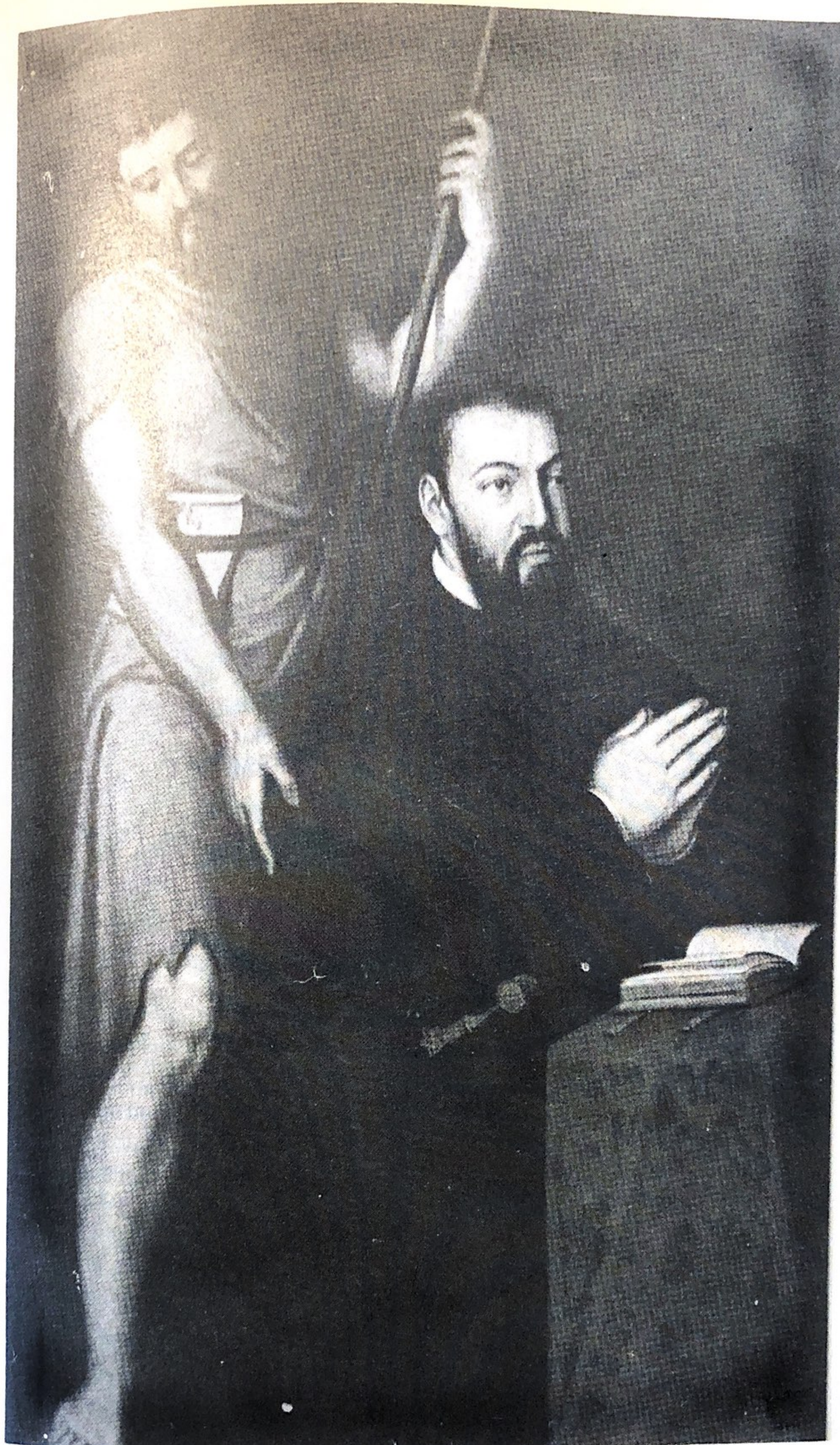
Morrera D. Manuel já quando entrava em declínio seu grande Império do Oriente. Seu filho e sucessor, D. João III, esforçou-se por salvá-lo, em vão. Mas sua história ficou gravada num monumento que Júlio Dantas chamou Lusíadas de Pedra, escrito pelas mãos plebéias de mestre Boytaca e de mestre João de Castilho: os Jerônimos. Vejamo-lo agora descrito por quem sabia escrever com punhos de renda:

"Como tudo nesse mosteiro, evoca o ciclo glorioso das navegações.

O pórtico lateral, com o seu tímpano da Virgem, com a sua fuga de arquivoltas povoadas de profetas e de doutores, com seu colunele coroado de figura do Infante de Sagres, com os seus capitéis, as suas impostas, os seus intradorsos arren-

dados e modelados pelo opulento naturalismo dos imaginários da Renascença, — dir-se-ia, na sua grandeza, o arco de triunfo por onde Portugal, senhor dos mares, entrou na história da civilização. Nas vastas naves, divididas pelos seus mais belos pilares que algum dia sustentaram o artesonado de uma abóbada gótica, parecem ressoar ainda os passos augustos dos heróis, dos capitães, dos almirantes, dos governadores, dos vice-reis, dos super-homens da Índia. Dos recantos do cruzeiro e da ábside, acordadas pela alma colorida e luminosa das vidraças, surgem as grandes figuras patriarcais, — Vasco da Gama, orgulhoso, debaixo de pálio; D. João de Castro, coroado de louros como um varão de Plutarco; Francisco de Almeida, abraçado ao cadáver sangrento do filho: Duarte Pacheco, arrastando as cadeias de cativeiro; Afonso de Albuquerque, o criador de impérios, com os seus olhos de águia, o seu tabardo negro, a sua coifa de ouro na cabeça, a sua barba branca, atada na ponta como a do Cid Campeador. A nossa imaginação enche a igreja de uma multidão de espectros — *Tenaz serei! Tenaz serei!* —, faz retinir armas, levantar cruzes de prata, clangorar trombetas, arrastar pluviais, cintilar báculos e dalmáticas na penumbra. O gênio dos arquitetos, dos imaginários, dos ornamentistas manuelinos — Boytaca, João de Castilho, Diogo de Torralva, Jerônimo de Ruão — desperta por toda parte, diante dos nossos olhos, os fantasmas adormecidos do passado. Dos brutescos, dos monstros, dos fálus, dos mascarões, dos anjos báquicos que ornam as colunas das naves — as maravilhosas colunas que assombraram Taylor — é o povo, são os marinheiros, é a relé sublime das armadas que nos espreita, risonha, tisnada, gadelhuda, ululante, possessa de naufrágios, de incêndios, de conquistas, de esplendores, de devastações — de glória. No claustro, no enorme claustro mordido de sol, as sugestões do mar esplendem, entrelaçam-se na pedra dourada, torcendo cordagens nas arquivoltas e no intradorso das aduelas, enroscando monstros, plantas, sereias, frutos, grifos, centauros, epicrâneos, hipocampos, hipocentauros nos capitéis, nas pilastras, nos pinázios, que a mão do mestre Benavente trabalhou, animando os olhos, as frontes, as bocas de pedra de Paulo da Gama, de Nicolau Coelho, de Álvares Cabral, que há cinco séculos, da sombra daquela castra manuelina, sorriem para a imortalidade." (Obr. citada, pág. 13).

Podemos agora entender o que será esse Lusíadas de Pedra — o mosteiro dos Jerônimos, nome com que vulgarmente é conhecido como mosteiro de Nossa Senhora de Belém



O Rei D. João III de Portugal, o povoador do Brasil.

que D. Manuel I fundou em memória do descobrimento do caminho marítimo. Obra de fino lavor, Júlio Dantas descreveu-a, fazendo recordar os grandes personagens que nela aparecem, com sua maestria de extraordinário escritor e o encanto e a harmonia que sabia dar a seus versos, como excelente poeta que era, dando-lhe um cunho de eternidade que só é inferior àquele outro monumento que seu filho D. João III ergueu no outro lado do Atlântico, quando percebeu que o Império que seu pai lhe transmitira, por herança, estava se extinguindo irremediavelmente — o Brasil!

CAPÍTULO III

RÁPIDA INFORMAÇÃO SOBRE O REI COLONIZADOR DO BRASIL E SUA IMPOSSIBILIDADE DE MANTER O IMPÉRIO ORIENTAL PORTUGUÊS

D. João III não foi um homem inteligente e muito menos culto. No seu reinado, porém, enfrentou corajosamente o grande empreendimento da povoação do Brasil.

Asseverou Alexandre Herculano, um dos mais sérios e comedidos historiadores portugueses, que os extraordinários dons atribuídos pelos cronistas do seu tempo e dos seus sucessores devem-se ao fato de haverem escrito "tendo diante dos olhos o látego da censura".

Esta tese, anos depois, foi sustentada por outro eminente luso historiador que lhe traçou um perfil de maneira muito mais generosa e até mesmo com muitas adjetivações louvaminheiras.

"Embora o pai tivesse procurado fazer dele um príncipe letrado, escreveu Carlos Malheiros Dias, D. João III não conseguiu sequer adestrar-se convenientemente no uso da língua latina, pedra de toque na cultura quinhentista". (Obr. cit., vol. III, pág. 7).

Mas esse rei beato, inculto e de reduzida inteligência, era pertinaz e enérgico nas suas decisões, quando entendia que eram necessárias para bem do seu povo ou para a grandeza da sua coroa.

Disto encontra-se exemplo no seu obstinado desejo de instaurar o Tribunal da Inquisição no seu pequeno reino a fim de extirpar o judaísmo. Requereu a Roma a sua permissão, esta, porém, inicialmente, foi-lhe negada.

"No período em que D. João III mais se obstina em obter a sua instituição em Portugal, informa Carlos Malheiros Dias, é um prelado português, o Cardeal da Cunha, que maiores obstáculos lhe opõe no Vaticano". (Obr. cit. pág. 9, vol. III).

Não se conformou com essas negativas, persistindo sempre com seus propósitos até que a obteve entre os anos de 1530 a 1536, "a pretexto de combater o judaísmo". ("História Geral do Brasil — Varnhagen, vol. I, pág. 163, 2.ª Edição).

Sendo dotado naturalmente de um temperamento moderado e de espírito reservado, sabia, contudo, zelar sua dignidade de rei de uma nação que herdara já muito onerada de dívidas e de complexos problemas internacionais, particularmente com a França. Teve de se revestir com a máxima coragem para poder resolvê-los ou contorná-los.

Quanto às suas divergências com o governo francês, entregou sua solução a seu experimentado diplomata e seu dedicado amigo João da Silveira, que logo seguiu para ali em substituição a Jácome Monteiro.

A questão do Oriente era bem mais grave e tão penoso seria resolvê-la que Carlos Malheiros Dias viu suas dificuldades da seguinte maneira: — "Outro rei menos compenetrado dos seus deveres e menos obstinado no brio de entregar intacto o patrimônio herdado e a dignidade majestática, havia desamparado o ruinoso império e regressado à modestia de um pequeno príncipe deixando perder a nação a categoria e a influência universal que ascendera vertiginosamente em pouco mais de um século. Mas aquele rei misantropo e severo, que viu morrerem todos seus filhos, perseguido por uma fatalidade inflexível; aquele rei sem marcialidade e sem beleza, que pareceria uma antecipação de Felipe II sem a crueldade glacial e os seus talentos maquiavélicos, soube galvanizar com a majestosa consciência de imperante o reino decadente, fazendo sustar a derrocada com o cetro erigido em mão orgulhosa". (Obr. cit., vol. III, pág. 14).

Mas não o torturava apenas a falta de dinheiro, torturavam-no também suas convicções religiosas que chegavam aos extremos do fanatismo. Para ele Portugal não conquistava apenas terras estranhas, realizava missão muito mais importante: conduzir aqueles fanáticos povos do oriente ao cristianismo, ou, melhor, ao catolicismo. E como poderia atingir a sua finalidade humana de continuar combatendo aqueles bárbaros, aqueles hereges no conceito de suas convicções religiosas, sem dinheiro?

Dinheiro! Dinheiro! Onde achá-lo?

"*O Venturoso*, escreveu Carlos Malheiros Dias, parecia ter levado para o sepulcro todas as riquezas que, por um fugaz momento, havia ilusoriamente convertido aos olhos do mundo em um ELDORADO a pequena e brava nação. Mergulhando as mãos no tesouro manuelino o jovem e inexperiente rei reconhecia com surpresa que a sua opulência era uma fantasmagoria". (Obr. cit. vol. III, pág. 10).

A situação de Portugal era esta, na demonstração real de Carlos Malheiros Dias: "Se atualmente o comércio marítimo voltasse a ficar exposto aos riscos freqüentes da navegação quinhentista, a sua falência inevitável arrastaria a ruína das nações. Os navios saíam uma vez por ano a caminho do Oriente, aproveitando a monção submetidos ao regime caprichoso dos ventos.

A viagem de Lisboa à Índia regulava por cinco meses. Trinta por cento dos navios perdiam-se no mar, alguns na viagem de regresso com as cargas que transportavam, as tripulações eram dizimadas pelo escorbuto, a malária e doenças epidêmicas desconhecidas.

Tornava-se preciso construir cada ano novos navios, tanto mais quanto muitos deles ficavam na Índia para a Polícia dos mares, defesa das feitorias e comunicação dos postos militares. Não tardou que o *deficit* surgisse e se avolumasse". (Obr. cit. págs. 12 a 13).

Mas o grito que se ouvia era "Dinheiro! Dinheiro!"

Onde, porém, o encontraria?

"No sorvedouro da Índia e dos mares desaparecia tudo".

Portugal confessara-se vencido economicamente. Mas a luta continuava. Os canhões rugiam por toda parte. Que adiantaria isto?

Reconhece-se a menoridade numérica do pequeno exército português para enfrentar aquele mundo que é o Império Oriental Lusitano. A coragem, a valentia, o destemor, o patriotismo do soldado português, muitas vezes, em número reduzido, vencem exércitos numerosos de inimigos que procuravam desalojá-los dos seus pontos fortificados. Apela-se, então, para a violência.

"Da própria disparidade de número de opressores e oprimidos resultara a precisão de erigir o terror como broquel de defesa, adotando o processo do sanguinário Oriente. Da fama da invencibilidade portuguesa dependia a conservação do império indiano".

Não faltaram heróis. O velho Gama que já havia sido esquecido no reinado de D. Manuel, é convocado e comparece acompanhado dos seus filhos. "O colérico e autoritário almirante, informa Carlos Malheiros Dias, exauria-se no esforço de manter na velhice as inquebrantáveis energias da idade madura, e no dia do nascimento de Jesus morria o gigante que dera nascimento ao império português do Oriente".

Morrera Gama em 1524. Outros heróis vieram. Outros combates épicos se travaram, D. João de Castro viria encerrar o exemplo da grandeza, da bravura, da honestidade e do heroísmo que atingia as raias do desprendimento pela vida, de uma quase loucura. Depois dele a corrução, a venalidade, a desonra, o enriquecimento ilícito dos que eram mandados para o Oriente batalhar pela grandeza de Portugal.

Nos seus últimos dias de vida, já doente de tanto pelejar, de tanto batalhar pelo seu heróico rei e por sua estremecida pátria, dizia aos que os cercavam: "Não terei, senhores, pejo de vos dizer que ao vice-rei da Índia faltam nesta doença as comodidades que acha nos hospitais o mais pobre soldado.

Vim a servir, não vim a comerciar no Oriente; a vós mesmos quis empenhar os ossos do meu filho e empenhei os cabelos da barba, porque para vos assegurar não tinha outras tapeçarias nem baixelas. Hoje, não houve nesta casa dinheiro com que se comprasse uma galinha, porque, nas armadas que fiz, primeiro comiam os soldados os salários do governador, que os soldos do seu rei, e não é de espantar que esteja pobre um pai de tantos filhos".

Esse, sim, poderia ser colocado entre os famosos varões de Plutarco. Depois dele foi a corrução, a venalidade, a degradação dos homens de caráter.

Diz Fernando Mendes sobre esse estado deletério dos administradores do Império Português do Oriente: "As relações com a corte de Roma, a parentela, os dotes, as festas e a corte absorviam tudo quanto sobejava das campanhas da África e das despesas com o domínio oriental e não chegava. A exploração do comércio do Oriente e as riquezas que a Ásia mandava para a Europa poderiam saciar essa tão poderosa sede de dinheiro se o tesouro português lucrasse o que devia lucrar; desde que os governadores começaram a cuidar primeiro dos seus bolsos sem fundo, o erário da pátria pouco ou nenhum interesse lhes merecia.

Nomes ilustres se salvaram desse opróbrio, alguns exemplos de sublime isenção ficaram a atestar a honradez dos homens que a Índia teve por governadores; mas, infelizmente,

esses nomes e esses exemplos não chegaram para velar o descalabro". (Obr. cit. pág. 153).

D. João de Castro faleceu no ano de 1548 e no dia 11 de junho de 1557, vitimado por uma apoplexia, morreu D. João III com cinqüenta e cinco anos de idade, deixando sua mulher grávida de uma criança que depois veio a ser o rei D. Sebastião, que faleceu muito jovem nas guerras contra os mouros, no norte da África, sucedendo-lhe o já valetudinário cardeal D. Henrique cujo reinado durou pouco, passando Portugal a pertencer à coroa da Espanha, reinando, ao tempo, D. Felipe II. O que representou a perda de D. João III, para o Brasil, dí-lo Roberto Southey, com muita propriedade, quando já governava o Brasil o nosso excelente Governador-Geral Men de Sá: "Mal se tinha visto a rainha viúva de D. João III, obrigada a ceder o passo ao cardeal D. Henrique, que tudo principiou a declinar debaixo do governo imbecil deste homem. Dez anos mais que D. João III houvesse vivido, tais medidas se vinham tomando, que por toda parte se teriam levantado cidades, vilas e fortalezas; agora em lugar de erguerem-se novas fábricas, caíam as antigas. As frotas anuais que só iam trazer colonos jovens, sadios e industriosos, cessaram, nem a mãe pátria parecia curar mais dessas colônias". ("História do Brasil", vol. I, págs. 436 a 437, tradução do inglês por Oliveira e Castro, notas do Cônego Fernandes Pinheiro, edição de 1862).

Poderemos colocar D. João III entre os reis que durante três décadas se esqueceram do Brasil?

Não, não podemos dizer de D. João III o que o poeta holandês van Haren dizia do Brasil; *verzuimd Braziel,* isto é Brasil esquecido, como se dizia na Holanda logo depois que ela perdeu a colônia brasileira, que se tornou ali um provérbio, como lembra Netscher no seu precioso trabalho, escrito em francês, "Les Hollandais au Brésil", edição de 1858, oferecida a D. Pedro II, do Brasil.

Não, do nosso povoador, não poderemos dizer o que se dizia na Holanda, depois da retirada de Nassau do Brasil. Antes diremos como o famoso historiador neerlandês: pelo menos ele merece uma brilhante homenagem, como mereceram os grandes guerreiros e seus excepcionais administradores durante o seu domínio no Brasil, entre os quais exaltou, com justiça, o conde Maurício de Nassau. (Obr. cit. pág. VIII).

Efetivamente, quando mais intensa era a luta belicosa entre Portugal e suas colônias rebeladas do Oriente, com os cofres públicos sem dinheiro, sem haver quem lhe o empres-

tasse, recebeu D. João III, aviso de seu representante em Paris de que ali se estava preparando uma grande armada contra o Brasil.

A carta do representante de Portugal na França, estava datada de 11 de feveeriro de 1526, na qual ele lhe avisava que em "França se armavam dez navios para virem apoderar-se das embarcações que encontrassem".

No dizer de Varnhagen: "Tal aviso decidiu Portugal a mandar ao Brasil de guarda-costa, neste mesmo ano, uma esquadrilha composta de uma nau e cinco caravelas, a qual, findo certo prazo, devia ser recolhida por outra. Comandava essa esquadrilha Cristóvão Jaques, que já estivera no Brasil em 1516, a mandado de D. Manuel I."

Cristóvão no fim desse mesmo ano chegara no porto de Pernambuco e deu princípio a uma feitoria no sítio a que se veio chamar dos Marcos porque, no futuro próximo, fincaram ali um marco que assinalava os limites entre as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, como se verá mais adiante.

A data ou, antes, a época que teria sido iniciada essa feitoria é muito controvertida, como controvertido é tudo quanto diz respeito ao início de nossa colonização. Mas, a mais aceita é a que estamos citando que, entre outros autores idôneos, tem o apoio de Varnhagen, nem o fim desse modesto trabalho destina-se a examinar essas múltiplas divergências de nossa história, às vezes, de todo improcedentes.

Fundando essa feitoria, Jaques seguiu até o Rio da Prata, logo voltando. Na altura da Bahia encontrou três naus francesas e deu-lhes combate durante todo um dia, venceu-as, fazendo trezentos prisioneiros que levou para Pernambuco. Dentro em pouco era chamado a Lisboa, para onde seguiu levando seus prisioneiros.

Desse seu ato, reclamou o rei de França, alegando barbaridades cometidas por Cristóvão Jaques contra a tripulação das três naus que ele havia combatido nas costas do Brasil.

Admite-se que tenha havido violência. Mas, segundo a carta recebida por D. João III, em 16 de Janeiro de 1530, eram as mesmas naus que tinham assaltado e saqueado uma das caravelas da conserva de Cristóvão Jaques, destinada à Guiné, e que os ventos contrários haviam isolado da esquadra.

Pergunta então Antônio Baião: "Porventura podiam esperar clemência daquele inimigo imprevisto as suas tripulações culpadas? E, quando mesmo inocentes do crime que lhes seria imputado, não vinham elas, sorrateiramente, roubar na propriedade alheia? Não se carpiam em Portugal tantas viú-

vas e órfãos, cujos maridos e pais haviam sido vítimas dos corsários de França? Naquelas solidões da América, a única justiça era a de Talião, as únicas falas possíveis as das bombardas. Pelejaram os adversários. O combate durou o dia inteiro até que, arrombadas as naus, se renderam os franceses, internando-se nas selvas os que confiavam mais na brandura do canibal que na implacabilidade do civilizado". ("História da Colonização Portuguesa do Brasil", vol. III, pág. 74).

A notícia desses fatos chegara rapidamente ao conhecimento de Francisco I, rei da França. No dia 6 de Setembro de 1528 D. João III recebia do seu cunhado rei extensa representação, reclamando contra os mencionados fatos, concluindo ameaçando-o da seguinte maneira: "... não o fazendo, (não cumprindo o que era exigido), serão por nós largadas cartas de marca e represálias contra os súditos do nosso dito irmão, (D. João III, que era seu cunhado), suas pessoas, fazendas, navios, coisas e mercadorias, em qualquer parte que possam ser achadas e alcançadas no nosso reino, terras, senhorios e obediência, tanto por mar, como por terra, até à dita soma, interesses e danos, sem mais mandar lá fazer outra diligência, visto a longa distância do dito reino de Portugal e grandes perigos e riscos que agora há, onde é necessário passar todo mar de Espanha (com a qual se achava em guerra a França), que ora está coberto de galeões, chalupas e navios de guerra, e que nosso dito irmão mande fazer a dita destruição, nós fazendo certo suficientemente e o nosso dito conselho de todo o que sobre isso tendes feito, porque assim nos apraz ter feito".

(Obr. cit. pág. 75).

Carta de marca a que se refere D. Francisco I, na informação do jurista José Ferreira Borges, "Chama-se *represália* o direito, que uma nação tem de vingar-se ou fazer por suas mãos justiça pelo mal recebido doutro soberano, nação ou seus súditos, não dada a devida satisfação. A autorização para poder fazer esse dano, chama-se, e se expede por *Carta de represália;* e a autorização para armar em corso chama-se *Carta* de marca".

(Dicionário Jurídico-Comercial, 2a. edição, ano 1856).

Daí, concluímos, o rei da França autorizaria o corso contra as navegações de Portugal, isto é, permissão para dar caça às embarcações portuguesas.

Esses assaltos, essas tomadias de navegações entre franceses e portugueses, com invasões nas colônias destes por aque-

les, tinham como causa a divergência de sentido jurídico que portugueses e espanhóis mantinham a respeito dos mares e terras descobertos por seus navegantes os quais, como já foi dito, foram divididos, entre as duas coroas pelo Papa. D. Francisco I, nunca se conformara que os demais povos europeus não tivessem o direito de navegar e comerciar livremente onde existissem terras do domínio desses dois povos privilegiados. Mas os seus concorrentes davam um sentido muito amplo a essas liberdades que muito se aproximavam de verdadeiros saques e espoliações.



Esses fatos convenceram D. João III e a seus experimentados conselheiros da necessidade de se iniciar, quanto antes, o povoamento da colônia brasileira. Duas propostas foram logo oferecidas a D. João III, uma pelo próprio Cristóvão Jaques e outra de João de Melo Câmara, que era bisneto do povoador da Madeira, neto do povoador da ilha de S. Miguel e ainda sobrinho do da ilha de S. Tomé, quer dizer, como parente de povoadores, já era bastante prático na realização de semelhantes empresas, o que faria por sua própria conta.

D. João III, não obstante serem essas duas propostas apoiadas por seu eminente conselheiro Dr. Diogo de Gouveia que, depois de D. João haver preferido mandar uma expedição povoadora sob o comando do seu amigo de mocidade, Martim Afonso de Sousa, escreveu-lhe uma carta em Março de 1532, onde ainda repetiu: "A verdade era dar, Senhor, as terras a vossos vassalos, que três anos há que se Vossa Alteza dera aos dois que vos falei, a saber, do irmão do Capitão da ilha de S. Miguel, que queria ir com dois mil moradores lá a povoar, e de Cristóvão Jaques com mil, já agora houvera quatro ou cinco mil crianças nascidas e outros moradores da terra casados com os nossos, e é certo que após esses houverem de ir outros moradores e se vós Senhor, estorvaram por dizerem que enriqueciam muito. Quando vossos vassalos forem ricos, os reinos não se perdem por isso mas se ganham... por que quando lá houver sete ou oito povoações estes serão bastantes para defenderem aos da terra que não vendem o brasil a ninguém e não o vendendo as naus não hão de querer lá ir para virem de vasio"".

Recebendo D. João III, do rei de França, a carta, cujo trecho mais importante transcrevemos, respondeu-lhe, com a dignidade necessária, em longa carta, cujo conteúdo, em resu-

mo, remeteu a seu representante em França, para seu conhecimento, relatando-lhe que havia relembrado a seu parente os roubos cometidos na sua fazenda e de seus vassalos, pedira-lhe que fizesse justiça dos danos e tomadias, prometendo-lhe fazer o mesmo quando houvesse queixa dos seus súditos contra os portugueses; que sob qualquer pretexto, salvo se andasse a serviço do inimigo ou armado em corsário, se pudesse tomar navio português, bem como nenhuns navios ou vassalos de França fossem aos mares e terras da Guiné, Índia ou Brasil. Na sua carta dirigida a seu embaixador foi explícito quanto aos motivos que tinha para não concordar com o rei de França com sua pretensão de querer livremente cruzar os mares e comerciar com habitantes dos seus domínios, desde que tinha o monopólio da navegação e do comércio português.

E então argumentava: "Mui áspero pareceria e parece, agora que se começa a colher os frutos dos trabalhos, querem os franceses prejudicar em tanta maneira que são amigos, confederados e aliados quanto mais que todos direitos são contra isso..." E dando ênfase ao seu dito, sustentava D. João III: "Seria mui desalmada coisa que cuidando todo mundo que era aquela parte não havia outra coisa senão mar ou terras que não se podiam habitar, sendo com tantos trabalhos descobertas pelos portugueses e trazidas à notícia da república em indo sempre em progresso a descobrir mais terras dizerem os franceses que queriam passar adiante vinte ou cento ou duzentas léguas pois nisso não haviam trabalhado nem gastado nada e estando disso mui descuidados, os portugueses o trouxeram à luz". (Antônio Baião, obr. cit. págs. 100 a 101).

Convém acrescentar em louvor a D. João III, que até a sua morte a difícil situação que encontrou o reino de Portugal foi sempre piorando sem culpa sua. Para provar isso transcrevemos um trecho de excelente trabalho de Carlos Malheiros Dias, cuja leitura sempre agrada e delicia mesmo a quem não seja dado a leituras da nossa história principalmente tudo quanto se refere à nossa colonização: "Através dos trinta e cinco anos de reinado de D. João III progressivamente se haviam agravado as causas orgânicas da decadência que minava o país. As raízes da nacionalidade não encontravam já o húmus nutritivo. Nas feitorias de flandres da Alemanha e nos bancos da Itália "a quebra da palavra real e uma dívida enorme, não saldada, testemunhavam os erros e as ilusões do monopólio". À lavoura faltavam os braços, aos ofícios os mestres, às indústrias o incentivo e os capitais. As reclamações dos povos nas cortes eram entrecortadas de lamentos. O mercantilismo enca-

recera a vida. Pedia-se que o trigo, o centeio e as mais subsistências entrassem livres de direitos; que fossem anuladas as escrituras de vendas feitas sob a coação da miséria; que se fixasse nas vilas e cidades o salário dos artífices; que se suspendesse o imposto das sisas.

Proibira-se a exportação das lãs, do linho e da estopa, da cera e dos couros. Legislara-se insistentemente contra o luxo. Mas o mal entranhara-se e não cedia a expedientes.

Não obstante a anemia que a dessorava, a nação continuava a agüentar, arquejante, o peso do império, que se ampliara com a criação do novo estado do Brasil" (Obr. cit. pág. 28).

Admirável, pois, era que D. João III, cercado de tantos atropelos, de tantas dificuldades, sem dinheiro, sem crédito, pudesse se entregar a tamanha empresa como o povoamento do Brasil, chegando mesmo a nomear Mem de Sá terceiro governador do Brasil. Só tudo faltou, só tudo parou com sua morte, quando assumiu o Governo de Portugal o imbecil Cardeal D. Henrique, como o qualificou Roberto Southey.

Merecida é a gratidão dos brasileiros a D. João III, apesar das suas justificáveis omissões e deficiências intelectuais e seu fanatismo religioso, que é explicável na sua época, mas foi tudo suprido pela dedicação, pelo saber, pela experiência dos seus eminentes ministros, que soube escolher entre os mais cultos e notáveis intelectuais portugueses do seu tempo.

CAPÍTULO II

OS PRIMEIROS SINAIS DO DESMORONAMENTO DO GRANDE IMPÉRIO PORTUGUÊS DO ORIENTE.

Ao pôr a coroa de rei de Portugal sobre sua cabeça, D. João III já encontrava o brilho da riqueza que lhe vinha do Oriente, ofuscado por sombras merencóreas como que anunciando um ocaso que se aproximava.

As incompreensões, as desinteligências, as intrigas dos despeitados, as invejas, as más vontades, os naturais recalques dos vencidos, aquelas evidentes hostilidades manifestadas acintosamente contra o Gama na sua primeira visita ao rajá e, depois, contra o próprio Pedro Cabral, na sua visita para obter a segurança da sua amizade e da estabilidade de seu comércio com a nação lusitana, bem predisseram as terríveis tempestades que iriam se desencadear em futuro muito próximo entre dois povos tão diferentes nas suas educações, nas suas religiões, e ambos ciosos do seu poderio a ponto do rajá de Calecut escarnecer e desprezar os presentes que lhe entregou Vasco da Gama, em nome do seu rei, insinuando, por intermédio de um seu vassalo, "que prendas mais valiosas ofereceria qualquer mercador de Meca".

Vasco da Gama, perante a afronta, reprimiu quanto pôde as iras e retorquiu que era um embaixador e não um mercador e que se o Samorim (título dado pelos portugueses ao rajá) não aceitasse aqueles presentes, "nenhuns outros lhe daria".

("Esplendor e Decadência de Portugal", Fernando Mendes, pág. 32).

Quanto a Cabral, tendo mostrado mais habilidade no trato com aquela gente, as coisas correram mais pacificamente.

Ouçamos o que nos diz, neste sentido, o já mencionado Fernando Mendes: "A ignorância das leis e costumes dos índios começou então a produzir grandes contrariedades. Sendo da casta brâmane os principais da corte do rajá, as leis deste proibíam-lhes o contato com os estrangeiros, assim como todo brâmane que comesse com estrangeiros ficaria poluído e perderia o privilégio da sua casta. É claro que esta disciplina provocou dificuldades, não habilitando o Samorim a satisfazer a exigência de Álvares Cabral; mas tanto este insistiu e se impôs que o índio condescendeu e o capitão-mor lá foi à recepção, tomando assento numa cadeira toda ouro, prata e pedras preciosas". (Obr. cit., pág. 47).

Cabral, com suas boas maneiras, ainda conseguiu que o Samorim recebesse os presentes que lhe mandou D. Manuel, certamente melhores em qualidade e em quantidade do que os que foram trazidos pelo Gama, bem como que fosse cedida a Portugal autorização, o que fora muito importante "para o estabelecimento da feitoria dos portugueses".

Pouco tempo, porém, durou esse bom entendimento entre o Samorim e Cabral. Como já foi dito, os "mouros já se haviam instalado definitivamente naquelas terras do Oriente. Não haviam esquecido o que sofreram dos portugueses e foram os primeiros a instigar os nativos contra a gente lusitana."

Voltamos a transcrever o que nos informa Fernando Mendes: "E tudo correria bem se os mouros, receando a concorrência comercial dos portugueses, não começassem desde logo a pôr todos os entraves possíveis ao desenvolvimento da feitoria, a ponto de irem passando os meses sem que Pedro Alvares Cabral conseguisse adquirir as especiarias que desejava. Isto irritou o capitão-mor, levando-o, em represália, a apresar uma nau árabe que ia a sair do porto com importante carregamento. Os mouros logo se revoltaram, investindo a feitoria portuguesa, onde se encontravam setenta companheiros de Alvares Cabral. Travou-se então luta séria, em que os portugueses, em guerra aberta com os mouros, diz Damião de Góes, "regaram à farta com o seu próprio sangue o palco das suas mais brilhantes e audaciosas empresas".

A lastimável refrega produziu nos portugueses cinqüenta mortos, sendo um deles Aires Correia. Não se fez esperar a vingança de Pedro Alvares Cabral. Encontrando-se no porto dez naus mouriscas, foram todas apresadas, saqueadas e mortos os seus tripulantes, em número superior a quinhentos". (Obr. cit. pág. 48 a 50).

Isto, porém, não foi nada, recuemos um pouco para a primeira viagem de Vasco da Gama às Índias. Sabemos das humilhações que passou o imortal navegante português em sua visita ao rajá de Calecut. E, em dado momento, julgando-se insultado ao extremo, declarou irritado o Gama:..." saiu de Calecut a 23 de agosto, fazendo constar que ia a Portugal e voltaria àquele porto para que o Samorim ficasse sabendo com quem estava tratando".

Vasco da Gama voltou à Ásia entre 1502 — 1503. Vejamos o que ocorreu segundo nos expõe o mencionado Fernando Mendes: "Novamente, o rajá de Calecut ia medir-se com os portugueses, pois Vasco da Gama não era homem que esquecesse agravos, e o que tinha recebido do Samorim era bem merecedor de castigo severo. A vingança do almirante seria terrível. Durante mais de um mês, esperou ele, nas ilhas de Angediva, a chegada das naus de Meca, para encetar nelas a sua obra de vindita. No dia 3 de Outubro, apareceu uma nau de Calecut, trazendo a bordo, como passageiros, muitos mouros, mulheres e crianças. Vasco da Gama ordenou logo que lhe dessem caça, para dar uma lição ao inimigo, cujo brado o fizesse estremecer de horror. A nau foi apresada; os mouros ofereceram uma soma importante pelo seu resgate. O almirante rejeitaria um mundo, se lhe pudessem oferecer, porque o seu rancor exigia mais: — Mandou que tirasse a nau, a reboque, para fora da esquadra e lhe lançassem fogo com tudo quanto lá estivesse dentro, fazendas e passageiros".

Diante de tais fatos, o Samorim propôs fazer paz com Vasco da Gama. Mas os normais entendimentos demoraram um pouco. As exigências feitas pelo Almirante foram radicais e dependia de dilatado tempo para sua conclusão. Gama exigiu a expulsão de todos os mouros residentes em Calecut que ascendia a número superior a cinco mil famílias das mais ricas e úteis, o que seria impossível atender em limitado tempo. Impaciente Gama começou a aprisionar alguns barcos de pesca e almadias que são uma espécie de barcos compridos e estreitos muito usados naquelas regiões, prendendo suas tripulações. O Samorim compreendeu que era impossível atender a tais imposições, então comunicou ao Gama a sua resolução, mandou lhe dizer que procurasse se retirar de Calecut, visto que a perfídia dos portugueses os tornava indignos de qualquer aliança.

O Almirante não tomou conhecimento da intimação. Respondeu ao Samorim que como criado do poderosíssimo rei D. Manuel, seu senhor, valia muito mais do que o rei de Ca-

lecut "e que, em prova de não se importar com a ordem de partir, se chegaria mais para a cidade, dando-lhe tempo até ao meio-dia seguinte para levar sua resposta".

"Dispôs quase todas suas naus em linha, muito próximas da terra, e fez enforcar nas gáveas desses navios os desgraçados prisioneiros mouros. Foi mais longe, como se juntasse muito povo, apavorado com aquele espetáculo crudelíssimo, Vasco da Gama fez cair sobre os populares algumas bombardas. Depois, para coroa *brilhante* das suas façanhas sanguinárias teve a diabólica idéia de mandar cortar as cabeças, as mãos e os pés dos mouros enforcados e carregar desses despojos macabros um barco que mandou varar em terra!"

* *
*

Mas isto era apenas o princípio. Para concluir seus planos de vingança alinhou dezesseis naus "num bombardeio cerrado e incessante à cidade, varejando-a sem contemplações, espalhando a ruína e a morte entre os pobres habitantes, em fúria doida, que só no dia seguinte acabou". (Obr. cit., págs. 57 a 60).

Transcrevemos para aqui esses trechos para que se tome conhecimento da maneira como os portugueses se comportaram nos seus primeiros contatos com aqueles povos do Oriente, que não foram fatos transitórios, mas que perduraram durante todo reinado de D. Manuel e prosseguiram no de D. João III, que, finalmente, veio a ser o bode expiatório da dissolução do chamado grande Império Lusitano do Oriente.

Ainda não era tudo, esforçaram-se para incompatibilizá-los com o sultão do Egito trazendo mais maravalhas à fogueira que ali já lavrava para que assim reconquistassem as suas freguesias tomadas surpreendentemente por aquele povo valente, empreendedor e pertinaz.

E o incêndio crepitava. Era preciso tomar Ormuz, defesa árabe na entrada do Mar Vermelho. Tornavam-se necessários mais navios de guerra, mais soldados, mais munições bélicas, muito dinheiro. O incêndio espalhava-se por toda parte.

D. Manuel convocara seus melhores cabos de guerra, seus mais ilustres almirantes, seus guerreiros mais experimentados no manejo das armas, seus mais inteligentes e práticos estadistas, entregando a estes a direção do seu Grande Império das Índias.

Após esforçadas, e quase sempre desiguais lutas, encarniçadas batalhas, sangrentos combates que muitas vezes os

lusitanos empenhavam-se, com menor número de lutadores, mas sua coragem, seu espírito de combatividade, seu patriotismo ofereciam estímulo para conseguirem vitórias contra adversários muito mais numerosos e bem aguerridos.

Estavamos já no ano de 1515. Afonso de Albuquerque, pelas intrigas que o rei deu ouvidos, foi dispensado do governo das Índias. Já doente, ao receber a notícia queixou-se amargamente: "Mal com os homens por amor de el-rei e mal com el-rei por amor dos homens, bem é acabar logo".

"O grande homem, e grande português que assim falava num magoadíssimo desengano da gratidão real tinha tornado em fato a fundação do império português no Oriente."

Encontrando-se em Ormuz, Afonso de Albuquerque pediu que o conduzissem para Goa, Capital do Império Português, onde desejava morrer. Satisfizeram seu desejo, mas quando entrava em sua barra fecharam-se-lhe os olhos para sempre, sendo ali sepultado.

O Rei de Portugal, porém, conquistara mais galardões para seu nome e passou a usar o pomposo título de Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em África, Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia

A paz, a tranqüilidade, contudo, não mais tornaram àquelas plagas, donde vinham, com abundância, o ouro, a prata, as jóias, as especiarias que enriqueceram e também corromperam Portugal.

Os conflitos armados, as rebeliões, a permanente indisciplina, tudo isto agitava constantemente aquela gente insubordinada e ansiosa por sua antiga vida de ócio e liberdade.

E a situação do Oriente, ao se aproximarem os últimos anos de vida de D. Manuel era a que se segue:... "quanto mais os portugueses iam alargando os seus domínios, tanto mais tinham por onde repartir as suas forças. Essa circunstância não deixou de agradar aos indígenas, e assim, os de Quiloa, aproveitando-se da ausência de Diogo Lopes, que andava no Mar Vermelho, cercaram a fortaleza, que não chegaram a vencer, mercê da energia do comandante Heitor Rodrigues que levou o rajá de Zuloa a abandonar o seu projeto e pedir a paz" (Fernando Mendes, obr. cit., pág. 100).

Dentro de breves dias faleceu o rei D. Manuel I, aos 13 de dezembro de 1521, aos cinqüenta anos de idade, nos paços da Ribeira, em Lisboa.



Portugal, porém, durante o brilhante reinado do Rei Venturoso, atingira o ápice da sua evolução econômica, do seu poder naval, militar e social. Na sua Capital estava o maior comércio do mundo, possuía uma riqueza que ostentava, um luxo que era um delírio...

Mas tudo isto foi uma conseqüência da descoberta do caminho para as Índias. A maneira como o Gama e seus dez companheiros foram apresentados ao Samorim de Calecut é bem sintomática: demonstrava que seu país era uma nação pobre, onde seus homens mais ilustres vestiam-se modestamente a ponto de se tornarem ridículos e causa de mangação, quando não de desdém, diante das riquezas e do luxo com que se apresentaram os orientais. Pinheiro Chagas nos transmitiu essas impressões com fartura de detalhes: — "Rodeado de toda magnificência oriental de que na Europa se não fazia uma leve idéia, nem nas cortes mais faustosas como a da Itália, o monarca indiano, recostado, com a indumentária característica da sua raça, numa camilha de ouro, mascava folhas de bétel, que deitava depois fora, cuspindo-as num vaso de ouro maciço. Todos os seus principais dignitários o cercavam, e as sedas e o ouro resplandeciam por toda parte. Era uma cena das *Mil e uma noites*. Vasco da Gama e os seus dozes companheiros apesar de levarem as mais custosas galas, não podiam fazer uma figura muito brilhante ao lado desses orientais, trajados com uma magnificência que sempre deixou a perder de vista a singeleza dos trajes europeus, ainda no tempo em que eles estavam longe da severidade atual."

"Pode-se imaginar, comenta Fernando Mendes de quem transcrevemos o trecho acima, a sensação de surpresa que os portugueses receberam perante aquela deslumbrante ostentação de riqueza. Por sua vez o Samorim percorreu com um olhar despeitado aqueles modestos visitantes que se diziam súditos dum monarca poderoso, e teve, sem dúvida, de dissimular um sorriso de desdém, por tão humilde apresentação". (Obra. cit. págs. 30 a 31).

Depois disto, porém, foi a alucinação. Lisboa, no dizer de Júlio Dantas, tornou-se a metrópole comercial do mundo, a cidade da prata, com a opulência de D. Manuel. A sua rua

nova dos Mercadores era o grande coração da Europa cujas pulsações marcavam o ritmo da vida econômica européia.

Sobre ela escreveu Júlio Dantas, naquele seu estilo elegante e mavioso. "Era lá onde se encontravam todos mercadores de todas mercadorias, os lapidários, os tapeceiros, os luveiros, os douradores, os perfumistas; onde passeavam as elegantes lisboetas do século XVI, "as mais lindas mulheres de toda península", pintadas de loiro como as venezianas, com os peitos à mostra; os mercadores novos-ricos; os solenes desembargadores da Suplicação e do Cível apoiados às suas varas de prata; os fidalgos velhos, bamboleando nas liteiras; os burgueses soberbos, tratando-se uns aos outros por "senhorias"; todo povo da cidade, curtido, tisnado do sol, arrastando os socos de madeira; os vadios, os mendigos, os ciganos, os frades — vadios também — mendicantes, franciscanos de alforge às costas, trinos, carmelitas, bentos orgulhosos, cônegos azuis de Santo Elói caminhando graves dois a dois; e tanto luxo se exibia em Lisboa, nos passeios da Rua Nova e no terreiro do Paço da Ribeira que o rei, obedecendo aos princípios da economia política administrativa dominante no tempo, teve de proibir pelas pragmáticas sucessivas de 1520, 1524, 1535 e 1537.

Esse luxo, porém, não se limitava apenas aos trajes; ia ao interior das habitações, tão pesadas de tapetes e argentarias, que os estrangeiros deslumbrados pelos brilhos dos gomis, dos barnegais, das almaraias, chamavam à riquíssima Lisboa — "a cidade da prata".

("História da Colonização Portuguesa do Brasil", vol. I, págs. 5 e 6).

Os Lusíadas de Pedra...

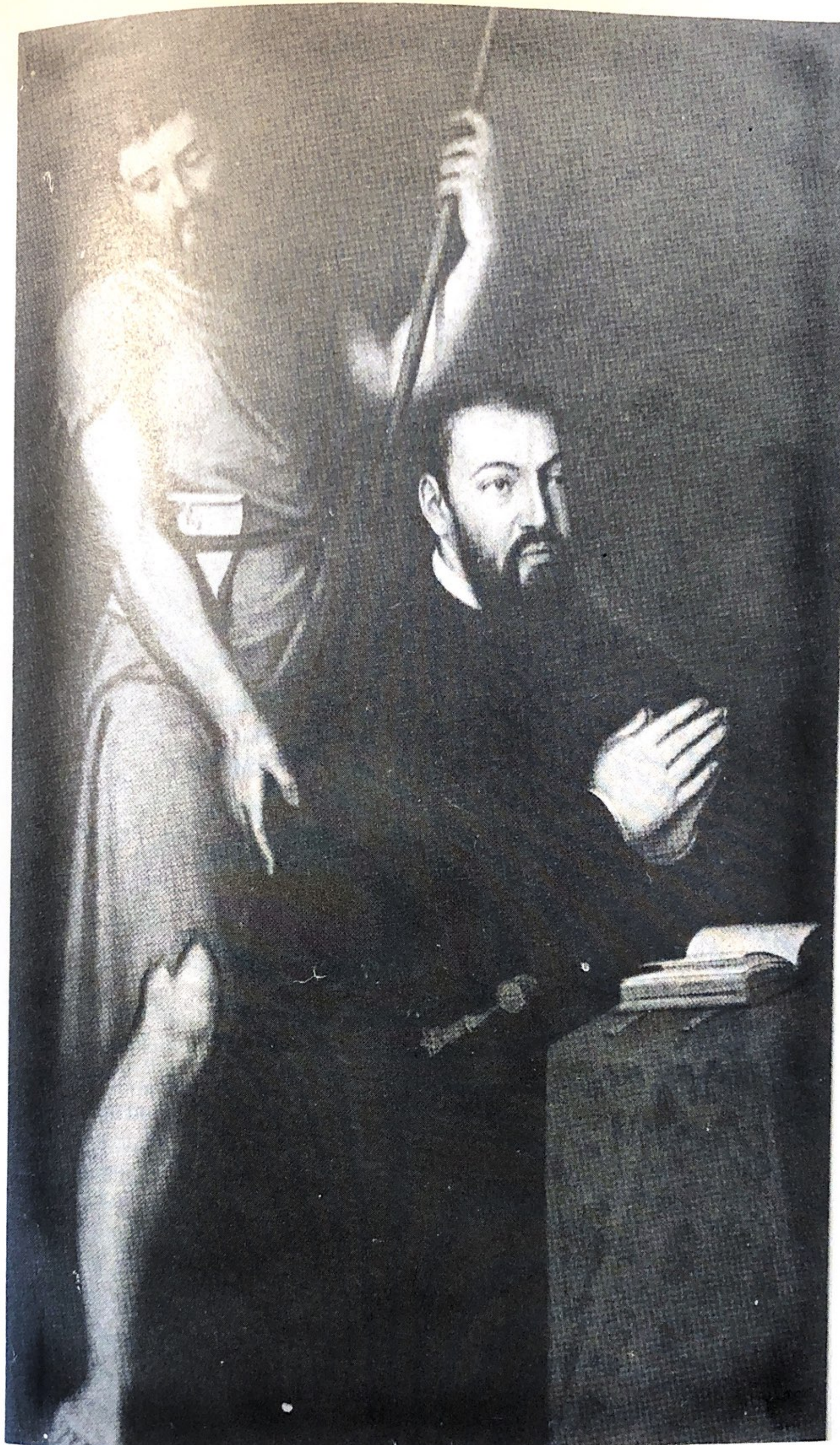
Morrera D. Manuel já quando entrava em declínio seu grande Império do Oriente. Seu filho e sucessor, D. João III, esforçou-se por salvá-lo, em vão. Mas sua história ficou gravada num monumento que Júlio Dantas chamou Lusíadas de Pedra, escrito pelas mãos plebéias de mestre Boytaca e de mestre João de Castilho: os Jerônimos. Vejamo-lo agora descrito por quem sabia escrever com punhos de renda:

"Como tudo nesse mosteiro, evoca o ciclo glorioso das navegações.

O pórtico lateral, com o seu tímpano da Virgem, com a sua fuga de arquivoltas povoadas de profetas e de doutores, com seu colunele coroado de figura do Infante de Sagres, com os seus capitéis, as suas impostas, os seus intradorsos arren-

dados e modelados pelo opulento naturalismo dos imaginários da Renascença, — dir-se-ia, na sua grandeza, o arco de triunfo por onde Portugal, senhor dos mares, entrou na história da civilização. Nas vastas naves, divididas pelos seus mais belos pilares que algum dia sustentaram o artesonado de uma abóbada gótica, parecem ressoar ainda os passos augustos dos heróis, dos capitães, dos almirantes, dos governadores, dos vice-reis, dos super-homens da Índia. Dos recantos do cruzeiro e da ábside, acordadas pela alma colorida e luminosa das vidraças, surgem as grandes figuras patriarcais, — Vasco da Gama, orgulhoso, debaixo de pálio; D. João de Castro, coroado de louros como um varão de Plutarco; Francisco de Almeida, abraçado ao cadáver sangrento do filho: Duarte Pacheco, arrastando as cadeias de cativeiro; Afonso de Albuquerque, o criador de impérios, com os seus olhos de águia, o seu tabardo negro, a sua coifa de ouro na cabeça, a sua barba branca, atada na ponta como a do Cid Campeador. A nossa imaginação enche a igreja de uma multidão de espectros — *Tenaz serei! Tenaz serei!* —, faz retinir armas, levantar cruzes de prata, clangorar trombetas, arrastar pluviais, cintilar báculos e dalmáticas na penumbra. O gênio dos arquitetos, dos imaginários, dos ornamentistas manuelinos — Boytaca, João de Castilho, Diogo de Torralva, Jerônimo de Ruão — desperta por toda parte, diante dos nossos olhos, os fantasmas adormecidos do passado. Dos brutescos, dos monstros, dos fálus, dos mascarões, dos anjos báquicos que ornam as colunas das naves — as maravilhosas colunas que assombraram Taylor — é o povo, são os marinheiros, é a relé sublime das armadas que nos espreita, risonha, tisnada, gadelhuda, ululante, possessa de naufrágios, de incêndios, de conquistas, de esplendores, de devastações — de glória. No claustro, no enorme claustro mordido de sol, as sugestões do mar esplendem, entrelaçam-se na pedra dourada, torcendo cordagens nas arquivoltas e no intradorso das aduelas, enroscando monstros, plantas, sereias, frutos, grifos, centauros, epicrâneos, hipocampos, hipocentauros nos capitéis, nas pilastras, nos pinázios, que a mão do mestre Benavente trabalhou, animando os olhos, as frontes, as bocas de pedra de Paulo da Gama, de Nicolau Coelho, de Álvares Cabral, que há cinco séculos, da sombra daquela castra manuelina, sorriem para a imortalidade." (Obr. citada, pág. 13).

Podemos agora entender o que será esse Lusíadas de Pedra — o mosteiro dos Jerônimos, nome com que vulgarmente é conhecido como mosteiro de Nossa Senhora de Belém



O Rei D. João III de Portugal, o povoador do Brasil.

que D. Manuel I fundou em memória do descobrimento do caminho marítimo. Obra de fino lavor, Júlio Dantas descreveu-a, fazendo recordar os grandes personagens que nela aparecem, com sua maestria de extraordinário escritor e o encanto e a harmonia que sabia dar a seus versos, como excelente poeta que era, dando-lhe um cunho de eternidade que só é inferior àquele outro monumento que seu filho D. João III ergueu no outro lado do Atlântico, quando percebeu que o Império que seu pai lhe transmitira, por herança, estava se extinguindo irremediavelmente — o Brasil!

CAPÍTULO III

RÁPIDA INFORMAÇÃO SOBRE O REI COLONIZADOR DO BRASIL E SUA IMPOSSIBILIDADE DE MANTER O IMPÉRIO ORIENTAL PORTUGUÊS

D. João III não foi um homem inteligente e muito menos culto. No seu reinado, porém, enfrentou corajosamente o grande empreendimento da povoação do Brasil.

Asseverou Alexandre Herculano, um dos mais sérios e comedidos historiadores portugueses, que os extraordinários dons atribuídos pelos cronistas do seu tempo e dos seus sucessores devem-se ao fato de haverem escrito "tendo diante dos olhos o látego da censura".

Esta tese, anos depois, foi sustentada por outro eminente luso historiador que lhe traçou um perfil de maneira muito mais generosa e até mesmo com muitas adjetivações louvaminheiras.

"Embora o pai tivesse procurado fazer dele um príncipe letrado, escreveu Carlos Malheiros Dias, D. João III não conseguiu sequer adestrar-se convenientemente no uso da língua latina, pedra de toque na cultura quinhentista". (Obr. cit., vol. III, pág. 7).

Mas esse rei beato, inculto e de reduzida inteligência, era pertinaz e enérgico nas suas decisões, quando entendia que eram necessárias para bem do seu povo ou para a grandeza da sua coroa.

Disto encontra-se exemplo no seu obstinado desejo de instaurar o Tribunal da Inquisição no seu pequeno reino a fim de extirpar o judaísmo. Requereu a Roma a sua permissão, esta, porém, inicialmente, foi-lhe negada.

"No período em que D. João III mais se obstina em obter a sua instituição em Portugal, informa Carlos Malheiros Dias, é um prelado português, o Cardeal da Cunha, que maiores obstáculos lhe opõe no Vaticano". (Obr. cit. pág. 9, vol. III).

Não se conformou com essas negativas, persistindo sempre com seus propósitos até que a obteve entre os anos de 1530 a 1536, "a pretexto de combater o judaísmo". ("História Geral do Brasil — Varnhagen, vol. I, pág. 163, 2.ª Edição).

Sendo dotado naturalmente de um temperamento moderado e de espírito reservado, sabia, contudo, zelar sua dignidade de rei de uma nação que herdara já muito onerada de dívidas e de complexos problemas internacionais, particularmente com a França. Teve de se revestir com a máxima coragem para poder resolvê-los ou contorná-los.

Quanto às suas divergências com o governo francês, entregou sua solução a seu experimentado diplomata e seu dedicado amigo João da Silveira, que logo seguiu para ali em substituição a Jácome Monteiro.

A questão do Oriente era bem mais grave e tão penoso seria resolvê-la que Carlos Malheiros Dias viu suas dificuldades da seguinte maneira: — "Outro rei menos compenetrado dos seus deveres e menos obstinado no brio de entregar intacto o patrimônio herdado e a dignidade majestática, havia desamparado o ruinoso império e regressado à modestia de um pequeno príncipe deixando perder a nação a categoria e a influência universal que ascendera vertiginosamente em pouco mais de um século. Mas aquele rei misantropo e severo, que viu morrerem todos seus filhos, perseguido por uma fatalidade inflexível; aquele rei sem marcialidade e sem beleza, que pareceria uma antecipação de Felipe II sem a crueldade glacial e os seus talentos maquiavélicos, soube galvanizar com a majestosa consciência de imperante o reino decadente, fazendo sustar a derrocada com o cetro erigido em mão orgulhosa". (Obr. cit., vol. III, pág. 14).

Mas não o torturava apenas a falta de dinheiro, torturavam-no também suas convicções religiosas que chegavam aos extremos do fanatismo. Para ele Portugal não conquistava apenas terras estranhas, realizava missão muito mais importante: conduzir aqueles fanáticos povos do oriente ao cristianismo, ou, melhor, ao catolicismo. E como poderia atingir a sua finalidade humana de continuar combatendo aqueles bárbaros, aqueles hereges no conceito de suas convicções religiosas, sem dinheiro?

Dinheiro! Dinheiro! Onde achá-lo?

"*O Venturoso*, escreveu Carlos Malheiros Dias, parecia ter levado para o sepulcro todas as riquezas que, por um fugaz momento, havia ilusoriamente convertido aos olhos do mundo em um ELDORADO a pequena e brava nação. Mergulhando as mãos no tesouro manuelino o jovem e inexperiente rei reconhecia com surpresa que a sua opulência era uma fantasmagoria". (Obr. cit. vol. III, pág. 10).

A situação de Portugal era esta, na demonstração real de Carlos Malheiros Dias: "Se atualmente o comércio marítimo voltasse a ficar exposto aos riscos freqüentes da navegação quinhentista, a sua falência inevitável arrastaria a ruína das nações. Os navios saíam uma vez por ano a caminho do Oriente, aproveitando a monção submetidos ao regime caprichoso dos ventos.

A viagem de Lisboa à Índia regulava por cinco meses.

Trinta por cento dos navios perdiam-se no mar, alguns na viagem de regresso com as cargas que transportavam, as tripulações eram dizimadas pelo escorbuto, a malária e doenças epidêmicas desconhecidas.

Tornava-se preciso construir cada ano novos navios, tanto mais quanto muitos deles ficavam na Índia para a Polícia dos mares, defesa das feitorias e comunicação dos postos militares. Não tardou que o *deficit* surgisse e se avolumasse". (Obr. cit. págs. 12 a 13).

Mas o grito que se ouvia era "Dinheiro! Dinheiro!"

Onde, porém, o encontraria?

"No sorvedouro da Índia e dos mares desaparecia tudo".

Portugal confessara-se vencido economicamente. Mas a luta continuava. Os canhões rugiam por toda parte. Que adiantaria isto?

Reconhece-se a menoridade numérica do pequeno exército português para enfrentar aquele mundo que é o Império Oriental Lusitano. A coragem, a valentia, o destemor, o patriotismo do soldado português, muitas vezes, em número reduzido, vencem exércitos numerosos de inimigos que procuravam desalojá-los dos seus pontos fortificados. Apela-se, então, para a violência.

"Da própria disparidade de número de opressores e oprimidos resultara a precisão de erigir o terror como broquel de defesa, adotando o processo do sanguinário Oriente. Da fama da invencibilidade portuguesa dependia a conservação do império indiano".

Não faltaram heróis. O velho Gama que já havia sido esquecido no reinado de D. Manuel, é convocado e comparece acompanhado dos seus filhos. "O colérico e autoritário almirante, informa Carlos Malheiros Dias, exauria-se no esforço de manter na velhice as inquebrantáveis energias da idade madura, e no dia do nascimento de Jesus morria o gigante que dera nascimento ao império português do Oriente".

Morrera Gama em 1524. Outros heróis vieram. Outros combates épicos se travaram, D. João de Castro viria encerrar o exemplo da grandeza, da bravura, da honestidade e do heroísmo que atingia as raias do desprendimento pela vida, de uma quase loucura. Depois dele a corrução, a venalidade, a desonra, o enriquecimento ilícito dos que eram mandados para o Oriente batalhar pela grandeza de Portugal.

Nos seus últimos dias de vida, já doente de tanto pelejar, de tanto batalhar pelo seu heróico rei e por sua estremecida pátria, dizia aos que os cercavam: "Não terei, senhores, pejo de vos dizer que ao vice-rei da Índia faltam nesta doença as comodidades que acha nos hospitais o mais pobre soldado.

Vim a servir, não vim a comerciar no Oriente; a vós mesmos quis empenhar os ossos do meu filho e empenhei os cabelos da barba, porque para vos assegurar não tinha outras tapeçarias nem baixelas. Hoje, não houve nesta casa dinheiro com que se comprasse uma galinha, porque, nas armadas que fiz, primeiro comiam os soldados os salários do governador, que os soldos do seu rei, e não é de espantar que esteja pobre um pai de tantos filhos".

Esse, sim, poderia ser colocado entre os famosos varões de Plutarco. Depois dele foi a corrução, a venalidade, a degradação dos homens de caráter.

Diz Fernando Mendes sobre esse estado deletério dos administradores do Império Português do Oriente: "As relações com a corte de Roma, a parentela, os dotes, as festas e a corte absorviam tudo quanto sobejava das campanhas da África e das despesas com o domínio oriental e não chegava. A exploração do comércio do Oriente e as riquezas que a Ásia mandava para a Europa poderiam saciar essa tão poderosa sede de dinheiro se o tesouro português lucrasse o que devia lucrar; desde que os governadores começaram a cuidar primeiro dos seus bolsos sem fundo, o erário da pátria pouco ou nenhum interesse lhes merecia.

Nomes ilustres se salvaram desse opróbrio, alguns exemplos de sublime isenção ficaram a atestar a honradez dos homens que a Índia teve por governadores; mas, infelizmente,

esses nomes e esses exemplos não chegaram para velar o descalabro". (Obr. cit. pág. 153).

D. João de Castro faleceu no ano de 1548 e no dia 11 de junho de 1557, vitimado por uma apoplexia, morreu D. João III com cinqüenta e cinco anos de idade, deixando sua mulher grávida de uma criança que depois veio a ser o rei D. Sebastião, que faleceu muito jovem nas guerras contra os mouros, no norte da África, sucedendo-lhe o já valetudinário cardeal D. Henrique cujo reinado durou pouco, passando Portugal a pertencer à coroa da Espanha, reinando, ao tempo, D. Felipe II. O que representou a perda de D. João III, para o Brasil, dí-lo Roberto Southey, com muita propriedade, quando já governava o Brasil o nosso excelente Governador-Geral Men de Sá: "Mal se tinha visto a rainha viúva de D. João III, obrigada a ceder o passo ao cardeal D. Henrique, que tudo principiou a declinar debaixo do governo imbecil deste homem. Dez anos mais que D. João III houvesse vivido, tais medidas se vinham tomando, que por toda parte se teriam levantado cidades, vilas e fortalezas; agora em lugar de erguerem-se novas fábricas, caíam as antigas. As frotas anuais que só iam trazer colonos jovens, sadios e industriosos, cessaram, nem a mãe pátria parecia curar mais dessas colônias". ("História do Brasil", vol. I, págs. 436 a 437, tradução do inglês por Oliveira e Castro, notas do Cônego Fernandes Pinheiro, edição de 1862).

Poderemos colocar D. João III entre os reis que durante três décadas se esqueceram do Brasil?

Não, não podemos dizer de D. João III o que o poeta holandês van Haren dizia do Brasil; *verzuimd Braziel,* isto é Brasil esquecido, como se dizia na Holanda logo depois que ela perdeu a colônia brasileira, que se tornou ali um provérbio, como lembra Netscher no seu precioso trabalho, escrito em francês, "Les Hollandais au Brésil", edição de 1858, oferecida a D. Pedro II, do Brasil.

Não, do nosso povoador, não poderemos dizer o que se dizia na Holanda, depois da retirada de Nassau do Brasil. Antes diremos como o famoso historiador neerlandês: pelo menos ele merece uma brilhante homenagem, como mereceram os grandes guerreiros e seus excepcionais administradores durante o seu domínio no Brasil, entre os quais exaltou, com justiça, o conde Maurício de Nassau. (Obr. cit. pág. VIII).

Efetivamente, quando mais intensa era a luta belicosa entre Portugal e suas colônias rebeladas do Oriente, com os cofres públicos sem dinheiro, sem haver quem lhe o empres-

tasse, recebeu D. João III, aviso de seu representante em Paris de que ali se estava preparando uma grande armada contra o Brasil.

A carta do representante de Portugal na França, estava datada de 11 de feveeriro de 1526, na qual ele lhe avisava que em "França se armavam dez navios para virem apoderar-se das embarcações que encontrassem".

No dizer de Varnhagen: "Tal aviso decidiu Portugal a mandar ao Brasil de guarda-costa, neste mesmo ano, uma esquadrilha composta de uma nau e cinco caravelas, a qual, findo certo prazo, devia ser recolhida por outra. Comandava essa esquadrilha Cristóvão Jaques, que já estivera no Brasil em 1516, a mandado de D. Manuel I."

Cristóvão no fim desse mesmo ano chegara no porto de Pernambuco e deu princípio a uma feitoria no sítio a que se veio chamar dos Marcos porque, no futuro próximo, fincaram ali um marco que assinalava os limites entre as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, como se verá mais adiante.

A data ou, antes, a época que teria sido iniciada essa feitoria é muito controvertida, como controvertido é tudo quanto diz respeito ao início de nossa colonização. Mas, a mais aceita é a que estamos citando que, entre outros autores idôneos, tem o apoio de Varnhagen, nem o fim desse modesto trabalho destina-se a examinar essas múltiplas divergências de nossa história, às vezes, de todo improcedentes.

Fundando essa feitoria, Jaques seguiu até o Rio da Prata, logo voltando. Na altura da Bahia encontrou três naus francesas e deu-lhes combate durante todo um dia, venceu-as, fazendo trezentos prisioneiros que levou para Pernambuco. Dentro em pouco era chamado a Lisboa, para onde seguiu levando seus prisioneiros.

Desse seu ato, reclamou o rei de França, alegando barbaridades cometidas por Cristóvão Jaques contra a tripulação das três naus que ele havia combatido nas costas do Brasil.

Admite-se que tenha havido violência. Mas, segundo a carta recebida por D. João III, em 16 de Janeiro de 1530, eram as mesmas naus que tinham assaltado e saqueado uma das caravelas da conserva de Cristóvão Jaques, destinada à Guiné, e que os ventos contrários haviam isolado da esquadra.

Pergunta então Antônio Baião: "Porventura podiam esperar clemência daquele inimigo imprevisto as suas tripulações culpadas? E, quando mesmo inocentes do crime que lhes seria imputado, não vinham elas, sorrateiramente, roubar na propriedade alheia? Não se carpiam em Portugal tantas viú-

vas e órfãos, cujos maridos e pais haviam sido vítimas dos corsários de França? Naquelas solidões da América, a única justiça era a de Talião, as únicas falas possíveis as das bombardas. Pelejaram os adversários. O combate durou o dia inteiro até que, arrombadas as naus, se renderam os franceses, internando-se nas selvas os que confiavam mais na brandura do canibal que na implacabilidade do civilizado". ("História da Colonização Portuguesa do Brasil", vol. III, pág. 74).

A notícia desses fatos chegara rapidamente ao conhecimento de Francisco I, rei da França. No dia 6 de Setembro de 1528 D. João III recebia do seu cunhado rei extensa representação, reclamando contra os mencionados fatos, concluindo ameaçando-o da seguinte maneira: "... não o fazendo, (não cumprindo o que era exigido), serão por nós largadas cartas de marca e represálias contra os súditos do nosso dito irmão, (D. João III, que era seu cunhado), suas pessoas, fazendas, navios, coisas e mercadorias, em qualquer parte que possam ser achadas e alcançadas no nosso reino, terras, senhorios e obediência, tanto por mar, como por terra, até à dita soma, interesses e danos, sem mais mandar lá fazer outra diligência, visto a longa distância do dito reino de Portugal e grandes perigos e riscos que agora há, onde é necessário passar todo mar de Espanha (com a qual se achava em guerra a França), que ora está coberto de galeões, chalupas e navios de guerra, e que nosso dito irmão mande fazer a dita destruição, nós fazendo certo suficientemente e o nosso dito conselho de todo o que sobre isso tendes feito, porque assim nos apraz ter feito".

(Obr. cit. pág. 75).

Carta de marca a que se refere D. Francisco I, na informação do jurista José Ferreira Borges, "Chama-se *represália* o direito, que uma nação tem de vingar-se ou fazer por suas mãos justiça pelo mal recebido doutro soberano, nação ou seus súditos, não dada a devida satisfação. A autorização para poder fazer esse dano, chama-se, e se expede por *Carta de represália;* e a autorização para armar em corso chama-se *Carta* de marca".

(Dicionário Jurídico-Comercial, 2a. edição, ano 1856).

Daí, concluímos, o rei da França autorizaria o corso contra as navegações de Portugal, isto é, permissão para dar caça às embarcações portuguesas.

Esses assaltos, essas tomadias de navegações entre franceses e portugueses, com invasões nas colônias destes por aque-

les, tinham como causa a divergência de sentido jurídico que portugueses e espanhóis mantinham a respeito dos mares e terras descobertos por seus navegantes os quais, como já foi dito, foram divididos, entre as duas coroas pelo Papa. D. Francisco I, nunca se conformara que os demais povos europeus não tivessem o direito de navegar e comerciar livremente onde existissem terras do domínio desses dois povos privilegiados. Mas os seus concorrentes davam um sentido muito amplo a essas liberdades que muito se aproximavam de verdadeiros saques e espoliações.



Esses fatos convenceram D. João III e a seus experimentados conselheiros da necessidade de se iniciar, quanto antes, o povoamento da colônia brasileira. Duas propostas foram logo oferecidas a D. João III, uma pelo próprio Cristóvão Jaques e outra de João de Melo Câmara, que era bisneto do povoador da Madeira, neto do povoador da ilha de S. Miguel e ainda sobrinho do da ilha de S. Tomé, quer dizer, como parente de povoadores, já era bastante prático na realização de semelhantes empresas, o que faria por sua própria conta.

D. João III, não obstante serem essas duas propostas apoiadas por seu eminente conselheiro Dr. Diogo de Gouveia que, depois de D. João haver preferido mandar uma expedição povoadora sob o comando do seu amigo de mocidade, Martim Afonso de Sousa, escreveu-lhe uma carta em Março de 1532, onde ainda repetiu: "A verdade era dar, Senhor, as terras a vossos vassalos, que três anos há que se Vossa Alteza dera aos dois que vos falei, a saber, do irmão do Capitão da ilha de S. Miguel, que queria ir com dois mil moradores lá a povoar, e de Cristóvão Jaques com mil, já agora houvera quatro ou cinco mil crianças nascidas e outros moradores da terra casados com os nossos, e é certo que após esses houverem de ir outros moradores e se vós Senhor, estorvaram por dizerem que enriqueciam muito. Quando vossos vassalos forem ricos, os reinos não se perdem por isso mas se ganham... por que quando lá houver sete ou oito povoações estes serão bastantes para defenderem aos da terra que não vendem o brasil a ninguém e não o vendendo as naus não hão de querer lá ir para virem de vasio"".

Recebendo D. João III, do rei de França, a carta, cujo trecho mais importante transcrevemos, respondeu-lhe, com a dignidade necessária, em longa carta, cujo conteúdo, em resu-

mo, remeteu a seu representante em França, para seu conhecimento, relatando-lhe que havia relembrado a seu parente os roubos cometidos na sua fazenda e de seus vassalos, pedira-lhe que fizesse justiça dos danos e tomadias, prometendo-lhe fazer o mesmo quando houvesse queixa dos seus súditos contra os portugueses; que sob qualquer pretexto, salvo se andasse a serviço do inimigo ou armado em corsário, se pudesse tomar navio português, bem como nenhuns navios ou vassalos de França fossem aos mares e terras da Guiné, Índia ou Brasil. Na sua carta dirigida a seu embaixador foi explícito quanto aos motivos que tinha para não concordar com o rei de França com sua pretensão de querer livremente cruzar os mares e comerciar com habitantes dos seus domínios, desde que tinha o monopólio da navegação e do comércio português.

E então argumentava: "Mui áspero pareceria e parece, agora que se começa a colher os frutos dos trabalhos, querem os franceses prejudicar em tanta maneira que são amigos, confederados e aliados quanto mais que todos direitos são contra isso..." E dando ênfase ao seu dito, sustentava D. João III: "Seria mui desalmada coisa que cuidando todo mundo que era aquela parte não havia outra coisa senão mar ou terras que não se podiam habitar, sendo com tantos trabalhos descobertas pelos portugueses e trazidas à notícia da república em indo sempre em progresso a descobrir mais terras dizerem os franceses que queriam passar adiante vinte ou cento ou duzentas léguas pois nisso não haviam trabalhado nem gastado nada e estando disso mui descuidados, os portugueses o trouxeram à luz". (Antônio Baião, obr. cit. págs. 100 a 101).

Convém acrescentar em louvor a D. João III, que até a sua morte a difícil situação que encontrou o reino de Portugal foi sempre piorando sem culpa sua. Para provar isso transcrevemos um trecho de excelente trabalho de Carlos Malheiros Dias, cuja leitura sempre agrada e delicia mesmo a quem não seja dado a leituras da nossa história principalmente tudo quanto se refere à nossa colonização: "Através dos trinta e cinco anos de reinado de D. João III progressivamente se haviam agravado as causas orgânicas da decadência que minava o país. As raízes da nacionalidade não encontravam já o húmus nutritivo. Nas feitorias de flandres da Alemanha e nos bancos da Itália "a quebra da palavra real e uma dívida enorme, não saldada, testemunhavam os erros e as ilusões do monopólio". À lavoura faltavam os braços, aos ofícios os mestres, às indústrias o incentivo e os capitais. As reclamações dos povos nas cortes eram entrecortadas de lamentos. O mercantilismo enca-

recera a vida. Pedia-se que o trigo, o centeio e as mais subsistências entrassem livres de direitos; que fossem anuladas as escrituras de vendas feitas sob a coação da miséria; que se fixasse nas vilas e cidades o salário dos artífices; que se suspendesse o imposto das sisas.

Proibira-se a exportação das lãs, do linho e da estopa, da cera e dos couros. Legislara-se insistentemente contra o luxo. Mas o mal entranhara-se e não cedia a expedientes.

Não obstante a anemia que a dessorava, a nação continuava a agüentar, arquejante, o peso do império, que se ampliara com a criação do novo estado do Brasil" (Obr. cit. pág. 28).

Admirável, pois, era que D. João III, cercado de tantos atropelos, de tantas dificuldades, sem dinheiro, sem crédito, pudesse se entregar a tamanha empresa como o povoamento do Brasil, chegando mesmo a nomear Mem de Sá terceiro governador do Brasil. Só tudo faltou, só tudo parou com sua morte, quando assumiu o Governo de Portugal o imbecil Cardeal D. Henrique, como o qualificou Roberto Southey.

Merecida é a gratidão dos brasileiros a D. João III, apesar das suas justificáveis omissões e deficiências intelectuais e seu fanatismo religioso, que é explicável na sua época, mas foi tudo suprido pela dedicação, pelo saber, pela experiência dos seus eminentes ministros, que soube escolher entre os mais cultos e notáveis intelectuais portugueses do seu tempo.

CAPÍTULO IV

A EXPEDIÇÃO COLONIZADORA DE MARTIM AFONSO DE SOUSA. A INVASÃO DA NAU "LA PELERINE" NO PORTO DE PERNAMBUCO ONDE OS FRANCESES CONSTRUÍRAM UMA FORTALEZA E DESTRUÍRAM A FEITORIA PORTUGUESA ALI EXISTENTE. SUA REPERCUSSÃO EM LISBOA.

Como vimos no capítulo anterior, não se realizaram as esperanças de D. João III de solucionar suas divergências com D. Francisco I, rei de França, pelo fato de seus súditos continuarem invadindo sua colônia americana, donde retiravam pau brasil e outros produtos da terra, vendendo-os na Europa.

Alarmado, agora, com as ameaças que lhe foram feitas por seu "irmão" D. Francisco I, de oficializar os atos ilegais que seus corsários praticavam contra sua colônia, expedindo em favor deles cartas de marca e represálias, D. João III deliberou dar início ao povoamento do Brasil, como sendo um meio mais eficaz contra os abusos dos franceses agora prestigiados e amparados pelas drásticas atitudes assumidas pelo capcioso e farsante rei de França.

Com esse intuito mandou preparar uma armada e confiou seu comando a Martim Afonso de Sousa, que teve como substituto e auxiliar seu irmão Pero Lopes de Sousa.

Isto não quer dizer que a situação econômica de Portugal houvesse melhorado, pelo contrário, as coisas tendiam a piorar, cujas causas Alberto Torres indicou também como motivos que vieram mais tarde influir na nossa desorganização política, social e administrativa.

Escreveu o notável e sempre lembrado sociólogo fluminense: "As causas apontadas nestes trabalhos explicam intei-

ramente a nossa desorganização: o descobrimento e povoamento por uma nação de qualidades fortes por natureza mas fraquíssima pela estreiteza do seu território, que, comprimido entre as migrações e guerras do continente e a concorrência e as lutas do oceano, entrou, por isso, logo depois do descobrimento, em longo estádio de subordinação e declínio, concentrando todas suas energias num heróico e, em grande parte, improfícuo esforço defensivo; a disparidade da terra colonizada com a terra dos colonizadores, apresentando problemas de adaptação e de cultura, até agora não solvidos; a síncope da evolução política com a vinda da casa de Bragança". ("O Problema Nacional Brasileiro", pág. 41, edição de 1933).

Esta expedição de Martim Afonso de Sousa viera ao Brasil com as seguintes finalidades: 1a. — combater tenazmente os corsários que cruzassem as costas brasileiras; 2a. — dar princípio a núcleos populosos com os quais pudessem ser combatidas com mais rigor as atrevidas estadas dos franceses nas terras e litoral de Santa Cruz.

Esta segunda missão confiada a Martim Afonso de Sousa é combatida e mesmo negada por alguns dos nossos historiadores, mas sem qualquer razão. Explicaremos e fundamentaremos os motivos pelos quais assim entendemos.

O nosso sociólogo e eminente pernambucano Gilberto Freyre, sempre coerente com os nossos fatos históricos e sociais, afirmou, sem rebuços, que a formação social do Brasil teve início no ano de 1532.

Ouçamo-lo: "A nossa verdadeira formação social processa-se de 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres cablocas ou com moças órfãs ou mesmo atoas, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros". ("Casa Grande & Senzala", edição portuguesa de "Livros do Brasil", Lisboa, pág. 34). Na sua mesma obra, 14ª. edição brasileira, vol. 1.º, pág. 70, nota 54, informa ele explicitamente: "No Sul, onde aliás já se encontravam prosperando, à custa do próprio esforço, povoadores do tipo de *Ramalho* e do bacharel de Cananéia, com grande progênie mestiça e centenas de escravos ao seu serviço, a colônia de S. Vicente foi oficialmente fundada em 1532, etc".

Por outro lado, o Barão do Rio Branco, no seu já clássico trabalho "Efemérides Brasileiras", referindo-se à data de 23 de janeiro de 1532, registrou: "Martim Afonso de Sousa, vindo do Sul, e já reunido a seu irmão Pero Lopes de Sousa,

que fora explorar o Rio da Prata, chega ao Porto de S. Vicente. Aí manda logo construir uma casa "para meter as velas e exárcia". A todos nós pareceu também esta terra, esclareceu Pero Lopes de Sousa, que o capitão I, (Martim Afonso de Sousa) determinou de povoar e deu a todos homens terras para fazerem fazenda". Fundou-se assim a vila de S. Vicente, a mais antiga colônia portuguesa estabelecida no Brasil". (Obr. editada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

Rocha Pita, nosso velho historiador, depois de haver descrito a que já ele chamava de Província de S. Vicente, declarou no seu palavroso estilo: "É coisa digna de reflexão, que sendo esta a primeira província que se fundou na nossa América, e tendo florescido opulenta em fábricas de Engenho e outras lavouras, de onde se proviam naqueles princípios, quase todas as povoações do Brasil, ao presente não conserve sombras da sua grandeza, carecendo até dos vestígios para crédito da sua memória, etc. (História da América Portuguesa", pág. 94).

O nosso Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, fazendo alusão às excelências da escolha da região que fez Martim Afonso de Sousa para fundar a vila de S. Vicente, após ouvir os gabos que lhe fizera João Ramalho, antigo morador daquelas cercanias, escreveu: "... tudo concorria a predispor o ânimo do capitão (Martim Afonso de Sousa) em favor dessa paragem para fundar vila, como fundou, a primeira colônia regular européia". (Obr. citada, 1.º vol. pág. 122).

Paulo Merea, colaborador da gigantesca obra sobre nossa colonização — "História da Colonização Portuguesa do Brasil" — contribuição de Portugal às comemorações que foram feitas pelo primeiro centenário da Independência do Brasil, afirmou referindo-se à expedição de Martim Afonso de Sousa: "Não se tratava já de uma simples expedição militar destinada a proteger o desenvolvimento das feitorias e a defender o monopólio do pau brasil, mas sim de uma verdadeira expedição colonizadora que, sem deixar de ter caráter militar, era ao mesmo tempo uma primeira e já importante tentativa de povoamento e exploração em grande, norteada essencialmente pelo mesmo espírito que animara a tarefa da colonização das ilhas do Atlântico."

Cerca de 400 pessoas formavam a expedição, a qual ia provida abundantemente de todo o necessário: armas, aparelhos e material de construção, artigos de comércio, e também sementes, plantas e animais domésticos. Ao mesmo tempo conferiam-se a Martim Afonso de Sousa poderes excepcionais,

convertendo-o num verdadeiro vice-rei e habilitando-o a organizar o governo, a administração e a justiça pela forma mais conveniente. Finalmente conferia-se-lhe a faculdade de conceder terras de sesmarias a quem as quisesse povoar e agricultar, à semelhança do que se fizera na Madeira e outras ilhas.

Iniciou-se assim a política, a colonização propriamente dita, da qual Martim Afonso de Sousa lançou as primeiras bases.

Vemo-lo, com efeito, fundar a capitania de S. Vicente, distribuir o solo pelos colonos, vemos iniciar-se e tomar incremento a cultura da cana e outros produtos, construindo-se os primeiros engenhos, formando-se vários núcleos de lavradores e organizando-se o tráfico com a metrópole. Vemos igualmente Martim Afonso consagrar-se à administração civil e eclesiástica. De tudo isto resultou que dentro em breve a jovem colônia atingiu um apreciável florescimento, resolvendo alguns colonos mandar ir para junto de si as suas famílias". (Obr. acima citada, pág. 169).

Não se limitou Martim Afonso de Sousa a fundar somente a vila de S. Vicente.

Disse Henrique Handelmann, na sua notável "História do Brasil", que mereceu ser traduzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: "Duas aldeias foram estabelecidas: uma a de S. Vicente, sobre um pequeno planalto, na ilha do mesmo nome; a outra em terra firme, perto do povoado índio, onde morava Ramalho com sua imensa família e seus aliados, e cujo nome de Piratininga se estendeu à nova fundação européia. Atualmente assenta a capital de S. Paulo mais ou menos no mesmo local, e somente um curso d'água da proximidade manteve aquela denominação indígena.

O almirante (Martim Afonso) repartiu por essas duas aldeias os colonos que se achavam a bordo dos seus navios; designou para cada uma a área urbana e a zona rural comum bem como distribuiu a cada colono uma sesmaria (garantia de terra, concessão de terra); nomeou os representantes da autoridade eclesiástica, judicatura, constituiu um conselho da comuna, em resumo, organizou as duas colônias no que diz respeito às coisas espirituais e à administração municipal, segundo a forma em Portugal, pois era natural que as leis e costumes da mãe-pátria valessem, a todos os respeitos, para sua filha, a colônia". (Obr. ref. vol. I, pág. 56 a 57, edição de 1931).

Pedro Taques, na sua antiga "História da Capitania de S. Vicente", depois de relacionar alguns nomes de pessoas ilustres que ficaram ali, com a partida do colonizador para a Eu-

ropa, escreveu na sua aludida obra: "Outros muitos homens trouxe com o mesmo foro e também com o foro de moços da câmara, e todos ficaram povoando a vila de S. Vicente, como se vê melhor no mesmo livro 1.º do registro de sesmaria por totum" (Obr. cit. pág. 65).

Ora, dizemos nós, se Martim Afonso de Sousa fundou vilas, passou cartas de sesmarias, se edificou igreja, se construiu engenhos, mandou plantar cana, nomeou juiz, constituiu câmara, por que a expedição que comandou não era também colonizadora, segundo o dito dos mais autorizados autores, modernos e antigos da história do Brasil?

Nessas condições, não tem razão J.F. de Almeida Prado quando declarou: "Afirmações de autores antigos fizeram crer por longo espaço em errôneos pormenores acerca da frota de 1530".

"Também afirmou-se que a expedição era colonizadora. Revelações posteriores demonstraram que vieram sem casais, mas repleta de homens de armas, pólvora e apetrechos bélicos, como sói uma expedição de conquista". (Primeiros Povoadores do Brasil", 1500-1530, pág. 83, edição de 1930).

Não tenhamos dúvidas: quem está com a verdade histórica é o nosso culto e erudito sociólogo Gilberto Freyre.

Das suas obras fundamentais, "Casa Grande & Senzala", "Sobrados e Mocambos" e "Nordeste", poder-se-á dizer como Oliveira Lima disse de Varnhagen e Southey: são profundamente documentadas e tão copiosamente documentadas que delas disse Fernando Azevedo no seu trabalho "Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil", sem dúvida, bastante interessante, que admitiu ser isto um "perigo que a erudição oferece, o de se afogar em detalhes, sem chegar a conclusões ou de não chegar senão a conclusões inteiramente vãs". (obr. cit., pág. 15).

Repare-se, porém, que o provecto Mestre não criou uma mera obra de ficção, de simples diletantismo. Adotou sim um sistema sócio-econômico de interpretar a história, não se valendo unicamente da sociologia e da economia mas igualmente da antropologia social, da atmologia, da ecologia, da climatologia, enfim das demais ciências afins.

Estamos, antes, com a opinião de Alfredo Elis Junior: "Todo fenômeno histórico, merecedor desse nome e digno de ser analisado como tal tem suas causas e suas conseqüências, as quais devem ser esmerilhadas e aprofundadas para que o fenômeno histórico seja devidamente esclarecido". ("Capítulos da História Social de S. Paulo", pág. 188 nota 67).

Como entendeu José Honório Rodrigues: "A história quer compreender o mundo espiritual e sócio-econômico, a totalidade da relação subestrutura: estrutura: superestrutura, através do fato, do documento. Ela quer repensar o que se pensou, ressentir o que se sentiu, refazer o que se fez, rever o criador e o criado, o dirigente e o dirigido, a sociedade, a vida econômica, em suas formas históricas". (Teoria da História do Brasil, pág. 254).

Foi o que fez o emérito pensador e sociólogo pernambucano: desvendou ao mundo os grandes problemas de ordem científica que se apresentaram com a colonização portuguesa do Brasil e criou uma nova filosofia e uma moderna interpretação da nossa história com a extensão e a profundeza que ninguém jamais fizera.

Daí é que suas obras transpuseram as lindes pátrias e ecoaram no mundo científico internacional, conquistando-o em todas as partes. A sua erudição, pois, é uma erudição explicativa, esclarecedora, instrutiva e não intencionalmente exibicionista, vaidosa ou fátua.

E diante da horripilante tragédia que foi o primeiro século da colonização do Brasil, não se comportou como aqueles a que se refere Carlos Malheiros Dias: "subrepticiamente voltam as páginas da história onde se acumularam as provas justificativas de todas violências, que conduziram a toda liberdade". ("História da Colonização Portuguesa do Brasil", Introdução, pág. XLIX, vol. III).

Com todo seu talento e ciência penetrou fundo no âmago daqueles fatos onde degredados, condenados, delinqüentes eram freqüentes mas havia também "um homem terrível, monstruoso, bárbaro e nu, com beiços furados, o corpo tatuado de negro, que abate seus semelhantes com flecha, lhes despedaça o crâneo, os esquarteja e devora". (Obr. e lugar referidos acima).

O ROTEIRO DA VIAGEM DE MARTIM AFONSO DE SOUSA

Na sua jornada para chegar a seu destino, Martim Afonso de Sousa foi combatendo e aprisionando embarcações francesas que eram encontradas nas costas brasileiras para o que vinham devidamente preparadas suas naves. Esteve no porto de Pernambuco, descendo para a Bahia, de lá para o Rio de Janeiro, indo à ilha de Cananéia e, depois, para o sul, até a foz do Chuí onde "os pampeiros atiraram às costas, nas plagas sul-rio-grandenses, a nau capitânea, e o naufrágio do

primeiro povoador ficou demarcando a baliza do extremo sul do domínio", no dizer esmerado de Carlos Malheiros Dias.

Dali voltou Martim Afonso de Sousa, enviando, porém, seu irmão ao rio da Prata, no qual fez observações importantes e constatou que o mencionado rio estava além da linha divisória fixada pelo tratado de Tordesilhas, existente entre Portugal e Castela. Voltando a Cananéia, depois do regresso de Pero Lopes de Sousa, fundou uma vila a que denominou S. Vicente, conservando o mesmo nome que já possuía a ilha onde fora ela criada e de uma povoação que ali já existia, criando mais outra vila no planalto da serra do Mar, a que deu o nome de Piratininga.

Da fundação dessas duas vilas dá notícia o famoso "Diário de Pero Lopes de Sousa", documento escrito que narra toda viagem empreendida por seu irmão, inclusive o que foi feito em S. Vicente e Piratininga: "Repartiu o capitão-mor a gente nas duas vilas e fez nelas oficiais; e pôs tudo em ordem de justiça; do que a gente toda tomou muita consolação como verem povoar vilas e ter leis e sacrifícios, celebrar matrimônios e viver em comunicação das artes; e ser cada um do seu; e investir às injúrias particulares; e ter outros bens da vida segura e conversável".

Transcrevendo o trecho acima, comentou Varnhagen na sua mencionada "História Geral do Brasil": "Nestas poucas palavras se encerram os pontos capitais respectivos a qualquer sociedade constituída. Vemos as colônias e as suas competentes autoridades; vemos as práticas, assim do que respeita às consciências, pelas cerimônias dos sacrifícios religiosos, como ao estado social pela celebração dos matrimônios; vemos garantidas a segurança individual e a propriedade, e sem valhacouto às tropelias e injúrias. Para nada faltar, como bem essencial na vida "segura e conversável", diz-nos Pero Lopes de Sousa que já viviam os colonos em comunicação das artes". E conclui o Visconde de Porto Seguro: "Tal era o estado florescente das duas colônias, quando Pero Lopes de Sousa, por ordem do seu irmão, as deixou, fazendo-se de vela aos 12 de maio de 1532". (Obr. cit. página 126).

* *
*

De fato, na aludida data Pero Lopes de Sousa velejou para Portugal. Aconteceu, porém, que, na altura das costas pernambucanas, nas proximidades da ilha de Santo Aleixo, foi informado de que uma nau francesa, de nome "La Pelerine",

de propriedade do Barão de Blancard, vinda do porto de Marselha da França, penetrara no porto de Pernambuco, destruíra a feitoria portuguesa que ali existia, construíra uma fortaleza provisória, guarneceu-a com setenta homens bem armados e municiados e regressou para a Europa, depois de a haver carregado com produtos da colônia portuguesa.

Pero Lopes de Sousa dirigiu-se imediatamente para lá e atacou incessante e energicamente, durante dezoito dias, a fortaleza recentemente construída, conseguindo dominá-la. Substituindo sua guarnição por soldados portugueses, entregou seu comando a Paulo Nunes, continuou sua viagem, fundeando no porto de Palos, nos Algarves, conduzindo duas naus francesas que havia aprisionado com suas respectivas guarnições. Dirigiu-se logo para Évora, onde se encontrava D. João III, com sua corte, a fim de lhe comunicar essas ocorrências.

Alguns meses, antes de Pero Lopes haver narrado pessoalmente ao rei a luta que tivera com a gente que guarnecia a fortaleza levantada pelos franceses em Pernambuco, a nau "La Pelerine" havia sido aprisionada pela esquadra guarda-costa portuguesa que vigiava o estreito de Gibraltar e suas redondezas, justamente quando ela ia saindo do porto de Málaga, na Espanha, carregada ainda com os materiais que haviam sido embarcados em Pernambuco; sabedor disto, D. João III ordenou a Duarte Coelho, futuro donatário de Pernambuco, que se achava com uma frota em Malagueta, que fosse socorrê-lo, mas, quando ele chegou a Portugal, já era desnecessária sua presença lá, uma vez que o rei estava informado do que ali fizera seu destemido capitão. (Varnhagen obr. cit. pág. 130).

O arrojado ato do valente capitão, irmão de Martim Afonso de Sousa, muito alegrou o rei português e, de modo geral, a toda sua corte, pois acabava de ser desmascarada a cúpida intenção dos corsários franceses, com a dissimulada ajuda de Francisco I, rei de França, de quererem se apropriar das fecundíssimas terras pertencentes à sua colônia americana.

Tendo em vista essa atitude tão clara dos flibusteiros gauleses, positivamente demonstrada com a invasão do porto de Pernambuco, por uma nau armada em guerra, bombardeando uma feitoria, construindo uma fortaleza, guarnecendo-a de numerosos homens fortemente armados e municiados, convencera-se d. João III da necessidade de tomar sérias e intensivas medidas mais rigorosas para povoar a flor das suas colônias, como já se dizia, situada na América Latina.

O problema agora não era somente defender o litoral brasileiro dos assaltos dos piratas e corsários que o infestavam,



Maria Ana da Conceição, descendente dos índios tabajaras, nascida em 14-4-1870, residindo em Goiana, rua da Ipoeira, s/n.º, mãe do Vereador **Eulálio Ribeiro dos Santos**, pertencente à Câmara Municipal de Goiana.

era imprescindível fundar uma vasta colônia, povoá-la, organizar sua defesa de maneira que a tornasse mais segura, impedindo esses contínuos assaltos à soberania portuguesa.

Lançou, então, mãos à obra, não poupando esforços nem sacrifícios, uma vez que previra que em futuro não muito longe, tudo isto seria recompensado fartamente com seus produtos, como o açúcar, porquanto, na oportunidade, já era sabedor de que as terras do Brasil eram excelentes para o cultivo da cana de açúcar, podendo valê-lo em momento de apuros, ou mesmo a seus sucessores, o que não seria mais de esperar das suas já decadentes e esgotadas colônias do Oriente. (Oliveira Lima — "História da Colonização Portuguesa do Brasil", vol. 3.º pág. 288).

Estava descoberto o *Eldorado* que, em vão, tanto procuraram os aventureiros e navegantes... das nações européias.

CAPÍTULO V

O REI DE PORTUGAL DELIBERA INTENSIFICAR O DESENVOLVIMENTO E O POVOAMENTO DO BRASIL, DIVIDINDO-O EM CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E COMUNICOU SUA DECISÃO A MARTIM AFONSO DE SOUSA. A PARTIDA DO GOVERNADOR DE S. VICENTE PARA O REINO. AS CAPITANIAS CRIADAS E SEUS DONATÁRIOS. SEUS FRACASSOS. CRIAÇÃO DO GOVERNO GERAL DO BRASIL.

As constantes invasões de piratas e aventureiros estrangeiros nas terras brasileiras colocaram a coroa portuguesa nessa trágica alternativa, como escreveu o historiador brasileiro João Ribeiro, "ou colonizar a colônia ou perdê-la".

A desídia de D. Manuel, negligenciando sua colônia americana durante um período de vinte e um anos, até sua morte em 1521, foi a causa principal da sistemática penetração das demais nações européias, tais como Espanha, Inglaterra, Holanda, Itália, Alemanha, sendo a mais audaciosa e insistente a França, para explorarem os seus produtos naturais, procurando, inclusive, fixarem-se permanentemente no Brasil, estabelecendo feitorias em todo seu vasto território.

Desiludido D. Manuel, após as duas expedições que mandou à sua colônia americana, que não auferiria, de imediato, qualquer vantagem lucrativa dela, relegou-a a completo olvido, como afirmou João Ribeiro, só despertando desse abandono em 1516, mandando para cá uma expedição sob a direção de Cristóvão Jaques, temeroso da ambição estrangeira que veio "acordar o sentimento ou o apetite da cobiça dos seus descobridores". (João Ribeiro, obr. cit. pág. 51).

D. João III que o sucedera, como vimos, sobrecarregado e muito preocupado com a gravíssima situação das suas colônias do Oriente, o que demandava uma solução mais enérgica e mais ampla, destinou para o Brasil um entendimento diplomático com seus díscolos, mormente com o rei da França, seu parente mas também seu mais perigoso e dissimulado inimigo.

Por sua vez, desanimado com a possibilidade de conseguir um entendimento diplomático com a corte de França, mormente após as ameaças que recebeu do seu governo, em represália às violentas ações contra os navegadores normandos praticadas por Cristóvão Jaques, na sua expedição de 1526, afundando três naus e supliciando sua tripulação, começou a cogitar seriamente na possibilidade de dividir o Brasil em capitanias hereditárias, logo que se partiu a expedição de Martim Afonso de Sousa para o Brasil.

Depois das suas costumadas vacilações, provenientes mais, talvez, da péssima situação econômica em que se encontrava Portugal do que das suas próprias qualidades pessoais, acrescido isto pela escassez da população do seu pequeno reino, já bastante diminuída com as enormes baixas entre seus melhores vassalos, nas guerras que se travavam nas suas rebeladas colônias da África e da Ásia, D. João III inclinou-se pelo povoamento do Brasil à feição do que já fora adotado nas suas ilhas atlânticas de Açores, Madeira e S. Tomé, que consistiu em dividi-las em quinhões que foram doados a seus súditos e mesmo a estrangeiros que tivessem condições econômicas de, às suas custas, povoá-las, o que foi de grande vantagem para os cofres públicos já bastante desprovidos de recursos financeiros.

Por sua vez, decidira-se por esse processo de povoação por sugestão persistente do seu eminente amigo, o letrado Diogo Gouveia, português de grande cultura e sólido conceito internacional, cujos pareceres sempre acatava, pois reconhecia haver nele muita experiência das letras jurídicas e muita prática das coisas da governança.

Aconselhara-lhe ele que o mais conveniente e mais proveitoso para o Brasil seria dividir seu vasto território em extensos lotes de terra de modo a criar melhores pontos de apoio para sua defesa na hipótese de haver novas invasões de flibusteiros e aventureiros que viviam a assolar sua colônia e cruzar seus mares atacando sempre suas navegações quando se dirigiam para as Índias ou para sua colônia americana, com incalculável prejuízo para as suas frotas, e, conseqüentemente, para seu comércio ultramarino.

Afinal, após haver elaborado seu plano, comunicou sua determinação a Martim Afonso de Sousa que se achava em S. Vicente, por meio de uma carta datada de 28 de setembro de 1532, da qual foi portador João de Sousa, navegante de sua inteira confiança. Nessa memorável epístola, entre outras coisas, informava D. João III ao Governador de S. Vicente: "...determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o rio da Prata cincoenta léguas de costas a cada capitania, e antes a se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem léguas, e para Pero Lopes, vosso irmão, cincoenta nos melhores limites desta costa por parecer de pilotos, e de outras pessoas, de quem o Conde por meu mandado se informou, como vereis pelas doações, que logo mandei fazer, que vos enviará, e depois de escolhidas estas cento e cincoenta léguas de costa para vós e para vosso irmão, mandei dar a algumas pessoas, que requeriam, cada capitania de cincoenta léguas a cada uma, etc".

Na mesma carta dá notícias, D. João III, a Martim Afonso de Sousa do aprisionamento da nau francesa "La Pelerine", no porto de Málaga, ignorando ainda que Pero Lopes de Sousa havia combatido os franceses que encontrara apossados da feitoria de Pernambuco e destruíra, em parte, a fortaleza que fora edificada pelo comandante da mencionada nau, o que só veio a saber por intermédio do próprio Pero Lopes de Sousa quando chegou a Portugal de regresso ao reino, pois, quando João de Sousa chegara a S. Vicente, com a carta que levara para Martim Afonso de Sousa, ele já havia viajado para Portugal e só tivera notícia da invasão do porto de Pernambuco, quando já havia atingido as costas de Pernambuco, como ficou dito acima.

Escreveu D. João III a respeito do aprisionamento da nau La Pelerine: "Na costa de Andaluzia foi tomada agora pelas minhas caravelas, que andavam na armada do Estreito, (Gibraltar), uma nau francesa carregada de brasil, e trazida a esta cidade, a qual foi de Marselha a Pernambuco, e desembarcou gente em terra, a qual desfez uma feitoria, que ali estava, e deixou lá setenta homens com tenção de povoarem a terra e de se defenderem, o que eu tenho mandado que se nisso cuide, mandei ao Conde que vo-lo escrevesse, para serdes informado de tudo que se passa e se há de fazer, e parecer necessário fazer-vo-lo saber para serdes avisado disso, e terdes tal vigia nessas partes por onde andais, que vos não possa acontecer mau recado, etc".

Recebendo essa carta, Martim Afonso de Sousa, com a máxima brevidade, procurou voltar a Portugal, o que ocorreu no ano de 1533.

Se bem que, como demonstra a carta acima mencionada, a resolução de se dividir o Brasil por donatários houvesse ocorrido em 1532, só em março de 1534, começaram a ser expedidas as cartas de doação, no mesmo mês em que Martim Afonso de Sousa partiu para a Índia.

"Doze foram os donatários, informou Varnhagen, mas verdadeiramente quinze os quinhões; visto que os dois irmãos Sousas tinham só para si cento e oitenta léguas, distribuídas em cinco porções separadas, e não em duas inteiriças. Com razão, explicou ele, deviam eles de ser, pelos serviços importantes que acabavam de prestar no próprio Brasil, os mais atendidos na partilha". (Obr. cit. pág. 134).

Segundo João Ribeiro, foram esses os Donatários e suas respectivas Capitanias:

1. Martim Afonso — S. Vicente, isto é, de Cananéia a Cabo Frio.
2. Pero Góes — Paraíba, isto é, de Cabo Frio a Itapemirim.
3. Vasco Fernandes Coutinho — Espírito Santo, da antecedente ao rio Mucuri.
4. Pero de Campos Tourinho — Porto Seguro, de Mucuri até limite não indicado.
5. Jorge de Figueiredo Corrêa — Ilhéu, até a barra da Bahia de Todos os Santos.
6. Francisco Pereira Coutinho — Bahia, e da Bahia até a foz do rio S. Francisco.
7. Duarte Coelho Pereira — Pernambuco, desde o antecedente até ao norte do rio Igarassu.
8. Pero Lopes — Itamaracá até alcançar a baía da Traição.
9. Antonio Cardoso de Barros — Ceará.
10. João de Barros, o historiador, e Aires da Cunha — (do Rio Grande ao Maranhão excluindo os quinhões de Cardoso de Barros e Fernando Álvares).
11. Fernando Álvares de Andrade (parte do Piauí e Maranhão).
12. (O mesmo Pero Lopes) — Santo Amaro, ao sul de S. Vicente.

OS FRACOS RESULTADOS OBTIDOS COM O SISTEMA DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS PARA O RÁPIDO POVOAMENTO DO BRASIL.

O sistema de povoamento adotado por D. João III para o Brasil, não deu o resultado que era esperado pois muito escassas foram as vantagens colhidas em quase uma década de experiência.

Ficou provado que não era aquele o meio prático para que fosse ele povoado, considerando-se as diferenças existentes entre as mencionadas ilhas do Atlântico e o vasto território sul-americano que constituía a colônia portuguesa no Novo Continente.

Alí os lotes de terra doados aos colonizadores não eram habitados por tribos selvagens, antropófagas e brutais, exigindo uma conquista prévia dos seus territórios. Eram as ilhas muito mais próximas da sua metrópole e a necessidade de braços para seu cultivo agrícola encontrava facilidade com a aproximação das colônias africanas portuguesas, fonte inesgotável de escravos negros com que se supria a deficiência de homens para o trabalho que Portugal não podia fornecer, não só pela deficiência de sua pequena população como porque precisava de pessoas válidas para continuar as guerras em que se achava empenhado nas suas colônias do Oriente.

Além disto, a extensão dos lotes doados no Brasil concorria para tornar seu cultivo não só muito difícil como também excessivamente oneroso. Por outro lado, a falta de braços para a derrubada de matas virgens, o destocamento da área cultivável, o amanho da terra, era quase absoluta, pois os índios não se submetiam ao trabalho assalariado, dando lugar a sua escravização, donde surgiram as revoltas, as lutas, as guerras, que tanto ensangüentaram as terras da jovem colônia, estabelecendo choques mortíferos entre a raça dominadora e a dominada.

No entender judicioso de Varnhagen, o motivo mais ponderoso para justificar o insucesso da colonização do Brasil, por meio da divisão das suas terras em capitanias hereditárias, teve apoio na vastidão dos seus quinhões que deviam ser menores como foram os lotes doados aos povoadores das ilhas atlânticas.

"Com doações pequenas, escreveu o preclaro historiador nacional, a colonização se teria feito com mais gente, e naturalmente o Brasil estaria hoje mais povoado — talvez — do

que os Estados Unidos, sua povoação seria por ventura homogênea, e teriam entre si as províncias menos rivalidades, que, se ainda existem, procedem, em parte, das tais grandes capitanias". (Obr. cit., pág. 140).

E referindo-se à colonização das ilhas portuguesas do Atlântico, concluiu seu argumento da seguinte maneira: "Anos antes tinham aparecido colonizadores para os Açores, com muito mais pequenas doações de terras; os Açores e a Madeira têm hoje, proporcionalmente, mais povoação que os distritos de Portugal, naturalmente porque foram as doações mais pequenas e em maior número; e apesar de haverem sido muitos dos colonos estrangeiros, como os que levou Huster para o Faial e Bruzes para a ilha da Terceira, nem por isso a colônia, formada de flamengos, ficou flamenga, nem falando flamengo". (Obr. cit., pág. 141).

O mais importante, porém, é que a principal finalidade para que foram criadas as capitanias hereditárias, que era evitar a invasão de estrangeiros, no território brasileiro, não foi conseguida.

Pelo contrário, mais atrevidos se tornaram e mais agressivos nos seus intuítos usurpadores.

As reclamações dos colonos tornaram-se mais exigentes perante o rei, e de S. Vicente veio a voz mais alta e mais incisiva por intermédio de Luís de Góes, dirigindo a D. João III uma carta onde lhe dizia, revelando-lhe as angústias que dominavam todos os colonos das suas terras americanas: "Se dentro de pouco tempo, avisava-lhe ele, escrevendo de Santos, S. Vicente, em data de 12 de maio de 1548, vossa alteza não acudir às capitanias e costas do Brasil, então perderemos vidas e propriedades, vossa alteza perderá, porém, o país".

E, com receio de que a própria perspectiva de tal perda, conta Handelmann, pouco alarmasse a corte, contanto que lhe ficasse a posse das ricas Índias Ocidentais, acrescentou Luís de Góes, mais adiante, que em tal emergência o desastre não se cifraria a essa perda; facilmente então dobrariam também os franceses, e com facilidade, o cabo da Boa Esperança, e, uma vez tendo-se apoderado da América portuguesa, atacariam a Ásia portuguesa.

"Se, entretanto, — dizia Luís de Góes — em conclusão, todas essas perspectivas desastrosas não impressionarem vossa alteza, tenha então compaixão das tantas almas cristãs desta terra, venha em nosso socorro com braço forte, pois isso é urgente" (Obr. cit., pág. 91/92).

Essas reclamações dos colonos à coroa, decorriam da situação de verdadeira anarquia em que se achavam as colônias brasileiras, das quais, ainda segundo Handelmann, somente três, Porto Seguro, São Vicente e Pernambuco, apresentavam eficaz progresso. Mesmo essas três donatarias, consideradas mais florescentes, agricolamente, eram de pouca importância.

São Vicente, ao cabo de catorze anos de existência, excluindo-se os escravos africanos, não contava mais de seiscentos habitantes. De todas a que se achava em situação mais próspera era Pernambuco. Explica-se esse estado de coisas, quanto à população dessas capitanias, como sendo uma conseqüência da pequena população de Portugal. Seu povo e seu governo ainda não tinham perdido de todo sua esperança de encontrar nas colônias do Oriente uma farta e ininterrupta corrente de honra e riqueza para Portugal; assim, uma porção de heróis conquistadores para lá afluía. Inutilmente procuravam os donatários aliciar emigrantes para suas colônias, não só em Portugal como nas províncias espanholas vizinhas e nos grupos de ilhas do norte da África. Para atenuar essa deficiência procurou o governo português o pior: declarou também o Brasil como um lugar de degredo, passando a receber não só o rebutalho da galeria dos criminosos portugueses, mas também em número considerável. (Handelmann, Obr. cit. págs. 88/92).

Para se dar uma idéia do que constituía o escorralho da população que era enviada para o Brasil, vejamos o que nos diz Pedro Calmon, quando começou o desterro para as capitanias do Brasil e que abrangia as seguintes classes de criminosos: "feiticeiros, alcoviteiros, barregãs, falsários e vadios, como os que arrancavam da espada em procissão ou lugar sagrado, resistiam à autoridade, juravam contra a verdade, roubavam no peso, davam fuga a escravo, matavam gado alheio, levavam armas não consentidas, jogavam cartas, amavam ilicitamente ou atentavam contra o pudor, sem isentar negociantes desonestos, ourives que engastavam pedras falsas, oficiais que cobravam acima dos seus regimentos, mentirosos, caluniadores, rufiões, malandrins e rapazes de vida solta". (Obr. cit., vol. I, pág. 172).

Era, porém, a gente dessa espécie que aperreava o probo e rigoroso Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco que, por ser vizinho de Itamaracá, então quase abandonada, estava, por isto mesmo, sujeito às importunações dessa gente desocupada, "barregãs", "vadios", "vagabundos", "malandrins" e "rapazes de vida solta", que muito perturbavam

aos que trabalhavam e produziam, contra os quais o moralizado Capitão de Pernambuco escreveu ao rei de Portugal pedindo que não deixasse vir para o Brasil porque, com seus maus costumes de degredados, sendo má gente, "era pior que peste".

No sentido estrito das leis atuais, vários desses crimes, estão sujeitos a penas leves e algumas apenas a meras punições regimentais, como seja a cobrança acima dos seus regimentos, pelos respectivos oficiais, mas naqueles dias, eram consideradas draconianas, porém, para os réus condenados a degredo para o Brasil, naquelas referidas infrações, eram consideradas com liberalidade, de tal maneira que os crimes praticados além do oceano eram considerados prescritos, desde que não fossem traição ou moeda falsa, alargando-se sem limitação o direito de asilo. E verdadeiras "enxurradas" de delinqüentes daquelas espécies eram trazidos e soltos nas costas do Brasil com direito de se asilarem em qualquer capitania, nem que fossem requisitados por precatória, como se queixou Duarte Coelho contra o Capitão de Itamaracá que não cumpria pedido que lhe fosse feito neste sentido.

Não obstante essa vantagem, tão preciosa para os criminosos, escreveu João Ribeiro: "Ninguém queria vir para o Brasil por sua própria vontade. A terra era desprezada e mesmo mal vista, porque os degredos menores levavam à África, e os maiores ao Brasil", (Obr. cit. pág. 79).

Enfim, para pôr um paradeiro a todos esses temores, contra flibusteiros ou aventureiros e pôr em tranqüilidade a população que tanto reclamava contra esse estado de desordem, entendeu D. João III criar o governo geral do Brasil, o que fez em 1549, nomeando Tomé de Sousa para seu governador e adquirindo dos herdeiros do infeliz donatário Francisco Pereira Coutinho, a capitania de Bahia de Todos os Santos, para sua sede, para onde veio Tomé de Sousa, lançando os fundamentos da cidade de Salvador.

CAPÍTULO VI

A CAPITANIA DE ITAMARACÁ. A MORTE DE SEU DONATÁRIO ANTES DE SUA INSTALAÇÃO. D. ISABEL DE GAMBOA, VIÚVA DE PERO LOPES DE SOUSA, COMO REPRESENTANTE DE SEU FILHO PERO LOPES DE SOUSA, PRIMOGÊNITO DO CASAL E PRIMEIRO HERDEIRO DO SEU PAI, NOMEIA JOÃO GONÇALVES SEU LOCO-TENENTE EM ITAMARACÁ. AS "PRIMEIRAS DIFICULDADES" NO INÍCIO DA SUA ADMINISTRAÇÃO.

Na carta que D. João III escreveu e enviou a Martim Afonso de Sousa, que se achava em S. Vicente, datada de 28 de setembro de 1530, dando-lhe notícia da divisão que fizera das terras do Brasil, em capitanias hereditárias, dizia-lhe: "...determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o rio da Prata cinqüenta léguas de costas e cada capitania, e antes a se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem léguas, e para Pero Lopes, vosso irmão, cinqüenta, nos melhores limites, dessas costas..."

Ao tomar conhecimento do que ocorrera no porto de Pernambuco, no denominado ato da mais requintada bravura de Pero Lopes de Sousa, por ele próprio transmitido a el-rei, destruindo, em parte, a fortaleza ali construída e guarnecida pelos franceses, aprisionando toda sua guarnição e naus de França que no momento trafegavam por aquelas costas, D. João III, como recompensa a essa valorosa ação do irmão de Martim Afonso de Sousa, acrescentou mais trinta léguas de terra às cinqüenta que já lhe havia doado, perfazendo o total de oitenta. Essas oitenta léguas, todavia, não lhe foram concedidas constituindo um só quinhão mas divididas em três partes, do seguinte modo: uma parte ao norte, partindo do rio Igarassu

até atingir a baía da Traição, abrangendo toda ilha de Itamaracá contando trinta léguas, que lhe deu o nome; outra parte ao sul, entre as terras de Martim Afonso de Sousa, em S. Vicente, medindo dez léguas, e, finalmente, mais quarenta léguas, na parte mais extremada das terras de Martim Afonso de Sousa, que recebeu o nome de Sant'Ana como a penúltima o recebeu de Santo Amaro.

Anota Carlos Malheiros Dias que essas capitanias separadas, distantes umas das outras, seriam de onerosas despesas para sua instalação, mormente as situadas mais ao sul porque ficaram mais afastadas de Portugal.

"A própria circunstância de ser o seu domínio repartido em três quinhões isolados, escreveu o referido historiador, agravava singularmente as dificuldades e despesas com a sua colonização, pois tornava necessária a fundação de três sedes de governo".

(História da Colonização Portuguesa do Brasil, pág. 234, vol. III).

Dessas três capitanias de Pero Lopes de Sousa apenas a primeira será objeto dos nossos estudos e observações pois nela é que teve começo a povoação que inicialmente se chamou "Capibaribe", depois "Gueena", em seguida "Guaiana", por fim, de maneira definitiva, Goyana, cuja grafia moderna é *Goiana.*

Goiana é palavra de origem da língua tupi, falada genericamente pela nação tupi constituída por várias tribos que habitavam o solo brasileiro e significa *gente estimada,* segundo o entendimento autorizado de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Esse significado, como explica o nosso proficiente autor, proveio da corrutela *guaia,* que quer dizer *gente* e *na* que exprime *estimada.* O pernambucano Pereira da Costa e extraordinário pesquisador das coisas pernambucanas lembra-nos a opinião de Batista Caetano, autoridade das mais preclaras da língua túpica, que diverge um pouco da maneira de entender de Varnhagen, declarando que *Goiana* provinha da corrutela da palavra tupi "*guaya*", que quer dizer *unidos, ligados, aliados,* e "nã", *misturado* ou *parente.* Ainda Pereira da Costa faz referência a Teodoro Sampaio, que também foi um grande cultor da língua dos nossos aborígines e transcreveu suas palavras, que são as seguintes: "*Goiana,* antigamente *Gueena,* como o escreve na sua História do Brasil, em 1627, Frei Vicente do Salvador; mas deve ser antes *Guayana* c. *Guá-y-ãi,* porto, ancoradouro do vale ou da baía, nome de uma cidade de Pernambuco, antigo porto até onde chegavam as sumacas que

lhe subiam o rio com a maré (Anais Pernambucanos, vol. IV, pág. 256).

Pereira da Costa, como várias vezes aconteceu, não indicou a obra de Teodoro Sampaio, onde colheu esse significado da palavra "Goiana".

Em sua obra, porém, "O Tupi na Geografia Nacional" na sua terceira edição, correta e aumentada, que possuímos, se ele escreveu em outro trabalho, como deve ter sido, segundo a probidade de quem o cita, mudou de entendimento a respeito da palavra "Goiana" e, então, deu-lhe o seguinte significado: "*Goyana*", antigamente *Gueena* (Frei Vicente do Salvador, História do Brasil, de 1627), ou Guayana, que designa uma planta indigófera. Pernambuco (Obra. ref., pág. 204).

Nunca vimos, nem ouvimos dizer, que em *Goiana,* medrava planta que produzisse o anil; as velhas lavadeiras de roupas, algumas das quais haviam sido escravas, para alvejarem e tornarem as roupas com cheiro agradável, costumavam empregar nas suas lavagens uma espécie de rama a que chamavam melão de S. Caetano, mas anil cuidamos que ali pelo rio Goiana e seus afluentes nunca germinou, pelo menos espontaneamente, que chegasse ao conhecimento de nós moradores daquela cidade.

Já em relação à *gente estimada,* de Varnhagen, ou parente dos aliados ou aliados parentes de Batista Caetano, encontramos propriedade no seu emprego, que bem expressa o fato a que se dirige.

Sabemos que por muitas décadas os franceses traficaram naquelas regiões por onde fluem o rio Goiana, seus formadores, o rio Tracunhaém e o Capibaribe-mirim, com seus inúmeros afluentes, e traficavam com os indígenas que palmilhavam suas matas e várgeas, conduzindo suas pirogas pelos seus rios, em busca da ibirapitanga, o brasil, o melhor produto para seu comércio com os estrangeiros, mercadoria muito procurada pelos europeus, considerada a dali a melhor para o fim a que se destinava.

E assim, não era de se estranhar que franceses e os habitantes do Brasil assim se tratassem, unidos, aliados, gente estimada, desde que foi o próprio Teodoro Sampaio que corrigindo e aumentando a sua obra desprezou o significado de Goiana, como exprimindo um porto, um ancoradouro, o que, inegavelmente seria uma expressiva denominação, se não houvesse a exclusão a que nos referimos.

Os indígenas que dominavam aquelas terras tinham razão para que estimassem os franceses pois lhes davam um

tratamento muito diferente do que lhes era dispensado pelos portugueses que sempre os tratavam com suas costumadas "perrarias", no dizer do severo Frei Vicente do Salvador.

Outro historiador brasileiro, de linguagem franca e austeridade nos seus pronunciamentos históricos, Capistrano de Abreu, explicou com a necessária clareza as causas porque os nossos índios preferiam a amizade, de modo particular, dos normandos e, de modo geral, de todos filhos da França. Lembremo-nos que Hans Staden escapou de morte certa, como prisioneiro dos tupinambás, porque alegou que era francês e aqueles selvagens o libertaram quando, crescendo seus cabelos da barba, que estava raspada, constataram que eles eram louros, como eram os dos franceses seus amigos e aliados.

Capistrano de Abreu escreveu, portanto, essa observação, que é uma verdade incontestável: "Quase simultaneamente foram tais paragens — da Paraíba ao Rio Real, no Cabo Frio e em suas cercanias — reconhecidas pelos portugueses e franceses, estes de espírito mais aberto, inteligência mais ágil, gênio mais alegre, trato mais agradável, não viciados pelo contato diuturno com raças inferiores, aprenderam a língua, acataram, alguns até adotaram os costumes, captaram as simpatias dos indígenas isto é, dos produtores, e pouco a pouco foram preponderando. Ao escambo da madeira vermelha juntaram outros". ("Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil", págs. 37/38, edição de 1930).

Enquanto isto, como se comportavam os portugueses em relação aos índios potiguares que "senhoreavam toda aquela terra da Paraíba até o Maranhão, algumas quatrocentas léguas" e que, antes, "ajudavam os portugueses vizinhos das capitanias de Itamaracá e Pernambuco, depois que fizeram pazes" com eles, após o cerco que lhes fizeram em Igarassu? Responde a isto o bom do Frade Frei Vicente do Salvador, em poucas palavras, mas que são expressivas no seu sentido vernáculo: "tantas vexações e perrarias lhes fizeram que se tornaram a rebelar". (Obr. cit. pág. 202).

Não ignoramos, conforme minuciosa notícia que nos dá Pereira da Costa, que muito se cultivou o anil em Pernambuco, havendo mesmo uma fábrica no povoado de Capibaribe de Recife que pertenceu a Antônio José Souto em 1772. Esta planta, porém, segundo informação ainda do Mestre pernambucano, não medrava pelo rio Goiana, mas era um arbusto que nascia espontaneamente pelo campo. Lembrou ele que até o século XVIII, ainda se fabricava anil no Brasil e era produto que pesava na nossa exportação. Mas, (sempre a desonestidade

humana), esclareceu Arruda Câmara que esta indústria desapareceu do Brasil, não por ser de má qualidade o anil brasileiro, "nem pela despesa proveniente da colheita das folhas e fabrico do anil em pasta, mas sim pela desgraçada e má cobiça dos lavradores e fabricantes, que para lhe aumentarem o peso lhe juntavam substâncias estranhas diversas, falsificação que redundou em detrimento deles e em menosprezo do anil do Brasil". Não sendo um arbusto fluvial não havia interesse em dar ao rio Goiana o nome de um produto que ele não produzia; devemos ficar mesmo com a denominação de gente estimada, pois encontramos um motivo fraternal que bem o explica e é até mesmo honroso... (Obr. cit. págs. 341 e seguintes, VI vol.). Não precipitemos, porém, o assunto, voltemos ao fio da meada.

* *
*

Pero Lopes, no entanto, não se preocupou em vir pessoalmente tomar posse das suas capitanias. Já se achando em Portugal, de volta de S. Vicente, juntamente com seu irmão Martim Afonso de Sousa, na data em que foram assinadas as cartas de doação de suas capitanias, no ano de 1534, limitou-se "a concertar com o irmão primogênito algumas medidas relativas ao quinhão encravado na donataria meridional de Martim Afonso de Sousa (S. Vicente), nada providenciando a respeito da capitania de Itamaracá. Reservava-se, talvez, comenta o referido Carlos Malheiros Dias, para mais tarde, quando regressasse da Índia, atendesse a seus domínios brasileiros. (Obr. cit. pág. 236).

Acontece que, tanto ele, como seu irmão Martim Afonso de Sousa, nunca mais voltaram ao Brasil. (Capistrano de Abreu, in Prolegômenos ao Livro II, da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, pág. 94). Seu irmão seguiu para a Índia pouco depois da sua volta para onde fora nomeado como capitão-mor, tendo partido para ali em 12 de março de 1534. Quanto a Pero Lopes de Sousa, seguiu para Túnis, tomando parte na sua tomada, ação empreendida pelo imperador Carlos V, da Espanha. Depois, em agosto de 1536, foi nomeado para a armada guarda-costa e em 24 de março de 1539 partiu para a Índia como capitão-mor de uma armada de seis velas.

Voltando da Índia, ainda no ano de 1539 ou princípio de 1540, presume-se que tenha naufragado nas águas circunjacentes à ilha de S. Lourenço, hoje ilha de Madagáscar. A respeito desse naufrágio não há prova, tanto assim que sua viúva, D. Isabel de Gamboa, segundo afirmou Varnhagen,

chorou por ele cerca de vinte anos, "e quase não podia acreditar que seu marido se houvesse ido deste mundo, sem lhe haver dito o último adeus". (Obra cit. pág. 172).

Como conseqüência da morte de Pero Lopes de Sousa, a capitania de Itamaracá ficou abandonada, "desbaratada, perdida, como corpo sem alma", na expressão pitoresca de Frei Vicente do Salvador.

* *
*

Quando Pero Lopes de Sousa destruiu, em parte, a fortaleza galo-pernambucana, como a chamou Varnhagen, que havia sido construída pela gente da nau francesa "La Pelerine", ao regressar para Portugal entregou a direção da respectiva feitoria a Paulo Nunes que ali chegara na caravela "Espera" em 30 de outubro de 1532, "enviado de Portugal para capitão da fortaleza daquele porto". (Jordão de Freitas, "História da Colonização Portuguesa do Brasil", vol. III, pág. 148).

O que acaba de ser dito, isto é, que Pero Lopes entregou a fortaleza portuguesa, que reconquistou, a Paulo Nunes e não a Francisco Braga, como se afirmava, antes, é hoje sustentado por vários historiadores de alto coturno, entre os quais pode-se citar Varnhagen, (Obr. cit. pág. 129), Handelmann, (Obr. cit., pág. 57), Sebastião Galvão (pág. cit., 320), etc.

Jordão de Freitas, depois de intenso estudo e minuciosa investigação probatória, nos arquivos de Lisboa, concluiu, na sua obra acima citada, que, efetivamente, fora a Paulo Nunes a quem Pero Lopes de Sousa entregara o comando da fortaleza e feitoria de Pernambuco, depois de despejadas dos franceses, quando se fez de vela para o reino.

Assim, sem qualquer dúvida, equivocou-se Frei Vicente do Salvador, responsável por esse engano, na nossa história, quando assegurou em sua História do Brasil, precioso relato da nossa formação histórica, escrevendo na sua aludida obra: "Ultimamente chegou a S. Vicente — Pero Lopes de Sousa — onde achou a seu irmão mais velho, Martim Afonso de Sousa, fortificando e povoando a sua capitania e dando ordem a se povoar e fortificar também a sua de S. Vicente para o sul, se tornou a esta de Itamaracá e, achando boa informação de um Francisco de Braga, grande língua do Brasil (sabia falar o tupi), que havia deixado em seu lugar, o tornou a deixar com todos os seus poderes e se tornou para Portugal a dar conta a el-rei do que tinha feito, donde foi por capitão-mor de quatro naus para a Índia no ano de 1539 e à tornada para o

reino se sumiu a nau em que vinha, sem nunca mais aparecer nem coisa alguma". (Obr. cit., pág. 131).

Os documentos encontrados pelos pesquisadores dos fatos da nossa história demonstraram, porém, que o episódio ocorrido entre Pero Lopes de Sousa e os franceses deixados no porto de Pernambuco pela nau "La Pelerine", acontecera quando Pero Lopes regressava de S. Vicente para Portugal e não quando vinha de Portugal para S. Vicente, como mal informado afirmara o douto frade franciscano.

É verdade, porém, que Francisco Braga esteve no governo de Itamaracá mas, de moto próprio atribuiu-se com esses poderes, quando teve conhecimento da morte de Pero Lopes de Sousa. Com a chegada e posse de Duarte Coelho na sua capitania, não tardou que entre os dois surgissem graves desentendimentos pelo mau comportamento do dito Francisco Braga a ponto do governador de Pernambuco, como desforço, mandar dar-lhe uma cutilada no rosto, como era dos costumes da época, com o que muito se sentiu o ofendido, mas, não tendo condições de se vingar de Duarte Coelho, preferiu embarcar para a Índia de Castela, levando tudo que pôde. (Frei Vicente do Salvador, obr. cit. pág. 132).

Daí concluiu Carlos Malheiros Dias: "Tanto pela deserção do posto como pela gravidade da ofensa que recebeu de Duarte Coelho, se pode inferir que a Francisco Braga não haviam sido atribuídos poderes de loco-tenência para o governo da capitania de Itamaracá". (Obr. cit. pág. 236).

Nessas condições, abandonando Francisco Braga o posto que estava exercendo indevidamente, mais delicada tornou-se a situação de Itamaracá, como vimos atrás, segundo informações de Frei Vicente do Salvador.

Francisco Braga, entretanto, não nos parece haver sido um homem honesto, foi, antes, um arregimentador de flibusteiros, de contrabandistas, de aventureiros, de salteadores, de degredados que se agregavam no porto de Pernambuco, desde seus primórdios, abrigando-se na feitoria portuguesa, cujo território onde se assentava o sítio dos Marcos, como veio a se chamar, depois que ali foram fixados os marcos que delimitavam as duas capitanias, a de Pernambuco pertencente a Duarte Coelho e a de Itamaracá, pertencente a Pero Lopes de Sousa, o qual sítio, depois, veio a pertencer a Pernambuco, e foi exatamente onde Duarte Coelho, inicialmente, se fixou com sua família, com todos que o acompanharam, até que construiu sua habitação definitiva, em Olinda, elevando a vila a sede do seu governo.

Essa impressão colhem todos quantos deletrearem a carta de Duarte Coelho dirigida a D. João III, em 20 de dezembro de 1546, onde pede providências contra a anarquia que, então, reinava em Itamaracá, permanecendo no mesmo estado de coisas que deu lugar ao incidente ocorrido entre Francisco Braga, que se arvorou de governador de Itamaracá, e o cioso e enérgico capitão da donataria de Pernambuco.

Duarte Coelho, homem honesto, moralizado e severo, desde que se empossou na sua capitania, que agia contra verdadeira caterva de ladrões, viciados e vagabundos que faziam suas arruaças e desordens no porto de Pernambuco e quando procurava corrigi-los passavam-se para a capitania de Itamaracá onde encontravam tranqüilo acoitamento que a lei assegurava a todo degredado que, em magotes, mandava Portugal disseminar pela vasta costa do Brasil, tornando-se, por isto mesmo, insolentes e atrevidos.

Esse costume de se mandar para o Brasil a gente indesejável que incomodava e perturbava a paz dos habitantes da metrópole portuguesa, continuou a ser exercitado por muito tempo ainda, enquanto o Brasil foi colônia de Portugal. Tanto era assim que quase dois séculos depois o rei de Portugal baixou um decreto transportando para sua colônia brasileira diversas famílias de ciganos, "homens, mulheres e crianças devido ao seu escandaloso procedimento neste reino."

E Daniel Kidder — missionário norte-americano — escreveu no seu livro de memórias, "Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil", a seguinte informação a respeito de tais elementos: "Os saltimbancos tornaram-se tão insuportáveis no Brasil como tinham sido na Europa. O subúrbio da cidade, que lhes foi designado, é ainda hoje conhecido por Mouraria. Multiplicaram-se tão rapidamente e com tanta indústria desenvolveram suas atividades características que, cerca de trinta anos depois de sua chegada, o governo baixou um decreto expulsando-os da Província. Uma das principais queixas contra eles relacionava-se com o roubo dos animais usados nas minas, a despeito de todas precauções dos mineiros". (Obr. referida, pág. 24, tradução de Moacir N. Vasconcelos).

Era assim o Brasil uma espécie de sarjeta de Portugal para onde se enviava toda imundicie da sua baixa e corrompida população...

As reclamações de Duarte Coelho, nos recuados tempos do início da nossa colonização, diziam respeito, precisamente, contra tais deletérias ordens do governo português que tanto afetavam a ordem e a disciplina que desejava manter na sua

bem administrada capitania, muito diferente do valhacouto que era a desgraçada capitania de Itamaracá.

Dizia Duarte Coelho a D. João III, naquela sua linguagem franca de homem leal e dedicado vassalo do rei de Portugal: "E nestas terras de Pero Lopes de Sousa que Deus haja que estão aqui junto comigo mande V.A. que ponham aí ouvidor e entenda o que há de fazer porque tem aí quatro pessoas que melhor seria não estarem aí porque outra fazenda e fruto não fazem senão brasil de armadores e como quero castigar degredados vão para lá e fazem coisas por onde mereciam a todos ser enforcados, se lá mando alguma carta precatória dizem que aquilo é couto e tem privilégios, estas coisas Senhor, não são para sofrer e se eu até agora sofri, Senhor por não quebrantar jurisdição alheia mas parece-me que será necessário a serviço de Deus e de V.A. acudir a isto pelo perigo e dano que se pode causar das tais desordens". (Carta de 20 de dezembro de 1546, de Duarte Coelho a D. João III, Vej. Pereira da Costa, Anais Pernambucanos, vol. I, pág. 238).

* *
*

Quando faleceu Pero Lopes de Sousa, por afogamento conforme se presume, sua viúva, D. Isabel de Gamboa, representando seu filho menor Pero Lopes de Sousa, primogênito do casal, nomeou João Gonçalves, dedicado amigo e companheiro de Pero Lopes de Sousa nas suas arriscadas viagens marítimas, para seu loco-tenente na capitania de Itamaracá. (Veja nota 38 do rodapé em História da Colonização Portuguesa do Brasil. vol. III pág. 234). Varnhagen (História Geral do Brasil, vol. I, pág. 170 2a. edição) afirmou que Pero Lopes, em vida, mandara João Gonçalves como seu loco-tenente para Itamaracá, onde fundou a vila da Conceição. Isto, porém, se acha retificado pelos historiadores mais modernos, como Carlos Malheiros Dias que escreveu: "Foi só depois da presumida morte de Pero Lopes de Sousa em regresso da Índia, que D. Isabel de Gamboa, sua viúva, filha do rico feitor da Casa da Índia e em Flandres, Tomé Lopes Caiado, deliberou confiar à energia e à honradez de João Gonçalves o governo da capitania anárquica de Itamaracá".

O nomeado loco-tenente partiu logo para iniciar sua governança embarcando-se num patacho ,antecipando-se a três navios que viriam sob o comando de Pedro Vogado, os quais vinham transportando pessoas e mais que era necessário ao desenvolvimento da colônia. Na travessia do oceano, o patacho que partira do porto de Lisboa, arrastado por fortíssimas cor-

rentes d'água e impelido por impetuosos ventos contrários, fora arribar à ilha de S. Domingos, nas Antilhas, com os mastros quebrados, salvando-se, todavia, toda tripulação.

Chegando Pedro Vogado em Itamaracá, com seus três navios, e não encontrando João Gonçalves, que viera na sua frente, carregou de pau brasil todas suas três embarcações e ordenou que voltassem a Portugal, assumindo a administração da capitania, na ausência do loco-tenente, já nomeado, e de tudo deu conhecimento a D. Isabel de Gamboa, a qual em vez de o mandar continuar no governo da capitania, nomeou outro capitão "que mais era para governar uma barca", na apreciação hilariante de Frei Vicente do Salvador, dando lugar a que Pedro Vogado se embarcasse e fosse pelas capitanias abaixo, deixando esta em termos de se acabar, escreveu o mencionado escritor colonial, "se não fora um morador honrado chamado Miguel Alves de Paiva, o qual levantaram por capitão, porque nunca se quis sair da ilha, antes teve mão nos outros que se não fossem nem mandassem suas mulheres e filhos, como alguns queriam com medo dos gentios que neste tempo tinham cercada a vila de Igarassu". (Frei Vicente do Salvador, obr. cit. pág. 132).

Miguel Alves de Paiva governou Itamaracá até a chegada de João Gonçalves de volta da ilha de S. Domingos, cuja data não é conhecida mas, como adverte Pereira da Costa, só poderia ser depois de 1547, pois, nesta época Miguel Alves de Paiva ainda era governador de Itamaracá uma vez, como deu notícia Frei Vicente do Salvador, fora ele que dera ajuda importante aos sitiados de Igarassu pelos índios tabajaras, que Oliveira Lima atribuiu aos caetés esse cerco que sofrera a gente de Igarassu, pelo dilatado tempo de dois anos, do qual só escapara pela ajuda que lhe deu Hans Staden, de origem "alemã", que lhe socorreu com o auxílio de homens armados que pertenciam a um navio que estava surto no porto do Recife e a mandado de Duarte Coelho. (Pernambuco seu Desenvolvimento Histórico, pág. 14, edição de 1895).

Segundo Hans Staden, os índios rebelados chegaram ao número de oito mil e assim procederam porque os portugueses quiseram escravizá-los.

É o que ele diz na sua narrativa sobre essa sublevação dos índios em 1548: "Aconteceu que os selvagens do lugar se tinham revoltado contra os portugueses o que antes nunca tinham feito; mas que fizeram agora por terem sido escravizados" (Vej. História da Civilização Portuguesa do Brasil, vol. III, pág. 316 a 317).

Sugere Pereira da Costa, com bastante fundamento, que nessa época foi que teriam surgido os motivos que deram lugar às reclamações que Duarte Coelho fizera ao rei de Portugal contra as desordens e anarquia reinantes em Itamaracá.

Efetivamente, na sua carta de 20 de dezembro de 1546, no trecho retro transcrito, Duarte Coelho fez referência a "quatro pessoas que melhor seria não estarem aí porque outra fazenda nem fruto não fazem senão fazer brasil para armadores". (Anais Pernambucanos vol. I, pág. 238). Nessa oportunidade Miguel Alves de Paiva deveria se achar à frente da administração de Itamaracá, como seu governador e em 1548 ainda se encontrava no dito cargo e prestou auxílio valioso aos sitiados de Igarassu.

* *
*

A chegada do loco-tenente João Gonçalves a Itamaracá foi muito festejada, afirma Frei Vicente do Salvador: "os gentios lhe tinham muito respeito, por verem que assim lhe tinha Pero Lopes de Sousa, quando cá esteve e assim não lhe chamavam senão o capitão velho pai de Pero Lopes. E na verdade ele o parecia no zelo com que o servia e procurava o aumento desta capitania, não consentindo que aos índios se fizesse algum agravo, mas cariciando a todos com que eles andavam tão contentes e domésticos que de sua livre vontade se ofereciam a servir os brancos e lhes cultivavam as terras de graça, ou por pouco mais de nada; principalmente um ano que houve de muita fome na Paraíba, donde só pelo comer se vinham meter por sua casa e servi-los". "Durou esta era, a que ainda hoje os moradores antigos chamam dourada, enquanto viveu o capitão velho; mas depois que morreu vieram outros a destruir quanto estava feito, fazendo e consentindo fazerem-se tantas vexações e agravos aos pobres gentios em suas próprias terras e aldeias que se começaram a insurgir e rebelar". (Obr. cit., pág. 133).

Não é conhecida, de modo certo, a data em que faleceu o Capitão João Gonçalves. Acredita Pereira da Costa que ele teria falecido antes de 1555, conforme dá notícia uma carta de Jerônimo de Albuquerque dirigida a D. João III em dias de agosto do mesmo ano de 1555. (Obra cit. pág. 220, I vol).

João Gonçalves, como vimos, foi o fundador da primeira vila, sede da capitania de Itamaracá. Não é conhecido o dia nem mês nem ano em que foi criada a vila da Conceição; nenhum dos nossos mais antigos historiadores faz-lhe referência, nem mesmo os mais modernos. Varnhagen, sempre minu-

cioso e autêntico no que escreveu sobre o Brasil, apenas a esse respeito informa o seguinte: "Fundou João Gonçalves a Vila capital, que denominou da Conceição, na própria ilha que deu o nome à capitania". (Obra citada, pág. 170).

Sebastião Galvão alude que foi sua vila elevada a freguesia, segundo se presume, em 1550, mas que, na dominação holandesa "já o era". (Obra. cit., pág. 323).

Pelo que acaba de ser exposto é sem qualquer dúvida que Pero Lopes de Sousa não deu início à colonização das suas capitanias, particularmente a de Itamaracá, nem houve conhecimento de quem a iniciou, uma vez que ela foi se desenvolvendo lentamente com o decurso do tempo, servindo, nos seus primeiros dias, de abrigo de malfeitores e contrabandistas de várias nações que para ela vinham traficar com os selvagens, nomeadamente os franceses; e a tal ponto que em 1543 constava que, em três anos anteriores, haviam despachado daí para a Europa, de contrabando, seis barcos carregados de pau brasil. (Varnhagen, obr. cit., pág. 171).

E por que tudo isto aconteceu? Responde sinteticamente Varnhagen, do modo seguinte: "O ativo e valente donatário era demasiado moço e ambicioso para ligar maior importância a outros interesses além dos da glória. Havia navegado parte da Europa, da África e da América, e não prestara ainda serviço algum no grande teatro dos mares da Ásia, então o em que os portugueses alcançavam as melhores coroas". (Obra cit. pág. 171).

Decerto que conquistou diversas coroas mas foi abominado pelo seu caráter violento, impetuoso, verdadeiramente brutal. "Homem violento, de mau gênio", dizia dele Francisco de Andrade, mencionado por Pedro Calmon (Obr. cit., pág. 165, nota 13 no rodapé).

Carlos Malheiros Dias, todavia, amaciando os contornos, desfazendo as arestas do quadro, com seu fulgurante estilo firmado numa linguagem harmoniosa, traçou o perfil heróico desse navegante tão jovem arrebatado deste mundo, num acidente trágico, presumido porém não provado, dizendo na sua linguagem apurada e fascinante: "Da vida curta e acidentada de Pero Lopes de Sousa, das façanhas que o imortalizaram, da própria natureza das missões de que o investiram e do modo como as desempenhou, infere-se que era um navegador perito e um soldado valoroso. Comprazia-se na guerra e nos perigos. Quando se lhe oferece ensejo de combater, precipita-se. A crueldade romana — e talvez necessária — de que deu mostras em Pernambuco, tem novo assomo na Índia. Aliás, sem esses homens

de bronze não teria podido Portugal cumprir a ação portentosa que se avocara. Eles foram os intemeratos devassadores dos oceanos e os terríveis conquistadores dos povos. Com os gumes das suas espadas e as quilhas dos seus navios arrotearam os domínios imensos da pequena Roma quinhentista". (Obra cit., vol. III, pág. 234).

Assim sendo, estão suficientemente explicados, perante a história, os "difíceis começos" da capitania de Itamaracá, a que se referiu Pedro Calmon; decorreram principalmente do pouco interesse que teve seu infortunado donatário pela sua colonização. Aliás, estava previsto, ainda que se Pero Lopes de Sousa não houvesse perecido na sua viagem de regresso da Índia para Portugal, o resultado seria o mesmo porquanto, "mais anelante de louros e honras que de lucros", e sem fortuna para "empreender a dispendiosa colonização das suas capitanias", pouco ou nada mais podia fazer do que colher os poucos resultados que foram colhidos com sua morte. Essa foi a causa dos insucessos de várias outras capitanias, que levou o rei de Portugal a desistir da colonização por meio de capitanias hereditárias e instituir o Governo Geral do Brasil, atraindo para a coroa todas despesas com a colonização, o que, finalmente, foi obtido, não obstante sua lentidão e os múltiplos percalços que foram surgindo através de sua evolução decorrentes da vastidão da colônia brasileira, da pequena população de Portugal, da empedernida pobreza dos cofres públicos da metrópole, mas vencendo com o desprendimento, com a coragem, com o desassombro, com o arrojo, com a fé, que são as características da raça lusitana.

Todos esses transes vimos no decurso da metade do primeiro século do descobrimento. Será melhor sua segunda metade? É o que iremos apreciar daqui para frente.

CAPÍTULO VII

O MALOGRO DA TENTATIVA DE COLONIZAÇÃO DA PARTE CONTINENTAL DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ. A EXPULSÃO DOS CAETÉS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO FACULTA UMA TRÉGUA NAS HOSTILIDADES ENTRE OS POTIGUARES DA PARAÍBA, SEUS ALIADOS FRANCESES E OS COLONOS ILHÉUS DE ITAMARACÁ. EMIGRAÇÕES DESSES COLONOS PARA AS TERRAS FÉRTEIS DE GOIANA, INICIANDO-SE A FUNDAÇÃO DOS SEUS PRIMEIROS ENGENHOS.

A causa principal dos sangrentos conflitos entre os aborígines e os colonos lusos, no Brasil, sem qualquer dúvida, foi a sua escravização.

Mesmo não se falando das suas colônias do Oriente, Portugal não dispunha de sobra bastante da sua minúscula população de reino de pequeno território, para atender suficientemente ao afanoso e pesado trabalho do promissor cultivo da cana de açúcar que já se desenvolvia vantajosamente na sua colônia americana. Teve necessidade, então, de enfrentar não só a má vontade como o ódio rancoroso dos nossos gentios contra o trabalho forçado que se exigia deles.

A primeira luta grave, até aquele momento, contra a escravidão de índios, segundo o testemunho pessoal do alemão Hans Staden, que tomou parte contra o cerco de Igarassu em 1548, foi a tentativa de quererem os portugueses escravizar os índios caetés. (Vej. relação sobre esse cerco na História da Civilização Portuguesa do Brasil, III vol., pág. 316/317).

Essa exigência de braços escravos índios aumentava à proporção que ia crescendo o número de engenhos de moer cana.

Em 1560 começou a mais atroz perseguição contra a liberdade dos índios, notadamente contra os caetés, estes como punição pela morte do primeiro Bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, que tendo naufragado quando seguia para Lisboa, foi morto e comido por esses selvagens, em Cururipe, perto do rio S. Francisco.

Só em 1570, por lei de D. Sebastião, promulgada em 20 de março, foi assegurada a liberdade dos índios do Brasil, só podendo ser cativados em guerra justa, isto é, que se fizesse com autoridade ou licença régia ou do seu governador da respectiva terra ou aqueles que costumavam assaltar os portugueses para os comerem, como os Aimorés, e outros semelhantes. Esta lei foi sendo alterada por outras posteriores que foram alargando cada vez mais o direito de liberdade dos índios até que por alvará de 26 de julho de 1596 foi confiado aos padres jesuítas o governo e administração dos índios nos seus aldeamentos ou missões. (Pereira da Costa, obr. cit., vol. I, pág. 389/390).

Antônio Rodrigues Bacelar, governador de Itamaracá, aproveitando-se da vantagem que lhe poderia dar a luta existente entre os caetés e o governador de Pernambuco, pensou em estender a colonização pelas terras continentais da sua capitania, declarando guerra aos potiguares da Paraíba, que sob a direção e instigados pelos franceses seus aliados, haviam se insurgido contra os ilhéus.

A esse propósito escreveu Maximiano Lopes Machado, notável historiador paraibano: "Antônio Rodrigues Bacelar, compreendendo que o estado de guerra da capitania vizinha e a horrorosa matança que se fazia nos caetés, serviam de exemplo para conter os potiguares, procurou, à força, estender a povoação pelo continente, desenvolvendo ao mesmo tempo cruel energia. As suas tentativas deram-lhe esperança de que seria bem sucedido porque sem grande dificuldade se apoderou de todo território, de terra adentro, até as cabeças do Araripe, quando a verdadeira causa dessa suposta condescendência consistia na disposição das feitorias francesas pela margem do S. Domingos (o rio Paraíba), Mamanguape e Acejutibiró na baía da Traição, as quais tomaram os índios sobre si. Logo que findaram os seus trabalhos, e que se achava estabelecido um comércio importante de pau-brasil com os franceses por lhes prometerem todo auxílio, romperam as hostilidades contra os portugueses. Antônio Rodrigues Bacelar dobrou de opressão, e na luta que desenvolveu, não conseguia mais do que ensinar os potiguares a pelejar e fazê-los destros, porque em

quase todos os encontros e assaltos era derrotado. Perdendo por fim o continente, voltou com os seus à ilha donde teria sido desalojado, se o inimigo desse mais importância àquela posição". ("História da Província da Paraíba", pág. 39/40, edição de 1908).

* *
*

Pacificada a capitania de Pernambuco com a expulsão dos caetés para além do S. Francisco, retirando-se os potiguares das terras continentais de Itamaracá, depois de derrotarem os colonos ilhéus, que se recolheram vencidos à sua ilha, seguiu-se uma longa trégua durante a qual aproveitaram os habitantes de Itamaracá para se infiltrarem pelas várzeas dos rios Araripe, Itapirema e os dois rios formadores do rio Goiana, que são o Tracunhaém que flui pelo lado sul da hoje cidade de Goiana, e o rio Capibaribe-mirim que corre pelo lado norte da aludida cidade, distante uns cinco quilômetros, este último, dos atuais limites entre Pernambuco e a Paraíba.

Essa migração para Goiana, dos moradores de Itamaracá, originou-se do estado de extrema pobreza em que se encontrava a vila da Conceição, sua capital.

"Na ilha de Itamaracá, escreveu Rocha Pombo, a vila da Conceição mal se conserva. Fora sempre muito hostilizada dos selvagens e perseguida dos aventureiros celerados. Depois que os colonos de Pernambuco desbravaram o litoral vizinho, alguns moradores da ilha foram passando para as margens do rio Goiana, no continente. Com o tempo cresceu a afluência de imigrantes atraídos para aquelas paragens pela riqueza do solo. Formou-se ali uma vila a que se deu o mesmo nome do rio a cujas margens mais tarde se fundaram ainda muitos engenhos e outras povoações". (Rocha Pombo, "História do Brasil", vol. III, pág. 614).

Durante essa trégua entre os índios da Paraíba e os colonos de Itamaracá, possivelmente, escarmentados aqueles com a severa atitude do donatário de Pernambuco, conseguindo a expulsão dos caetés após verdadeira carnificina que durou um longo período de cinco anos, há notícia certa que a capitoa de Itamaracá, D. Jerônima de Albuquerque e Sousa, por intermédio do seu loco-tenente, João Gonçalves, expediu três cartas de sesmarias a colonos de Goiana que as requereram e que foram: André Fernandes Velasques, em dezembro de 1569 (Pereira da Costa, Anais Pernambucanos, vol. I, pág. 383); João Dourado, quem primeiro recebeu carta de doação de sesmaria na várzea do rio Capibaribe-mirim de Goiana, pois a

obteve no ano de 1539, segundo informa Sebastião Galvão que sob o ponto de vista do autor, conforme justifica abaixo, deve ser retificada para 1569. (Sebastião Galvão, Dic. Geog. Hist. e Est. do Estado de Pernambuco, letras S e Z, pág. 123, edição de 1927).

O ano de 1539, segundo nosso parecer, merece ser retificado para 1569, para o mesmo ano da carta anterior. Em 1539 D. Jerônima de Albuquerque e Sousa ainda não era donatária da capitania de Itamaracá nem João Gonçalves era, então, seu loco-tenente.

Ela somente veio a ser proprietária de Itamaracá no ano de 1558, quando faleceu seu irmão Martim Afonso de Sousa, penúltimo filho dos três que houve o casal Pero Lopes de Sousa e Isabel Gamboa (Vej. Pereira da Costa, obr. cit. vol. I, pág. 331).

O terceiro dono de terra em Goiana e o segundo na várzea do rio Capibaribe-mirim, foi Diogo Dias que comprou para ele e seus filhos Boaventura, Maria e Catarina Dias, os únicos que então possuía, conforme declarou, 5.000 braças de terra, em quadro, ao norte do rio Capibaribe-mirim, nas ilhargas de João Dourado, no dia 1.º de dezembro de 1570. (Vej. Pereira da Costa, obr. cit. pág. 389, vol. I).

Assim exposto, diante dos documentos indicados, Pereira da Costa tem toda razão quando afirma que os engenhos de Goiana começaram a ser construídos na segunda metade do século XVI, primeiro século da descoberta do Brasil, "quando começou a concessão de suas terras em sesmarias pelos capitães-mores da capitania de Itamaracá, a que originariamente pertenciam, e anteriormente mesmo ao ano de 1570, como documentadamente consta". (Obr. cit. vol. III, pág. 63).

Esta asserção, decerto, invalida a anterior que fizera o cuidadoso e dedicado Mestre da história pernambucana quando declarou que os engenhos goianenses, Bujari, Japomim e Mariúna haviam sido fundados por Miguel Alves de Paiva, uma vez que sabemos que ele não foi governador de Itamaracá por delegação de D. Isabel de Gamboa que o era como representante de seu filho menor Pero Lopes de Sousa, como foi dito em páginas anteriores. (Vej. Pereira da Costa, obr. cit. vol. I, pág. 218).

Aliás, implicitamente, isto foi corrigido por ele próprio quando informando a respeito dos engenhos que já existiam em Goiana ao tempo em que os holandeses ocuparam Pernambuco e Itamaracá, esclareceu que eram desconhecidos os fun-

dadores dos engenhos Mariúna, Bujari e Japomim, provando assim a sua probidade de historiador honesto. (Vej. obr. cit., vol. III, págs. 65/66).

No que se enganou, talvez porque não conhecia o sistema potamográfico de Goiana, foi afirmar que os rios Mariúna e Japomim ficavam em terras que pertenceram a Diogo Dias, o que briga com os documentos por ele mesmo tão conhecidos, como acontece com a escritura de doação das 5.000 braças que lhe foram concedidas "nas ilhargas das de João Dourado que tem em Capibaribe-mirim". (Vej. citado doc. fls. 387, na sua obra Anais Pernambucanos, vol. I).

Na escritura de licença que seu filho Boaventura pediu ao governador de Itamaracá para vender duzentas e cinqüenta mil braças de terras que herdou do seu pai Diogo Dias, o local em que foi edificado seu engenho Recunzaém ficou "na várzea do norte do Capibaribe-mirim".

Ora, as cinco mil braças de terras que foram concedidas em sesmaria a Diogo Dias constituíam um bem de raiz, logo não podiam ser removidas do norte do rio Capibaribe-mirim para o norte ou mesmo para o sul do rio Tracunhaém pois o rio Japomim é o mesmo rio Tracunhaém e consta na respectiva escritura de doação que o rumo que se devia tirar das cinco mil braças de terras, em quadro, seria, na sua demarcação, "de norte a sul, de leste a oeste", conseqüentemente, começaria das terras já naqueles tempos pertencentes à Paraíba e descendo para o sul até encontrar a margem norte, ou seja, a margem esquerda do rio Capibaribe-mirim. Encontrando-se este rio, seguia-se o rumo leste oeste, na direção da nascente do mesmo rio, o que vale dizer na linguagem clássica da época, de rio acima, como está expresso na escritura de licença concedida a Boaventura para vender sua herança paterna, da maneira assim declarada: "Eu — Lopo Delgado, capitão da ilha de Itamaracá — em nome da senhora D. Jerônima de Albuquerque e Sousa hei por bem de dar ao suplicante Boaventura Dias, filho de Diogo Dias que faleceu na defensão das terras conteúdas na petição, as quais terras que seu pai tinha na margem do Capibaribe-mirim, *medindo-se rio acima*, e da maneira que estão demarcadas, etc."

(Vej. Pereira da Costa, obr. cit. pág. 453, vol. I).

A escritura acima mencionada foi publicada na Revista do Instituto Histórico de Goiana, edição de 1871, republicada pelo Arquivo Público de Pernambuco, como justa homenagem ao quarto centenário da fundação de Goiana, sob a direção do

saudoso Comendador Jordão Emerenciano, seu culto, dedicado e eminente Diretor com a publicação defeituosa com a inclusão, no acima dito documento, do advérbio *assim* em vez do advérbio *acima,* contrariando o que consta do documento publicado por Pereira da Costa, no texto que publicamos. Esta alteração em nada prejudicou o documento pois *deste modo* não forma sentido na frase mesmo com a vírgula que colocaram onde não havia.

A frase alterada ficou composta da seguinte maneira: "medindo-se pelo rio, *assim* e da maneira que está demarcada..." (Pág. 38).

É evidente que houve um conchilo na revisão, são pecados veniais que todo compositor comete...

Esses enganos, dos nossos historiadores, são muito encontradiços mesmo entre os nossos mais autorizados. O consciencioso Frei Vicente do Salvador afirmou que o engenho de Diogo Dias teve seu começo na margem do rio Tracunhaém. O nosso Varnhagen, na sua já clássica História Geral do Brasil, não trepidou em escrever, informando-nos: "Diogo Dias aventurou-se a ir estabelecer engenho no Tracunhaém chamado hoje rio Goiana". E sabemos apoiados em documentos irrecusáveis, que nem fundara ele seu engenho Recunzaém no rio Tracunhaém, nem este rio se chama hoje, nem nunca se chamou rio Goiana.

Celso Mariz, conhecido historiador paraibano, absolutamente certo, asseverou que as terras do engenho Recunzaém, do engenho que pertenceu a Diogo Dias, pertencem hoje ao Estado da Paraíba, mas colocou-as ao norte do rio São Domingos, como era chamado antigamente o rio Paraíba, embora ressalvando: "sem dúvida ao norte, se não é trocada ou falsa a remota informação". (Apanhado Histórico da Paraíba, pág. 47, edição de 1922).

Roberto Southey, o severo e cuidadoso historiador inglês, que escreveu uma das melhores histórias sobre o Brasil, discorrendo a respeito de Pero Lopes de Sousa, disse: "Ele — (Martim Afonso de Sousa) — e o irmão Pero Lopes de Sousa, obtida para cada um uma capitania, ajuntaram considerável armamento, com que foram explorar o país, e fundar em pessoa os seus estabelecimentos". (História do Brasil, obr. cit., vol. I, pág. 61, edição de 1862).

Ora, o sabido e provado nos nossos dias é que nem Martim nem Pero Lopes de Sousa nunca voltaram ao Brasil para

que cuidassem das capitanias que lhes foram doadas por D. João III, assunto que já foi abordado em páginas anteriores.

* *
*

Dos engenhos de Goiana, que foram os iniciadores da sua riqueza agrícola e dos quais há documentos que provam, pelo menos, a tentativa do início das suas atividades, vamos agora nos preocupar, apenas, com o que foi começado por Diogo Dias, tendo em vista o aspecto trágico dos fatos que se desencadearam antes de sua conclusão, como nos esclareceu um dos documentos que chegaram até nós e a confirmação do seu conteúdo pelo venerável Frei Vicente do Salvador quando este escreveu na sua importantíssima "História do Brasil": "que era um engenho que havia começado (Diogo Dias), no rio Tracunhaém..." (Obr. cit., pág. 273).

No que diz respeito ao mencionado documento, uma escritura que Boaventura Dias obteve para vender a herança que adquiriu com a morte de seu pai, que é decisiva quando declara: "...que estava no Reino de Portugal entre os quais (os herdeiros Boaventura Dias e Pedro Dias) a justiça fizera partilhas, e pelo muito perigo e aperto que a terra estava, somente se lhe dera posse de mil duzentas e cinqüenta braças da dita terra, para encabeçando nela com o mesmo foro, que a carta em nome de el-Rei havia limitado naquela terra e depois se fora meter nela, ratificando (deve ser retificando) as ditas fortalezas para acabar o dito engenho..." (Vej. "Anais Pernambucanos", Pereira da Costa, vol. I, pág. 452).

Os infaustos e lamentáveis sucessos que ali tiveram lugar foram provocados pela impudência e imprudência de Diogo Dias, da sua exclusiva responsabilidade e não são transcritos geralmente da valiosa "História do Brasil" do prestante Frei Vicente do Salvador cujos bosquejos das cenas mais horripilantes são calculadamente exaltados mas as causas torpes que levaram ao desenlace da tragédia são cuidadosamente silenciadas para que se conserve o perfil de um herói ou as virtudes que exornavam e caracterizavam o chamado homem bom daquelas priscas eras e que tão alto conceito e distinção gozava no elevado meio social da época.

* *
*

Diogo Dias, homem rico de Pernambuco, residente no povoado Capibaribe, do distrito de Goiana, da sua residência dirigiu uma petição a João Gonçalves, loco-tenente de D. Jerô-

nima de Albuquerque e Sousa, donatária da Capitania de Itamaracá, alegando que era morador na dita capitania e dizendo que tinha três filhos que eram Boaventura Dias, Maria Dias e Catarina Dias, e "...não tendo terras em que façam fazenda, como me diz e me pedia que lhe doasse cinco mil braças em quadro nas ilhargas de João Dourado, que tem em Capibaribe-mirim, donde ele suplicante achar melhor, para ele e seus filhos, etc."

A petição foi deferida da maneira seguinte: "...hei por bem e me praz em nome da dita senhora e pelos poderes que para isso tenho de dar e doar aos ditos Boaventura Dias, Maria Dias e Catarina Dias, filhos do suplicante Diogo Dias as cinco mil braças de terra em quadro no lugar conteúdo na petição, etc". (Pereira da Costa, "Anais Pernambucanos", vol. I, págs. 387/389).

Adquiridas as terras desejadas, Diogo Dias procurou lugar apropriado e levantou logo um forte devidamente artilhado, casa para residência da sua família, para seus numerosos escravos e demais pessoas de trabalho e as necessárias instalações para seu engenho, dando-lhe o nome de Racunzaém. (Celso Mariz ,"Apanhados Históricos da Paraíba", pág. 47, edição de 1922).

* *
*

O engenho Recunzaém fundado por Diogo Dias fora edificado na margem norte do rio Capibaribe-mirim "no mesmo sítio em que depois teve Antônio Cavalcanti", (Pereira da Costa, obr., cit., I vol. 47), ao sopé de um outeiro que se alteia para o lado do Estado da Paraíba, onde até os princípios do presente século campeou o engenho Goiana Grande, tendo sido seu último Senhor, o Major Viriato da Cunha Gouveia, descendente de ilustre família goianense, em cujo local hoje se acha a Usina N.S. das Maravilhas, conhecida comumente por Usina das Maravilhas, dominando léguas e mais léguas de terras, onde viceja a cana de açúcar, mas poucas que tivessem pertencido a Diogo Dias que, na sua quase totalidade, pertencem ao Estado da Paraíba, ubérrimas e excelentes terras que nos foram extorquidas pela ambição do Rei de Portugal.

Foi neste hoje vasto e majestoso cenário, então coberto de árvores seculares, que o ensombravam e predominavam tal como a famosa ibira-pitanga, na sua pujança de pau de tinta, que houve a matança de Diogo Dias e todas pessoas de sua família que estavam presentes, seus escravos e demais dependentes, como vingança dos índios tabajaras, conhecidos como os

potiguares da serra e os potiguares do mar, açulados e apoiados pelos franceses que dominavam a Paraíba, os primeiros porque os portugueses desejaram reduzi-los a escravos, os segundos porque foram atacados, inclusive, pelo próprio Diogo Dias e os terceiros pelo seu interesse comercial de compradores de pau brasil e outros produtos da região. Mas o que mais sensibilizou os índios, gente profundamente sensível às ofensas de quem quer que fosse, foi haver Diogo Dias concedido hospitalidade a uma jovem índia, filha de um dos principais dos tabajaras, e no dia seguinte, quando dois irmãos seus a procuraram para continuarem a viagem que haviam encetado em Pernambuco, Diogo Dias reteve-a, não atendendo às súplicas que insistentemente lhe fizera o próprio pai da prisioneira. Esses fatos serão relatados minuciosamente no capítulo seguinte, inclusive com todo relato que foi feito pelo historiador e grande patriota brasileiro Frei Vicente do Salvador.

Nunca houve capitania da Paraíba, sentenciou exatamente o historiador paraibano Maximiniano Lopes Machado de quem já fizemos menção. Essa capitania formou-se partindo dos limites de Goiana pelo seu rio do mesmo nome, pelo lado do sul, até a baía da Traição, que os selvagens chamavam Acejutibiró, grande porção de terra que pertencia à capitania de Itamaracá e com parte das terras que pertenciam a João de Barros, o historiador português, até encontrar, pelo norte, com os limites, hoje, do Rio Grande do Norte. E o conceituado historiador Maximimiano Lopes Machado, que tanto censurou os nossos historiadores mais antigos, por serem fáceis de repetir, onde lhes faltaram os subsídios, os erros uns dos outros (obr. cit., pág. 14), caindo no mesmo ramerrão, repetiu o que diziam os nossos mais antigos historiadores, de que Pero Lopes de Sousa "já tinha começado a povoação de Itamaracá (1535/1536) e estava no exercício e gozo de todos os direitos e privilégios conferidos por sua carta e foral, já recebendo dízimos e tributos, já exercendo jurisdição civil e criminal em toda capitania do rio Santa Cruz à baía da Traição", o que não se daria se o território da Paraíba não fosse de Itamaracá. Continuando: "Conseqüentemente, até ai não havia capitania da Paraíba e só quarenta anos depois é que começou a ser povoada por ordem da coroa pela impossibilidade de poderem-no os herdeiros de Pero Lopes fazer à falta de recursos e pela necessidade de desoprimir Olinda e mesmo Itamaracá das correrias e flagelação dos índios". (Obr. cit. pág. 12/13).

Muito se enganou, porém, o eminente historiador paraibano transcrevendo opinião dos seus anteriores colegas, Pero

Lopes não deu início à colonização de qualquer das suas três capitanias, mormente da de Itamaracá, como já ficou dito com o apoio dos mais atualizados historiadores modernos, brasileiros e portugueses.

Entre historiadores estrangeiros, já se pode citar Henrique Handelmann, que publicou sua História do Brasil, que já citamos, em 12 de julho de 1859 e nela escreveu, a respeito da colonização de Itamaracá, o que se segue: "Imediatamente ao norte de Pernambuco ficava a última capitania feudal, Itamaracá, compreendendo a ilha do mesmo nome e a terra fronteira, hoje pertencente à província de Pernambuco, e, além disso, da atual província da Paraíba.

Coube, como se sabe, a Pero Lopes de Sousa, e isso explica que fizesse por esta capitania tão pouco quanto pela de Santo Amaro, mais ao sul.

Apareceu, entretanto, como substituto de Pero Lopes, um tal João Gonçalves, que fundou na ilha a colônia da Conceição de Itamaracá e estabeleceu ali alguns colonos (1535) ; mas no começo esse local só possuía importância "como homízio de malfeitores, que se subtraíam à ação severa da Justiça de Pernambuco, ou como esconderijo de contrabandistas, na maior parte portugueses e franceses que persistiam em barganhar com os índios da costa carregamentos de pau-brasil, sem pagar imposto algum à coroa, nem aos donatários". (Obr. cit. vol. I, pág. 86). Conclui-se que Handelmann estava melhor informado sobre a colonização de Itamaracá do que o nosso Maximiniano Lopes Machado, com a circunstância de que o douto historiador alemão publicou sua obra em 1859 e o nosso paraibano escreveu o seu utilíssimo trabalho antes de 1895, pois falecera neste ano e seu livro só foi publicado em 1912, por ordem do presidente da Paraíba dr. João Lopes Machado que prestou não só ao público, como ao Brasil, um útil e relevante serviço.

Roberto Southey deu informações incorretas, como vimos atrás, a respeito também do fundador da capitania de Itamaracá. Ele, porém, se queixou que ao tempo em que escreveu a sua extraordinária "História do Brasil", entre nós não havia um compêndio no Brasil que abrangesse toda sua história, tendo como grande ajuda ao seu preclaro trabalho a coleção de notas e documentos que foi feita por seu tio e amigo, o reverendo Herbert Hill, que a fez durante um período de mais de trinta anos que residiu em Portugal. A primeira edição da História do Brasil de Roberto Southey foi publicada em Londres em 1810 e a única história do Brasil que existia ao tempo era a América Portuguesa, de Sebastião da Rocha Pita, que

ele classificou, com toda razão, "como obra magra e mal alinhavada, que só na falta de outra tem podido passar por valiosa". (Obr. cit. pág. 3, prefácio do autor). E porque não havia melhor fonte foi que Roberto Southey fez constar a indicação errada de quem iniciou a colonização de Itamaracá, atribuindo-a a Pero Lopes de Sousa, quando a verdade é que, depois que ele recebeu a doação das suas três capitanias, nunca mais esteve no Brasil, tendo copiado o que dissera Rocha Pita no seu livro que fora o seguinte: "Na terra firme de sua jurisdição (Itamaracá) tem a vila de Goiana, fundada em uma dilatada planície pelas ribeiras do famoso Capibaribe, com igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário, um convento de Nossa Senhora do Carmo dos religiosos da Reforma, duas perfeitíssimas capelas, quatrocentos vizinhos, grande comércio e abundância da maior parte dos gêneros do Brasil. Nela residem o Capitão-mor e as justiças de toda capitania; em cujo distrito há mais três freguesias, a de Tejucupapo, a da Taquara (hoje pertence à Paraíba), e o curato de Nossa Senhora do Desterro, (Itambé antigo, tendo sido excluído o I da palavra *ita* que significa pedra). Fundou está Capitania Pero Lopes de Sousa que tendo corrido as alturas e portos da nossa América e nela alcançado a El-Rei D. João III, cinqüenta léguas por costa, (foram oitenta) mas não tomou juntas, senão divididas, escolhendo as sete, (foram trinta, partindo-se do rio Igarassu até a baía da Traição, hoje pertencente à Paraíba), que compreende a distância marítima desta ilha, com toda a extensão das outras pelo sertão; e as mais situou para a parte do sul: entrou esta capitania por sucessão feminina em a grande casa dos marqueses de Cascais. Também estava possuída dos gentios potiguares, com quem Pero Lopes de Sousa teve muitas pelejas, em que os vencera". ("História da América Portuguesa", pág. 75/76).

Convém anotar que, cronologicamente, o primeiro livro escrito sobre a história geral do Brasil foi do baiano Frei Vicente do Salvador que também cometeu o pecado de colocar Goiana nas margens do rio Tracunhaém, como já foi dito. Na afirmativa de Capistrano de Abreu a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador foi escrita com antecedência de um século da História da América Portuguesa de Sebastião da Rocha Pita mas só foi publicada integralmente no ano de 1889, embora Varnhagen tivesse conhecimento da sua existência desde o ano de 1871, mas guardou sigilo, embora dela tomando notas que deu publicidade, mas não revelando o nome do autor. (Vej. Nota Preliminar de Capistrano de Abreu, de págs.

19/21 da "História do Brasil" de Frei Vicente do Salvador, já cit.).

Enfim, para que se ponha um paradeiro a essa insistência de que Pero Lopes de Sousa deu início à fundação da sua capitania de Itamaracá citaremos a opinião de mais três historiadores dos mais novos do Brasil, que são eles: Rocha Pombo, Pedro Calmon e Hélio Viana.

Em nota de rodapé n.º 1, no terceiro volume da sua História do Brasil pág. 274, escreveu Rocha Pombo: "Diz Milliet de Saint — Adolphe que Pero Lopes "se estabeleceu na ilha de Itamaracá, onde é sabido que residira três anos; não cuidou de colonizar o continente, e embarcando-se, pereceu num naufrágio". Isso só seria possível se ele tivesse voltado de Portugal ao Brasil já depois de ser donatário; o que, conquanto assegurado por alguns cronistas antigos, é hoje pouco admissível. Em páginas anteriores, nota de rodapé n.º 1, da pág. 196 a 198, Rocha Pombo depois de apreciar todas as razões pelas quais alguns cronistas entendem que Pero Lopes de Sousa passou três anos no Brasil cuidando da fundação das suas colonias, depois de mostrar que não teve tempo para isto, concluiu Rocha Pombo: "Como se vai vendo, nada disso era possível. Os franceses foram expulsos de Itamaracá, pela segunda vez, em 1532. Em 1535 ia ele na expedição contra Túnis. O que parece, em suma, é que todos se enganaram, devido à circunstância de haver Pero Lopes, por duas vezes, atacado e vencido os intrusos de Pernambuco: quando veio com Martim de Sousa em 1531, e quando foi para Portugal em 1532."

Nesta matéria Pedro Calmon é peremptório: "Pero Lopes de Sousa não voltou ao Brasil. A sua vida de guerreiro do mar levou-o a melhores sucessos, e afinal, de volta da Índia com uma armada, em 1539, naufragou e desapareceu, perto de Madagáscar". (Obr. cit., vol. I, pág. 194).

Hélio Viana, na sua História do Brasil, já na sua 12.ª edição, revista e atualizada por Américo Jacobina Lacombe, declarou a respeito de Pero Lopes de Sousa: "Pero Lopes de Sousa, donatário de Itamaracá, Santo Amaro e Santana, não voltou ao Brasil depois da viagem de 1530/1532, de que foi o narrador. Pouco cuidou da administração das suas primeiras Capitanias, pois faleceu em naufrágio na África".

* *
*

A Paraíba, porém, tornou-se o maior núcleo do comércio dos franceses com os índios potiguares que se tornaram seus amigos e aliados e vez por outra, aconselhados e auxilia-

dos por aqueles, levantavam-se contra os colonos portugueses de Itamaracá, seus vizinhos.

O perigo, porém, esclarece Manuel Bonfim, foi quando desencadeada a guerra contra os potiguares, além destes tiveram os franceses o concurso dos valorosos tabajaras. (Obr. cit., pág. 16) .

Relata mais Manuel Bonfim: "Com os potiguares tinham os franceses levantado grandes exércitos, terríveis pela bravura dos indígenas, a bravura do comando e a qualidade das armas. Sob as ordens de oficiais franceses os valentes cablocos serviam-se dos canhões como aguerridos europeus. E os portugueses tiveram de lhes opor poderosos exércitos coloniais que foram os maiores da América, até aquele momento: as tropas de D. Felipe de Moura. Apesar disso, viram-se eles forçados a retiradas, derrotados. Num dos combates Diogo Dias chegou a perder 600 homens". (Obr. cit., ibidem) .

Tudo isto aconteceu por culpa dos próprios portugueses; o que será demonstrado no capítulo seguinte. Inicialmente mostraremos a razão porque sendo os tabajaras amigos dos portugueses, desde a chegada de Duarte Coelho no Brasil, que com eles se misturaram no afã do fundamento de Olinda, tornaram-se seus inimigos e se reconciliaram com seus parentes e amigos, os potiguares do mar, que eram amigos e aliados dos franceses. Em seguida exporemos a má ação de Diogo Dias, que Manuel Bonfim nos apresenta como herói defendendo em combate a colônia portuguesa contra os assaltos dos índios do rio Paraíba, aliados dos franceses, perdendo seus seiscentos homens, revelando, assim, verdadeiro e completo desconhecimento desse episódio dos albores da colonização de Goiana.

Os dois fatos adiante narrados completam-se e explicam a causa fundamental que deu origem às guerras da Paraíba, travadas durante vários anos entre os índios potiguares, tabajaras, aliados dos franceses, contra os colonos lusitanos.

Essas guerras, como diz Frei Vicente do Salvador, o narrador exato dos seus grandes lances, ocorreram no governo de Luís de Brito na era de 1574 e duraram vinte e cinco anos. (Obr. cit., pág. 204) .



Um primitivo engenho de moer cana de Goiana.

CAPÍTULO VIII

OS ÍNDIOS DA PARAÍBA, APOIADOS PELOS FRANCESES, INVADEM O ENGENHO RECUNZAÉM PERTENCENTE A DIOGO DIAS, MATAM-NO BEM COMO TODA SUA FAMÍLIA, SEUS ESCRAVOS E MAIS DEPENDENTES. MORADORES DE ITAMARACÁ PASSAM-SE PARA AS MARGENS DO RIO GOIANA, ONDE JÁ EXISTIA A POVOAÇÃO CAPIBARIBE. POR CAUSA DOS TRÁGICOS ACONTECIMENTOS VERIFICADOS NA MARGEM DO RIO CAPIBARIBE-MIRIM, O GOVERNADOR GERAL DO BRASIL, POR ORDEM DA COROA, MANDOU INUTILMENTE DOMINAR OS ÍNDIOS DO RIO PARAÍBA. NOVO INTERREGNO NAS HOSTILIDADES ENTRE OS SILVÍCOLAS E OS COLONOS PORTUGUESES DE ITAMARACÁ. CONFIADOS NA AUSÊNCIA DOS NATURAIS OS COLONOS EMPREENDEM NOVA MIGRAÇÃO COLONIZADORA PARA OS VARGEDOS DO RIO GOIANA.

Durante quatro anos — 1570 a 1574 — enquanto Diogo Dias procurava construir os cômodos e as instalações necessárias para seu engenho que denominou Recunzaém, não se verificou qualquer ocorrência grave entre os tabajaras que transitavam pelas várzeas do rio Goiana nem também registrou a história qualquer luta que tivesse surgido entre os potiguares que dominavam as terras entre o rio Paraíba e o rio Jaguaribe do hoje Estado do Ceará (Maximiano Lopes Machado, obr. cit. pág. 39).

Nessa era, mais ou menos, seguiu uma expedição de Pernambuco em busca dos sertões do rio S. Francisco, sob o comando dos portugueses Francisco Caldas e Gaspar Dias d'Ataíde com a finalidade de cativar índios.

A essa expedição acompanhavam índios tabajaras, amigos dos portugueses, sob o comando do seu chefe Braço de Peixe que passou à nossa história com o nome de Piragibe, que moravam nas suas aldeias existentes naquelas regiões.

Decorrido certo tempo voltaram ao litoral os expedicionários conduzindo uns sete mil escravos. Enquanto os tabajaras esperavam o pagamento dos seus trabalhos, Braço de Peixe percebeu que os portugueses tramaram o ardil de levar com os índios cativos aqueles gentios que os haviam ajudado na expedição aliciadora; silenciando, simulando que nada havia percebido, mandou chamar Assento de Pássaro, outro chefe de grande prestígio dos tabajaras, com a recomendação de que com ele trouxesse todos seus guerreiros frecheiros. Chegando esses seus valentes companheiros, avisou a todos, inclusive aos que com ele já se achavam, que na manhã seguinte, depois que ouvissem seu costumado urro de guerra, caíssem todos sobre os portugueses e os matassem não deixando nenhum vivo.

"E assim foi, escreveu Frei Vicente do Salvador, autor do que acaba de ser relatado, que se achando todos portugueses dormindo, mui descuidados, subitamente os acometeram com tanto ímpeto que não lhes deram lugar a tomar armas nem a fugir e os mataram a todos, e soltos os outros gentios cativos, depois que ajudaram a sua liberdade, comendo a carne de seus senhores, os deixaram voltar para suas terras, ou para onde quiseram."

Conclui o respeitável frade franciscano a sua tétrica informação, acentuando que os homicidas temendo-se de uma vingança dos portugueses, pela morte dos seus patrícios, como eram tabajaras e contrários aos potiguares "foram se meter com eles na Paraíba e se fizeram amigos". (Obr. cit., pág. 196).

* *
*

Muito se alegraram os índios da Paraíba e os franceses seus aliados, com a reconciliação dos seus velhos inimigos e parentes, os tabajaras, mormente os franceses, pois, em época muito recente, o capitão-mor de Itamaracá, sendo informado de que três naus francesas faziam carga de pau-brasil na baía da Traição, dirigiram-se para lá, assaltaram-nas, matando alguns franceses e queimaram muito pau-brasil. Com a força assaltante encontrava-se Diogo Dias, já instalado no seu engenho Recunzaém, à margem norte do rio Capibaribe-mirim.

Disse Varnhagen, com o seu bom senso e com a sua grande experiência adquirida com os vastos estudos que fizera sobre os costumes dos nossos selvagens, que "nos brutos o es-

pírito de vingança é superior a tudo". (Obr. cit., pág. 352, 1.º vol. 2.ª edição).

Com essa percuciente observação de Varnhagen não teríamos dúvida que os índios da Paraíba procurariam se vingar daqueles que atacaram os franceses, seus amigos e aliados, pois sua vaidade era excessiva e não deixariam impune o menor agravo a seus parentes ou amigos.

O dia da vingança chegou e eles souberam aproveitar a oportunidade.

E a excelente oportunidade tornou-se mais imperiosa com a inesperada reconciliação dos potiguares da serra, como geralmente eram chamados os tabajaras, que assim se distinguiam dos potiguares que viviam no litoral, que eram conhecidos por potiguares da beira-mar.

Faltava, entretanto, o estopim para deflagrar a guerra entre a gente da Paraíba e os colonos portugueses de Itamaracá e Pernambuco, sem dúvida que mais sofreram nesse incêndio ateado entre esses dois grupos que iriam decidir a quem esse valente e destemido Nordeste iria pertencer, se aos audazes, ambiciosos e intimoratos descendentes gauleses, se aos navegantes arrojados e soldados intrépidos, filhos da heróica e pequena Lusitânia que, alumiados por sua fé, já haviam destruído reinos e conquistado coroas, fazendo o milagre do pouco sobrepujar o muito.

* *
*

Diogo Dias ainda ignorava a verdadeira carnificina que houve, feita pelos tabajaras, aldeados lá para as bandas do sul do S. Francisco, contra os portugueses, e que aqueles, receosos de uma provável vindita dos lusitanos, vieram fazer pazes com seus parentes e antigos inimigos, os potiguares da beira-mar da Paraíba. Não satisfeito de haver assanhado os ódios dos seus adversários da Paraíba, tomando parte no assalto que lhes fizera, pouco tempo antes, em companhia do Capitão-mor de Itamaracá, Diogo Dias acabava de magoar sensivelmente Iniguaçu, um dos mais prestimosos chefes dos tabajaras, gente amiga dos portugueses, seus ajudantes nas sangrentas lutas que travavam com outras tribos adversárias, o bom Rede Grande, como o chamou Frei Vicente do Salvador.

Esse grave episódio ocorrido nas margens do rio Capibaribe-mirim, que corre muito próximo das fronteiras da Paraíba, onde estava assentado o engenho de propriedade de Diogo Dias, foi narrado minuciosamente pelo sábio frade franciscano, cronologicamente, o primeiro brasileiro que escreveu

uma História do Brasil. Efetivamente, ele concluiu sua admirável obra no dia 27 de dezembro de 1627 mas não teve a alegria de vê-la publicada, pois deve ter falecido entre os anos de 1636 e 1639, conforme informa Jaboatão citado por Capistrano de Abreu, e sua utilíssima obra só foi publicada no Brasil no ano da proclamação da República, em 1889. Onde se achava o manuscrito do imortal livro, para nós brasileiros, e por que isso aconteceu? Encontrava-se na Torre de Tombo em Portugal, onde foi encontrá-lo o nosso Varnhagen em 1872, pouco mais ou menos, segundo afirmativa do mencionado Capistrano de Abreu. (Veja informação a esse respeito nas notas preliminares escritas pelo mesmo na História de Frei Vicente, já mencionada atrás, pág. 19 e segs.).

Quanto à secular demora na sua publicação, esclarece o nosso bravo historiador Manuel Bonfim, no seu "O Brasil" "...seria luz — o livro de Frei Vicente — para uma nacionalidade que se anunciava na colônia, e Portugal — metrópole — não podia consentir nisso, uma vez que o Brasil devia ser apenas um ubre... E, para sufocar essa entidade cuja existência era núncio de morte para a metrópole, sepultaram imediatamente a obra de Frei Vicente. Só podia aparecer, então, aquela história em que até o nome do Brasil se ofuscava, quanto mais a tradição..." (obra cit., pág. 67).

Antes da publicação da História do Brasil, de Frei Vicente, essa tragédia encenada nas margens férteis do Capibaribe-mirim, era desconhecida. Somente Varnhagen, segundo o dito de Capistrano de Abreu, que a conheceu antes da sua publicação, fez-lhe alusão, em poucas palavras, sem indicar a fonte onde colheu a notícia.

Efetivamente, noticiando a emigração de colonos que emigraram para as terras dadivosas dos rios de Goiana, entre 1570 e 1574, o período de tréguas a que atrás nos referimos, entre os índios potiguares e os colonos de Itamaracá, escreveu Varnhagen, na sua sempre admirável História do Brasil: "Itamaracá era porém não só a atalaia, o ponto avançado da civilização, mas o seu abrigo em caso de algum desastre; e os empreendedores, que se estabeleciam pelos rios do continente vizinho, punham antes nela as esperanças de refúgio do que em Igarassu, vila aliás mais próxima, porém no continente. Os mais ousados iam na dianteira, e em geral eram os ricos, por condição geral humana, mais ambiciosos. Um destes, Diogo Dias, aventurou-se a ir estabelecer engenho no Tracunhaém, chamado hoje rio de Goiana". (Obr. cit., vol. I, pág. 320 2.ª edição).

Há no trecho acima transcrito uma coincidência que prova bastante que Varnhagen conhecia o livro de Frei Vicente, o fato dele colocar o engenho de Diogo Dias nas margens do Tracunhaém, o que foi afirmado pelo doutíssimo frade franciscano e repetido por todos que abeberaram esses conhecimentos na mesma fonte, já não repetindo mais os que tomaram conhecimento das escrituras das sesmarias de 1570, quando Diogo Dias adquiriu suas cinco mil braças de terra na margem norte do rio Capibaribe-mirim e Boaventura Dias, em 1577, para vender as suas terras que herdou com a morte do seu pai.

A mencionada escritura de Diogo Dias prova igualmente que ele morava em Itamaracá, tendo se transferido para a povoação de Capibaribe, depois conhecida pelo nome de Goiana, denominação que conservou até os dias presentes. Na alegada escritura está dito, repete-se: "Faço saber — João Gonçalves — aos que esta minha carta de data de umas terras virem e o conhecimento dela pertencer como a mim me enviou a dizer Diogo Dias *de Capibaribe por sua petição*, que tem ele três filhos, os mais que nosso Senhor lhe der; *e porque era morador nesta capitania, quer, etc*". (Anais Pernambucanos — Pereira da Costa vol. I, pág. 385).

O que está dito na introdução do contrato acima transcrito prova bastante que Diogo Dias residia na capitania de Itamaracá e que, quando fixou residência nas terras do vargedo dos rios de Goiana fê-lo na já instalada povoação do Capibaribe de Goiana, de onde dirigiu um petição ao Governador da Capitania de Itamaracá, requerendo, em sesmaria, uma data de terras de cinco mil braças, em quadro, por ser seu morador, para ele requerente e três filhos que nomeou, ou outros que lhe aparecessem, por vontade de Deus, cuja data ficará nas ilhargas das terras que já foram doadas a João Dourado, na margem norte do rio Capibaribe-mirim, por onde se conclui, com absoluta certeza, que Diogo Dias não foi o criador da povoação de Goiana, quando ali se instalou, pois povoação já existia com a denominação de Capibaribe, como dá notícia sua própria escritura de doação de sua sesmaria, e Capibaribe veio depois se chamar Goiana, nome que o povo deu ao braço do rio Capibaribe-mirim que passava na nascente povoação de Capibaribe; nem foi o fundador do primeiro engenho de Goiana, pois, como informa o autorizado historiador pernambucano Pereira da Costa, antes dele, já ali se achava instalado João Dourado, de quem há notícia de um dos seus descendentes, até há poucos anos, já bastante velho, e que residia no lugar Barreiras Grandes, pertencente hoje ao Estado

da Paraíba. Falecendo esse parente de João Dourado, uma sua filha também já bastante velha, foi morar em Condado, deste Estado, ali falecendo, dispersando-se seus dois filhos, que foram residir no sul do País, em lugar que não conseguimos saber. É esta a tradição existente ainda em Barreiras Grandes, segundo informação de pessoas antigas ali residentes.

Enfim, transcrevemos abaixo o que foi relatado pelo honrado Frei Vicente do Salvador para que se possa comparar com muitas coisas que foram imaginadas por alguns dos nossos historiadores, enfeitando o maracá como costuma dizer o nosso povo, a fim de emprestar à vítima da carnificina uns ares de santo ou herói, que ocorreu em 1574, nas margens do rio Capibaribe-mirim, graças à sua imprudência e impudência, que provocaram as iras de milhares e milhares de índios da tribo dos potiguares da beira-mar, irreconciliáveis inimigos dos portugueses, que depois se reconciliaram com os potiguares da serra, como eram apodados os tabajaras, velhos e tradicionais amigos dos portugueses, que deles se afastaram por muitas vexações e perrarias dos seus antigos amigos, como afirmou Frei Vicente do Salvador com aquela tranqüilidade de verdadeiro juiz que julga as coisas com a mais perfeita isenção de ânimo.

* *
*

Escreveu o seguinte Frei Vicente do Salvador a respeito da dantesca tragédia ocorrida às margens do rio Capibaribe-mirim:

"Em este rio (o Paraíba, antes chamado S. Domingos) entravam mais de vinte naus francesas todos os anos a carregar pau-brasil, com ajuda que lhes davam os gentios potiguares que senhoreavam aquelas terras da Paraíba até o Maranhão, algumas quatrocentas léguas. E assim ajudavam os portugueses vizinhos das capitanias de Itamaracá e Pernambuco, depois que fizeram pazes, como fica dito no capítulo décimo-segundo do livro segundo, mas tantas vexações e perrarias lhes fizeram que se tornaram a rebelar.

Uma só contarei, que foi como disposição última e ocasião propínqua dessa rebelião. E foi que, entre outros mamelucos (cruzamento de índias com portugueses) que andavam pelas aldeias suas resgatando peças cativas e outras coisas, e debaixo disto roubando-os com violência e enganos, houve um natural de Pernambuco, o qual, posto que era filho de um homem honrado, tirou mais a ralé da mãe que do pai.

Este, indo a uma aldeia de Copaoba (interior do Estado da Paraíba, hoje chamada serra da Raiz) com seus resgates,

se agasalhou em um rancho de um principal grande chamado Iniguaçu, que quer dizer "rede grande", e se namorou de uma filha sua, moça de quinze anos, dizendo que queria casar ou amancebar-se com ela para ficar entre eles e não vir mais para os brancos, no que ela consentiu e o pai também, entendendo que cumpriria o noivo a condição prometida. Porém, indo a uma caça que durou alguns dias, quando tornou não achou o genro nem a filha, porque se haviam ido para Pernambuco.

Sentiu-se muito e mandou logo dois filhos seus em busca da irmã, os quais, porque o mameluco não lhe quis dar, se foram queixar a Antônio de Salema, que estava por correição em Pernambuco, posto que já de partida para a Bahia, e ele mandou logo notificar o pai do querelado que trouxesse a moça, como trouxe, e a entregou aos irmãos, passando-lhes uma provisão para que ninguém lhes impedisse o caminho ou lhes fizesse algum agravo antes lhes dessem os brancos por onde passassem todo favor e ajuda para o seguirem, avisando-os que não consentissem mamelucos em suas aldeias. E assim o avisou ao capitão-mor da ilha Afonso Rodrigues Baltar (Antonio Rodrigues Baltar, escreveu Maximiano Lopes Machado) que não consentisse em ir ao sertão semelhante gente.

Foram os negros (assim chamavam aos índios nos princípios da colonização) mui contentes com sua irmã e mais depois que viram o bom agasalhado que pelo caminho lhes faziam os brancos, obedecendo à provisão que levavam, até que chegaram à casa de um Diogo Dias, que era o derradeiro que estava nas fronteiras da capitania de Itamaracá, o qual os recebeu com muitas mostras de amor e muito mais à irmã, que mandou recolher com outras moças de câmera, sem mais a querer dar aos portadores nem outros que o pai mandou depois que soube, pedindo-lhe que lhe mandasse sua filha e, quando não quisesse, a fossem pedir ao dito capitão-mor da ilha, como foram e nem uma coisa aproveitou, porque o capitão era amigo de Diogo Dias e dissimulou com o caso.

Espalhada esta nova pelos gentios das aldeias, quiseram logo tomar vingança em os regatões (compradores de índios prisioneiros dos tabajaras, nas suas guerras com outros índios, para venderem como escravos aos senhores de engenho) que nelas estavam e tomar-lhes os resgates; mas o principal agravado lhes foi à mão, dizendo que aqueles não tinham culpa e não era razão pagassem os justos pelos pecadores e somente os fez sair das aldeias e ir para suas casas, como o corregedor Antônio de Salema havia mandado.

Tão bem intencionado era este negro (o chefe Rede-Grande) e afeto aos portugueses que ainda de seu ofensor tomara vingança, se não fora atiçado por outros potiguares, principalmente pelos da beira-mar, com os quais comerciavam os franceses e para seu comércio de pau-brasil lhes importava muito ter liança com estoutros da serra (os tabajaras, que já haviam se reconciliado com os potiguares da beira-mar, como já vimos).

E, como nesta conjunção estavam três naus francesas à carga na baía da Traição e o capitão-mor da ilha de Itamaracá havia dado um assalto, que matou alguns franceses e lhes queimou muito pau que tinham feito, no qual assalto se havia também achado Diogo Dias, tantas coisas disseram ao bom Rede-Grande que veio a consentir que dessem em sua casa e fazenda, que era um engenho que havia começado no rio Tracunhaém (retifique-se para rio Capibaribe-mirim). E, porque sabiam que o homem tinha muita gente e escravos e uma cerca mui grande feita com uma casa forte dentro, em que tinha algumas peças de artilharia, se concertaram que ele viria com todo gentio da serra por uma parte, e o Tejucupapo, que era o maior principal da ribeira, com os seus e com os franceses por outra, e assim como o disseram, fizeram. E, com serem infinitos em número, ainda usaram de uma grande astúcia, que não remeteram todos à cerca nem se descobriram, senão somente alguns e ainda estes começando os nossos a feri-los de dentro com flechas e peroulos, se foram retirando como que fugiam. O que visto por Diogo Dias se pôs a cavalo e, saindo da cerca com seus escravos, foi em seu seguimento; mas, tanto que o viram fora, rebentaram os demais da cilada com um urro que atroava a terra e o cercaram de modo que, não podendo recolher-se à sua cerca, foi ali morto com todos os seus e a cerca entrada, onde não deixaram brancos nem negros, grande nem pequeno, macho nem fêmea que não matassem e esquartejassem. Foi esta guerra dos potiguares, governando o Brasil Luís de Brito, em a era de 1574, e dela se seguiram tantas que duraram vinte e cinco anos". (Obr. cit., págs. 202 a 204).

* *
*

Essa carnificina de portugueses feita pelas mãos revoltadas e indignadas dos índios da Paraíba, teve grande repercussão nas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, principalmente em Lisboa, não tanto pela violência e brutalidade do ato, quanto a este, o que não era inédito na colônia portuguesa,



Um engenho de moer cana em plena atividade, sendo movido a água.

pois menor não fora a carnagem efetuada pelos donatários da capitania de Pernambuco contra os caetés cuja tribo fora praticamente extinta.

Ali, entretanto, a causa era uma espécie de maldição contra aqueles brutos, responsáveis que foram pela morte de D. Pedro Fernandes Sardinha, primeiro Bispo do Brasil.

Aqui era uma mera vingança dos íncolas contra os colonos, coisa que já se tornara corriqueira, depois que a escravidão dos aborígines se tornou uma necessidade cruciante para o progresso da cultura da cana de açúcar.

As hostilidades entre os invasores e os nativos, no século dezesseis, eram generalizadas entre nós, afirmou J. F. de Almeida Prado.

"Tiranizava o europeu, dominador por índole; vingavam-se os índios rancorosos; revidavam os povoadores; e por fim, a superioridade das armas e organização dos brancos, e principalmente, o considerável auxílio dos mamelucos, dominavam o gentio de mentalidade infantil, incapaz de organizar-se" ("Primeiros Povoadores do Brasil", pág. 161).

No caso concreto, que estamos apreciando, também havia o interesse comercial de um outro povo civilizado, os franceses. Este era o maior receio do governo de Lisboa. Toda gente francesa, particularmente os normandos, tinha esta precisão da vitória dos gentios. Com esses intuítos é que se imiscuíam com eles onde quer que pretendessem obter deles preferência no seu comércio com o pau-brasil e demais produtos coloniais. Assim era nas suas feitorias no sul, como no nordeste do Brasil. Informando a respeito do seu comportamento com os tupinambás conta-nos o escritor francês Fernando Denis, no seu conhecido livro "O Brasil:" "Os franceses, que se decidiam a viver entre os tupinambás, começavam por se conformar em quase tudo com o modo de vida de seus novos companheiros. Admitidos que eram numa aldeia abraçavam seus interesses e adotavam seus costumes. De tal modo desprezavam os usos, que abandonavam, que algumas vezes, como os selvagens se pintavam e viviam nas florestas. Seguindo o exemplo dos chefes, com quem gostavam de se comparar, esposavam muitas mulheres e pouco os afligia a sua posteridade. Muitas vezes tomavam parte nas suas sanguinolentas guerras, que entre as tribos se suscitavam, então, como deixamos referido; se acreditarmos em velhos historiadores, não retrogradavam à vista das festas que nos dias de combate sucediam". (Obra acima referida, vol. I, pág. 89, tradução da responsabilidade da Livraria Progresso, Bahia, ano de 1955).

Não é só isto. Os franceses instruíam militarmente seus amigos e aliados filhos das terras brasílicas. Escreveu, a propósito, Manuel Bonfim, no seu erudito trabalho, já mencionado, "O Brasil:" "Com os potiguares tinham os franceses levantado grandes exércitos, temíveis pela bravura do gentio, a maestria do comando e qualidade das armas.

Sob as ordens de oficiais franceses os valentes caboclos serviam-se dos canhões como aguerridos europeus. E os portugueses tiveram que lhes opor poderosos exércitos coloniais que foram os maiores da América até aquele momento: as tropas de D. Felipe de Moura." (Obr. ref. pág. 16/17).

Os elementos bélicos, conseqüentemente, que apoiavam os naturais da Paraíba já eram bastante apreciáveis. Portugal, porém, não ficou inativo. Era preciso extinguir este foco ameaçador de permanente rebeldia. El-rei ordenou ao governador Geral do Brasil, Luís de Brito, da Bahia, que remetesse para lá, quanto antes, uma expedição armada para dominar aqueles índios revoltados. Na impossibilidade de fazê-lo pessoalmente, Luís de Brito enviou uma força bastante numerosa sob as ordens de Fernão da Silva, ouvidor geral do Brasil, que, chegando ali, não encontrando reação, pois os índios, vendo tropas tão numerosas, se ocultaram, e o comandante seguindo diretamente para as margens do rio Paraíba, facilmente tomou posse daquelas terras, com as exigidas formalidades legais, inclusive com a lavratura do respectivo termo, voltando logo para Itamaracá e de lá regressou à Bahia.

Foi uma verdadeira vitória de opereta. E informou Frei Vicente do Salvador, com o necessário sal ático que ele costumava usar em semelhantes casos: "Porém os potiguares que nem uma coisa entendem de atos nem de termos judiciais nem lhes dá deles, como não viram pelouros, nem quem lhes a tirasse, retornaram a senhorear a terra como de antes e com mais ânimo e coragem". ("História do Brasil", já citada, pág. 207).

Justamente alarmados com este insucesso, os moradores de Pernambuco apavorados com a possibilidade de que os potiguares nas suas correrias viessem até Itamaracá e dali até Olinda, pediram socorro a Luís de Brito e este os atendeu, vindo ele próprio numa frota em socorro daqueles moradores, porém forte ventania sobreveio e a frota que se destinava à Paraíba dispersou-se, indo parte para a Bahia e parte arribando no porto do Recife. (Irineu F. Pinto, obra, cit. pág. 19).

Iria iniciar-se outro interregno nas reinantes hostilidades entre os índios do rio Paraíba e os colonos de Itamaracá.

Aqueles índios belicosos internaram-se no sertão e os colonos de Itamaracá, confiados nessa ausência, fizeram nova migração para os portentosos vales dos rios de Goiana que eram a grande miragem daquela gente destemida e ávida de grandes lucros que lhe prometia a terra generosa e dadivosa dos vales goianenses.

CAPÍTULO IX

NOVA MIGRAÇÃO DE COLONOS ILHÉUS PARA GOIANA. BOAVENTURA DIAS TENTA COM SEU SÓCIO MIGUEL DE BARROS RECONSTRUIR O ENGENHO RECUNZAÉM. OS ÍNDIOS DA PARAÍBA VOLTAM DO SERTÃO, ASSALTAM O ENGENHO EM RECONSTRUÇÃO, MATAM O SÓCIO DE BOAVENTURA DIAS, TODA SUA FAMÍLIA E DEMAIS PESSOAS QUE O ACOMPANHAVAM. O GOVERNO DE PORTUGAL DELIBERA COMBATER OS ÍNDIOS E EXPULSAR OS FRANCESES DA PARAÍBA QUE É DECLARADA CAPITANIA REAL DE PORTUGAL. A CONTRIBUIÇÃO DOS INDÍGENAS DE TODOS OS PAÍSES QUE OS POSSUÍAM, EM BENEFÍCIO DOS HOMENS CIVILIZADOS.

"Logo que os colonos de Itamaracá e Pernambuco, escreveu Rocha Pombo, viram os índios procurando o sertão, entenderam que já estavam senhores do território imediato ao norte (Paraíba) e muitos foram por ali se estabelecendo. Entre estes contam-se um filho de Diogo Dias (Boaventura) e um Miguel de Barros, homem de fortuna, os quais se associaram para fundar um engenho de açúcar em uma sesmaria que ficava para o norte do distrito de Goiana. Começaram por prevenir-se contra qualquer agressão, construindo um forte de taipa. Não tiveram que esperar muito por ataques dos potiguares, que dentro de pouco volveram do sertão. Bem armados e protegidos de muitos índios amigos, defenderam-se os colonos com certa vantagem; mas um dia — diz Frei Vicente do Salvador — advertiram que a loja da casa estava aberta por uma parte, onde não lhe haviam feito taipa, e enquanto uns pelejavam, outros meteram secretamente por ali muita palha

seca, e lhe puseram fogo, o qual se começou logo a atear nas traves e táboas do sobrado, sem que os de riba vissem mais que a fumaça que os cegava, e indo duas mulheres abrir um alçapão para verem o que era, subiu incontinenti tão grande labareda que as abrasou, o que visto pelos homens, e como toda casa estava cercada de inimigos, determinaram sair a campo, e vender bem sua vida, como fizeram, matando primeiro a muitos que deles fossem mortos e como o número era tão grande, foram vencidos e mortos". (Rocha Pombo, "História do Brasil", vol. III, pág. 623).

Boaventura conseguira escapar desse morticínio e após o assalto dos inimigos de seu pai, não quis mais continuar como dono das terras que herdara e decidiu vendê-las a João Cavalcanti, de Araripe, o que fez por escritura datada de 18 de junho de 1577.

*
* *

A tragédia que mais sensibilizou D. João III e abalou profundamente a população de Lisboa foi a morte de D. Francisco Pereira Coutinho, donatário da capitania da Bahia de todos os Santos. E tanto isto é verdade que quando Varnhagen começou a escrever sobre essa tragédia começou com as seguintes palavras: "Parece que a pena se nos resiste a tratar do donatário da Bahia, nem que movida pela dor que nos punge o coração, ao considerar seu triste fim". (Obr. cit. 1.º vol. 2.ª edição, pág. 196).

Era ele um "fidalgo muito honrado", afirma Rocha Pombo, que se ilustrara na Índia de onde se recolhera ao reino "com muita fama e grande fortuna".

Foi bem acolhido na sua chegada à Bahia, não obstante já fosse um homem "velho e achacoso", no dizer de Varnhagen, e apesar da grande escola prática que tivera na Ásia, mostrava-se agora mole e falho de energia; e não sendo severo para com os maus, tornava tais os que dantes eram bons". (Obr. cit., pág. 199).

Mas sua administração tornara-se anárquica e a situação era tão desmoralizada que seus próprios soldados "imorais e debochados, praticavam com os mesmos índios toda sorte de vexações e abusos; um deles até matou cruelmente o filho de um principal índio; e tudo isto despertou desejos de vingança nos indígenas contra Coutinho e seus companheiros, em quem não viam mais do que tiranos, destinados a oprimi-los pelo direito de conquista". (Rocha Pombo, obr. cit., vol. 3.º, pág. 262).

Como conseqüência desses fatos e outros idênticos cometidos contra os selvagens, estes levantaram-se contra o donatário, cometendo depredações de toda espécie, incendiando engenhos, destruindo fazendas, infestando toda região, impedindo os caminhos; e por fim pondo cerco à vila, onde os colonos ficaram privados de víveres e até de água. O donatário tentou reagir convocando seus patrícios e seus amigos, mas foi tudo em vão, terminando ausentando-se com sua família e abrigando-se nas vilas de Porto Seguro e Ilhéus.

Essas lutas prolongaram-se por mais de sete anos.

Decorrido mais ou menos um ano, não obstante sentir-se muito abatido com estes fatos, foi convidado por Diogo Alvares, o Caramuru, de quem ele chegou a julgar que aquela rebeldia fora por ele instigada, e ainda avisado que os franceses pretendiam invadir a Bahia, animado por amigos, embarcou, com outros companheiros, deixando ficar sua família. Mas aproximando-se da ilha de Itaparica sobreveio uma tempestade, naufragando seu barco. Sendo reconhecido pelos índios seus inimigos, que eram os tupinambás, foi morto por eles e comido, e, com ele varios dos seus amigos, menos Diogo Alvares, que os índios reconheceram e pouparam.

Esse foi o acidente sofrido por um donatário que, como dissemos, muito abalou os sentimentos do rei D. João III e toda sua corte — De vulto igual, ou parecido, graças a Deus, nunca tivemos coisa semelhante (Vej. Rocha Pombo, obr. cit. vol. 3.º págs. 262 em diante).

Relatando os acontecimentos de 1550, Pedro Calmon escreveu que Pero Borges havia identificado o nome de um clérigo que era indicado como responsável por aqueles fatos, conforme lhe afirmara um mestre de navio, que prendera em Ilhéus, acusando de não os haver evitado e, pelo contrário, se locupletando com a chacina de brancos que os potiguares (tupinambás, chama Capistrano de Abreu, para distinguir dos tupiniquins, que são os tabajaras), cometeram e "andavam pelas brenhas *com um clérigo de missa* a que chamam Bezerra, o qual na Bahia fingiu que trazia um alvará a V.A. para prender a Francisco Pereira já defunto e fez prender de fato" ("História do Brasil", vol. 1.º pág. 198).

Este clérigo foi denunciado a D. João III, por Duarte Coelho em carta que lhe escreveu em 30 de dezembro de 1546, quando lhe transmitiu suas impressões de que Francisco Pereira Coutinho, pela sua idade, não administraria bem a Bahia, dizendo que aquelas revoltas e levantamentos contra Francisco Pereira "foi a causa da Bahia se perder e o *clérigo que foi o*

princípio daquele dano e mal deve V. A. de o mandar preso para Portugal e que nunca torne ao Brasil porque tenho sabido ser um grão ribaldo" (Trecho da cit. carta, transcrita por Pedro Calmon *ibidem*, pág. 197).

*
* *

Nesse interstício, entre os anos de 1577, quando houve a segunda hecatombe nas terras de Diogo Dias, e o ano de 1580, quando foi reunida a coroa de Portugal à do reino espanhol, nenhum acontecimento de real importância teve lugar na Paraíba a não ser a expedição ali enviada sob o comando de João Tavares que, praticamente, nada rendeu, no ano de 1578, o ano da morte de D. Sebastião; e outra que se dirigiu para o rio Paraíba sob a responsabilidade de Frutuoso Barbosa, em 1580, que se malogrou devido forte tempestade que dispersou a pequena armada, logo que saiu do porto de Pernambuco, tendo vários navios se avariado.

Em 1582 Frutuoso insistiu por nova expedição, depois de feitos os necessários reparos nos seus navios, tendo obtido alguns resultados, apreendendo cinco naus francesas no porto da Paraíba, escapando três que se dirigiram para o Rio Grande do Norte. Desembarcando tropas, ocupa o porto, mas, em luta com os selvagens, perdendo muitos homens, inclusive um filho seu, prefere abandoná-lo e voltar para Pernambuco, donde pediu socorro ao Governador Geral do Brasil. (1582/1583) — (Veja Irineu Ferreira Pinto. "Datas e Notas para a História da Paraíba", cit., págs. 16/17).

*
* *

Já havia decorrido um período de seis anos depois que os índios da Paraíba haviam assaltado o engenho que Boaventura Dias procurara restaurar e que pertencera a seu pai, salvo aquelas inócuas expedições acima mencionadas. Contudo a conquista da Paraíba era uma questão que deveria ser encarada seriamente, agora que Portugal fora reunido à coroa da Espanha.

Pouco antes de haver falecido D. Sebastião ele extinguira a duplicidade do Governo-Geral do Brasil, voltando a ser uno, continuando sua sede na Bahia, sendo nomeado para Governador Geral Manuel Teles Barreto. Este decidiu-se, definitivamente, a solucionar este grave e complexo problema da conquista da Paraíba.

Achando-se sete navios espanhóis e dois portugueses surtos no porto da Bahia, dirigiram-se por ordem de Teles Bar-

reto para Recife, a fim de ali serem combinados os planos de ataque ao porto da Paraíba.

A pequena esquadra devia seguir pelo mar enquanto um numeroso exército iria por terra sob o comando de Felipe de Moura e Frutuoso Barbosa. Atingida a meta, Diogo Flores encontrando seis naus francesas fundeadas mandou incendiar cinco, escapando uma que se fez de vela, fugindo. Pouco depois chegava a tropa de Pernambuco. Construindo-se um forte, Diogo Flores confiou-o a Castrejon, como seu comandante, guarnecendo-o com numerosos soldados e como era dia de S. Felipe e Santiago, 1.º de maio de 1584, deu-lhe o nome de S. Felipe e embarcou para a Espanha. As tropas auxiliares procuraram combater uma aldeia de índios mas vários expedicionários morreram, outros chegaram ao forte e decidiram regressar para Olinda. Com isto muito se animaram os gentios, auxiliados pelos franceses. Chegou um reforço de portugueses, sob a chefia de Pedro Lopes, capitão de Itamaracá, que foi até Mamanguape, onde encontrou duas naus da França, incendiou-as e volta logo para o forte, acometendo os índios que o cercavam, que se ausentaram imediatamente. Os efeitos do resultado duraram pouco pois apareceu Piragibe, chefe tabajara, já muito nosso conhecido sob o nome de Braço de Peixe, que robustecendo os inimigos ameaçou apossar-se da nascente colônia e, em seguida, seguir para Itamaracá e de lá para Pernambuco. Organizou-se, então, nova tropa e veio para a Paraíba sob o comando de Martim Leitão, que chegou tardiamente ao forte, depois de vencer Piragibe, por duas vezes, em Tibiri, encontrando-o já desafogado dos sitiantes, recolhendo-se de novo a Olinda, depois de, sem resultado, haver feito uma saída pelo sertão. Os que ficaram vigiando o forte sob as ordens de Castrejon abandonaram-no e voltaram para Itamaracá. Assim tudo ficou no mesmo estado de antes. (Varnhagen, obr. cit., vol. I, págs. 349/352).

*

* *

As derrotas sofridas por Piragibe vieram proporcionar novas possibilidades aos portugueses para que lhe fosse proposta outra paz, cuja amizade havia sido rota com a traição deles, querendo escravizá-los juntamente com milhares de selvagens que haviam sido aprisionados, com o concurso do mesmo Piragibe e seus companheiros de guerra, nas margens do S. Francisco, como acima ficou dito.

Varnhagen, porém, narra este episódio de maneira absolutamente diferente do que nos foi transmitido por Frei Vi-

cente do Salvador. Escreveu o doutíssimo historiador nacional: — "Não duraram porém muito os efeitos da vitória; os contrários robustecidos pelo auxílio de um novo aliado, que se lhes agregou, o valente Piragibe, que pouco antes havia nas serras destroçado certa escolta de uns cem, que com Gaspar d'Ataíde e Francisco de Caldas se haviam aventurado até lá, ameaçaram senhorear-se da nascente colônia, e ao depois, se triunfantes, as de Itamaracá e Pernambuco". (Obr. cit., págs. 350/351).

Dispensamos qualquer comentário a esse respeito porquanto Varnhagen não se referiu a obra ou documento onde encontrou semelhante narrativa.

Ele foi o primeiro historiador brasileiro que leu o manuscrito de Frei Vicente do Salvador que se deparou com ele na Torre do Tombo de Portugal e, segundo informação de Capistrano de Abreu, depois de haver tomado algumas notas do tão notável livro, guardou silêncio, conservando sua ignorância, evitando sua publicidade, o que só veio a se realizar mais de dois séculos depois de haver sido escrito, isto é, em 27 de dezembro de 1627.

Poupamo-nos de mais comentários porque a narração do frade franciscano está de perfeito acordo com os fatos que conhecemos, originando as guerras que se travaram na Paraíba e que tanta desgraça e desmantelo trouxeram à capitania de Itamaracá, como em breve veremos.

*

* *

Escreveu Varnhagen, fazendo a mais perfeita justiça:

"O que não tinham conseguido os europeus e pernambucanos apesar de tantos esforços, e gastos perdidos, e vítimas sacrificadas, e trabalhos sem frutos, vai ser feito pelos próprios índios, com as suas tristes desuniões costumadas, tão proveitosas sempre aos invasores". (Obr. cit. pág. 352).

Exatamente, informado Martim Leitão da briga entre Piragibe e os potiguares da Paraíba, lançou um meio de grande significação diplomática, aproveitando a desinteligência surgida entre as duas poderosas tribos, potiguares da serra ou tabajaras e os da beira-mar, que eram os dedicados amigos e aliados dos franceses, os invasores das terras paraibanas, renovando a proposta de paz, que antes fora recusada por seus velhos amigos os tabajaras, prometendo-lhes ajuda contra seus naturais inimigos os comedores de camarão, com quem se haviam reconciliado, por interesse comum, como sabemos. Malquistara-se Piragibe com seus reconciliados inimigos por-

que no encontro que tivera com os portugueses e os pernambucanos, acusaram-no de ter sido vencido por covardia, o que não era verdade, pois ele fora derrotado pelos seus então adversários pelo número superior dos que o enfrentaram, tendo lutado valentemente para dominá-los, como confessaram os próprios vencedores. Não perdendo tempo, Martim Leitão enviou seu dedicado e habilíssimo auxiliar, João Tavares, para parlamentar com Piragibe na Paraíba, propondo-lhe outra paz, que prontamente aceitou, passando, com seus índios, para a fileira dos antigos amigos, os portugueses.

Depois de tudo pacificado, veio, dias depois, Martim Leitão, à Paraíba, dando início à fundação da capital paraibana e, em seguida, atacando os núcleos em que se encontravam os potiguares e os franceses seus aliados, levando-os para além dos limites da Paraíba com o Rio Grande do Norte. Foi um grande desafogo para Itamaracá e Pernambuco essa vitória dos portugueses e brasileiros natos que já iam se habilitando para as próximas lutas que se avizinhavam mas que veio facultar o rápido crescimento da povoação de Goiana, que de todo nunca deixou de crescer, não obstante esse longo estado de guerra que se estabeleceu, por vários anos, entre os índios da Paraíba, seus aliados os franceses, com os colonos de Itamaracá e Pernambuco, com o apoio das forças luso-espanholas.

Martim Leitão, porém, foi o grande vitorioso dessa conquista, graças a sua inteligência, sua tenacidade, sua coragem, seu espírito democrático e diplomático, ganhando em poucos dias aquilo que custou vários anos de luta pelas armas e muita brutalidade recíproca, entre vencedores e vencidos, cessando assim as despesas, os ódios, os sofrimentos, as mortes inglórias, as inquietações. Martim Leitão, em conclusão, foi um bravo, um homem desinteressado, um grande herói!...

*
* *

A ajuda que foi dada às forças expedicionárias da Paraíba, com a paz firmada com o chefe tabajara, Piragibe, — o Braço de Peixe — foi relevantíssima e, sem exagero, decisiva.

Nos seus ataques às terras que pertenceram a Diogo Dias, nota-se uma particularidade: os índios paraibanos não estendiam as suas vinganças procurando ofender outros moradores já existentes nas margens dos rios de Goiana, ou mesmo causando danos aos seus bens. Limitavam-se a destruir o que pertencera a Diogo Dias ou a seus parentes.

Bem diferente era o que se passava nas capitanias do sul, mormente em Ilhéus e Porto Seguro. Eis o que nos informa Pedro Calmon, citando Gabriel Soares: "A capitania de Porto Seguro e a de Ilhéus estão destruídas e quase despovoadas com o temor desses bárbaros (os aimorés), cujos engenhos não lavram cana por lhes terem morto todos os escravos e gente deles e a das mais fazendas, e os que escaparam das suas mãos tomaram tamanho medo que em se dizendo "Aimorés" despejam as fazendas, e cada um trabalha por se pôr em salvo, o que também fazem os homens brancos, dos quais têm morto estes alarves de vinte e cinco anos a esta parte que esta praga persegue estas duas capitanias, mais de trezentos homens portugueses e de três mil escravos". (obr. cit., vol. 2.º, págs. 329/330).

Eles sabiam que ali bem perto estava a povoação Capibaribe, onde, aliás, como vimos, residira Diogo Dias, antes de haver se estabelecido na margem norte do rio Capibaribe-mirim, mas nunca dirigiram para lá suas iras, restringiram-se a se vingar somente dos seus declarados inimigos, matando-os e destruindo o que lhes pertencia, retirando-se sem que molestassem os moradores da nascente e já próspera povoação que, depois, seria vila e, por último, a cidade de Goiana.

*

* *

Não fosse essa insistente agressividade dos índios às instalações agrícolas agora levantadas por Boaventura Dias e seu infeliz sócio Miguel de Barros, aquela tragédia ocorrida no norte do rio Capibaribe-mirim, teria permanecido na história de Goiana, como simples incidente, como a denominou Hélio Viana. ("História do Brasil", 12.ª edição, pág. 134). Seria isto uma circunstância acidental pela sua renovação, como ficou salientado atrás, se se tratasse de conflito somente entre colonos e os naturais. Mas, no caso presente, a reiteração tinha o colorido da parceria dos franceses, e a monstruosa mortandade de portugueses impunha a Portugal uma ação enérgica e imediata contra a insubordinação dos indígenas e conivência dos intrusos que os instigavam e os apoiavam militarmente.

Entretanto densas nuvens condensavam-se nos horizontes já bastante tempestuosos do fraco e esgotado Portugal com suas lutas ainda acesas contra os mouros da África, seus velhos e pertinazes inimigos.

O jovem rei D. Sebastião, numa atitude temerária e imprudente, impelido por suas tendências guerreiras e por

conselhos, como se dizia, talvez comprados pelo ouro da Espanha, lançou-se a uma guerra da África e lá morreu em 1578 juntamente com a fina flor da nobreza portuguesa, na batalha de Alcacér-Quibir, sendo sucedido no trono de Portugal pelo Cardeal D. Henrique, já velho, doente e incapaz para exercer tão elevada investidura.

Pouco mais de um ano de exercício no seu cargo, faleceu o cardeal D. Henrique, sendo substituído pelo direito e pela força por D. Filipe II, rei da Espanha.

Em 1582, insiste Frutuoso Barbosa na sua empresa de conquistar a Paraíba, depois de consertar seus navios, colhendo alguns resultados com a apreensão de cinco naus francesas no porto da Paraíba, que faziam parte de uma esquadra de oito naus, tendo escapado três que seguiram em direção ao Rio Grande do Norte. Desembarcando sua tropa não foi cuidadoso com as surpresas dos selvagens, caindo numa cilada onde perdeu muitos dos seus homens, inclusive um seu filho. Muito desgostoso, deliberou regressar para Pernambuco, de onde pediu socorro ao Governador Geral do Brasil. (Vej. Irineu Ferreira Pinto, "Notas para a História da Paraíba", págs. 16/17).

*

* *

Já eram passados dez anos sem que houvesse algum incidente ou anomalia na vida da tranqüila povoação Capibaribe assentada no braço esquerdo do Capibaribe-mirim, então conhecida igualmente pelo nome de Goiana.

A conquista da Paraíba, contudo, poderia agora ser encarada como uma questão prioritária, na sua solução, uma vez que, com a junção das duas coroas ibéricas, apresentava-se maior possibilidade para se tratar da expulsão dos franceses dos seus territórios e com mais facilidade serem aquietados os índios que lá habitavam.

Pouco antes de falecer, D. Sebastião extinguira a duplicidade dos Governadores Gerais do Brasil, desde que provada ficou sua desvantagem, voltando-se ao governo único, continuando sua sede na Bahia, isto em 1577, sendo o primeiro nomeado Lourenço da Veiga, em cujo governo nenhuma expressão teve o que foi feito na Paraíba para a sua conquista. Falecendo ele na Bahia veio lhe substituir Manuel Teles Barreto que levou a sério a expulsão dos franceses do nordeste brasileiro.

Achando-se sete naus espanholas e duas portuguesas ancoradas no porto da Bahia, dirigiram-se, por ordem de Teles Barreto, para Pernambuco, sob o comando de Diogo Flores,

a fim de ali ser combinado o plano de ataque ao porto da Paraíba. A pequena esquadra devia seguir pelo mar, enquanto por terra ia uma numerosa tropa sob o comando de Felipe Cavalcanti e Frutuoso Barbosa. Chegando àquele porto Diogo Flores encontrou seis naus francesas, das quais mandou incendiar cinco e uma fez-se de vela, fugindo. Pouco depois chegou a tropa vinda de Pernambuco. Fundando um forte, confiou seu comando a Castrejon, pôs numerosa guarnição no forte e como era o dia 1.º de maio de 1584, dedicado a S. Felipe, ordenou que este seria seu nome e em seguida fez-se de vela para a Espanha. A tropa auxiliar procurou combater uma aldeia de índios mas vários homens morreram e outros chegaram ao forte e deliberaram a se recolher a Olinda. Com isto muito se animaram os naturais auxiliados pelos franceses. Logo chegou em socorro dos portugueses Pedro Lopes, governador de Itamaracá, que foi até Mamanguape onde encontrou e incendiou duas naus francesas, voltando para a Paraíba e procurou atacar os índios que puseram o forte em cerco, obrigando-os a se ausentarem. Não duraram muito os efeitos da vitória, pois em defesa dos índios surgiu Piragibe, chefe tabajara, já nosso conhecido, que robustecendo os nossos adversários, ameaçou os portugueses de apossar-se da colônia nascente e seguir depois para Itamaracá e dali para Pernambuco.

Nova tropa foi organizada, com destino à Paraíba, comandando-a agora o Ouvidor Geral do Brasil, o grande organizador das forças que se fizeram necessárias para a expulsão dos franceses da Paraíba. Seguindo o mais rapidamente que lhe foi possível, Martim Leitão teve logo um encontro com Piragibe no Tibiri, depois mais outro, conseguindo vencê-lo e atingiu o forte quando não mais necessária era sua presença, uma vez que o cerco que lhe fez a gente da Paraíba não mais existia, regressando Martim para Olinda. Os que ficaram guardando o forte, sob as ordens de Castrejon, abandonaram-no recolhendo-se a Itamaracá, inclusive o comandante. Voltou tudo à estaca zero, ficando no mesmo estado de antes.

*
* *

Diz o nosso povo, na sua convicção de crente, que Deus escreve certo por linhas tortas. Efetivamente, as derrotas sofridas por Piragibe, conhecido como valoroso chefe tabajara, que usava a alcunha de Braço de Peixe, deram oportunidade aos portugueses àquela segunda proposta de paz que foi aceita, reatando-se a velha amizade com os tabajaras, interrompida desde os fatos ocorridos ao sul de S. Francisco, que Varnha-

gen nos refere de maneira muito diferente da que nos transmitiu Frei Vicente do Salvador, como já expusemos acima.

O acordo acima mencionado entre João Tavares e Piragibe teve lugar "no dia 2 de agosto, que era o de Nossa Senhora das Neves", segundo Varnhagen, e por isto a cidade que veio a ser fundada foi chamada de N.S. das Neves. ("História Geral do Brasil", págs. 352 a 353). O historiador paraibano Maximiano Lopes Machado, entretanto, declara o seguinte na sua citada "História da Província da Paraíba:" ...e a paz foi concluída no dia cinco (de agosto), dia da invocação de N. Senhora das Neves, que fica sendo a padroeira da povoação, que logo se deu começo, e sob cujo amparo ainda hoje se mantém". (pág. 85). Irineu Ferreira Pinto, Celso Mariz, Cel. Delmiro Pereira de Andrade e outros historiadores paraibanos são unânimes, afirmando que a data em que foi concluída a paz foi mesmo o dia 5 de agosto de 1585.

Estava assim conquistada a Paraíba que passou a ser uma capitania real.

*
* *

Vimos que os nossos selvagens eram capazes de grandes atitudes e de atos generosos e desinteressados, quando considerados com respeito e lealdade.

Dizia-se que os indígenas brasileiros nomeadamente os litorâneos, eram falsos e traiçoeiros. O General Couto de Magalhães repele essas qualidades negativas e ignominiosas. Ele bem os conhecia. Dedicou toda sua vida à civilização dos índios. Viveu no seu meio. Estudou-lhes os hábitos, seus costumes, seus sentimentos, suas reações, foi um dedicado à sua reabilitação, à sua capacidade de se tornarem, no futuro, prestadios à nação brasileira, à terra que lhes tomamos, de modo brutal, perseguindo-os, matando-os, extinguindo-os, negando-lhes a liberdade, a maior dádiva que foi concedida por Deus aos homens.

Escreveu ele na sua ainda oportuníssima obra — "O Selvagem" — digna de ser lida e meditada, não obstante o avanço que modernamente tomou o estudo a respeito da vida dos nossos aborígines que devemos à dedicação do outro nosso soldado, inteligente, culto e bravo e que legou à nossa pátria uma magistral organização sobre a existência dos nossos silvícolas, o grande e imortal General Cândido Mariano da Silva Rondon.

Perfilando os nossos índios escreveu Couto de Magalhães: "Sombrios, bons, dedicados até o heroísmo, alguns lhes

chamam traiçoeiros e falsos. É porque eles quase sempre são vítimas de traições e falsidades que praticamos, abusando da nossa posição de raça conquistadora, e por isto lhes damos razão de sobra para reagirem contra nós; e se reagem com hipocrisia, é porque essa é a arma do fraco". (Obr. cit., pág. 275, 3.ª edição, ano 1935).

Essa orientação cruel, desumana, anti-cristã dos colonos portugueses contra os gentios brasileiros, sempre encontrou forte reação dos dedicados, piedosos e devotados padres jesuítas que se opuseram sistemática e valentemente contra suas brutalidades inúteis e desnecessárias violências contra uma gente que, ingênua que era como criança, tanto confiava neles, prestando-lhes grandes e inestimáveis serviços que a posteridade reconheceu e proclamou, por intermédio dos seus homens cultos e verdadeiros sábios humanitários e filantrópicos.

O preclaro historiador paraibano — Maximiano Lopes Machado — disse na sua indignação de homem revoltado contra tanta maldade de homens cristãos, na sua consagrada "História da Província da Paraíba": "A má política dos portugueses, por um lado, querendo submetê-los à *civilização* do cativeiro, a ferro e a fogo, e dos trabalhos forçados, e a ambição dos franceses, por outro, fazendo-os inimigos irreconciliáveis daqueles por um ódio sempre crescente que se transmitia de pais a filhos, produziram o que se esperava: a geral extinção desse povo inteligente, valoroso e leal como fala bem alto o vulto venerando de Camarão e tudo isso quando o país precisava de homens para povoá-lo e que regassem a terra inculta com o suor da indústria". (Pág. 111).

Levando o assunto a um campo mais vasto — a sociologia — e comentando-o cientificamente, com fatos da nossa história, Gilberto Freyre escreveu na sua portentosa obra "Casa Grande & Senzala": "A mulher gentia temos que considerá-la não só a base física da mulher brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira. Por seu intermédio enriqueceu-se a vida no Brasil, como adiante veremos; de uma série de alimentos, ainda hoje em uso, de drogas e de remédios caseiros, de tradições ligadas ao desenvolvimento das crianças, de um conjunto de utensílios de cozinha, de processos de higiene tropical inclusive, ou banho freqüente ou pelo menos diário, que muito devia ter escandalizado o europeu porcalhão do século XVI". ("Casa Grande & Senzala", edição portuguesa, págs. 101/102).

E não menos esclarecedor e expressivo é o pronunciamento do etnólogo e antropólogo francês Paul Rivet, em torno do mesmo assunto, afirmando na sua erudita obra "A Origem do Homem Americano", um dos seus últimos trabalhos: "Oportuno e necessário é que tanto a nossa Europa como a jovem América adquiram a consciência do muito que devemos à civilização indígena. A contribuição do Novo Mundo transformou as condições de vida da Europa e da América. Medite-se um pouco sobre o lugar que ocupam em sua economia ou na economia dos negros, a batata, o amendoim, a mandioca. Se os etnólogos, às vezes, provocam sorrisos quando expressam seu pesar pela confusão e paralisação que o descobrimento trouxe à marcha da civilização americana, têm o direito e o dever de lembrar a quantos que se hajam beneficiado tão completamente com o produto dessas culturas, a parte que corresponde ao índio na economia moderna dos povos que se dizem civilizados. O sentido da grande solidariedade humana precisa ser hoje mais do que nunca exaltado e fortalecido. Todo homem deve compreender e saber que em todas latitudes e longitudes, outros seres seus irmãos, seja qual for a cor de sua pele ou a forma das suas cabeças, contribuíram para fazer-lhes a vida mais doce e mais fácil". ("A Origem do Homem Americano", tradução de Paulo Duarte, pág. 132, edição de 1958).

*

*　*

Bem sabemos, e isto ficou dito em páginas atrás, que os portugueses quando perceberam que seus exércitos eram deficientes para atenderem às necessidades que se apresentaram nas guerras do Oriente, pela vastidão da sua frente de combate, deliberaram seus comandantes usar do terror como norma nas suas lutas bélicas contra seus adversários para desta maneira apavorá-los.

Mas os orientais já eram adestrados naquelas lutas, já tinham uma civilização adiantada, já conheciam as armas de fogo. Os índios, porém, desconheciam por completo esses processos guerreiros. Melhor seria, para dominá-los, outros meios mais condizentes com seu primitivismo, com sua ignorância, com sua inata boa fé.

Todavia a pena máxima, aplicada ainda com requintes de extrema barbaridade, foi a que Tomé de Souza, primeiro Governador-Geral do Brasil, aplicou a dois principais dos indígenas, para que ele provasse que era a maior autoridade da colônia, mandando amarrá-los à boca de um canhão, dispará-lo, espatifando-os com o fim de intimidar aos que assistiam

àquela cena tétrica de homens inocentes por desconhecerem os motivos porque morriam tão estupidamente.

Esta, com certeza, foi uma das muitas razões pelas quais os silvícolas ficaram desconfiados dos portugueses. Se seu chefe procedia assim o que se poderia esperar dos seus comandados?

Enquanto os portugueses procediam desta maneira, contra todos princípios humanitários, Rondon, o nosso Grande Rondon, com povos muito mais atrasados do que os índios que os descobridores encontraram habitando o Brasil, conseguia fazê-los seus amigos.

Isto não é lenda formada por nossa imaginação. Quem o afirma é Roquette-Pinto, um dos auxiliares mais afeiçoados do generoso civilizador dos índios do Brasil, escrevendo na sua muito conhecida e valiosíssima obra — "Rondônia" — o seguinte: "A obra científica e social de Rondon não pode ser assaz admirada; este livro (Rondônia) dará pálida demonstração de tal asserto. Em cinco anos de trabalho ele conquistou, pacificamente, alguns milhares de quilômetros quadrados, agora em condições de fácil valorização. De cada índio, cuja ferocidade não era lenda vã, e cuja animosidade sacrificou tantos homens, fez um amigo". ("Rondônia", Roquette-Pinto, pág. 17, 3.ª edição, ano 1935).

*

*   *

Não é possível, porque absolutamente incabível, estabelecer-se um paralelo entre a conduta, mesmo dos homens do governo da época quinhentista e os dos nossos dias, quanto aos tratos que são dados aos índios brasileiros. Seria procurar-se atender ao impossível.

Piragibe viveu mais de cem anos e sua residência continuou sendo a Paraíba. Assistiu e tomou parte nos combates que se travaram para expulsão definitiva dos franceses. Recebeu honras do governo de Portugal. Conservou-se amigo leal e afeiçoado dos portugueses, sempre digno, sempre independente, sempre zeloso do seu amor próprio.

Quando Zorobabé, grande chefe potiguar, visitou a Paraíba, ostentando sua força e seu prestígio, mandou um recado a Piragibe, seu adversário, por ser tabajara, que viesse se apresentar, naturalmente porque se julgava seu superior. Ouçamos o relato feito por Frei Vicente do Salvador desse memorável encontro desses dois potiguares, mas de tribos diferentes e inimigos entre si: "Só o Braço de Peixe (Piragibe) que era gentio tabajara, se deixou com os seus na aldeia e, porque

Zorobabé determinou passar por ela, mandou lhe dizer que saísse a esperá-lo à estrada, pois os mais o haviam feito tão longe; ao que respondeu o velho, ainda que já centenário, que fora de guerra nunca fora esperar no caminho senão damas e, pois ele não era dama nem vinha dar-lhe guerra, não se levantaria de sua rede". (Obr. cit., pág. 318).

A paz com Piragibe foi providencial e de vantajosos resultados. Mais tarde, por meio desse mesmo processo Jerônimo de Albuquerque Maranhão obteve a paz com os potiguares, os comedores de camarão, que o ajudaram na sua marcha contra os franceses. Na guerra com os holandeses, sob a direção do bravo índio Poti, o herói Felipe Camarão, esses índios muito auxílio prestaram aos pernambucanos pela restauração de Pernambuco do domínio dos holandeses, ficando mais uma vez provado que viver em paz com os índios brasileiros era uma necessidade para os portugueses que só se alertaram disto depois de sacrificarem milhares e milhares de vidas utilíssimas à povoação da colônia.

CAPÍTULO X

CONTINUA A LUTA ENTRE OS COLONOS PORTUGUESES, OS POTIGUARES E SEUS ALIADOS E AMIGOS, OS FRANCESES. FUNDADA A CAPITAL DA PARAÍBA E SUA FREGUESIA SOB A INVOCAÇÃO DE NOSSA SENHORA DAS NEVES, OS INICIADORES DA POVOAÇÃO PROCURARAM OS NÚCLEOS DOS POTIGUARES E SEUS ALIADOS E AMIGOS FRANCESES, SENDO TODOS VENCIDOS E AFASTADOS PARA ALÉM DOS LIMITES DO RIO GRANDE DO NORTE.

Graças à ação enérgica do Ouvidor Martim Leitão, com apoio e dedicação de João Tavares, sempre ajudados e acompanhados por Piragibe e seus comandados, conseguiram os conquistadores da Paraíba, em encontros sanguinolentos e mortais com os potiguares e os franceses, seus aliados, dos quais haviam se apartado os tabajaras ou potiguares da serra, abrir uma longa área nas terras paraibanas, sendo nomeado seu governador João Tavares, pelo Ouvidor Martim Leitão. Este, dentro de poucos dias, viera de Pernambuco acompanhado de muita gente, sendo recebidos todos festivamente.

Depois de haver abraçado, muito satisfeito, o chefe Piragibe, em companhia de Manuel Fernandes, mestre de obras d'el-rei, procurou lugar onde deveria ser fundada a cidade e Freguesia de Nossa Senhora das Neves que depois recebeu o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, conservando-se, desta forma, o nome que foi dado à primeira povoação que fora fundada pela gente hispano-portuguesa, que não pôde se manter porque, logo depois, fora atacada e destruída pelos potiguares e seus amigos aliados franceses. Ordenou, ainda a construção de uma igreja, de mais um forte, providenciou pela

fundação de um engenho real e outras coisas necessárias, como a casa de residência para o governador.

Deixando o oficial alemão Cristóvão Lins encarregado das obras com a gente de trabalho, "os que eram da milícia efetuaram três correrias, na segunda das quais chegaram além da baía da Traição, afugentando dela uma nau francesa, destruindo três ferrarias que encontraram, vencendo em dois recontros os índios, e trazendo muitos mantimentos. E na terceira, em dezembro de 1586, saíram os auxiliares com os de Piragibe a atacar os índios da serra de Capaoba, cinco jornadas para o sertão, e atualmente denominada Serra da Raiz. Voltadas as armas para o mar, passaram a derrotar o índio chamado Tujucopapo, nome que vale o mesmo que tujucais ou tremedais. Seguiu-se a obra de outro forte e de um engenho no Tibiri". (Varnhagen — Obr. cit., pág. 353, 1.º Vol).

Tujucopapo, devem-se lembrar os leitores, era o maior chefe dos índios paraibanos, os potiguares do mar, aliados dos franceses, seus amigos, e foi quem comandou seus índios no morticínio e destruiçao do engenho de Diogo Dias, seus maiores inimigos, porque também fora visto combatendo os franceses sob as ordens do governador de Itamaracá. Agora fora vencido por Martim Leitão auxiliado pelo grande chefe dos tabajaras, potiguares da serra, conhecido como Braço de Peixe, que com este nome entrou na nossa história de modo fulgurante, tornando-se um herói brasileiro.

Referindo-se a essa tremenda luta entre os nossos, inclusive os tabajaras comandados por Braço de Peixe, escreveu o historiador paraibano Maximiano Lopes Machado: "custou essa vitória grande número de feridos aos nossos e muitos mortos ao inimigo; segundo o testemunho do referido Padre Jerônimo Machado, aí demorou-se Martim Leitão para tratar dos seus e não devendo deixar o chefe inimigo a pouca distância e em completo repouso, dirigia-lhe constantes hostilidades, conseguindo lançá-lo para além do Rio Grande do Norte". E continuando a falar de Martim Leitão, concluiu: "Os esforços empregados por esse honrado magistrado e nobilíssimo capitão em levar ao cabo a difícil empresa da conquista da Paraíba, com os pequenos recursos de que podia dispor, e esses mesmos muitas vezes embaraçados pela má vontade ou pela desídia, são credores de sincero agradecimento pela observância do dever que sempre soube mostrar, pelo zelo e atividade que desenvolveu em todo decurso dessa espinhosa missão, não

olhando para seus cômodos nem mesmo para os perigos a que expunha sua vida." (Obr. cit., pág. 91).

*

* *

A Paraíba estava, pois, liberta dos índios potiguares que residiam na margem setentrional do Rio Paraíba, a melhor zona do pau-brasil, os quais dirigiram-se mais para o norte, para o território que pertencera a João de Barros, o famoso historiador português, onde atualmente tem assento o Rio Grande do Norte — Mas, uma vez por outra, faziam incursões belicosas, sempre ajudados pelos franceses, porém eram sempre vencidos; chegando mesmo os franceses a organizarem poderosas esquadras, tentando uma reconquista, o que não mais conseguiram, pois os brasileiros, como os lusos, já estavam habituados com essas refregas e cumpriram o que lhes aconselhou Jorge de Albuquerque Coelho quando partira para Portugal a fim de ajudar o rei D. Sebastião a organizar um exército para combater os mouros, do que resultou sua morte em Alcacér-Quibir: "As capitanias que se defendessem com os seus próprios recursos porque a isso estavam obrigadas, enquanto el-rei ia fazer admirado o seu nome pelas vitórias da África." (Obr. cit., pág. 46).

Nas indicações das vantagens já obtidas pelos povoadores da Paraíba, afirma o douto historiador paraibano Maximiano Lopes Machado que a área por eles adquirida era já bastante extensa, tendo, mais tarde, a coroa mandado fincar marcos entre os pontos extremos, traçando linhas divisórias entre as capitanias de Pernambuco e Paraíba, indicando pontos com os quais possamos demonstrar com o mapa do rio Capibaribe-mirim nas mãos. Esses limites, disse ele, os holandeses mantiveram durante o período que dominaram as terras nordestinas. (Rodapé (1), pág. 99, obr. cit.).

"*Estes marcos seguiam da parte setentrional do Capibaribe-mirim* (Goiana) em linha reta ao Caricé, que era em Itambé, que pertencia a Goiana.

Vendo-se no mapa o rio Capibaribe, que corre pelo norte de Pernambuco, e lendo-se as duas escrituras de doação em sesmaria que foram feitas, uma a favor de Diogo Dias e seus únicos filhos Boaventura, Maria e Catarina; a outra que foi a autorização do Governador de Itamaracá para que Boaventura Dias vendesse a parte da herança que houve pela morte do seu pai, nas terras que havia adquirido, ao norte do rio Capibaribe-mirim, por não consentirem os índios da Paraíba que ele reconstruísse o engenho que havia fundado, no mesmo lugar

onde veio a ser levantado o engenho Goiana Grande, que, antes, tivera o nome simplesmente de Engenho Goiana e hoje está ocupado pela Usina Nossa Senhora das Maravilhas, conhecida vulgarmente pela alcunha Usina das Maravilhas.

Na escritura de doação de 5.000 braças de terra a Diogo Dias e seus três filhos, acima mencionados, realizada em Itamaracá no dia 1.º de janeiro de 1570, está dito: "Faço saber aos que esta minha carta de data de umas terras virem, e o conhecimento dela tiverem com direito pertencer, como a mim (Governador de Itamaracá) me enviou a dizer Diogo Dias de Capibaribe, (Goiana) por sua petição que ele tem três filhos, os mais que Nosso Senhor lhe der; e porque era morador nesta capitania povoação Capibaribe, (de Goiana), quer que os ditos seus filhos façam fazenda nela, para o que pede alguma terra; um deles se chama Boaventura Dias, outra Maria Dias, outra Catarina Dias e não tem terras em que façam fazenda, como diz, e me pedia que lhe doasse cinco mil braças em quadra às ilhargas das de João Dourado, *que tem em Capibaribe-mirim*, etc." (Ver Pereira da Costa, obr. citada, vol. I, pág. 388).

Já sabemos desta maneira, por meio de documento autêntico, que as terras doadas a Diogo Dias e seus três filhos, ficavam em *Capibaribe-mirim, às ilhargas das de João Dourado, e não em terras de Japomim.*

*

* *

Agora vejamos em que margem do Capibaribe-mirim, foram doadas as terras de Itamaracá a Diogo Dias, mediante outro documento autêntico, que é a escritura da autorização para que Boaventura Dias pudesse vender a parte da herança que herdou do seu genitor Diogo Dias (não tinha mulher, segundo provam os dois documentos, que a ela não se referem): "Faço saber a quantos esta minha carta virem e dela o conhecimento com direito pertencer que a mim me enviou a dizer por sua petição Boaventura Dias, que vindo o dr. Antunes com alçada dera e confirmara ao dito seu pai na *várzea do norte do Capibaribe-mirim* cinco mil braças de terras com lagoas e ribeiras que nelas houvessem e a ribeira de Goiana, nomeadamente para nelas fazer os engenhos que pudessem, etc." (Pereira da Costa, obr. cit., I vol. pág. 451, escritura passada em Itamaracá no dia 17 de março de 1577).

Assim ficamos sabendo três pontos capitais para que fique provado que Diogo Dias não comprou terras, no rio Tracunhaém e muito menos em terras de Japomim, com a informação de que o Capibaribe-mirim fica ao norte de Goiana,

vizinho, já naquele tempo, da Paraíba; que as terras por ele compradas ficavam ao norte do referido rio, às ilhargas da que já pertencia a João Dourado.

Examinemos ainda uma terceira referência constante das ditas escrituras, repetida da primeira, que são as seguintes palavras: a qual terra e data, que pedem, serão demarcadas *de norte para o sul, de leste a oeste.*" (a mesma página fls. 387, *in-fine* a 388).

Ora, ele só poderia escolher as terras e datas que ficassem às ilhargas das de João Dourado, "no lugar que pedem, ou donde lhes melhor parecer aos suplicantes, correndo pelos mesmos rumos a dita data de *norte a sul e de leste a oeste, até se fazerem as ditas cinco mil braças de terra em quadra.*" (mesma página 388).

Vejamos agora o rumo que deu Diogo Dias, na medição de suas terras, o que está esclarecido na escritura de venda que Boaventura Dias fez da sua herança paterna a fls. 453, da obr. já citada; "...Diogo Dias, que faleceu na defensão das terras contidas na petição, as quais terras que seu pai tinha na *várzea do Capibaribe-mirim, medindo-se* pelo rio acima e da maneira que está demarcado...etc" (mesma obra, pág. 453).

Ora, as terras que Boaventura tinha que vender ficavam às ilhargas das de João Dourado, locução adverbial que significa ao lado, ao par. (Cândido de Figueiredo).

E de que lado das terras de João Dourado começou a contar Diogo Dias as suas cinco mil braças de terras? *Do lado do poente, pois o rio Capibaribe sobe para este lado em demanda de sua fonte que ficava no hoje município de Timbaúba, que, então, pertencia a Goiana.*

*
* *

Está dito, sem rodeios, com toda clareza como mostramos, transcrevendo da escritura de autorização da venda aludida "as quais terras *que seu pai tinha na várzea do Capibaribe-mirim, medindo-se pelo rio acima e da mesma maneira que estão demarcadas.*"

Assim, Diogo Dias penetrou fundo nas terras já pertencentes a Itamaracá e de lá foi descendo para a margem setentrional do rio Capibaribe-mirim, o que constitui seus limites pelo lado sul, embora o Capibaribe-mirim não fosse, como ainda não é, limite entre os Estados de Pernambuco e Paraíba. Fincando seu marco a noroeste das terras pertencentes a João Dourado, puxou outra linha divisória pelo rio acima, isto é,

seguindo o curso do rio Capibaribe-mirim, ficando com uma vasta extensão nas vargens setentrionais do dito rio — Deste ponto tirou outra linha para o norte, procurando *fazer o quadro das suas cinco mil braças de terras e, atingindo este número, tirou outra para leste* e daí procurando o ponto inicial do norte, do rio Capibaribe-mirim que ficou às ilhargas do oeste das terras de João Dourado, fechou seu quadrado de cinco mil braças de terras.

Nessas condições, sabido, como se sabe, que os limites entre Paraíba e Pernambuco não seguem o curso, nessas alturas, do rio Capibaribe-mirim, ficando numa distância aproximada de cinco quilômetros, o engenho Recunzaém foi levantado em terras pernambucanas, a uns cincoenta metros de distância da margem setentrional do Rio Capibaribe-mirim. Neste mesmo local foi construído o engenho Goiana Grande, que pertencia a Antônio Cavalcanti, (Pereira da Costa, obr. cit., pág. 420, vol. I) e atualmente pertence à Usina Nossa Senhora das Maravilhas ou simplesmente Usina Maravilhas.

Junta-se uma fotografia desta Usina, tirada do norte para o sul e vê-se claramente o rio Capibaribe-mirim correndo pelo sul da Usina (uma faixa branca comprida) e ao longe, no horizonte, a cidade de Goiana que lhe fica de frente, destacando-se bem, em branco, a elevada torre da sua Igreja Matriz.

Diante dessas provas tão perfeitas e exatas, é teimosia, obstinação, talvez pedantismo, é pertinácia e, tratando-se de goianense, criado naquela excelente terra que não tem mistério oculto para seus filhos que a estimam, é crassa e inconfundível ignorância, que Japomim foi fundado em terras de Diogo Dias, o perverso escravizador.

Japomim, como engenho, sempre existiu perto da foz do rio Tracunhaém; nem mesmo existe como propriedade pois hoje se chama S. Elias, e não Japomim.

Como porto que era chamava-se ao rio ora Japomim, ora Bujari, ora Capivara, por serem portos fluviais daquele rio, cujo vale está bem separado do vale do Capibaribe-mirim e seu braço esquerdo, que desapareceu totalmente de Goiana, chama-se hoje rio Morto, cujas fotografias, ao tempo em que nele existia o porto da Conceição, vão juntas duas que bem o demonstram.

Do rio Capibaribe-mirim desapareceu o porto de Jacaré, que também dava seu nome ao mesmo rio, porquanto descendo ele para despejar no rio Goiana, segue em reta, passando pela

frente da Usina de N.S. das Maravilhas, do engenho Jacaré, indo ter à povoação de Barreirinhas, em cujo porto antigo, chamado das barcaças, fica atualmente a sua embocadura.

Na antiga chamada boca dos rios não desemboca mais o rio Capibaribe-mirim.

Nem o Tracunhaém, que foram ambos desviados dos seus leitos naturais, em cujo porto da Capivara costumavam os goianenses tomar seus banhos, antes das usinas, e onde existia nos começos da colonização, uma aldeia de índios que usavam das suas pirogas para transportar seus próprios produtos, como seja o pau-brasil que vendiam a portugueses e franceses, indiferentemente, antes das guerras da Paraíba, cujo início deve-se à falta de compostura, à indecência e imprudência de Diogo Dias, sendo vítima da sua imprudência, como já escrevemos, e só a prudência, a calma, a valentia e o destemor de Martim Leitão, o Ouvidor Geral, foram capazes de acabá-las, usando seus sentimentos de homem diplomata e verdadeiro cristão.

*

* *

Muitas incoerências afirmam certos pseudos historiadores a respeito das pazes feitas entre Piragibe e Martim Leitão. Uma coisa é certa, isto é afirmado por um historiador honesto: Frei Vicente do Salvador, primeiro historiador brasileiro que escreveu uma História do Brasil completa, e quase contemporâneo das guerras ocorridas entre os colonos portugueses e os índios da Paraíba, com a ajuda, estes, dos franceses. Ele esteve ali, prestando seus relevantes serviços de missionário em 1603. (Coronel Belmiro Pereira de Andrade, "Evolução Histórica da Paraíba do Norte", pág. 62, edição de 1946).

E é o bom do frade franciscano quem nos informa que a iniciativa da paz obtida com Braço de Peixe, o bravo chefe dos tabajaras, partiu de Martim Leitão que não se realizou porque, parece, os tabajaras ainda desconfiavam dos portugueses, porque como afirmara Pandiá Calógeras: "O invasor português era um rude exemplar humano." ("Formação Histórica do Brasil", pág. 25, edição de 1935).

Mas as palavras de Martim Leitão, que foram transmitidas a Piragibe, por intermédio de um língua, se não foram de resultado imediato, pelo estado de desconfiança natural em que viviam os índios contra a deslealdade e as traições dos lusitanos na sua campanha de escravização dos silvícolas, do

que tinham eles verdadeiro pavor, pelo menos deram futuramente resultados benéficos, que muito concorreram para uma rápida conquista da Paraíba, pois, até então, como foi da observação de Oliveira Lima: "A parte do continente da capitania de Itamaracá, compreendendo fertilíssimas várzeas, começava a atrair a atenção dos plantadores, e via-se mesmo levantarem-se alguns engenhos de açúcar, expostos, porém, às duras e freqüentes agressões dos potiguares, quase sempre guiados pelos franceses. Convindo repelir estes ataques, e tendo a família do donatário pouco menos do que abandonado as suas terras brasileiras, várias expedições se organizaram por ordem do governo da Bahia, com gente de Pernambuco na maior parte. Duas não tinham sequer chegado a partir e outras duas haviam se destroçado, quando Manuel Teles Barreto, governador do Brasil, aproveitou a passagem por São Salvador, de volta de uma viagem infeliz ao estreito de Magalhães, do almirante espanhol Diogo Flores Valdez — já nesse momento Felipe II pela persuasão das armas do duque d'Alba e do dinheiro espalhado pelo marquês de Castelo Rodrigo, granjeara a coroa portuguesa — para confiar-lhe o comando de uma nova expedição ao norte. (1584). ("Pernambuco e seu desenvolvimento histórico", pág. 27, edição de 1895)."

*

* *

Voltando à primeira proposta de paz oferecida por Martim Leitão a Piragibe, depois dele ser informado pelos índios tabajaras das razões pelas quais eles se reconciliaram com os potiguares e vieram residir na Paraíba, por intermédio do língua que lhe transmitia a conversa que estava ocorrendo entre eles, Martim Leitão deliberou o seguinte, de acordo com o que nos deixou escrito Frei Vicente do Salvador: "O que entendido pelo general (Frei Vicente, então, dava-lhe este tratamento) e considerando de quanta importância seria ter paz com eles e afastá-los dos potiguares, mandou por línguas fazer-lhes práticas que estivessem seguros que só buscavam os potiguares, com os quais nunca queríamos paz, mas com eles sim, dizendo-lhe mais que o general (Martim Leitão) era homem do reino, fora de malícias e enganos que com eles usavam os do Brasil e estava muito bem informado da sua amizade antiga com os brancos, pelos quais sabia que quebrara a paz, e que, se os capitães Ataíde e Caldas (foram os portugueses que quiseram escravizar Piragibe e os demais índios que o

acompanhavam nas margens de S. Francisco) foram vivos, os mandara el-rei castigar" (Livro cit., pág. 247).

*
* *

Depois dessas falas, chegaram as partes a trocar seus reféns, porém Piragibe não concordou com a paz e continuaram as guerras.

Mas, há na vida sempre uma oportunidade. Os potiguares acusaram Piragibe, depois disto, de haver sido derrotado, duas vezes, no Tibiri por mera covardia. Isto muito o vexou e irritou.

Então as duas tribos reconciliadas começaram a se guerrear mutuamente, em combates tremendos onde o número de mortos, lado a lado, era considerável.

Em dado momento viu-se Piragibe cercado e em situação muito delicada. Lembrou-se de pedir socorro ao ouvidor geral, por intermédio de dois tabajaras, sendo prontamente atendido Braço de Peixe.

Achando o momento propício, Martim Leitão pensou em enviar seu dedicado auxiliar João Tavares, Juiz de Órfão de Olinda, para renovar sua proposta de paz a Piragibe; seguindo logo para a Paraíba, em breves dias obteve firmar a paz almejada, como já expusemos em páginas anteriores.

Mas acabada a guerra, próximo, muito próximo, estava o fim da Capitania de Itamaracá, por negligência, comodismo do sucessor de Pero Lopes de Sousa, e ainda incapacidade administrativa, falta de coragem e espírito de luta com o fito de triunfar, só preocupado em ganhar dinheiro com meios fáceis...

*
* *

Um esclarecimento torna-se preciso: Martim Leitão foi enviado para Pernambuco pelo governador geral e embarcara juntamente com o bispo D. Antônio Barreiros para onde viajaram juntos (Vej. obr. cit., pág. 240) — Aí, a primeira força enviada para a Paraíba e comandada por Felipe de Moura, que foi infeliz, mas solicitadas mais tropas, desta vez, a pedido das pessoas mais representativas de Pernambuco, fora dirigida pelo próprio Martim Leitão. Foi nesta ocasião que Martim ofereceu a primeira paz a Piragibe, que não foi aceita e também aconteceram os encontros em Tibiri que Piragibe não alcançou a vitória que esperava e por isto foi acusado de covarde pelos potiguares.

Não obstante, nesta ocasião, não haver sido completamente vencedor, voltou Martim com sua tropa para Olinda, onde entraram "em som de guerra, postos em ordem, acompanhando todos ao ouvidor-geral até sua casa com a maior festa e triunfo que Pernambuco nunca teve, que foi a 6 de abril de 1585." (Frei Vicente, obr. cit., pág. 251).

Depois disto veio o pedido de socorro de Piragibe e a proposta da segunda paz, que foi aceita. Logo, a conquista da Paraíba deve-se, sem qualquer injustiça a outro, a Martim Leitão, como favoravelmente opinam vários historiadores paraibanos, e não ao ricaço e ambicioso Frutuoso Barbosa de quem disse, em termos bem ajustáveis à sua pessoa, o historiador paraibano Celso Mariz: "Frutuoso Barbosa capitalista e fidalgo, a este pouco importava o interesse da coroa em dilatar o império e a fé, expulsar os franceses, converter a gentilidade de S. Domingos, (hoje Paraíba), ele só via na Paraíba o pau-brasil, o elemento principal para a multiplicação da sua riqueza particular.

O livro de sua carreira na capitania está cheio de desavenças, brigas e ambições pessoais, entretidas com o Castejon (é assim que Porto Seguro escreve o nome do chefe da fortaleza de Cabedelo), com João Tavares, com Pedro de la Canueva (substituto de Castejon), antigo procurador, espécie de advogado administrativo de Barbosa." E a respeito de Martim Leitão traça-lhe esse perfil excelente: "Martim foi o cérebro da conquista, o batedor incansável das matas, mandante e mandatário dos planos, general e soldado dos combates contra franceses e potiguares que destroçava e perseguia até ao sertão e até ao mar. Deixando a cidade construída, campos lavrados, meios de defesa garantidos, retirou-se de Filipéia em fevereiro de 1587, nada levando da terra em troca do seu suor, do seu sangue e das energias de sua inteligência." (Apanhados Históricos da Paraíba, págs. 20 a 21).

Sem qualquer receio, entre estes dois homens não se poderá estabelecer um paralelo, quanto ao desinteresse, à inteligência, sua coragem, sua honestidade, sua bravura, seu bem formado coração de verdadeiro cristão. Foi ele, sem dúvida, a coluna mestra da liberdade da Paraíba, com favoráveis repercussões na nascente povoação de Goiana, que depois se tornou a maior e mais populosa cidade do interior pernambucano, pela ilustração dos seus filhos, pelo poder econômico da sua agricultura e do seu comércio. Ambas, a Paraíba e Goiana, foram e são as maiores herdeiras da Capitania de Pero Lopes de Sousa por inépcia e malandragem dos seus herdeiros...

CAPÍTULO XI

REDUÇÃO E DISSOLUÇÃO DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ. PARAÍBA ELEVADA À CATEGORIA DE CAPITANIA REAL DE PORTUGAL. DIVERGÊNCIA DOS DONATÁRIOS E LITÍGIOS JUDICIÁRIOS ENTRE OS HERDEIROS DE PERO LOPES DE SOUSA E DESTES COM O REI DE PORTUGAL. SUA VENDA A D. JOÃO V, SENDO SEU RESTO ANEXADO A PERNAMBUCO, E SUA POSTERIOR DIVISÃO COM IGARASSU E GOIANA.

Diante das derrotas que sofriam as expedições que eram enviadas à Paraíba contra os índios e os franceses que, amigavelmente, dominavam os seus territórios, onde exerciam grande comércio com o pau-brasil e outros produtos naturais, apresentou-se, para pacificá-la e povoá-la, Frutuoso Barbosa, homem rico de Pernambuco, mediante certas condições que foram aceitas pelo rei de Portugal, que era ainda o Cardeal D. Henrique, que o nomeou capitão de mar e terra da Paraíba.

A esse respeito vejamos as palavras de Varnhagen, sempre exato nas suas informações: "Veiga (o governador-geral) no princípio do seu governo chegara a dar ordens ao ouvidor-geral e ao provedor-mor, a fim de que ambos tratassem dos meios de efetuar uma nova expedição à Paraíba. Entretanto, porém, se apresentara, oferecendo-se para realizar a empresa, Frutuoso Barbosa, rico proprietário de Pernambuco, o qual, passando à corte, aí se comprometera a colonizar a nova capitania à sua custa, mediante a condição de ser por dez anos capitão-mor ou adiantado dela, cobrando ao mesmo tempo todas as rendas. Em 25 de janeiro de 1579 lhe foi feita esta concessão, sendo nomeado "capitão de mar e terra." (Obr. cit. pág. 338).

O resultado dessa primeira expedição já conhecemos. Os navios, impelidos por grande tempestade, não puderam chegar a seu destino.

Vejamos a segunda tentativa de Frutuoso Barbosa: "Frutuoso Barbosa, refeito de suas avarias, regressara a Pernambuco; e daí, de acordo com o capitão e ouvidor partira para a Paraíba por mar, enquanto o mesmo Cardoso com duzentos homens de pé e de cavalo e muito gentio, fora por terra. Barbosa depois de incendiar cinco naus francesas de oito que encontrou ancoradas no porto, das quais três acertaram de escapar-se, votou-se a tal abandono, que em uma cilada de índios inimigos, com alguns franceses, lhe mataram uns quarenta homens, entrando neste número um filho seu."

"E já lhe preparavam (os inimigos) um ataque em forma ao arraial, quando o mesmo Barbosa resolveu retirar-se, com toda sua gente, não sem desar, nem que daí resultasse o crescer, e muito, a arrogância dos mesmos índios, e os perigos dos vizinhos de Itamaracá, que chegaram a reduzir-se unicamente a trinta e dois, havendo os bárbaros destruído no continente três engenhos já montados". (Varnhagen, obr., cit., pág. 341).

Até aí nada fora feito pelo capitão de mar e terra, Frutuoso Barbosa, em favor da empresa que prometera realizar.

A terceira vez que voltara à Paraíba viera com Felipe de Moura comandando o exército que marchava a pé e a cavalo, enquanto a esquadra comandada por Diogo Flores Valdez navegava com destino ao porto da Paraíba. Mesmo nesta oportunidade o capitão de mar e terra nada fizera de extraordinário. O reforço de tropas que foi pedido e que viera sob o comando do Ouvidor Geral Martim Leitão é que em dois encontros com os tabajaras, então reconciliados com os potiguares, forçou-os a um recuo e por isto atribuíram a seu chefe Piragibe ser um ato de covardia, do que resultou a paz por ele firmada com os portugueses, mas sem qualquer colaboração do capitão de terra e mar, trabalho exclusivo de Martim Leitão com a preciosa ajuda de João Tavares.

*

* *

Mas os donatários não se conformaram com essa nomeação de Frutuoso Barbosa, achando que a eles competia esse difíicil e arriscado empreendimento. Contra isso se insurgiu o notável historiador paraibano Maximiano Lopes Machado, seu dedicado apologista, que defendeu o ato violento do rei de Portugal como um perfeito jurista, apropriando-se das terras da

capitania de Itamaracá entre a foz do rio Goiana e a baía da Traição, parte setentrional das terras que foram doadas a Pero Lopes de Sousa como um prêmio ao bravo e jovem navegante, por haver expulso os franceses e destruído, em parte, o forte que havia sido edificado pela gente da nau *La Pelerine*. Só mesmo um rei, que não fosse português, seria capaz dessa ingratidão à memória de um dos maiores heróis da luta marítima que Portugal travara com os países estrangeiros, principalmente com a França, sua amiga dissimulada.

E qual foi a causa invocada para esse ato brutal e asselvajado? Que a viúva e os herdeiros de Pero Lopes de Sousa eram pobres e não podiam povoar as terras da Paraíba... E sendo eles pobres, como disse, já, entretanto, haviam povoado até às margens setentrionais do Capibaribe-mirim, fixando os seus limites no rio Abiá ou Abiaí, penetrando até Taquara que era uma das freguesias da Capitania.

Deixaram alguma vez os seus capitães, com o auxílio dos pernambucanos, de defender seus colonos com risco de suas próprias vidas?

Não estavam os índios ligados a habitantes de um país estrangeiro cuja inimizade, declarada agora, era um estímulo para irem de encontro às colônias portuguesas, cuja coroa estava reunida à de um dos maiores inimigos da França, o rei Filipe II da Espanha?

E por que não vieram, só por esse princípio tão importante, defender seus colonos e combater a quem quer que os estivesse ajudando a explorá-los e preparando sua permanência como fizeram em outros pontos do país, fornecendo dinheiro, armas, munições que nossos inimigos tanto precisavam?

Realizaríamos, então, o que dissera Jorge de Albuquerque Coelho quando foi chamado para as guerras de D. Sebastião contra os Mouros da África? "As capitanias que se defendessem com os seus próprios recursos, pois a isso estavam obrigadas, enquanto el-rei ia fazer admirado o seu nome pela vitória de Alcacér-Quibir." (Maximiano Lopes Machado, pág. 46).

Frutuoso Barbosa não merecia os encômios que lhe fizera o eminente historiador paraibano Maximiano Lopes Machado, até Castejon, o espanhol que Diogo Flores Valdez, depois que construiu o forte e voltou para a Espanha, deixou como seu comandante, não quis reconhecê-lo como governador da nova capitania e talvez mesmo porque fora ele nomeado apenas como capitão de terra e mar. Contra isto reclamou Fru-

tuoso Barbosa, recebendo nova nomeação, agora feita por D. Filipe II.

*
* *

Frutuoso Barbosa, porém, não governou a Paraíba pelo prazo de dez anos conforme o contrato que fizera: el-rei tirou dele a capitania que lhe havia doado. É ainda Varnhagen que sustenta esse fato pouco conhecido e esclarecido no seguinte trecho: "Pero Coelho, cunhado de Frutuoso Barbosa, depois de haver sido capitão de uma galé d'el-rei, se estabelecera na Paraíba, e fora aí vereador da Câmara pelo ano de 1590. À vista dos resultados já adquiridos na própria Paraíba e em Sergipe e no Rio Grande, levantou o pensamento a fundar a sua custa e de alguns sócios, mais, uma nova capitania no Ceará e obteve para isto da corte a patente de capitão-mor *e mais concessão, como indenização de haver el-rei retirado do seu cunhado a Paraíba que lhe havia dado.*" (Obr. cit., pág. 402, 2.ª edição).

Mais exato, porém, e de uma psicologia perfeita das qualidades que possuía Frutuoso Barbosa, é seu perfil traçado por outro ilustre historiador paraibano em linguagem perfeita: "Frutuoso Barbosa, capitalista e fidalgo, a este pouco lhe importava o interesse da coroa em dilatar o império e a fé, de expulsar os franceses, converter a gentilidade de São Domingos (atual rio Paraíba): ele só via na Paraíba o pau-brasil e no pau-brasil da Paraíba o elemento pingue para a multiplicação da sua riqueza particular. O livro da sua carreira na capitania está cheio de desavenças, brigas e ambições pessoais entretidas com João Tavares, com Pedro de la Canueva, antigo procurador, espécie de advogado administrativo de Barbosa".

Mas para Martim Leitão seus elogios são absolutamente justos: "Martim foi o cérebro da conquista, o batedor incansável das matas, mandante e mandatário dos planos, general e soldado dos combatentes contra franceses e potiguares que destroçava e perseguia até o sertão e até ao mar. Deixando a cidade construída, campos lavrados, meios de defesa garantidos, retirou-se de Filipéia em fevereiro de 1587, nada levando da terra em troca do seu suor, do seu sangue e das energias da sua inteligência." ("Apanhados Históricos da Paraíba", Celso Mariz, págs. 20 a 21 — edição de 1922).

Mas com fatos consumados não devemos perder palavras e diremos com o nosso Oliveira Lima: "A capitania de Itamaracá ficou reduzida a sete léguas de costa, as quais a coroa quis reivindicar após a guerra holandesa, por não ter

o donatário auxiliado a restauração; mas o Marquês de Cascais, descendente de Pero Lopes, pôde suplantá-lo perante a justiça, entrando no gozo do seu feudo quase imaginário, até que, por honrosa convenção, a família cedeu dos seus direitos em favor do monarca. Itamaracá tornou-se desta data dependente de Pernambuco, exceto em assuntos judiciários, em que, até 1815, dependeu da ouvidoria da Paraíba". ("Pernambuco e seu desenvolvimento histórico", págs. 28 a 29, edição de 1895).

* *
*

Precisamos ainda resguardar a memória de D. Jerônima de Albuquerque Sousa, filha de Pero Lopes de Sousa, a quem se atribuiu a injúria de haver renunciado as terras que foram do donatário de Itamaracá, que lhe foram doadas por D. João III, como prêmio da sua coragem, da sua dedicação, como destemido navegante, de seu rei, partindo do rio Goiana para a baía da Traição, para ser criada a capitania da Paraíba.

Escrevera A. A. de Luna Freire, sem alegação de qualquer documento, que D. Jerônima de Albuquerque Sousa havia desistido dos terrenos de Itamaracá, que não pudera povoar por ser pobre e não dispor de meios pecuniários suficientes para restaurá-los dos índios e franceses que os dominavam.

A informação não merece crédito nem ela iria conspurcar a memória de seu pai com semelhante procedimento. (Bibliografia sobre Goiana, pág. 341).

Este fato teria acontecido em 1584. Mas em 1584 D. Jerônima de Albuquerque e Sousa, não era mais viva, sendo sua filha, D. Isabel de Sousa Miranda a herdeira, e única, que se casara duas vezes. O seu primeiro marido fora Francisco Barreto de Lima e o segundo André de Albuquerque, já conhecido como dono da Capitania de Itamaracá em 1587. (Veja Pereira da Costa, obr. cit., V., I. pág. 557, em Bibliografia sobre Goiana, pág. 341).

Aliás, não obstante ter se casado duas vezes, das duas núpcias não houve filho, pelo que transmitiu toda sua herança a seu primo Lopo de Sousa e morrendo este sem sucessão legítima, em 1610, transferiu sua herança a sua irmã D. Mariana de Sousa da Guerra, Condessa de Vimioso, que a disputou com o 5.º Conde de Monsanto.

"Enquanto corria o pleito, competia à coroa a administração da donataria. Somente em 1615 decidiu-se a questão a favor do 6.º Conde de Monsanto, depois elevado a 1.º Marquês de Cascais. Em sua família manteve-se a posse da capitania,

com a interrupção originada pela ocupação holandesa, até a compra, para o patrimônio real, feita ao Marquês de Louriçal no reinado de D. João V." (Nota de rodapé, n.º 1, feita por Hélio Viana no livro de Diogo de Campos Moreno — "Livro que dá razão do Estado do Brasil — 1612", pág. 193, edição de 1955, do Arquivo Público Estadual).

Há um incidente ocorrido, por último, para que se veja o que era um rei no tempo do absolutismo, principalmente quando era um D. Filipe II, a quem Varnhagen qualificara de astuto.

Terminada a guerra holandesa o rei de Portugal D. João IV incorporou a capitania de Itamaracá ao patrimônio da coroa mas D. Álvaro Pires de Castro e Sousa, Conde de Monsanto, primeiro Marquês de Cascais, não se conformando com esse segundo esbulho do rei de Portugal, como vimos, propôs contra esse segundo ato violento uma ação perante a Relação de Portugal. Morrendo ele em 1674, seu filho D. Luís Alvares de Castro Ataíde e Sousa continuou com a ação já iniciada, vindo a ganhar o pleito a 13 de janeiro de 1685, cuja execução só viria a se realizar por meio de carta régia de 3 de março de 1692.

Os moradores de Goiana, que era então a sede do governo local, não permitiram que se a fizesse, alegando que foram eles e não o Marquês que a haviam restaurado do poder dos holandeses com o seu sangue e agindo contra esta atitude dos povos de Goiana reclamou o procurador do Marquês ao governo de Portugal, que mandou outra ordem autorizando que "se porventura houvesse outra oposição fossem os moradores punidos e efetuada a aludida posse." A ordem foi executada naquele mesmo dia e D. Luís tomou posse da sua capitania que continuou com seus herdeiros até que D. João V a comprou (Vej. Pereira da Costa, obr. cit. Vol. IX, pág. 78).

Finalmente, a Lei n. 86 de 5-5-1840, suprimiu a vila de Itamaracá, anexando seu território às vilas de Goiana e Igarassú. (Vej. Bibliografia sobre Goiana, pág. 239).

A capitania de Itamaracá, finalmente, depois de reduzido seu território, cerca de 23 léguas, terminou dissolvida, adquirindo ela mais terras que foram retiradas da ex-capitania de João de Barros, o historiador português, para se constituir como capitania real da Paraíba, como passou a se chamar.

*

* *

Desde o começo do século XVII, que Diogo de Campos Moreno propôs a junção de Goiana à Paraíba, porque, então,

sendo a Paraíiba de sua Majestade, como era Goiana, (estava na administração da coroa, enquanto era decidido um litígio, que aliás já fora julgado a favor da capitania de Itamaracá), ficava "uma governança de sustância" e "outra coluna na banda do norte," o que não aconteceu. ("Livro que dá razão do Estado do Brasil" — 1612, edição de 1955, pág. 195).

O nosso preclaro historiador José Antônio Gonsalves de Melo em seu excelente e erudito trabalho sob o título "Dois Relatórios Holandeses", foi da mesma opinião, encarando, porém, a questão por outro prisma.

Ele apreciou Goiana, apenas, como uma grande produtora de cana de açúcar, e daí foi que escreveu com natural entusiasmo no seu já consagrado e instrutivo livro, "Tempo dos Flamengos", dos raros livros escritos a respeito do domínio holandês no Nordeste, que nos ilustra e ficamos conhecendo o que representou para nós o quarto de século que eles aqui estiveram, com suas vantagens e desvantagens: "e nas regiões de *Goiana,* Ipojuca, Sirinhaém e Rio Formoso, a grande zona açucareira de Pernambuco, onde pode se afirmar, se formou a civilização brasileira" (pág. 266, edição de 1947).

O trecho do seu interessante trabalho — "Dois Relatórios Holandeses", onde lamenta não haver sido Goiana anexada à Paraíba em vez de ser a Pernambuco, como felizmente foi, é o seguinte: "Que a diferenciação das culturas ou das atividades econômicas, há de ter contribuído para o fato, parece evidente à vista do que ocorreu ao norte da capitania de Pernambuco, em que uma fatia (e que fatia) da capitania de Itamaracá — a que se compreende entre o rio Igarassú e o rio Capibaribe-mirim — *foi incorporada à capitania de Pernambuco em vez de sê-lo à da Paraíba,* a que sempre estivera subordinada na parte judiciária. (Somente na ouvidoria, para humilhação nossa).

Os interesses econômicos desse trecho de território, cujo centro era a vila de Goiana, (sempre vivemos a vida pernambucana), ligavam-se através da lavoura canavieira a interesses idênticos da capitania pernambucana". (Revista do Arquivo Público, 1.º e 2.º semestre, n.º 6, ano 1944, pág. 593).

O assunto é importante e digno de melhor apreciação mas isto excede aos intuitos do presente trabalho.

Além de levar-nos aquele largo e vasto território os responsaveis pelo impatriótico esbulho, fizeram subir mais para o norte, para o rio Goiana, os limites sulinos da novel capitania que eram o rio Abiá ou Abiaí há anos, levando-nos umas três léguas de terra, mais ou menos, já povoadas, mais

dois engenhos, e a povoação de Taquara, uma das freguesias de Itamaracá, já bem antiga. Foi um ódio danado à pobre ilha de Itamaracá, que hoje é cidade e já foi mesmo sede de comarca, fazê-la de abandonada pelo seu donatário para justificar a apropriação de 23 léguas do seu terreno.

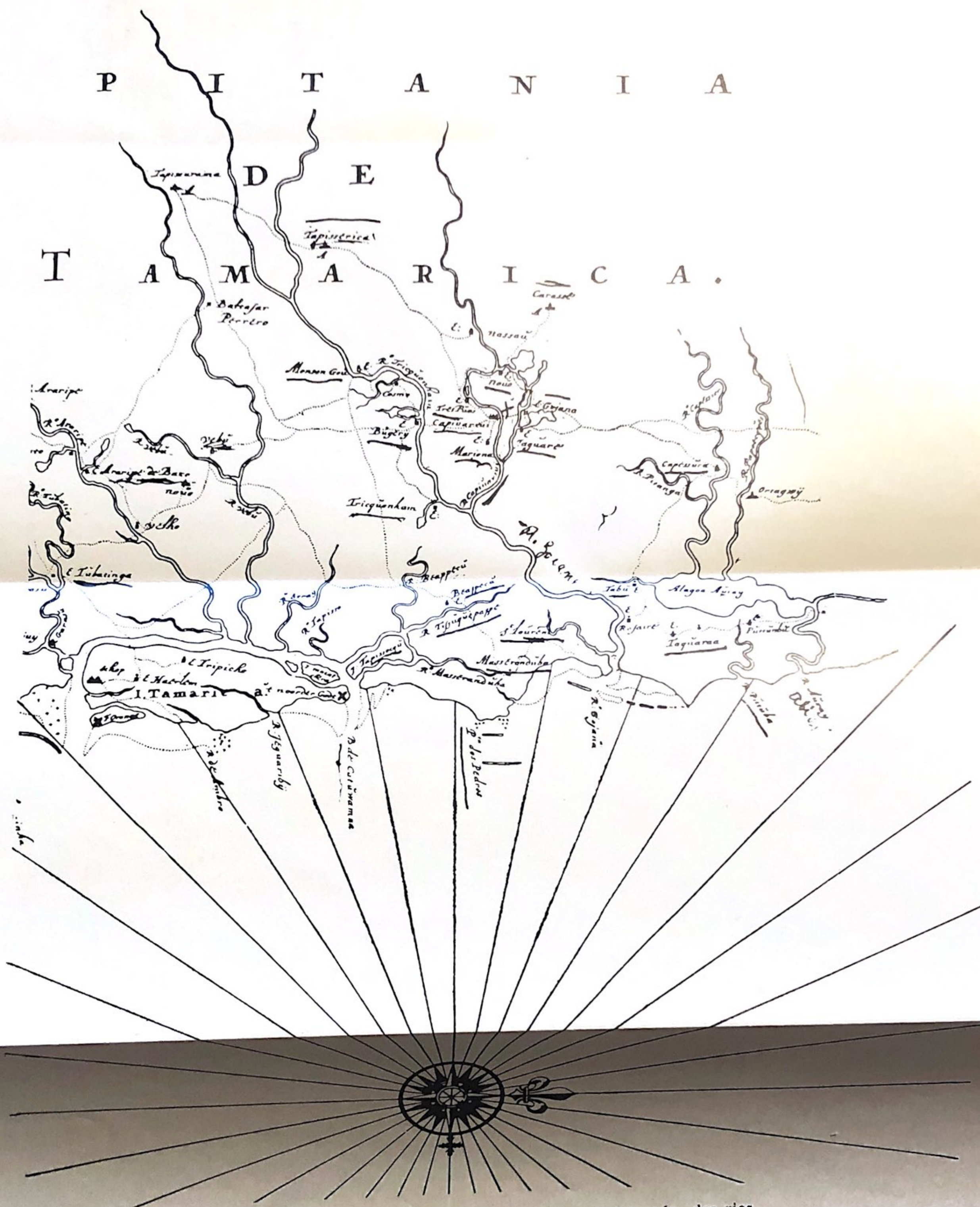
*
* *

Durante o curso de tantos anos, nenhum donatário de Itamaracá renunciara seu direito às terras ocupadas pelos índios, seus inimigos e pelos franceses seus dissimulados adversários, antes da reunião das duas coroas, e inimigos declarados e ferrenhos depois que Filipe II passou a usar também a coroa de Portugal.

Quanto ao longo tempo e demora que exigiram para se povoar totalmente (exigência que não foi feita na respectiva escritura de doação concedida a Pero Lopes nem a outro qualquer donatário), há explicação jurídica perfeita. Ali tinham de ser combatidas duas raças: Os naturais constituídos pelos índios potiguares, os comedores de camarão, considerados os mais valentes guerreiros dos nossos silvícolas e das numerosas tribos descendentes dos tupis, dominando quase todo litoral do Brasil, principiando na margem norte do Capibaribe-mirim e daí toda costa brasileira até o Maranhão; apoiados pelos franceses, raça belicosa, que sabia se comunicar com os selvagens brasileiros, tratava-os bem, com delicadeza, com humildade. Adestrava-os para a guerra, exercitavo-os, fornecia-lhes armas e munições, vivendo com eles em perfeita harmonia e os instigando contra os portugueses, aconselhando-os a matá-los porque assim era o desejo deles. Enquanto os portugueses, no julgamento generoso de Pandiá Calógeras, "era um rude exemplar humano" ("Formação Histórica do Brasil", edição de 1935, pág. 25). E para seus aliados, os tabajaras ou tupiniquins, eram grosseiros, brutais, porque, à falta de braços para suas lavouras e fabricação de seu açúcar, os escravizavam, do que eles tinham verdadeiro horror e deu lugar a longos conflitos sangrentos.

A respeito da convivência entre potiguares e franceses já transcrevemos as sábias lições de um grande Mestre da nossa história. Agora o fazemos a respeito do poderio dos potiguares e tabajaras, quanto às suas qualidades guerreiras e o número disponível de arqueiros.

Escreveu ele no seu já citado livro "Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil": "Enfim, por incidentes embuçados



Mapa do rio Goiana, mostrando que ele era formado dos rios Tracunhaém e Capibaribe-mirim. Este rio, um pouco além, bifurca-se em dois braços: um se chama Capibaribe-mirim e outro rio Goiana onde fica seu porto. Formando uma espécie de ilha fluvial o braço chamado Goiana, encontra-se com o Capibaribe-mirim.

no limbo da história dos dois grandes grupos inimigos em que se repartiram os índios que falavam a língua geral, um, o dos tupiniquins, foi aliado quase constante dos portugueses ou *perós*, outro o dos tupinambás, identificou sua causa com a dos franceses, ou *mairs*. Ora, os tupinambás, sob diversos nomes, como petegoares, etc... se prolongavam do norte de Pernambuco até quase o Jaguaribe, com grandes reservas acampadas no sertão; dominavam no Maranhão, desde a ilha que deu nome à terra até quase a embocadura do Amazonas; os tupiniquins (tabajaras) em todo território, ficavam afastados do mar e só na Ibiapaba se apresentavam em massa compacta. Assim, enquanto os franceses defrontavam desde logo seus aliados naturais, quase por toda a parte os potiguares tinham de ir buscá-los ao interior — novo círculo vicioso."

"Este conjunto de circunstâncias explica a avançada lenta: o cabo Branco só foi definitivamente vencido em 1586; o de S. Roque resistiu quase até o fim do século; o Mucuripe foi incorporado a partir de 1611, a ilha do Maranhão só foi definitivamente povoada em 1615; os pequenos cabos de N.E. resistiram quase tanto, como o Bojador e Boa Esperança em África." (Capistrano de Abreu, obr., cit., pág. 242, edição de 1930).

A demora, pois, da povoação das terras arrebatadas pelos dois reis de Portugal, o finado Cardeal D. Henrique e o ambicioso D. Filipe II, não pode ser levada à conta dos seus donatários. Com a morte de Pero Lopes de Sousa, sua viúva, D. Isabel de Gamboa, sendo sucessor dele, seu filho de menor idade Pero Lopes de Sousa, nomeou logo como seu loco-tenente o melhor amigo do seu finado marido, João Gonçalves, que levado pelas correntes marítimas e pela tempestade não pôde chegar logo a Itamaracá, mas quando voltou, instalou-a com uma igreja sob a invocação de N.S. da Conceição, nome este com que se chamava a vila iniciada. Sua administração foi excelente.

Com sua morte, começaram os portugueses a fazer pirraças e vexações aos naturais que se rebelaram e cercaram Igarassú, sendo difícil qualquer iniciativa nas terras do continente durante dois anos que durou a guerra dos índios com a gente de Pernambuco. Logo depois vieram as guerras com os Caetés, que duraram cinco anos. Morrendo Pero Lopes de Sousa (o filho), segundo donatário, substituiu-o seu irmão Martim Afonso de Sousa, que faleceu nas guerras na Ásia. Mas Itamaracá continuou a manter seus governadores que a administravam e quando apareciam os índios da Paraíba, que

era coisa rara, combatiam com toda coragem não os podendo vencer porque eram mais numerosos e melhor armados, juntamente com seus aliados os franceses.

Mas nunca abandonaram a capitania, cujos donos representavam... salvo os desonestos...

Com os índios viviam os franceses que eram amigos dissimulados dos portugueses e eles sabiam bem dos seus intuitos que eram permanecer ali, de modo definitivo. Eram estrangeiros e por que não procurou a coroa portuguesa combatê-los com mais eficiência, deixando esse encargo apenas para os colonos, ilhéus e pernambucanos, e Filipe II que era inimigo rancoroso da França, por que se achou com direito em criar uma nova capitania em terras que não eram da coroa sob a falsa alegação de que elas foram abandonadas? Não constitui isto um esbulho? Por que depois das guerras da Holanda o rei de Portugal, D. João IV, pretendeu levar para o patrimônio real as terras que pertenciam ao donatário, então o Conde Mansanto, e ele evitou essa apropriação, propondo contra a coroa uma ação contra ela e ganhando, não obstante o longo tempo que se levou para sua solução? Pela mesma razão pela qual não podia dispor da terra alheia, embora seu poder absoluto sobre os homens e as coisas. Mas era a lei que determinava o direito dos donatários e a lei não permitia essa violência.

E como terminou a demanda? Da maneira como já foi repetido por intermédio de Oliveira Lima e já foi dito folhas atrás, comprando D. João V a capitania de Itamaracá, mantendo a capitania real da Paraíba e anexando as demais terras a Pernambuco.

Em 1840 a Lei n.º 86 elevou à categoria de cidade a vila de Goiana, suprimiu a vila de Itamaracá cujas terras ficaram anexas aos municípios de Goiana e Igarassu.

Ficaram satisfeitos, assim, os goianenses que sempre se recusaram a que sua terra fosse anexada à capitania da Paraíba e a 22 de setembro de 1713 a sua Câmara oficiou a D. João V, o rei que comprara a capitania de Itamaracá aos herdeiros de Pero Lopes de Sousa, que não era de utilidade para aquela capitania desanexar-se de Pernambuco. (Vej. Bibliografia sobre Goiana, pág. 412 — Arquivo Histórico. Ultramarino, Lisboa, Pernambuco, papéis avulsos, cx. 16).

Nós não queríamos ser anexados à capitania da Paraíba por sentimentos de despeito ou porque nos julgassemos superiores a ela, naqueles tempos, é porque depois que guerreamos com os índios da Paraíba era de Pernambuco que partia para

nós a assistência permanente, como disse com todo acerto Capistrano de Abreu, e não podiamos ser ingratos com quem tanto nos ajudou nas horas amargas e nos dias difíceis da nossa capitania hereditária, que, relativamente, teve uma vida tão curta, mas fecunda de atos nobres.

CAPÍTULO XII

O POVOAMENTO DE GOIANA. A TRADIÇÃO EXISTENTE A RESPEITO DO LUGAR ONDE TEVE SEU INÍCIO. A INDÚSTRIA EXTRATIVA DA IRAPIRANGA E A CONDUTA DOS FRANCESES NAS COSTAS DA CAPITANIA DE ITAMARACÁ PARA INTENSIFICAR SEU COMÉRCIO COM OS ÍNDIOS DA REGIÃO.

Não há notícia do nome de qualquer pessoa que haja fundado Goiana, nem se pode admitir que o tenha sido o famigerado Diogo Dias porquanto, quando ele veio fundar engenho no vargedo do Capibaribe-mirim já existia a povoação de Capibaribe, onde ele se hospedou, conforme declarou na escritura de doação de cinco mil braças de terras, em quadro, em sesmaria, concedida por D. Jerônima de Albuquerque Sousa, última filha viva de Pero Lopes de Sousa e sua mulher D. Isabel de Gamboa, ao norte do Rio Capibaribe-mirim, que corre pelo norte da atual cidade de Goiana, distante meia légua, aproximadamente.

No caso devemos adotar a correta frase formulada por Varnhagen — o Visconde de Porto Seguro — um dos maiores e acreditados escritores da nossa História, referindo-se ao povoamento do Recife: Goiana "foi se desenvolvendo por si mesma."

Dizer-se que Goiana começou a ser povoada no ano de 1569, é nada mais, nada menos, do que simples ingenuidade.

O que ocorreu no ano de 1569, segundo o que está registrado na história, é que André Fernandes Velasques adquiriu, por doação em sesmaria, de D. Jerônima de Albuquerque Sousa, capitoa da capitania de Itamaracá, por intermédio do seu loco-tenente João Gonçalves, duas mil braças de terra, em

quadro, onde levantou algumas casas, uma serraria e um engenho a que deu o nome de Itapirema, que também é o nome de um riacho que desemboca no canal que separa a ilha de Itamaracá do continente.

A escritura de doação da mencionada sesmaria foi lavrada em 7 de dezembro de 1569. Mas, na hipótese, havia somente a assinatura de um contrato de doação de duas mil braças de terras na parte continental de Itamaracá porém o que desejamos saber, e muito temos investigado, é a data, o mês, o ano ou onde teve começo a cidade de Goiana. Assinar um contrato de doação de uma sesmaria não equivale à fundação de uma cidade, que tem suas formalidades próprias e especiais. (Vej. Pereira da Costa, na sua famosa obra "Anais Pernambucanos", vol. I, pág. 383).

Há, entretanto, uma tradição, em Goiana, que assegura que seu povoamento começou em terras da propriedade Japomim, atualmente chamada Sto. Elias, ignorando-se a razão dessa mudança, sabendo-se apenas que a aludida propriedade, há anos, pertence à Usina Santa Teresa, a segunda que foi criada no município de Goiana, uma vez que a primeira, a chamada Usina Velha, teve o nome de João Alfredo, em homenagem à memória do grande estadista brasileiro, que não é goianense, pois nasceu no engenho S. João, da Ilha de Itamaracá, mas a propriedade em que foi fundada a usina que teve seu nome, era de propriedade da sua numerosa família que sempre teve destacada e grande influência na vida política, administrativa e econômica de Goiana.

Ele próprio militou na política de Goiana, como um dos mais eminentes membros do Partido Conservador, do qual era o chefe local, seu sogro e tio, o Barão de Goiana, no regime monárquico.

A Usina João Alfredo foi demolida, quando os proprietários da terceira usina construída em Goiana, a Usina Nossa Senhora das Maravilhas, vulgarmente chamada Usina Maravilhas, ou das Maravilhas, a compraram, porém a capela que pertenceu ao Engenho Novo, em cujo terreno fora ela edificada, continua bem tratada, bem conservada, não só pela circunstância acima referida como em honra à memória de André Vidal de Negreiros, o heróico paraibano que foi um dos maiores, senão o maior chefe das guerras contra os holandeses que pretenderam se apossar do Brasil, a quem pertencera também o Engenho Novo de Santo Antônio, onde viveu, por vários anos, morreu e foi enterrado na mencionada capela, que é sempre

bastante visitada pelos goianenses de todas as classes e mesmo por pessoas estranhas à nossa terra.

Aceitamos a argüída tradição como fato verdadeiro. A notícia é multi-secular e até hoje não teve qualquer contestação. Está no conhecimento do nosso povo e já atingiu centenas de gerações. Recentemente, percorremos a propriedade Sto. Elias, ex-Japomim, e entre os moradores que ali nasceram ou ali vivem há muitos anos, essa é a sua uniforme informação.

O dono de uma ciranda que mora por lá e que nos dias festivos alegra aquela gente com esse entretenimento, chamado José Alves da Silva, cantou para que ouvíssemos uns versos que são da sua lavra e de sua responsabilidade a necessária métrica, assim formulados:

"Brincando com alegria
Do princípio até o fim,
Vamos brincar...
A ciranda é bacana,
Do princípio até o fim:
Que a cidade de Goiana
Começou em Japomim".

Está isto gravado na memória do nosso povo, contando um período que excede de quatro séculos, e, conseqüentemente, vale como um direito do nosso povo. Quem poderá usurpá-lo? Ninguém! Não existe qualquer documento, não havendo, portanto, elemento para uma contestação. Não há também um fato concreto que nos autorize a arrancar dos seus nobres sentimentos nativos essa honraria que constitui seu orgulho, sua ufania.

*

* *

Essa nossa tradição não é uma mera ficção, uma simples idealização de quem procura encontrar, de qualquer maneira, a existência de um fato. No caso a que nos referimos há uma solução sociológica que encontra apoio na nossa história e é bem esclarecida por Caio Prado Júnior numa argumentação lógica e realística.

Ele distingue com toda precisão uma feitoria de uma colonização, termo empregado pela primeira vez, é informação sua, pelo conhecido e douto pensador francês Leroy-Beaulieu, na sua obra "*De la colonation chez les peuples modernes.*"

Para se obter a expansão mercantil, já então atuando entre os povos europeus mais civilizados, o meio de se manter

relação, por meio da navegação, com os povos mais longínquos era formar núcleos na sua terra para conservar as transações comerciais que já haviam sido iniciadas. Por exemplo: manter o português suas transações comerciais com os mercadores do Oriente, como fez Cabral, no seu primeiro encontro com o Samorim de Calicut, pedindo que lhe concedesse terra para fundar uma feitoria, no que foi logo atendido.

A colonização, porém, era o povoamento de determinada região não habitada por qualquer povo mas onde houvesse alguma possibilidade de conseguir qualquer utilidade pelos meios técnicos já conhecidos pelos homens civilizados.

Nesse sentido prelecionou magistralmente Caio Prado Júnior: "Os problemas do novo sistema de colonização, envolvendo a ocupação de territórios quase desertos e primitivos, terão feição variada, dependendo em cada caso das circunstâncias particulares com que se apresentam.

A primeira delas será a natureza dos gêneros aproveitáveis que cada um daqueles territórios proporcionará. A princípio, naturalmente, ninguém cogitará de outra coisa que produtos exportáveis, extrativos.

É ainda quase o antigo sistema das feitorias puramente comerciais. Serão as madeiras de construção ou tinturiais (como o pau-brasil entre nós), na maior parte deles; também as peles de animais e a pesca no extremo norte, como na Nova Inglaterra; a pesca será particularmente ativa nos bancos da Terra Nova, onde desde os primeiros anos do séc. XVI, possivelmente até antes, se reúnem ingleses, normandos, vasconhos, os espanhóis serão os mais felizes: toparão desde logo nas áreas que lhes couberam, com os metais preciosos, a prata e o ouro do México e Peru. Mas os metais, incentivo e base suficiente para o sucesso de qualquer empresa colonizadora, não ocupam na formação da América senão um lugar relativamente pequeno. Impulsionarão o estabelecimento e ocupação das colônias empanholas citadas; mais tarde, já no século XVII, intensificarão a colonização portuguesa na América do Sul e a levarão para o centro do continente. Mas é só.

Os metais que a imaginação escaldante dos primeiros exploradores pensava encontrar em qualquer território novo, esperança reforçada pelas prematuras descobertas castelhanas, não se revelaram tão disseminados como se esperava. Na maior extensão da América ficou-se a princípio exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus processos e flutuações, subordinou-se por muito



O ex-prefeito de Goiana que relevantes serviços prestou à organização deste trabalho, Snr. Waldemar Lopes, inclusive fornecendo várias fotografias que ilustram esta obra.

tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição uma fase econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura. "(Caio Prado Júnior — "A Formação do Brasil Contemporâneo", pág. 19, 3.ª edição, 1948).

*
* *

Em relação ao Brasil, o primeiro produto comerciável que atraiu, a princípio, o interesse comercial das nações européias, foram as madeiras, em geral, e, de modo particular, o pau-brasil, pau de tinta, a ibirapitanga dos aborígines, cuja comercialização teve princípio nos primeiros anos do século XVI, o século do descobrimento, e encerrou-se já no século XIX, com a fabricação de anilinas.

"Como últimas notas, comenta Hélio Viana, na sua já citada obra "História do Brasil", pode ser acrescentado que ainda em 1818 foi proposta reforma do *Regimento do Pau-brasil,* de 1605, ainda vigente. Descoberto, porém, o sistema de fabricação de anilinas, foi o pau-brasil gradativamente eliminado do mercado importador, ao mesmo tempo que já muito reduzidas eram as existências da árvore que deu o nome ao país, em suas matas. Deixando de ser matéria-prima de colorantes, passou a ser considerada rara madeira de construção. Em 1859, afinal, foi extinto o monopólio do pau-brasil, depois de mais de três séculos de duração". (Pág. 113).

*
* *

Como é que pertencendo a colônia do Brasil a Portugal poderam as nações européias intervir na sua colonização, aumentando, como aconteceu em Japomim, segundo a tradição multi-secular, conhecida pelos goianenses?

Na nossa história encontramos as razões, os motivos e as circunstâncias que justificam essa convicção persistente dos filhos de Goiana.

Informado o rei venturoso, D. Manuel I, de Portugal, de que na sua recém-descoberta colônia americana não havia sequer sinais da existência de metais, assim informado logo por Pero Vaz de Caminha na carta que lhe escreveu dando notícia da feliz descoberta da terra que chamou da Vera Cruz e o rei apelidou-a de Santa Cruz, mandou o rei venturoso que viesse à sua nova colônia, uma expedição exploradora da nova terra descoberta, vindo nela o hábil navegador Américo Vespúcio que fora companheiro de Colombo na descoberta da América. Este confirmou as previsões de Pero Vaz de Cami-

nha. Em seguida enviou nova expedição mas com outros intuitos, como seja o de encontrar outro caminho para as Índias, segundo já expusemos páginas atrás, relegando por isto as jovens terras americanas a prolongado abandono. Este estado de coisas só se modificou com a ascensão de D. João III (1521-1552) ao trono de Portugal.

Há escritores da nossa história que negam esse desinteresse de D. Manuel pela sua vasta colônia brasileira, como, por exemplo, Hélio Viana que cita em seu favor Capistrano de Abreu. ("História do Brasil", pág. 50). Entretanto Varnhagen, que restringe um pouco o absoluto abandono atribuído a D. Manuel, assevera na sua "História Geral do Brasil": "Decorriam os anos, e o Brasil seguia com o seu imenso litoral à mercê de qualquer navio que o procurava" (Obr. cit. vol. I, pág. 102).

Exatamente, durante esse longo espaço que o nosso imenso litoral esteve à mercê de qualquer navio que o procurava, foi que os franceses se aproveitaram para explorar os produtos comerciáveis que existiam na colônia portuguesa da América, na realização das idéias que os orientavam de que livre era o mar em toda sua ampla extensão e por intermédio da via marítima devia haver a liberdade de comerciar para todas as nações.

Mas, como lembra Castro Barreto: "Descoberto pelos navegadores portugueses, estes mantiveram o território praticamente fechado aos contactos culturais, ao comércio, às relações com qualquer povo que não fosse a sua metrópole portuguesa, desde o ano de 1500, até a lei da abertura dos portos, a lei Cayrú, em 1808; todo navio que fosse encontrado em qualquer ponto da costa e que não estivesse sob o pavilhão de Portugal, era considerado corsário ou pirata e como tal combatido". ("Povoamento e População", pág. 35, edição de 1951).

Quando, porém, acontecia alguma infração a essas proibições Portugal limitava-se a fazer protesto perante o governo da nação a que pertencia o infrator, como já vimos páginas atrás, entre os reis de Portugal e o da França.

A verdade, todavia, é que os navegantes franceses não tomavam conhecimento desses protestos e a autoridade que os recebia fazia vistas grossas dessas agressões e violências dos seus navegantes, de modo que, cada dia que se passava, mais se intensificavam as invasões estrangeiras no território brasileiro, mormente dos franceses, a ponto de já se julgarem

com os mesmos direitos que tinha a coroa portuguesa sobre aquelas terras.

Em colaboração, contra essa conduta dos agressores, sustentaram Carlos Malheiros Dias e Antonio Baião, quando escreveram a respeito da expedição de Cristóvão Jaques, mandada ao Brasil já por D. João III, de vigilância e repressão aos intrusos nas suas incursões na sua colônia americana, do que resultaram graves desinteligências entre as cortes portuguesa e francesa, como já sabemos: "As viagens dos intrépidos navegadores da Normandia e Bretanha aos portos do Brasil tinham começado em 1503-1504, e haviam atingido o auge da atividade no ano da partida de Cristóvão Jaques (1526). As reclamações portuguesas contra os desmandos da pirataria no Brasil já remontavam ao reinado de D. Manuel. Se bem que, a princípio, parece terem obedecido apenas ao propósito de proclamar o direito de Portugal à posse das terras meridionais do Novo Mundo, foram progressivamente assumindo o caráter de reivindicações veementes, epilogadas pela expedição terrorista do inflexível fidalgo algárvio" ("História da Colonização Portuguesa do Brasil", vol. III, pág. 60).

O certo é que, não obstante as severas medidas tomadas pela coroa portuguesa contra o atrevimento dos filhos da França, eles não desistiram do seu comércio do pau-brasil com os índios, pois, como escrevera Roberto Southey, posto que fossem eles rechaçados constantemente toda vez que procurassem, pelo menos, fundar uma feitoria, persistiam em não abandonar as terras da colônia portuguesa, e, aproveitando a oportunidade, faz referência à prolongada guerra que fizeram, com a ajuda dos potiguares, contra os colonos brasileiros, na Paraíba, cuja vitória, como já é do nosso conhecimento, no final, coube aos portugueses. (Vej. obr. já cit., vol. II, pág. 1).

*

* *

A tradição goianense sustenta firmemente que o povoamento da sua querida terra teve início na ex-propriedade Japomim, hoje chamada Sto. Elias, defronte da qual ainda existe um porto fluvial, que era considerado um dos melhores do rio Goiana, ficava na foz do rio Tracunhaém, um dos formadores do dito rio Goiana. Para evitar uma apertada volta que o Tracunhaém dava antes da sua embocadura, levaram-no diretamente para o rio Goiana e daí é que prejudicaram o alegado porto com a construção da mencionada linha férrea que se acha inteiramente desprezada, sem mais qualquer utilidade.

De modo geral, os historiadores e geógrafos pernambucanos entendem que o porto Japomim é formado por um rio do mesmo nome. Puro engano. Rio Japomim chama-se o trecho onde o Tracunhaém tinha sua foz, por extensão do nome do porto Japomim. Mais adiante, no referido rio Tracunhaém, havia o porto de Bujari e aí dava-se o nome de rio Bujari, que era o porto onde se embarcavam os açúcares do engenho Bujari, hoje inexistente. Por fim, ainda ao Tracunhaém, dava-se o nome de Capivara onde, nos princípios de nossa colonização, existia uma aldeia de índios, que ficava ao sul da atual cidade de Goiana. Este porto desapareceu porque alteraram a posição do leito do rio Tracunhaém, onde toma definitivamente o nome de Tracunhaém, seguindo para o município de Bom Jardim, onde tem sua nascente no lugar denominado Dorondongo. A este rio Vital de Oliveira, que foi oficial da nossa Marinha, ao tempo do Império, no seu excelente Roteiro da Costa do Brasil, organizado em 1864, dá precisamente os nomes de *Japomim, Bujari* e *Tracunhaém*, confirmando assim o que afirmamos, só omitindo o nome de Capivara por ser um porto insignificante, mas onde os goianenses costumavam tomar banhos, antes da existência das usinas, que vieram poluir suas águas com as caldas que lançam nos nossos rios. (Havendo dúvida, consulte-se o já citado Analecto Goianense, Tomo I, pág. 30, de autoria de um goianense, Alvaro Guerra, que, modestamente, oculta-se sob o pseudômino de Mário Santiago).

*
* *

O nosso saudoso historiador, geógrafo e jornalista Mário Melo, que muito gostava de Goiana, escreveu o seguinte sobre o pseudo rio *Japomim:* "Japomim, *pântano pequeno*, riacho afluente do Tracunhaém quase na confluência com o rio Capibaribe-mirim, aproveitado para o canal de Goiana". O significado túpico da palavra Japomim é confirmado por Teodoro Sampaio e na verdade existem pântanos pequenos na ex-propriedade Japomim, atualmente chamada Sto. Elias. Tudo certo, menos que uma confluência ou na sua quase confluência do rio Capibaribe-mirim com o Tracunhaém e, menos ainda, que o rio Japomim tenha sido aproveitado para o canal de Goiana, pois Japomim, como vimos, é o próprio Tracunhaém e o Tracunhaém nenhuma contribuição d'água forneceu ao canal de Goiana porque fica além do canal, ou melhor, ele despeja suas águas conjuntamente com o Capibaribe-mirim e o canal de Goiana, num só local, a que se convencionou chamar a boca do rio, ficando o canal entre os dois mencionados rios.

Nos nossos dias o rio Capibaribe-mirim vai despejar suas águas no rio Goiana, na altura do povoado de Barreirinhas para onde levaram sua foz

Mas esse engano do saudoso Mário Melo é perdoável. Grave, gravíssimo é dizer-se e sustentar-se, depois de tudo esclarecido, que Diogo Dias, a quem se atribui ser o fundador de Goiana, fundou seu engenho, em 1.º de janeiro de 1570, nas terras da propriedade Japomim, o que tem o cunho de verdadeira pilhéria e como pilhéria deve ser recebida essa afirmativa, pelos goianenses que conhecem bem sua encantadora terra. Em seguida continuamos a tratar do mesmo assunto em outro capítulo, juntando um mapa da ex-Capitania de Itamaracá, onde se verificará que, efetivamente é um absurdo que Diogo Dias tenha fundado seu engenho em terras de Japomim.

CAPÍTULO XIII

O RIO CAPIBARIBE-MIRIM OU JACARÉ. O LOCAL ONDE DIOGO DIAS FUNDOU SEU ENGENHO DE NOME RECUNZAÉM. A TRANSFERÊNCIA DOS MORADORES DA PROPRIEDADE JAPOMIM, HOJE DENOMINADA STO. ELIAS, PARA A MARGEM ESQUERDA DO RIO QUE ERA UM DOS BRAÇOS DO RIO CAPIBARIBE-MIRIM, QUE DEPOIS DA FUNDAÇÃO DA POVOAÇÃO CHAMADA CAPIBARIBE, PASSOU A SER CHAMADO RIO GOIANA, À QUAL, FINALMENTE, DERA SEU MESMO NOME.

O rio Capibaribe-mirim ou rio Jacaré não era um afluente do rio Tracunhaém, era "outro ribeiro", como escreveu Vital de Oliveira, no seu já aludido, "Roteiro da Costa do Brasil", que com o Tracunhaém formava o rio Goiana, que atualmente separa o Estado da Paraíba do de Pernambuco, pelo lado norte.

O Capibaribe-mirim, nos dias presentes, constitui um afluente do rio Goiana, seu porto chamado Jacaré desapareceu e ele passou a ter sua foz no povoado de Barreirinhas, pertencente a Goiana, no antigo porto que chamavam das barcaças, no lado esquerdo do rio Goiana, enquanto o rio Tracunhaém continua a ter sua embocadura na margem direita do rio Goiana, distante uma meia légua de Barreirinhas, segundo cálculo de Vital de Oliveira. Antigamente, ele depois de passar defronte da foz do rio Tracunhaém seguia para o interior, onde tinha sua nascente no município de Timbaúba, na serra, e perto do povoado chamado Pirauá, nos limites com a Paraíba.

Vamos descrever seu curso da maneira como foi escrito por Vital de Oliveira: Descrevendo o curso do rio Goiana, no ano de 1864, o ilustre oficial da Marinha, começando do povoado de Barreirinhas, onde atualmente se encontra a foz do

rio Capibaribe-mirim, declarou: "Depois, com mais quatro léguas (estamos subindo o rio Goiana) de curso, em que por diversas vezes torna-se a passar quase pelo mesmo lugar, separado simplesmente por um pouco de mangue, (é a famosa volta mofina, como a denominaram os navegantes deste rio), *está o lugar chamado Barreirinhas*. É a margem aqui muito alterosa vindo o outeiro até o rio (margem esquerda), que começa a estreitar mais, conservando porém o fundo de 27, 32 e 36 palmos, o canal é o meio do rio.

Pouco de mais meia légua acima está a foz do rio Tracunhaém, (que os entendidos da língua tupi dizem significar formigueiro, panela de formiga), na margem direita, o rio estreita então consideravelmente a não permitir que as embarcações de pequena cabotagem velegem, sendo aliás o fundo de 45 a 50 palmos, começando aí a diminuir.

Com mais meia légua o braço que continua para o interior se bifurca, um é o rio Jacaré ou Capibaribe-mirim, o outro é um insignificante braço estreito e seco que passando pela cidade de Goiana vai pouco acima dela unir-se novamente ao Capibaribe-mirim. Este braço que vai ao porto da Conceição, em Goiana, é por demais estreito e só navegável com a preamar. Tanto este último braço como todo rio já foi navegável por embarcações de maior porte; atualmente (1864) só pequenas embarcações costeiras chegam dificilmente ao porto de Goiana". (Não havia sido, até então, construído o canal de Goiana, que deu feição diferente ao que acaba de ser descrito, como veremos).

Está assim demonstrado por um grande técnico, que o engenho de Diogo Dias não podia ter sido fundado em terras da propriedade Japomim, hoje Sto. Elias, como afirmaram notáveis historiadores nossos, como foram Varnhagen — Porto Seguro — e Frei Vicente do Salvador, no qual devia ter se apoiado Varnhagen, uma vez que foi ele o primeiro brasileiro que leu o manuscrito do doutíssimo franciscano, como já foi explicado páginas atrás.

A verdade, porém, somente foi revelada com o conhecimento da escritura de doação de terras, em sesmaria, a Diogo Dias e três filhos que ele nomeou, e a de licença concedida a Boaventura Dias, filho do primeiro mencionado, para vender sua herança, que lhe adveio com o massacre que os índios fizeram no engenho Recunzaém, pertencente a Diogo Dias, no qual foram ele, seus parentes, seus escravos, seus assalariados, mortos.

Esses preciosos documentos históricos foram dados ao Instituto Histórico de Goiana no ano de 1870 por um dos proprietários do engenho Goiana Grande, que era relíquia de família, o qual fora fundado no mesmo sítio em que existiu o engenho de Diogo Dias.

Este fato importantíssimo para a vida histórica de Goiana, consta do relatório apresentado pelo secretário do referido Instituto, em sessão de 22 de dezembro de 1870, Joaquim Rafael de Melo Júnior, e narrado da seguinte maneira: "Em o nosso arquivo temos o melhor de oitenta documentos inéditos e alguns de subida importância. Ao favor do Sr. Dr. João Francisco Cavalcanti de Albuquerque devemos a aquisição da primeira e segunda sesmaria do engenho Goiana Grande, documentos esses que tanta luz deitam sobre a fundação primitiva de Goiana, etc". (Vej. pág. 73 do Tomo Primeiro da "Revista do Instituto Histórico de Goiana", ano de 1871, mandado reeditar pela ilustre Comissão Organizadora das Comemorações do IV Centenário de Goiana).

Os dois mencionados documentos foram publicados na dita Revista, de fls. 34 a 39.

Na escritura de doação em sesmaria feita a Diogo Dias e seus três filhos, os únicos que tinha até esse momento, foram escritas na sua introdução por João Gonçalves, governador da capitania de Itamaracá, em nome da donatária D. Jerônima de Albuquerque Sousa, as seguintes palavras: "Faço saber aos que esta minha carta de data de umas terras virem, e o conhecimento dela com direito pertencer, como a mim me enviou a dizer Diogo Dias, *de Capibaribe*, por sua petição, que ele tem três filhos, e o mais que Nosso Senhor lhe der; *e porque era morador nesta capitania* (Itamaracá), quer que os ditos seus filhos façam fazenda nela, para o que pedem alguma terra; um deles se chama Boaventura Dias, outra Maria Dias, outra Catarina Dias e não têm terras em que façam fazenda como me diz, *e me pedia que lhe doasse cinco mil braças em quadro nas ilhargas de João Dourado que tem em Capibaribe-mirim*, etc."

Na escritura de pedido de licença que Boaventura Dias fez a D. Jerônima de Albuquerque Sousa para vender as terras que herdara do seu pai Diogo Dias, ainda melhor esclarecido ficou o lugar em que ficaram situadas as terras herdadas do seu finado genitor, que expôs da seguinte maneira: "Faço saber, informa o segundo documento, a quantos esta carta virem e dela o conhecimento com direito pertencer, que a mim me enviou a dizer por sua petição Boaventura Dias, que vindo

o doutor Antunes com alçada, dera e confirmara ao dito seu pai *na varge do norte do Capibaribe-mirim cinco mil braças de terra, etc.*"

Ora, diante dos dizeres uniformes e coerentes desses dois documentos regularmente feitos na sede da capitania de Itamaracá e com os poderes de quem era autorizado para fazê-los, ninguém tem mais autoridade, mesmo que seja o probo Frei Vicente do Salvador ou o austero Varnhagen — o Visconde de Porto Seguro — para afirmar que as terras que pertenceram a Diogo Dias eram da propriedade Japomim, hoje Sto. Elias, e ficavam às margens do rio Tracunhaém que corre e corria já pelo sul da hoje cidade de Goiana, e o Capibaribe-mirim, com seu braço mais vigoroso, e ainda corre pelo norte daquela heróica cidade, próximo dos limites do atual Estado da Paraíba, não obstante a mudança de sua foz para Barreirinhas, feita recentemente, que neste particular nada alterou, salvo excluído o porto de Jacaré, que foi extinto.

Para melhor entendimento dos leitores, indicando os pontos aos nossos contemporâneos com os nomes que atualmente possuem, indicaremos o local certo onde foi construído o engenho Recunzaém de Diogo Dias que os potiguares, por vingança contra suas más ações, destruíram e mataram a todos que dependiam dele, fossem seus parentes ou não, como era dos seus costumes, nos seus atos de vingança, tal como fez Jorge de Albuquerque Coelho, matando os índios Caetés porque alguns deles foram acusados de, na sua brutalidade de selvagens que eram, matarem e comerem D. Pero Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil.

O rio Capibaribe-mirim, atualmente, não se aparta como sendo um braço do rio Goiana, nem mais se bifurca depois de meia légua de curso, em dois braços, sendo um o próprio rio Capibaribe-mirim também chamado rio Jacaré, como foi descrito por Vital de Oliveira, e o outro um riacho fraco que banhava Goiana, indo depois se encontrar com o mencionado rio Capibaribe-mirim, que fluía neste tempo, pelo norte de Goiana, depois de formar o porto de Jacaré, subindo depois para sua nascente, que ficava no atual município de Timbaúba, na serra que segue para a povoação de Pirauá que fica nos limites da Paraíba e Pernambuco.

Invertendo a ordem, partimos da sua nascente que, salvo engano, fica hoje no moderno município de Macaparana, que foi distrito do município de Timbaúba, ou em São Vicente Férrer, que foi o distrito de S. Vicente, também de Timbaúba, (vacilamos porque não mais andamos naquela zona, onde exer-

cemos os cargos de Promotor e Juiz Municipal e freqüentemente a visitávamos) segue o seu curso antigo e depois de banhar Itambé, passa a correr no município de Goiana, não recebendo mais o braço que recebia e passou a ser conhecido como o rio Morto, do qual falaremos adiante, e seguindo em linha reta, passa pela frente da Usina Nossa Senhora das Maravilhas ou simplesmente Usina Maravilhas, como comumente chama o povo, passa ainda por defronte do engenho Jacaré, não formando mais o porto de Jacaré, seguindo diretamente para Barreirinhas onde atualmente tem sua foz, na margem esquerda do rio Goiana, distante meia légua da foz do rio Tracunhaém, que fica na margem direita do rio Goiana, e corre pelo sul de Goiana.

Seu porto de Capivara, a que já fizemos menção, desapareceu porque mudaram seu leito e o Tracunhaém, então, continua a penetrar para o interior em busca de Bom Jardim, onde tem sua nascente.

Pois bem, no lugar em que hoje tem assento a Usina Nossa Senhora das Maravilhas, onde existiu o engenho Goiana Grande, que pertenceu ao Coronel Viriato da Cunha Gouveia, que muitos de nós ainda o conhecemos, e onde foi construído o engenho Recunzaém não havendo prova de qualquer espécie de que Diogo Dias tenha sido dono da propriedade Japomim que fica na foz do rio Tracunhaém, absolutamente em posição oposta ao rio Capibaribe-mirim, que corre pelo norte da hoje grande cidade de Goiana.

A chacina de Diogo Dias, sua família e pessoas que o auxiliavam teve lugar no ano de 1574. Após as chacinas os índios da Paraíba dirigiram-se para o sertão e muitas pessoas que moravam em Itamaracá passaram-se para Goiana, inclusive Boaventura Dias, um dos filhos de Diogo Dias, que escapou de ser morto por se achar ausente, e associando-se com um rico homem de Pernambuco, procurou reconstruir o engenho que fora do seu pai. Aconteceu que os índios, seus inimigos, voltaram do sertão, investiram contra o aludido engenho, mataram o sócio de Boaventura Dias, destruíram o que eles já haviam feito, só escapando Boaventura Dias, que conseguira fugir na ocasião.

Não querendo mais residir nas terras que pertenceram a seu genitor vendeu-as a João Cavalcanti que depois passou a pertencer a Antonio Cavalcanti. Como prova de que este engenho Goiana Grande já existia construído nas mesmas terras que pertenceram a Diogo Dias, ao norte do rio Capibaribe-mirim, onde lhe foram doadas 5 mil braças quadradas de terras

em sesmaria, há o seguinte episódio narrado por Frei Vicente do Salvador. "D. Pedro Manuel, irmão do conde de Atalaia, viajara do Rio Grande do Norte para Recife. Ao chegar nos limites entre a Paraíba e Goiana, delibera descansar no engenho Goiana Grande, já ali existente, no ano de 1602, e procurara o seu proprietário Antônio Cavalcanti mas não o encontrara porque tinha viajado para o Recife. Seu filho, porém, recebeu-o com todas as honras que merecia e, ainda depois do descanso necessário, o acompanhou até o Recife, em cujo caminho já encontrara pessoas que o Governador de Pernambuco mandara recebê-lo, com todas as honras que o ilustre viajante merecia. Isto prova que o engenho Goiana Grande fora construído no mesmo lugar em que Diogo Dias levantara o seu, pois, segundo já afirmara Pereira da Costa, ele fora construído no mesmo lugar que tivera o seu (Vej. a "História do Brasil" de Frei Vicente do Salvador, pág. 304 e seguintes. Vej. também "Anais Pernambucanos" de Pereira da Costa, vol. I, pág. 420).

*
* *

O espírito comercialista dos franceses, fortalecido por suas convicções jurídicas que o mar era livre para suas navegações, mesmo o que banhava as terras descobertas pelos portugueses e pelos espanhóis, muito concorreu para aumentar a compra do pau-brasil, com o que se enriquecera muita gente de Pernambuco e Itamaracá. Nos portos e rios, e nas suas costas em geral, de Itamaracá, sempre reinou a desorganização, a desonestidade dos seus funcionários administrativos, mesmo os dos cargos mais elevados que representavam seus donatários. O circunspecto Duarte da Costa que os combatia inutilmente, chegou, em carta dirigida a D. João III, em data de 15 de abril de 1549, a explicar e pedir naquela sua linguagem firme e desataviada, sem circunlóquios, e de modo seguinte: "Acerca das coisas do Brasil proveja Vossa Alteza assim pela desordem, *como porque o roubam com estas desordens* e assim o afirmo de que levo grande paixão e desgosto e se eu cá quero remediar lá senhor faz-se outra coisa e não o que ordeno pelo servir e atalhar a tanta desordem, que não acho que não presumo de fazer e tratar em brasil, como tratar em erva, e ir-lo vender-lo a praça; eu castigarei alguns que se desmandarão, mas na jurisdição alheia não entendo se não com requerimentos e cartas precatórias, o que não dão mais por isso que por cantigas de salão". ("Anais Pernambucanos", vol. I, de Pereira da Costa, pág. 263).



A Igreja Matriz de Goiana, vendo-se ao lado direito do leitor o prédio da Prefeitura Municipal, situados ambos na hoje Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, o valente e másculo fundador da República Brasileira.

Mas não obstante as enérgicas providências tomadas pelo denodado capitão da capitania de Pernambuco, na sua vizinhança continuaram a reinar aqueles indicados desmandos, e quanto à venda de pau-brasil, principalmente aos franceses, pediu ele a seu rei que durante dez ou doze anos até o Capibaribe-mirim, que era o limite dos potiguares, não permitisse que fosse cortado mais um pé de ibirapitanga, pois a sua devastação já era considerável e em breve estaria tudo destruído. (Ibidem, pág. 258). Mas suas palavras caíram no vácuo...

Em 1555 Jerônimo de Albuquerque, que ficara governando Pernambuco, auxiliando na sua administração a esposa de Duarte Coelho, que seguira para a Europa, a fim de pessoalmente se entender com D. João III, a respeito dos negócios de sua capitania, em carta datada de Olinda, no mês de agosto do dito ano de 1555, informava a D. João III, o seguinte fato: "...que Luís Seixas que servia de capitão na ilha de Itamaracá era levantado com dívidas deixando a dita capitania desamparada em tempo de guerra e levando consigo um Bartolomeu Rodrigues, homiziado por morte de um homem e pessoa muito prejudicial ao povo e assim outros degredados e homiziados aos quais por suas obras se deve dar pouco crédito, antes pena e castigo". ("Anais" de Pereira da Costa, vol. I, pág. 317 a 320).

Tudo isto, mormente o corte de pau-brasil, muito favoreceu aos franceses e eles sabiam com certeza que na vasta região mencionada, Pernambuco e a capitania de Itamaracá, o pau-brasil era o melhor do Brasil.

Varnhagen dando um exemplo da vasta desmoralização a que chegaram algumas das capitanias criadas por D. João III, entre as quais citou expressamente Itamaracá, afirmou que as expedições francesas eram "cada vez mais ameaçadoras", escrevendo: "O primeiro destes males, a desmoralização de algumas colônias, chegou a ser tal que nelas se armaram navios de contrabandistas, ou para melhor dizer, frotas que iam a corso pela costa. Estavam os mares do Brasil ainda pior do que nesses tempos os de Túnis e d'Argel. Seis Caravelões, preparados numa capitania do sul, foram à Paraíba do Norte tratar por sua conta com os índios *e fazer brasil,* para vender não sabemos onde. O capitão de Itamaracá asilava naquela ilha aos que fugiam de Olinda, para escapar aos merecidos castigos a que por seus delitos os condenava o severo Duarte Coelho, que apesar da repugnância que tinha de desmoralizar perante os índios, o prestígio dos seus patrícios pervertidos,

teve alguma vez de mandar enforcar alguns por incorrigíveis". ("História Geral do Brasil", vol. I, pág. 223, 2.ª edição).

* * *

Durante todo período que durou essa desmoralização em Itamaracá, que só melhorou depois de algum tempo após a criação do Governo geral do Brasil, foram os franceses se organizando para melhor poderem comerciar nas costas da capitania de Itamaracá, estabelecendo ao norte desta um porto conhecido por porto dos Franceses (Diogo de Campos Moreno, obr. cit., pág. 99), e outro no rio Auijayá, hoje Abiá ou Abiaí, antigo limite entre Goiana e a Paraíba (ibidem pág. 99), por onde podiam penetrar para as terras continentais da capitania de Itamaracá, inclusive a Paraíba, com absoluta segurança e sem receios de intervenção das autoridades locais. Ainda encontraram um porto marítimo onde podiam estacionar suas galeras pelo lado da terra, numa grande pedra que fica no estuário do rio Goiana e por isso mesmo deram-lhe o nome de pedra da galé, como ainda hoje é conhecida, não obstante a navegação ser uma galera, alteração feita pelos nossos nativos. (Vej. Adriaen van der Dussen — Bibliografia sobre Goiana, pág. 118). Desta maneira entrando pelo rio Goiana ou pelo Abiá ou Abiaí, poderam atingir o coração da zona onde a ibirapitanga dos selvagens era abundantíssima e onde fizeram grande devastação nestes anos todos, comprando-a ou resgatando-a por preços baixos e objetos de valor insignificante, aos indígenas que vinham trazer até o porto Japomim que tão bem se prestava para suas transações, não só por ser o mais escuso dos portos fluviais do rio Goiana, como por se achar situado quase no encontro dos dois rios formadores do mencionado rio, que facilitavam aos índios o seu transporte através de muitas léguas, nas suas pirogas, em vez de conduzirem os rolos do pau-brasil às suas costas, como o faziam para levá-los ao porto do Recife, nos começos dos tempos coloniais.

Convém esclarecer que nessa época não eram somente os franceses que afluíam ao porto de Japomim para compra do valioso e desejado pau-brasil, tão procurado nos países estrangeiros. Eram espanhóis, aventureiros, piratas de várias nações, inclusive portugueses, honestos ou traficantes clandestinos, que deviam ser mais numerosos pela escolha que faziam de um local muito favorável a quem, por economia, não queria pagar o que era devido ao rei de Portugal porque era de sua exclusiva propriedade o pau-brasil existente na sua colônia portuguesa.

Como um dos mais importantes compradores do pau-brasil, podemos citar Frutuoso Barbosa, o futuro governador da capitania real da Paraíba, formada, em grande parte, de terras que foram usurpadas de Itamaracá pelos reis de Portugal, sob a alegação de que o direito dos seus proprietários estava prescrito porque não as haviam povoado por falta de recurso, argumento de leão contra o inofensivo cordeiro.

Frutuoso Barbosa, como nos dá notícia o preclaro historiador paraibano, o exaltado apologista do rico pernambucano comprador do pau-brasil, Maximiano Lopes Machado, por ambição manifesta, chegou a ser o primeiro governador da capitania real da Paraíba, embora fosse destituído, antes de terminar o decênio do seu governo, como foi por ele exigido e concedido, pela segunda vez, pelo rei D. Filipe I de Portugal. O ilustre historiador paraibano, a respeito do seu patrocinado, escreveu o seguinte: "O governo de Lisboa, (ainda o Cardeal D. Henrique), recebendo novas queixas dos moradores das duas capitanias (Itamaracá e Pernambuco) nomeou o capitão Frutuoso Barbosa, que então ali se achava (1579) ; homem prático daqueles lugares, *durante a paz com os gentios estivera por diversas vezes em carregamento de pau-brasil, para vender a João Tavares* e prosseguir de conformidade com as ordens do governo". ("História da Província da Paraíba", págs. 47 a 48).

*

* *

No nosso modo de entender, não obstante tudo que se fez em honra da memória de Diogo Dias, que passou como o fundador de Goiana, mentira histórica dos que não leram a sua escritura de doação, em sesmaria, de cincoenta mil braças de terras, em quadro, da capitania de Itamaracá, quando ele próprio declarou que era morador dali quando emigrou para os vales do rio Goiana, foi morar na povoação Capibaribe que já ali existia, foi também um negociante de pau-brasil, certamente empregando os processos que seus colegas largamente empregaram para enriquecer depressa.

Para que, naqueles tempos, alguém pudesse enriquecer rapidamente no Brasil, só poderia conseguir exercendo uma dessas duas profissões: dono de engenho e grande agricultor e negociante de pau-brasil. Agricultor não foi ele porquanto afirmou que não tinha terras e queria obtê-las em Itamaracá para fundar engenhos e fazenda. Conseqüentemente só poderia ser rico negociando com pau-brasil da maneira como era feito em Itamaracá, bastando para isto não ter escrúpulos.

Isto não tinha ele, tanto que se apropriou de uma jovem índia, a quem ele havia concedido hospitalidade, a pedido de dois de seus irmãos, e não mais devolvendo a seu pai, que insistentemente a pediu, dando lugar a uma prolongada guerra entre os índios da Paraíba, inclusive os tabajaras, amigos dos portugueses, e os franceses seus aliados, onde muitos portugueses, e os franceses — seus aliados, pernambucanos e ilhéus, perderam a vida e muito prejudicou o desenvolvimento da povoação Capibaribe, hoje cidade de Goiana, uma vez que restringiu muito a migração que vinha sendo feita de maneira tão numerosa e já iniciada a fundação de engenhos, que ficou paralisada, graças à sua ação impudente e imprudente e com a pretensão de vencer milhares e milhares de inimigos, com seiscentos homens armados e um forte improvisado de pau e barro, sem pessoas habilitadas, como tinham os franceses, com várias espécies de arma de fogo.

Foi apenas um homem irresponsável, com fumaça, como dizia Euclides da Cunha, de homem valente, que para nada serviu, a não ser causar enormes danos aos colonos de Itamaracá, Pernambuco e aos colonos lusos que vinham de Portugal, e os espanhóis que vinham da Espanha, pois os luso-espanhóis nunca ganharam "uma" batalha nas expedições que enviavam ao Brasil.

*

* *

Acumulando-se os índios potiguares no porto de Japomim para vender o pau-brasil que faziam, como diziam os antigos, naquelas terras fertilíssimas das margens dos rios Tracunhaém e Capibaribe-mirim e suas redondezas, aos portugueses, franceses e aventureiros vindos da Europa, não é duvidoso que na primeira metade do século XVI, quando mais frouxa era a ação das autoridades lusitanas, mais preocupadas com a situação das suas colônias do Oriente, negligenciando-se na sua vigilância às costas de Itamaracá, inclusive a Paraíba, que não lhe tinha sido esbulhada; nem constitui coisa absurda admitir-se uma população adventícia que em cruzamento com as índias, que preferiam os brancos aos naturais, como afirmam todos nossos historiadores e cronistas, daqueles remotíssimos dias, fosse aumentando aquele agrupamento.

Natural era também que procurassem um espaço mais largo e mais aprazível do que aquele em que começaram a se agrupar, estreito, asfixiante, apertado pelos mangues, onde vicejavam milhares de maruins que os importunavam dia e noite, notadamente nos dias de lua cheia.

Decerto que o maior contingente era dos franceses. Mas estes, como asseverou Gilberto Freyre, tinham apenas às índias o amor físico, pouco se preocupando com a sorte dos seus descendentes.

Escreveu ele com sua costumada proficiência:

"Esse contingente francês no primeiro povoamento do Brasil não deve ser esquecido. Suas principais localizações foram na Bahia e por todas aquelas partes do litoral mais ricas de pau-de-tintas". (Casa Grande & Senzala, edição de 1966, 1.º vol., pág. 404).

Estávamos, sem dúvida, no centro, no próprio coração de um grande reservatório dessa abençoada madeira que tanto ajudou o enriquecimento da nossa futura vila.

Nessa altura dos acontecimentos, viram os franceses que grande já era, na capitania de Itamaracá, a devastação da mata de pau-brasil, embora os índios continuassem a manter com eles o comércio do referido material e nenhuma providência tomara D. João III, para evitar a sua total destruição como o avisou Duarte Coelho, em duas cartas que lhe escreveu, em 1549 e 1554, onde tratou desse assunto.

Por sua vez, os franceses, homens inteligentes, perspicazes e sobretudo ambiciosos, procuraram fixar sua permanência, com a amizade dos potiguares do mar, pois segundo se vê na carta de Duarte Coelho de 1554, aquela terra onde eles se achavam, pertencia, segundo o direito dos índios, aos tabajaras, amigos declarados dos portugueses, e os filhos de França, preferiram fincar pés nas terras que eram da exclusiva posse dos potiguares do mar, seus antigos amigos. Nessas condições foram firmadas alianças com as tribos em quem depositavam e tinham nelas exclusiva confiança, o que ocorreu no ano de 1560. Com os potiguares, de modo geral, nas províncias da Paraíba e Itamaracá, escreveu Pereira da Costa; com os Caetés em Pernambuco e no S. Francisco; com os tupinambás em Sergipe; com os tamoios em Cabo Frio e enseada do Rio de Janeiro, todas zonas onde era abundante o pau-brasil. (Vej. Pereira da Costa, "Anais Pernambucanos", vol. I, pág. 350).

Os potiguares da serra ou os tabajaras não aceitaram essa aliança com os franceses porquanto já eram velhos amigos dos portugueses não obstante tratarem-nos de modo grosseiro, o que era da sua própria formação.

O bom do frade Frei Vicente do Salvador esclarece com exatidão e mais perfeita honestidade esses fatos.

Escreveu ele naquele seu estilo original e na sua linguagem própria da época em que escreveu a sua sempre útil "História do Brasil", que concluiu no ano de 1627 e só foi publicada em 1889, por não agradar aos poderosos de então, que governavam Portugal, mas nos dias nossos é obra excelente que deve ser lida, e o é por muitos historiadores, constantemente por todos brasileiros que saibam ler.

Escreveu o bom e austero franciscano: "E os que pela nossa paz e amizade se afastavam dos franceses, e senão eram alguns da beira do mar (os papa camarão) os outros do sertão (os tabajaras) de nem uma maneira os admitiam entre si, nem queriam seu comércio, etc."

Vê-se por aí que os tabajaras não quiseram fazer aliança com os franceses, ficando fiéis a seus amigos portugueses, não querendo mesmo comércio com eles. (Vej. "História do Brasil" de Frei Vicente do Salvador, pág. 133, 4.ª edição).

Frutuoso Barbosa, como vimos, deixou de comerciar com os potiguares do mar, quando eles se afastaram dos potiguares da serra e se abrigaram na Paraíba.

*
* *

Acreditamos que após essa aliança firmada entre os franceses e os potiguares do mar é que se processou a transferência da gente que vivia acumulada na propriedade Japomim e vieram todos se estabelecer na margem do mais estreito braço do rio Capibaribe-mirim, pois o comércio do pau-brasil com os tabajaras e portugueses havia cessado com os potiguares do mar. Dessa maneira havia necessidade da instalação do povoado a que deram o nome de Capibaribe, que logo começou a receber pessoas que emigravam para as fecundas terras do vale dos rios Capibaribe-mirim e Tracunhaém.

*
* *

Com o correr dos séculos é que viemos a verificar e tomar conhecimento da possível causa que levou Diogo Dias a deixar de escolher as terras de Japomim que ficam nas margens do Rio Tracunhaém e ir se fixar ao norte do rio Capibaribe-mirim, ao pé de um outeiro, que se estendia pelas terras da Paraíba, que pertenciam ao distrito de Goiana, até o rio Abiá ou Abiaí, que então eram seus limites.

Diogo Dias era um homem experiente e antes de escolher suas terras, teria indagado suas qualidades e devia ter sido informado que no vale de Tracunhaém havia atoleiros



Moderno e elegante prédio do Colégio da Sagrada Família de Goiana, fundado nos princípios do presente século que excelentes e extraordinários serviços tem prestado à cultura e saber da mocidade goianense

entre os hoje engenhos Mariúna, Japomim e Bujari capazes de soterrar um cavalo, se o cavaleiro se distraísse das veredas que existiam para evitá-los. Desde criança que ouvíamos estas histórias.

Lendo Jaboatão, encontramos uma história onde há muita imaginação mas também muita verdade com que ficamos seriamente impressionado.

Dizia Jaboatão que um frade muito doente viajava a pé pela estrada que ligava a Paraíba a Goiana, denotando pelo andar que vinha sofrendo muitas dores.

Da Paraíba, montada a cavalo, viajava uma pessoa que se destinava a Pernambuco. Encontrando na estrada o frade que lhe pareceu caminhar sofrendo muito, penalizado do seu sofrimento, desmontou do seu animal e fez sentá-lo na sua sela e o acompanhou até chegar ao engenho Goiana Grande, no qual era costume conceder hospitalidade aos frades. Aí se despediram e o cavaleiro continuou montado, na sua viagem, até Goiana, onde demorou algum tempo.

Continuou depois na sua viagem. Mas ao chegar a Bujari, era já noite. Receoso de fazer sozinho a travessia, por não conhecer os lugares onde ficavam os atoleiros naquelas várzeas, deliberou voltar para Goiana, quando notou a presença de um cavalo branco que lhe pareceu ser um bom guia.

Aproveitando a boa oportunidade, acompanhou-o durante grande trecho da estrada. De repente desapareceu o animal e ele viu que já se achava em terra firme e continuou no seu caminho. Jaboatão concluiu sua história do modo seguinte: "Entretanto, vendo diante de si um cavalo branco o seguiu o cavaleiro mas ao terminar a travessia ele desapareceu, constatando, por isso, ter sido mandado por S. Francisco" (Vej. "Bibliografia sobre Goiana", de autoria de Genny e Silva e Maria do Carmo Rodrigues, pág. 195).

Até aqui temos a palavra de um frade franciscano que foi um notável cronista da nossa história e da sua Ordem.

Vejamos agora o que foi narrado por um douto engenheiro francês, cidadão pouco cortês, grosseiríssimo com os brasileiros, a ponto de apodá-los de preguiçosos, nesse trecho do seu livro "Diário Íntimo do Engenheiro Vauthier", edição traduzida, de 1940, abrangendo os anos de 1840-1846, com anotações do nosso eminente historiador e sociólogo Gilberto Freyre: "Não se pode fazer alguma coisa bem feita e depressa neste *maldito país*". "Nessa natureza rica, onde tudo indica a cada passo, *a insigne preguiça do homem*". (pág. 75).

No seu relatório, a respeito das obras públicas que lhe foram confiadas, referindo-se à construção da estrada que liga Recife a Goiana escreveu: "...citarei a mais perigosa talvez que existisse em toda província em que havia apenas uma pequena senda de areia, entre profundos atoleiros de lama movediça, onde desapareceram numerosos cavalos com suas cargas e em que mesmo os cavaleiros sofriam grandes perigos, e que agora apresenta um largo aterro com 40 palmos sustentado de cada lado por fortes paredões". Falou agora um técnico, homem, sem dúvida, altamente culto mas inconveniente, quando se achava nos seus ataques de *spleen*. (Vej. relatório de L.L. Vauthier, no ano de 1841 e 1842, na "Revista do Arquivo Público de Pernambuco", pág. 278, 1.º e 2.º semestre de 1948).

Nessas vargens de Tracunhaém, não havia só esse atoleiro, aqui e ali muitos outros existiam, embora menores e por isto se tinha muito cuidado quando se levava gado para pastar ali.

Talvez fosse essa a principal causa pela qual Diogo Dias, homem prevenido e experimentado, preferisse levantar seu engenho ao norte do Capibaribe-mirim, ficando suas terras para o lado, hoje, do Estado da Paraíba, onde não existiam como não existem tais perigos.

CAPÍTULO XIV

AS GRANDES EMIGRAÇÕES PARA GOIANA DOS COLONOS DE ITAMARACÁ, APÓS A DERROTA DOS ÍNDIOS DA PARAÍBA E OS FRANCESES SEUS ALIADOS. O RÁPIDO PROGRESSO DA POVOAÇÃO DE GOIANA, CONFIRMADO PELA PALAVRA DE UM HOLANDÊS QUE A VISITOU NO ANO DE 1530, JÁ NO TEMPO DAS GUERRAS DOS FLAMENGOS.

Aquele ajuntamento de pessoas no porto de Japomim não era uma feitoria francesa, era o agrupamento de todos quantos se interessavam pela compra do melhor pau-brasil da colônia portuguesa, sem receio da má vontade ou das reações das autoridades locais, que quando não eram coniventes com aquele comércio prejudicial ao patrimônio privativo da coroa de Portugal, era indiferente àquele açambarcamento dos produtos lucrativos das terras brasílicas, por gente intrusa. Tornou-se um pouso que, de qualquer maneira, sem uma organização regular, estava concorrendo para a colonização daquela terra de humus fecundante que beneficiava qualquer vegetal. notadamente a cana de açúcar e mesmo as árvores frutíferas ainda que não fossem nativas como eram as trazidas da Europa, da Ásia e da África, pelos colonos.

A essa espécie de povoamento qualificou Caio Prado Júnior como uma espécie antiga das feitorias comerciais, isto é, porque ela não servia apenas aos interesses comerciais dos intrusos como também se estendia à "ocupação de territórios quase desertos e primitivos." (Obr. cit. *ibidem*).

E essa gente que assim se amontoava sem a finalidade de colonizar a nova terra, mesmo à revelia e sem o apoio do possuidor do seu domínio, por serem náufragos, aventureiros,

contrabandistas, desertores das esquadras, criminosos foragidos, ou mesmo mandados pela metrópole, judeus, normandos, gente de todas as raças, que por cá se homiziava, ou mesmo preferia viver nessa terra de bárbaros, com eles envolvidos, seguindo-lhes os usos e costumes; a essa gente, repetimos, os sociólogos modernos chamam-na de formadora da nossa pré-história. Em Japomim, pois, está a nossa pré-história. Azevedo Amaral, por exemplo, escreveu: "É nobre esses alicerces confusos de uma mistura de aventureiros de todos os sangues e de todas as línguas que Portugal, depois dos insucessos das capitanias hereditárias, inicia no meio do século de descobrimento, a obra de organização política e administrativa da sua vasta colônia americana". ("Ensaios Brasileiros", vej. págs. 131 e seguintes, edição de 1930).

*

* *

Com essa "heterogeneidade racial" está de acordo o nosso eminente sociólogo Gilberto Freyre, que reconhece na nossa colonização "um período não português, mas promíscuo, o cunho português só se imprimindo sobre a confusão de etnias pelo predomínio do idioma", confirmando que essa fase da nossa formação constituía mesmo a nossa "pré-história nacional". Aceitando esses dois elementos básicos da opinião de Azevedo Amaral, a respeito da formação da nossa população e no que nela podia permanecer através do tempo, concluiu o Mestre pernambucano transcrevendo as palavras do mencionado autor, do seguinte trecho: "Eliminar os primeiros cinqüenta anos", escreve Azevedo Amaral, "durante os quais à revelia de qualquer supervisão política e fora mesmo da civilização, o Brasil recebeu os primeiros aluviões complexos de povoadores, equivale a suprimir um elemento básico da formação nacional, cuja influência, projetada pelos séculos seguintes, podemos induzir seguramente de fatos positivos, que a moderna pesquisa biológica demonstra suficientemente, se quisermos, qualifiquemos esse período, em uma categoria à parte, de pré-história nacional". (Vej. "Casa Grande & Senzala", vol. I, pág. 23/24, 14.ª — décima-quarta — edição brasileira, ano 1966).

E esse congraçamento de variadas raças de diversas classes teve lugar precisamente, no porto de Japomim, na primeira metade do século XVI, porquanto só em 1560 os franceses aliam-se com os potiguares da Paraíba e com os caetés em Pernambuco, e quanto aos últimos, quando começam a ser combatidos por Jorge Coelho, cujas guerras só vieram a ter-

minar em 1565, quando foram eles expulsos para além da margem de S. Francisco. (Vej. "Anais Pernambucanos", vol. I, pág. 353).

* * *

Esta aliança de franceses e potiguares do mar deu lugar aos que não eram franceses ou potiguares da serra, procurassem se estabelecer em local mais favorável a seu comércio, pois desta aliança originou-se uma exclusividade comercial entre franceses e os índios que dominavam a Paraíba.

Os demais vieram se instalar na margem direita do braço mais fraco do Capibaribe-mirim, que supuseram ser a continuação do rio Goiana, dando início a uma povoação que deram o nome de Capibaribe, porque Capibaribe-mirim era o outro seu braço que formava o pequeno porto de Jacaré. Por brevidade de nome e por julgarem que esse braço era a continuação do rio Goiana que penetrava para o interior, chamavam-na também *gueena,* depois *guiaana,* prevalecendo, finalmente, o nome de Goiana, tanto para a povoação, como para o rio que a banhava.

Em que ponto, porém, do território continental da Capitania de Itamaracá e no então distrito de Goiana, tinha situado os seus primeiros habitantes a futura cidade de Goiana?

Pelo mapa que juntamos, vemos que o braço fraco do Capibaribe-mirim, como o denominou Vital de Oliveira, a que já aludimos, forma uma ligeira curva para o sul do País e depois toma a direção do norte em busca do rio Capibaribe-mirim com o qual se encontra um pouco além de Goiana, nas alturas do Engenho Novo, que ainda hoje existe. Pois bem, é neste local que começou a povoação de Goiana. Não temos documento escrito que prove essa asserção porque tudo atualmente está alterado mas para a demonstração de que existia a mencionada curvatura temos o testemunho de Henry Koster, o inglês inteligente e culto, sociável e envolvente que nos visitou nos princípios do século XIX, ou no princípio da segunda década, e tão relevantes informações descritivas do nosso meio físico e social nos transmitiu na sua obra "Viagens ao Nordeste do Brasil", que já alcançou a imortalidade, pois por ela tomamos conhecimento, com toda exatidão, do que era o Brasil nos lugares que ele visitou. Escrevendo sobre Goiana assim expôs: "A vila de Goiana, uma das maiores e mais florescentes de Pernambuco, é situada *sobre uma margem do rio do mesmo nome em uma grande curva, nesse local, quase a rodeando.*"

(Tradução excelente com ricas anotações de Luís da Câmara Cascudo, pág. 82, edição de 1942).

Esse trecho da curvatura do rio Goiana, estaria situado na ainda hoje chamada rua do Rio, que só pelo seu nome, está provando que daí se descortinava um encantador e vasto vale que chamamos de Goiana, marginado com a mata do engenho Goiana, mais tarde chamado Goiana Grande. O mapa a que nos referimos apenas registra E. Goiana, como poderá ser visto, para nosso entusiasmo e nosso prazer íntimo, o que não existia em Japomim, com seu horizonte fechado, asfixiante, pelos mangues que o rodeiam, contendo milhares de maruins que nos importunam dia e noite, pelo silêncio acabrunhador e sombrio da solidão. Ainda existiam outras vantagens, como seja a descarga das mercadorias transportadas pelas ligeiras canoas ou pelas pequenas embarcações, bem como os desembarques e embarques dos passageiros, pois tudo indica que sua margem, nesse local, era baixa, muito diferente da do porto de Japomim que é elevada, de acesso cansativo, decerto muito inconveniente para o transporte de mercadorias pesadas.

*

* *

Essas presunções nos convenceram como verdade, depois que encontramos documentos a respeito da construção do balde quando se construiu o canal do rio, construído para retenção das águas do rio Goiana, quando se abriu o canal, que ao tempo, no inverno, estava sujeito a suas costumadas inundações, inundando todo o trecho que era ocupado pela rua do Rio e pelo largo do Canal, onde se secavam os açúcares que chegavam muito melados, dos engenhos poucos zelosos da sua produção.

Acresce que quando descobrimos as ruínas do chamado porto da Conceição, verificamos dali começava a grande volta do rio com suas águas mais impetuosas, o que justifica os elevados e largos paredões para evitar a invasão das águas nas suas maiores enchentes ou nas suas cheias pelo inverno. Para ser mantido o rio na sua represa foram levantados elevados e largos paredões, no nosso conceito de leigos largos bastante, para que fossem levantadas casas, inclusive uma refinaria e uma destilaria, formando a rua que tomou o nome de Balde do Rio, que ainda hoje conserva o nome.

Para os pedestres, fora construída uma ponte, na rua do Rio, para a ascensão dos passageiros e dos carregadores da mercadoria, porém era muito alta e por isto foi ela condenada

por um fiscal, sendo construída posteriormente a chamada ponte da rua da Ponte, que liga a cidade à estrada que se dirige para a Usina Nossa Senhora das Maravilhas, isto é, para o sítio onde foi fundado o engenho Recunzaém de Diogo Dias, o herói à força, e a estrada para a Paraíba, passando em Dois Rios.

Transcrevemos, pois, o documento que nos trouxe esta certeza. "Canal de Goiana: O estado da obra não satisfez, embora com largura e profundidade suficiente para o percurso dos barcos, a falta de cais dificulta o embarque e desembarque das mercadorias. *O fiscal afirma que a ponte deveria ser feita, não na rua do Rio mas na rua da Ponte.*" ("Bibliografia sobre Goiana", já mencionada, pág. 302 — Extraído da Fala à Assembléia Legislativa Provincial no dia da sua inauguração a 2-3-1887, dirigida ao Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo e constante à sua pág. 64).

Por isto foi a ponte deslocada para a rua da Ponte, como ainda hoje existe. O largo do canal que servia de secador de açúcar, teve de ser rebaixado, a margem do rio é estaqueada de pau a pique, fazendo-se transporte das cargas e descargas das embarcações, por meio de uma larga prancha, colocando-se uma parte no improvisado cais de pau a pique e a outra na borda da embarcação que se carregava ou descarregava. Quando no inverno havia cheia no rio as águas, nessa parte, invadiam o largo do canal e muitas vezes atingiam a rua da Ponte, não se podendo alcançar as embarcações ali fundeadas, salvo por meio de botes. E assim é, não obstante não haver mais o braço estreito do rio Capibaribe-mirim que já secou totalmente, passando a ser chamado rio Morto, como adiante será explicado.

*

* *

Não sabemos o dia, o mês ou o ano em que teve início o povoado de Capibaribe na margem direita do mencionado braço. Uma coisa é certa, é que, quando Diogo Dias acompanhado de sua família e de uns seiscentos homens, entre seus escravos e assalariados, transportou-se para Goiana, ficou residindo na dita povoação Capibaribe que depois passou a ser chamada também Goiana, o que prevaleceu. Como já afirmamos, isto foi declarado por ele na respectiva escritura de doação de suas cinco mil braças de terras em sesmaria, que teve lugar em 1.º de janeiro de 1570, quando os potiguares da Paraíba já haviam feito aliança com os franceses que ali se instalaram definitivamente, continuando com os chamados índios parai-

banos o seu comércio, o que teve começo em 1560, como já foi alegado.

*
* *

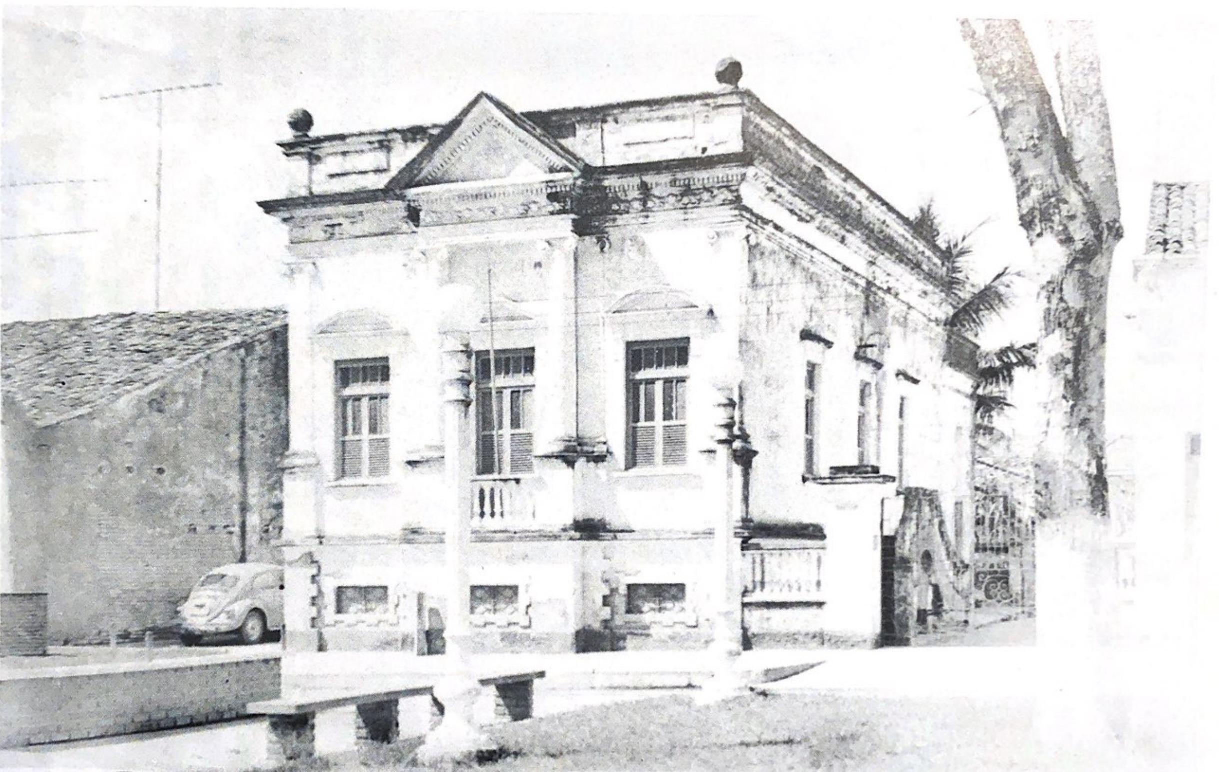
Sabemos por intermédio de Rocha Pombo, como está dito folhas atrás, que a emigração de Itamaracá para as terras ribeirinhas dos rios de Goiana era considerável mesmo quando estavam os colonos brasileiros guerreando com os potiguares e índios da Paraíba, que nunca mais se aproximaram do limite fixado para os tabajaras, pois os colonos portugueses preferiram ir combatê-los no rio Paraíba a permitir que eles se aproximassem de Itamaracá ou Olinda.

A respeito das terras continentais de Itamaracá escreveu Varnhagen: "É de saber que o distrito fronteiro a esta ilha (Itamaracá) que até então, em virtude da própria fertilidade das bordas do seu canal e dos rios que a ele vem desaguar, e dos seus muitos mariscos e caranguejos, atraía continuamente bandorias de índios indômitos, começava a prosperar; havendo nas imediações vários engenhos de açúcar, cujos senhores se arriscavam aos perigos inerentes à vizinhança dos bárbaros, em troco das muitas outras vantagens que tiravam, estabelecendo-se em uma das paragens mais férteis e mais belas do litoral brasileiro; tanto mais quanto a ilha fronteira lhes servia sempre de valhacouto seguro, em caso de invasão dos mesmos bárbaros." (Obr. cit. pág. 329).

Na primeira emigração, entre os mais ousados, como escreveu Varnhagen, em trecho que por nós já foi transcrito, ia Diogo Dias que ia na dianteira, "e em geral eram os mais ricos, por condição geral humana mais cobiçosos", que assim procediam. Isto deveria ter ocorrido no ano de 1570, uma vez que ele já devia levar consigo a escritura de doação de terras de Itamaracá colocadas ao norte do rio Capibaribe-mirim pois esta estava datada de 1.º de janeiro de 1570. Essa multidão de emigrantes dirigiu-se para a povoação do Capibaribe que já estava muito aumentada e foi confiada na tranqüilidade que já se havia estabelecido em Pernambuco e Itamaracá depois que, em 1565, Jorge de Albuquerque Coelho acabara de expulsar os índios caetés da capitania de Pernambuco.

*
* *

Mas, destruído o engenho Recunzaém, de Diogo Dias, em 1574, os índios que o fizeram dirigiram-se para o sertão e os colonos de Itamaracá, certos de que deixaram de mão o



O prédio onde se acha situado o **Forum** da Comarca de Goiana, **havendo sua** construção sido iniciada na administração do ex-Prefeito Ângelo Jordão (pai do autor) e terminada na do ex-Prefeito **José Pinto de Abreu**. Ali têm lugar as audiências dadas pelos dois Juízes de Direito da Comarca e funciona o Tribunal do Júri.

engenho destruído, continuaram na sua emigração para os vales dos rios de Goiana vindo agora entre eles Boaventura Dias, filho de Diogo Dias, que se associara com Miguel de Barros, um rico homem de Pernambuco, para restaurar os estragos feitos no engenho que pertencera ao seu genitor.

Pouco depois regressaram os indígenas e renovaram a destruição do mencionado engenho, matando todos moradores e escravos escapando Boaventura Dias, de quem tivemos notícias, existindo ainda no ano de 1594, sendo casado com Beatriz Mendes, filha de Simão Soeiro, cristão novo, que possuía um engenho em Goiana há uns oito ou nove anos, quer dizer fundado logo depois da expulsão dos potiguares e franceses da Paraíba, senão antes. Como já foi dito múltiplas vezes, Boaventura Dias vendeu as terras, que herdou, a João Cavalcanti, de Araripe, que fundou o engenho Goiana Grande no sítio onde fora o de Antonio Cavalcanti que fora herdeiro de João Cavalcanti, de quem era filho, segundo já expusemos, com apoio em Frei Vicente do Salvador e Pereira da Costa. Boaventura Dias era de cor parda, o que quer dizer que era um mameluco, decerto filho de Diogo Dias, como ele declarou, mas filho de uma índia, o que prova sua cor e demonstra que seu pai não era mesmo casado, pois nunca foi feita qualquer referência à sua mulher, e devia ser de idade avançada, uma vez que tinha netos que foram também mortos no assalto do engenho do seu pai, filhos de filhas de Diogo Dias, como descreveu Boaventura Dias na escritura de 1577, pedindo licença à donatária de Itamaracá para vender sua herança paterna (Vej. "Bibliografia sobre Goiana" — pág. 328, citando trabalho de E. Prado).

Com essas emigrações para Goiana, de moradores de Itamaracá, a evolução da povoação do Capibaribe aumentara excepcionalmente e decaiu muito a de Conceição de Itamaracá.

Em 1612 dizia Diogo de Campos Moreno, referindo-se àquela ilha: "Esta capitania tem tanta vizinhança com Pernambuco que mais parece aldeia, sua, etc." (Obr. cit., pág. 194). Mas em relação a Goiana, informava, encantado com o que via, anos depois, o holandês, Adriano Verdonck, em memorial apresentado ao Conselho, em 1630, isto é no ano mesmo do começo das guerras holandesas em Pernambuco: "Na jurisdição desta ilha, que estende-se até 14 ou 15 milhas de Pernambuco, pode haver cerca de 20 engenhos que uns pelos outros fazem muito açúcar, e *o melhor lugar que existe próximo a esses engenhos é Goiana, sítio muito agradável, grande, belo e fértil, tendo em abundância toda a sorte de carne, frutas e outros víveres: ali reside muita gente rica e muitos nobres,*

e os habitantes, tanto de Itamaracá, como de Goiana e de Araripe, deve ser mais de 300". (Veja Analecto Goianense obr. cit., vol. I, pág. 52).

O holandês foi honesto na sua descrição a respeito da povoação de Capibaribe, já então mais conhecida pelo nome de Goiana, pelos motivos acima já explicados.

Realmente, suas terras dão (ou davam, tendo em vista os tempos atuais) muitas laranjas doces, citando em primeiro lugar a que chamávamos laranja seleta, atualmente desaparecida, laranja cravo, araçá, tanto o pequeno como o assu, pitomba, pitanga, macaíba, (não nos conformamos ainda com a mudança das palavras que herdamos do índio da palavra grande-assu, como é), fruta-pão, limão, melancia, melão, goiaba, jaca-mole, jenipapo, jaca-dura, o cheiroso e açucarado abacaxi, que, raramente, atualmente, encontramos; a carne excelente de boi, de porco, de bode, de animais bravios, que eram abundantes nas caçadas pelas suas densas matas: paca, tatu, cotia, veado, etc.

Os seus rios eram muitos piscosos, saborosos eram os seus excelentes peixes, extintos pela calda das nossas usinas modernas; dos nossos caranguejos, gaiamuns ou uçás, camarões, mariscos, muçus (chamam também muçum), ostras, que desapareceram ultimamente devido a um líquido venenoso que lançaram nos nossos rios. Enfim aquela alegria, aqueles horizontes ainda cercados das árvores das nossas matas, fazem de Goiana uma verdadeira cidade edênica, que a gente se sente bem diante daquela natureza fecunda e idílica.

*

* *

Escreveu Fr. Jaboatão que Goiana: "Muitos anos logrou o título de vila de N.S. da Conceição que depois se passou para povoação de Goiana, às margens do outro rio chamado Capibaribe, muito parecido na abundância de suas correntes e fertilidade de suas ribeiras ao do mesmo nome e que rega, como principal, o território pernambucano." (Vej. "Bibliografia sobre Goiana" — pág. 194 — "Novo Orbe Seráfico Brasileiro Vol. I, pág. 166-167).

A não ser a transferência acima mencionada, de Japomim, que fica no estuário do Rio Tracunhaém, na margem esquerda do braço mais fraco do Capibaribe-mirim, não há explicação para que se admita que houve mudança da povoação que recebeu primitivamente o nome de Capibaribe, para margem do outro rio do mesmo nome do anterior e que rega, como principal, o terreno de Pernambuco.

Já explicamos que a povoação de Goiana desenvolveu-se à margem de um braço fraco do rio Capibaribe-mirim, como o qualificou Vital Brasil em 1846, e não há notícia de que antes tivesse vindo de outro local, a não ser a mudança da gente que se apinhava nas margens do porto de Japomim, na propriedade do mesmo nome, segundo secular tradição que temos em Goiana, há mais de quatro séculos, propriedade que, sem razão que o justifique, hoje passou a ser chamada Sto. Elias.

Além do mais, o rio que rega como principal, não toda parte, mas grande parte de Pernambuco, é o rio Capibaribe-mirim, que, então, nascia no atual município de Timbaúba, que pertencia a Goiana e ele teve, isto sim, seu curso em território exclusivamente goianense, sendo um rio essencialmente goianense, pois Itambé e Timbaúba, por onde ele corria nos tempos coloniais, pertenciam ao território de Goiana.

*

* *

Escreveu Serafim Leite (S.J.), na sua História da Companhia de Jesus no Brasil: "Goiana aparece pela 1.ª vez nos catálogos da companhia de Jesus em 1592 com o nome de aldeia de "Gueena". Em 1606 com o de Goiana. Em 1607 com o nome de "Residências de Sto. André de Goiana Grande"; centro catequista de Sto. André de Goiana, manteve a preponderância durante alguns anos. Em 1706, quando Goiana gozava o predicamento de vila, pensou-se em fundar um seminário para cujo sustento e educação da casa ofereceu um benfeitor um engenho de açúcar com canaviais, currais e matas. Era um vigário octogenário e cego que em vez de alugar o engenho para seu sustento e parte para a ereção do edifício, queria que os padres tomassem direção administrativa sem que o vínculo deixasse de estar na pessoa do vigário" (Vej. vol. V, pág. 342 da Obr. cit. e págs. 200 a 201 da "Bibliografia sobre Goiana", donde foi a notícia transcrita).

Entretanto a respeito do local em que se fixou a povoação de Capibaribe, que depois finalmente veio a se chamar Goiana, estamos com o modo de entender do historiador José Antonio Gonsalves de Melo quando afirmou expressamente, escrevendo a respeito de "Dois Relatórios Holandeses", o eminente Presidente do Instituto A.H. e G. de Pernambuco asseverou o seguinte que traduz exatamente uma verdade histórica: "A época em que Verdonck escrevia, o povoamento era descontínuo ou "ganglionar", para usar a expressão de Capistrano de Abreu (na verdade ainda hoje é) e as zonas povoadas situavam-se sobretudo em vales de rios.

Os rios das Alagoas, o Manguaba, o Una, o Sirinhaém, o Ipojuca, o Jaboatão, o Pirapama, o Capibaribe, o Igarassu, o Capibaribe-mirim, etc., são rios que não só condensam em suas ribeiras os primeiros engenhos, os primeiros povoados, como dão em muitos casos os seus nomes aos próprios povoados Una, Sirinhaém, Ipojuca, Jaboatão, *Capibaribe, hoje Goiana*, etc." ("Revista do Arquivo Público", ano 1949, 1.º e 2.º semestre, pág. 590). Ainda insistiu ele em nota, à pág. 64, do seu trabalho sobre Adrian Van der Dussen, escrito em 1947, que a Aldeia de Capibaribe é a aludida cidade de Goiana. (Vej. "Bibliografia sobre Goiana", pág. 119).

Como se vê e já explicamos anteriormente, a povoação de Goiana teve apenas dois nomes, Capibaribe, inicialmente, e Goiana posteriormente, com as corruções já faladas, pelo fato dos seus primitivos moradores pensarem que aquele braço do Capibaribe-mirim, que passava em Goiana, era a continuação do rio Goiana, sendo assim apenas o seu afluente, como hoje é, pela mudança que fizeram do seu leito, levando sua foz para o povoado de Barreirinhas, como foi dito páginas atrás.

Estas diferenças entre historiadores civis e historiadores eclesiásticos já foram motivo de reparos pelo historiador inglês Roberto Southey que as esclareceu da maneira seguinte: — "Narram os primeiros mais perluxos os sucessos dos seus próprios dias, tendo sempre os escritores posteriores de condensar e resumir as matérias que lhes deixaram os predecessores; mas de baixo das mãos dos segundos vai a matéria engrossando sempre com a mentira, que cada um acarreta para o acervo". ("História do Brasil", já citada, vol. I, pág. 435).

Cremos que é uma obrigação dos pósteros, mediante os documentos que forem encontrados, o que nos nossos dias é quase impossível, dos fatos ocorridos nos começos da colonização, depois do terremoto de Lisboa, e de Goiana, por dois motivos: pelo afundamento de uma canoa que trazia os documentos dos cartórios existentes em Itamaracá, quando Goiana passou a ser a sede do seu governo e quando os revolucionários de 1848 apoderaram-se de Goiana. Nesta ocasião retiraram todos os documentos que existiam na então Câmara Municipal, fizeram deles uma grande fogueira, diante de sua sede, e atearam fogo. De maneira que de 1848 para trás não existe nada na atual Câmara Municipal de Goiana, a respeito dos fatos ocorridos nesses anos anteriores a 1848. Aliás dizem que o afundamento da canoa, no canal que separa Itamaracá do continente, foi proposital, pelo despeito de ela haver per-

predicamento

dido o seu deprecamento de vila. Mas coisa pior aconteceu com o seu completo esfacelamento como capitania, cujo território foi distribuído por Goiana e Igarassu. Mas a infeliz Capitania de Itamaracá, ou antes, a sua sede que era a própria ilha, nos nossos dias conseguiu ser comarca. Mas, por falta de movimento forense foi supressa e voltou à dependência de Igarassú, como seu termo. Hoje suas melhores terras, com seus melhores engenhos antigos, Macaxeira, S. João, onde nasceu o Conselheiro João Alfredo e Amparo, foram reduzidos a um presídio, sendo o engenho S. João o único engenho que faz açúcar, pelo menos no litoral, como um meio de dar aos presidiários de bom comportamento, oportunidade para ganhar dinheiro às suas custas. A outra parte, onde existe a praia, vai melhorando consideravelmente, pelo ar agradável que tem, mas como praia de banho de mar, é pouco interessante, pois cercada de rios como é, será pouco saudável, com a mistura de água doce com a salgada.

As suas centenárias salinas continuam a funcionar mas com os mesmos processos rotineiros dos séculos passados. D. Pedro II quando a visitou registrou no seu "Diário" dois fatos que o impressionaram. "A gente de Itamaracá é preguiçosa e refratária a todo serviço... etc. ("Viagem a Pernambuco em 1859", Cópia, Introdução e Notas de Guilherme Auler, pág. 102). O segundo foi que "aumentando o luar as saudades que o lugar me despertou, também me prendeu melancolicamente o aspecto da lua entre os coqueiros por que se passa ao chegar ao Pilar, que também é cercado de coqueiros". (*Ibidem* e à mesma página).

Quanto à primeira parte, isto, depois de mais de um século, está modificando, há ali gente que trabalha e trabalha para melhor engrandecer a sua pequena cidade.

No que diz respeito aos coqueiros a tendência é piorar pois estão sendo derrubados para construção de prédios novos e os praieiros dos nossos dias, em regra, são contra a existência de coqueiros nas suas cidades, que deixam nas noites enluaradas, na gente, como sentiu D. Pedro II, uma saudade aumentada com o arrendado de luz na sombra das folhas dos coqueiros nas noites de lua cheia.

Isto, porém, nos atuais dias de povos materialistas, em que vivemos, não renderia dinheiro e não poderá subsistir... Os coqueiros estão sendo derrubados, destruídos, devastados, tirando-se aquele encanto de paisagem que dava às nossas praias um tom característico que envolvia a nossa alma em profundos sentimentos nostálgicos ao vê-los distantes, no mar,

circulando a terra, quando se a deixava no fim do veraneio, quer como moços, quer como velhos. Os primeiros pelos dias que corriam desocupados nos romances com suas lindas namoradas, os segundos porque se recordavam daqueles tempos passados que viam renovados por seus filhos ou por seus netos. Praia sem coqueiros, neste nosso nordeste, não é praia, simples ócio, desperdício de tempos em que os moços se distraem com doses continuadas de uísques, estragando sua saúde e desmoralizando-se, algumas vezes, com a liberdade que atualmente é dada aos ricos, aumentando, depois, o número, já elevado, dos desquites que, por vezes, terminam em atos de violência. D. Pedro II tinha razão. Passar a noite por debaixo dos coqueiros das praias em noite de lua cheia dá-nos uma saudade... de coisas adoráveis e inesquecíveis que se passaram na nossa vida de moços ou são recordadas nas nossas vidas de velhos...

*

*   *

A povoação de Goiana já era freguesia, já tinha sua igreja aberta para as orações dos fiéis, onde, por vezes, diante dela os mal educados praticavam atos que a moral condena e a lei pune. Mas um enviado da Santa Inquisição veio a Goiana e constatou as práticas indecorosas do sodomita e, decerto, moralmente, aplicou-lhe a necessária punição, isto no ano de 1595.

Já havia alguns engenhos fundados. Mas Goiana não se formou, como se diz lá, *nas bagaceiras dos seus engenhos*. Sua população sempre foi formada de homens livres. Não viviam sob a autoridade despótica de algum dos senhores de engenho. Eram livres, corria-lhe nas veias o sangue dos tabajaras. Assim se formaram, assim viviam e se tornaram fortes, para, no futuro, nas grandes lutas que no Estado ou no País foram travadas pelas liberdades individuais, pela liberdade dos escravos, pela República.

Isto está no seu sangue, na sua formação moral e em vários dos senhores dos seus engenhos, ou filhos de senhores de engenhos que foram liberais e até republicanos.

Goiana, como Recife, formou-se por si mesma, nunca teve patrão, nem senhor, nem chefe e esperamos em Deus que nunca teremos.

CAPÍTULO XV

A FUNDAÇÃO DOS ENGENHOS DE GOIANA. O RIO MORTO. AS RAZÕES DO SEU DESAPARECIMENTO. DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS ENTRE OS BARÕES DE GOIANA E O DE BUJARI. SUPREMACIA POLÍTICA DO BARÃO DE GOIANA.

Não chegaram até nós os nomes dos primeiros fundadores dos engenhos fundados nos vargedos dos rios Capibaribe-mirim e Tracunhaém de Goiana, salvo poucas exceções. Primitivamente, Pereira da Costa afirmara que os engenhos Japomim, Mariúna e Bujari foram construídos por Miguel Alves de Paiva que fora aclamado para administrar a capitania de Itamaracá, por seus habitantes, enquanto chegava João Gonçalves, que, levado por uma tempestade, fora conduzido para as Antilhas, e que fora nomeado seu capitão por D. Isabel Gamboa, viúva de Pero Lopes de Sousa, em nome do seu filho menor Pero Lopes de Sousa, que a herdara, por ser o filho primogênito do casal — (Pág. 218 dos "Anais Pernambucanos", I volume).

Posteriormente, analisando os nomes dos engenhos de Goiana que haviam sido confiscados e vendidos pelos holandeses, quando se apoderaram de Pernambuco e Itamaracá, por terem seus donos os abandonado, o historiador pernambucano, declarara honestamente que não eram conhecidos os fundadores dos referidos engenhos.

Os conhecidos, apenas, eram João Dourado, não se sabendo o nome do seu engenho e Diogo Dias, cujo engenho recebera o nome de Recunzaém, sendo que João Dourado precedeu a Diogo Dias, pois, quando comprou suas terras ao norte

do Capibaribe-mirim, declarara que as queria nas ilhargas das que pertenciam a João Dourado, no Capibaribe-mirim.

Além desses engenhos, Pereira da Costa, entre os que foram confiscados pelos holandeses, incluiu o Engenho Novo como sendo levantado por Antônio de Holanda Vasconcelos, filho de Arnau de Holanda e D. Brites de Vasconcelos, que recebeu o nome de Jacipitanga, que é o nosso conhecido Engenho Novo que depois foi adquirido, quando terminaram as guerras holandesas, por André Vidal de Negreiros que lhe deu o nome de Engenho Novo de Santo Antônio, que, talvez, pela extensão do nome, ficou conhecido, até hoje, como Engenho Novo. Pereira da Costa dá o número de nove engenhos, de Goiana, que foram confiscados e vendidos pelos holandeses. Os mais próximos de Goiana e que ficam ao alcance das vistas dos seus moradores são: Bujari, Mariúna, Jacaré e Goiana Grande que com o Engenho Novo, Japomim e Boa Vista, antigo Três Paus, são considerados como os primeiros engenhos fundados em Goiana e são, efetivamente, os mais próximos da cidade, o que prova a sua ancianidade, desde que é compreensível que os seus fundadores fossem se aproveitando da proximidade da povoação e dos rios, inclusive levados pelo instinto de defesa contra os selvagens, em caso de ataque.

Com a pacificação da Paraíba e a expulsão dos potiguares e seus aliados, os franceses, bem como com a expulsão dos caetés pelos filhos de Duarte Coelho, repelindo-os para além do rio S. Francisco, é natural que esses engenhos se fossem afastando da povoação, como o engenho Catu, ex-Santos Cosme e Damião, Mussumbu e Itapicirica, por exemplo.

Todo goianense, mais ou menos, conhece os engenhos acima relatados, mormente aqueles que seus olhos alcançam mesmo achando-se na cidade, e sabem que a atual Usina Nossa Senhora das Maravilhas está situada no lugar onde foi o Engenho Goiana Grande e os que por lá andaram ou transitaram antes dela, indo de Goiana, pela estrada velha, atravessam o rio Capibaribe-mirim, servindo-se de uma ponte. Pois bem, neste local onde está a Usina Nossa Senhora das Maravilhas, ao norte do Capibaribe-mirim, onde existiu o engenho Goiana Grande, foi que Diogo Dias fundou seu engenho, e a quem se dá o nome de fundador de Goiana, a mais grave mentira da nossa história. O nome do seu engenho era Recunzaém e em 1574 os potiguares, tanto os da serra que eram mais conhecidos pelo nome de tabajaras e os do mar, apelidados de papa camarão, a cuja tribo pertenceu o famoso Felipe Camarão, herói brasileiro das guerras holandesas, ajudados todos pelos fran-

ceses, destruíram, queimaram seus canaviais, mataram o senhor de engenho, seus filhos, seus escravos, todas as pessoas que trabalhavam no seu engenho.

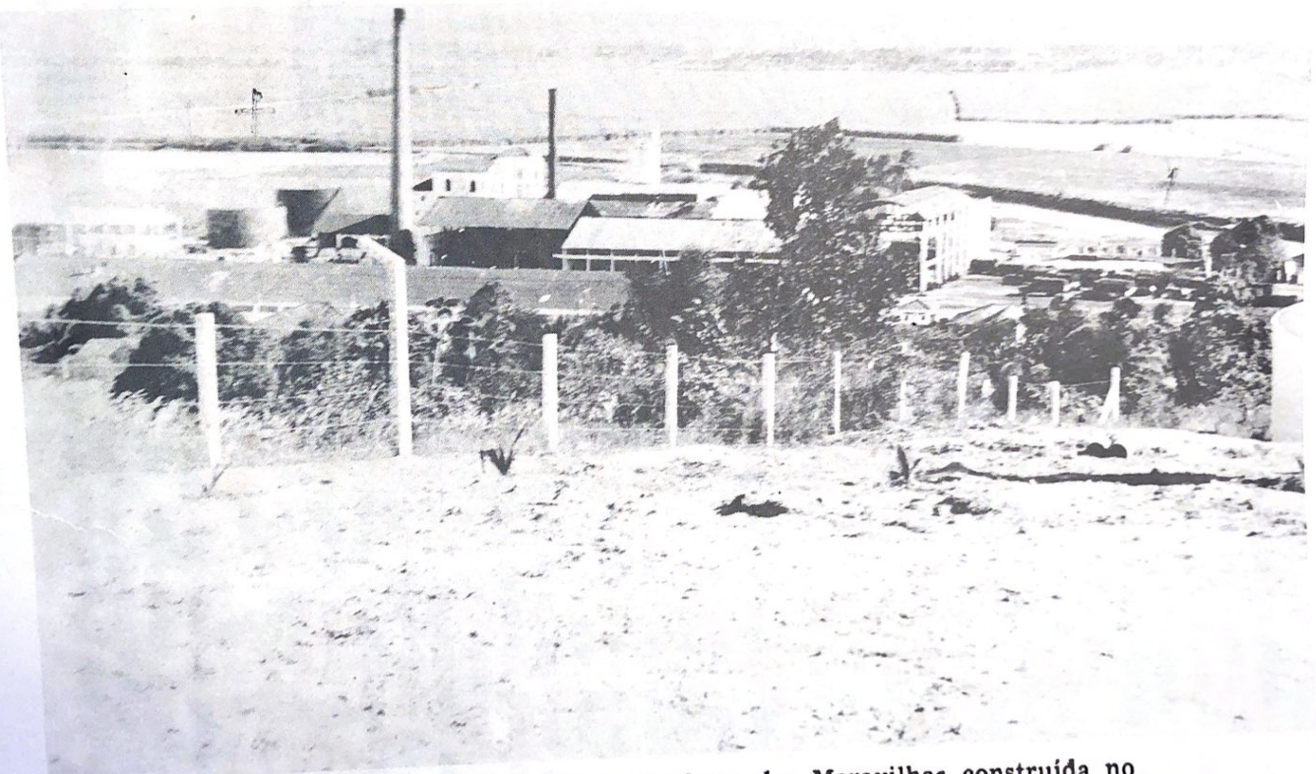
Nesse tempo já existia a povoação de Goiana que então tinha o nome de Capibaribe e nela se hospedou Diogo Dias, quando veio comprar as terras onde construiu seu engenho Recunzaém.

Ele assim declarou na sua escritura, tal como escreveu João Gonçalves, capitão de Itamaracá, não o que fora nomeado seu loco-tenente, por D. Isabel Gamboa, como sabemos, que já era falecido em 1555, como informa Pereira da Costa, no seu trabalho "Anais Pernambucanos" vol. I, pág. 220. Sabem igualmente os goianenses que o rio Tracunhaém fica do lado contrário do Capibaribe-mirim, isto é, ao lado sul da cidade, onde fica o engenho Bujari, à vista de todos, e no mesmo rio fica o engenho Japomim ou ficava, pois ali só existe a propriedade com o nome de Sto. Elias, que pertence à Usina Santa Teresa, também do mesmo lado do engenho Bujari, que igualmente lhe pertence.

Assim sendo conhecido dos goianenses, entretanto há velhos historiadores como Frei Vicente do Salvador, Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, e outros mais recentes, que sustentam ainda que o engenho de Diogo Dias foi fundado em terras de Japomim. Não há nada mais absurdo. O nosso Pereira da Costa assim também pensava. Mas depois que leu as escrituras de Diogo Dias e a de seu filho Boaventura Dias, que escapou do morticínio feito pelos índios porque neste dia achava-se em Olinda, pedindo à dona de Itamaracá para vender sua herança, o nosso grande historiador, reconhecendo a verdade, admitiu que Diogo Dias não fundara seu engenho em terras de Japomim. Mas cometeu outro engano que, com sua morte, não chegou a corrigir mas convém que os goianenses tomem disto conhecimento.

Quando o grande mestre escreveu sobre a venda que Boaventura Dias fez da sua herança, asseverou o velho historiador pernambucano: "em outra concessão de terras feita em 1577 a Boaventura Dias, filho do referido Diogo Dias, que foram os engenhos Dois Rios e Mariúna", informando assim que Boaventura Dias havia conseguido outra concessão de terras em sesmaria nas terras dos vargedos de Goiana, onde havia dois engenhos, o engenho Dois Rios e o Engenho Mariúna.

Trata-se, porém, de fato completamente diferente.



Vista geral da Usina Nossa Senhora das Maravilhas construída no mesmo lugar onde foi fundado o engenho Goiana Grande e onde o português Diogo Dias começou a construir seu engenho Recunzaem, próximo da margem Norte do rio Capibaribe-mirim. Ao longe, para o lado sul, divulga-se a cidade de Goiana e a sua Igreja Matriz.

cações da espécie das que hoje chamamos lancha ou barcaça, conforme tivessem dois paus ou três, como dizem nossos praieiros, isto é, duas ou três velas, chegavam ao porto de Goiana, o que vale dizer até próximo à nossa atual ponte, conduzindo passageiros e produtos vários para o nosso comércio e levavam os açúcares e o nosso pau-brasil para o Recife, pois nessa época o nosso comércio já era bastante desenvolvido.

Na metade do século passado, mais ou menos, por maldade dos homens ou por excessivo interesse de algum egoísta, que só enxerga o seu bem estar, esse rio chegou a ponto de não poder transitar por ele uma simples canoa, não obstante o grande interesse que tomou o futuro Barão de Bujari, principalmente no quatriênio em que era presidente da Câmara Municipal, para não lhe faltar água, como veremos adiante.

*
* *

Fato muito conhecido é o que Goiana não deve o alto nível econômico a que chegou na sua história, exclusivamente à cultura de cana e à indústria do açúcar. Pelo menos, meio século antes de serem fundados seus primeiros engenhos de açúcar, o pau-brasil que era colhido na capitania de Itamaracá havia enriquecido muita gente, de que é exemplo Frutuoso Barbosa, o futuro primeiro governador da Capitania Real de Itamaracá.

Já vimos que a nossa pré-história foi muito mesclada, mas muitos que viveram nessa época voltaram para Portugal riquíssimos ou permaneceram aqui na povoação Capibaribe, praticando seu comércio de pau-brasil com os tabajaras, mesmo quando os potiguares do mar fizeram aliança com os franceses e se foram para as margens do rio Paraíba.

Foram a esses homens endinheirados que puseram a alcunha de *brasileiros* que Camilo Castelo Branco, grande psicólogo, colocou nos seus admiráveis romances, exaltando uns e expondo ao conhecimento dos seus leitores as más qualidades de outros, naquela sua linguagem cheia de expressões que ele próprio colheu no seu querido Minho, por ele dito que era onde se falava o português castiço.

*
* *

Heny Koster fala-nos de um desses portugueses que deixavam o seu país para vir enriquecer no Brasil, quando visitou o engenho Mussumbu, do qual era o dito português seu proprietário e tomou parte em um jantar que lhe ofereceram,

descrevendo-o do seguinte modo: "Jantamos uma ocasião com o proprietário do engenho Mussumbu. Este senhor, várias outras pessoas e eu estávamos à mesa em uma sala enquanto as senhoras, às quais não era permitido trocar um olhar, serviam-se num aposento adjacente...O dono desse domínio é português. É entre essa parte da população, que deixou seu país para fazer fortuna no Brasil, que a introdução de melhoramentos é quase impossível. Muitos brasileiros também, mesmo de classe superior, seguem os costumes mouriscos de sujeição e reclusão mas, tendo alguma comunicação com a cidade, vêem depressa que é preciso preferir maneiras mais civilizadas e rapidamente possuem hábitos de polidez" (Obr. cit., pág. 83).

*
* *

As duas classes, a dos comerciantes e a dos senhores de engenhos, enriqueceram-se paralelamente e entre elas se rivalizavam, exibindo luxo e conforto, vestindo-se ricamente e as senhoras apresentavam jóias caríssimas, compradas no comércio local, quando não, encomendadas especialmente aos comerciantes de Lisboa ou de Paris.

Henry Koster ainda prestou atenção a esses pormenores da alta sociedade goianense, nos princípios do século passado, e escreveu: "Os proprietários residem parte do ano na vila e a comunicação estabelece rivalidade entre as famílias, determinando acréscimo de despesas, sendo beneficiada a vila com o aumento do consumo dos objetos de luxo". (Obr. cit., pág. 83).

Paulo Cavalcanti, que gosta muito de Goiana, e, por um dos lados, descendente de goianense, relatando fatos, já decorridos nos meios para o fim do século passado, no seu já consagrado livro "Eça de Queiroz, Agitador no Brasil", um dos melhores da nossa literatura, no seu gênero, nos derradeiros anos, cuja última edição é portuguesa, a respeito do elevado nível econômico que atingiu Goiana, escreveu: "Situada a três léguas do mar (outros dão quatro léguas, excluindo-se as voltas que dá o rio Goiana) o porto de Goiana abrigava navios de médio calado, como os da *Companhia Pernambucana*, que antes de receber os carregamentos do açúcar da cana plantada nos 94 engenhos do município, esvaziavam seus porões de gêneros de subsistência, de feijão, farinha, "carne seca" (nossa chamada carne do Ceará), de fardos de tecidos, de especiais encomendas de baixelas, de finas louças, de perfumes, de custosos lustres de cristal, consignados aos grandes arma-

zéns da cidade, às afreguesadas lojas da Rua Direita, sólidas de crédito e prestígio. Muitas dessas compras eram mandadas fazer na Europa pelas famílias dos proprietários rurais, os Cavalcanti, do engenho Itapirema, os Dourado, de Megaó de Baixo, os Albuquerque Maranhão, de Mussumbu, os Rego Barros, de Bonito e Engenho Novo, os Pinheiro, de Itapessoca, os Coelho Catanho, de Massaranduba, os Paes Barreto, de Mariúna, os Rabelos, os Corrêa de Oliveira, de Miranda ou Uruaé, os Guedes, os Tavares — expressões daquele patriarcalismo que o Conselheiro João Alfredo, do ramo dos Corrêa de Oliveira, costumava recordar, enternecido, como um sinal da "poesia" e dos "encantos" de sua época." (Obra acima citada, página 130, 1.ª edição e 140, edição portuguesa).

Por outro lado, o mencionado conselheiro e Ministro João Alfredo, descrevendo a vida e a genealogia do seu sogro e tio João Joaquim da Cunha Rego Barros, Barão de Goiana, apresentava como líderes da rica burguesia do comércio goianense os seguintes comerciantes, dizendo: "O comércio tinha representantes ativos e acreditados como, entre muitos João Lourenço, J. Francisco Fernandes, Bartolomeu de Albuquerque, Lucas de Melo, Manuel Cavalcanti, Batista Rodrigues e Alves de Sousa" ("O Barão de Goiana e a sua época genealógica" — Vej. Analecto Goianense, tomo IV, pág. 182).

*
* *

Para atender a esse enorme número de embarcações que levavam e traziam cargas de vários produtos e de diversas localidades, importando e exportando múltiplas mercadorias, havia apenas o escoadouro fluvial que era o rio Goiana, alimentado d'água pelos rios Tracunhaém e Capibaribe-mirim com seu principal porto na cidade de Goiana, situado no seu braço mais fraco mas que suportava, sem atropelos, as entradas e saídas das embarcações que levavam os produtos naturais da terra que eram, principalmente, conforme o testemunho de Vital de Oliveira, já mencionado, algodão, açúcar, aguardente de cana, couros curtidos e salgados, madeiras de construção e de tinturaria e óleo de mamona, o que tudo vai para o porto do Recife, (Vej. Analecto Goianense, pág. 30, tomo I), e trazia as mercadorias e os objetos que necessitava o grande comércio, a grosso e a retalho de Goiana.

Acontece que, sem que se soubesse a causa, o braço do rio Capibaribe-mirim, que passou a ser chamado rio Goiana, porque passava pela cidade, e era seu maior porto, começou a

secar, até que, depois de muitas investigações, inclusive de engenheiros, o esforçado e dedicado Presidente da Câmara Municipal de Goiana, Comendador Antônio Francisco Pereira, futuro Barão de Bujari, foi informado de que no encontro do braço que tem o nome de rio Goiana com o rio Capibaribe-mirim fizeram uma barragem, perto do Engenho Novo, de maneira que a água dos dois rios não se comunicavam e, cada vez mais, o rio ia secando.

Conhecido o obstáculo, o futuro Barão de Bujari deliberou propor à Câmara Municipal de Goiana uma indicação pela qual empregaria uma quantia, de que dispunha a Câmara, para destruir a barragem que fora identificada, tendo a sua proposta sido aprovada em sessão extraordinária de 26 de fevereiro de 1857, por unanimidade de votos e o fato comunicado ao presidente da Província. (Leis Municipais de 1855 a 1857, mandadas imprimir pelo Dr. L. Raposo, pág. 95).

Foi tomada a providência de que as embarcações fizessem seus embarques e desembarques de mercadorias no porto que chamavam da Conceição mas que ficava bastante distante da cidade, encarecendo mais as mercadorias com o seu transporte. Esta solução nada adiantou, o rio continuou a secar e as embarcações só podiam se movimentar na preamar. Finalmente esgotou-se a verba municipal, sem que a Prefeitura pudesse remover a obstrução do rio Goiana, recorrendo o Presidente da Câmara ao Presidente da Província para auxiliá-lo pecuniariamente, sem obter qualquer resultado.

Então os comerciantes, os proprietários, os prejudicados de modo geral, lembraram-se de construir uma estrada de Goiana para o porto de Japomim e concomitantemente abrir um canal de Goiana até aquele porto, de modo que as embarcações transitassem francamente por esse canal, sem qualquer embaraço.

Agora vamos aproveitar o que a esse respeito escreveu Pereira da Costa em cujas informações se apoiou Hélio de Albuquerque Melo para escrever o seu alegado trabalho, a respeito da triste situação em que se encontra o canal de Goiana nos nossos dias.

Disse o historiador pernambucano que a Lei provincial n.º 161 autorizou a escavação do rio Goiana, a qual é datada de 14 de novembro de 1846. Posteriormente o art. 39 do orçamento da Província de 1851 mandou efetuar os melhoramentos que facilitassem a sua navegação. Esclarece Pereira da Costa que essa necessidade já vinha de longe, desde o ano de 1797. Em 1853 foram feitos os estudos necessários para fazer a

canalização do rio Goiana até o porto de Jacaré, no rio Capibaribe-mirim, aproveitando assim o braço deste rio que passa em Goiana e que estava secando, cujo orçamento atingiu, para aqueles tempos, a elevada quantia de 5:600$000. Foi autor do projeto o engenheiro José Mamede Alves Ferreira, que aliás acrescentou que a obra devia merecer a atenção das autoridades porquanto se tratava, com suas próprias palavras, "de uma das maiores e mais ricas comarcas da Província, cujos produtos agrícolas descem pelo rio" (Goiana). Posta a obra em arrematação não apareceu qualquer licitante. Nada feito.

Recorreu-se então ao engenheiro Martineau, em 1860, que depois de fazer seus estudos propôs a construção de um canal desde a cidade até Japomim e outro, do Capibaribe-mirim até o rio da Morte (deve ser Morto) e um dique de tapagem, com comportas no Capibaribe-mirim. (Este resumo foi colhido em "Bibliografia sobre Goiana", fls. 263).

Em 1859, chegou a Goiana D. Pedro II, em visita, sendo recebido com festas e muita alegria pela população.

Conforme consta no livro "Viagem a Pernambuco em 1859 de Dom Pedro II, Cópia e Introdução e Notas de Guilherme Auler", editado em 1959, D. Pedro II teve conhecimento desse projeto e não o aprovou.

Esta foi a opinião de D. Pedro II: "A obra que reclama a cidade é a facilidade de navegação, que se não faz em barcaças e com maré cheia até a distância da cidade. Atribuem isso a uma tapagem no braço principal do Capibaribe-mirim (foi no mais fraco), que o faz desviar a maior parte de suas águas para o lado do Jacaré (que é o braço mais forte e não passa na cidade de Goiana), tendo sido essa obra feita, segundo consta, por ordem do Senado da Câmara (informação para desviar a verdade), para evitar inundações na cidade, mas creio que foi mal pensado e que cumpre desobstruir esse braço do rio, antes do que fazer uma estrada de carro de 2.000 braças, desde Goiana até o rio Japomim ou aprofundar umas gamboas que vão ter no Japomim, aproximando-os da cidade por meio de um canal.

Também há o projeto de cortar as valas e a d'água do braço que passa perto da cidade comunicando-o desde o porto até onde podem subir as barcaças com o braço que vai pelo Jacaré. O presidente da Câmara (o futuro Barão de Bujari), disse-me que havia oposição ao projeto de desobstrução, porque a maior parte das águas passaria pelo braço pequeno da cidade (que era o que se desejava), prejudicando o dono do Engenho Novo, Antônio Alves Viana (que era um grande amigo do

futuro Barão de Goiana), por cujos terrenos passa o outro braço (o próprio Capibaribe-mirim ou Jacaré). Há muitas intrigas em Goiana (havia para prejudicar a ação justa do futuro Barão de Bujari que era destruir a barragem do rio Goiana que, finalmente, ficou sendo chamado rio Morto) e a rivalidade existente entre o João Joaquim (futuro Barão de Goiana) e Antônio Francisco Pereira (futuro Barão de Bujari), parecendo-me ambos excelentes pessoas (eram), ainda que foi citado por Pereira da Costa e o aprovado por Hélio de uma das intrigas). (Vej. obr. referida acima pág. 95).

*

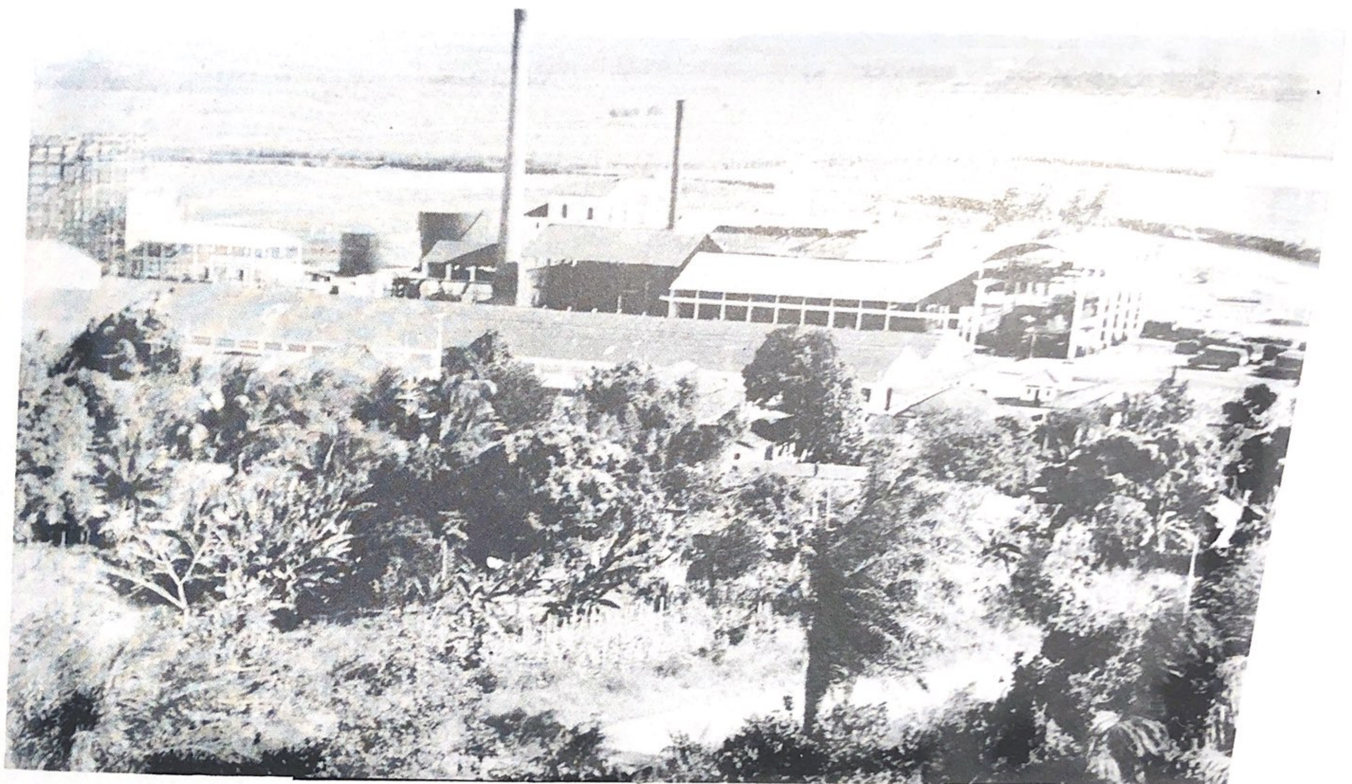
* *

Há evidente divergência entre o projeto de Martineau que foi citado por Pereira da Costa e o aprovado por Hélio de Albuquerque Melo cujo resumo poder-se-á encontrar a fls. 263 a 264 da "Bibliografia sobre Goiana", ao passo que o outro que consta à fls. 277, da aludida obra, tão útil a quem pretender conhecer a história de Goiana, é mais complexo e procurou satisfazer os intuitos da Companhia do Canal de Goiana, tanto assim que ela procurou logo adquirir os trilhos que seriam colocados, com brevidade, entre o porto das Pedrinhas, no rio Goiana, onde estacionariam seus vapores, até o porto de Japomim, donde seriam as cargas transportadas por outras embarcações ou mesmo pelos vapores da mesma Companhia.

Veja-se a seguinte notícia constante à fls. 279 da "Bibliografia sobre Goiana": "Companhia de Navegação. A Cia. Pernambucana encomendou e devem ficar prontos, antes da próxima safra, os trilhos de ferro desde Goiana até o seu trapiche no porto de Japomim, a fim de facilitar os transportes à vapor entre Goiana e Recife".

Enquanto isto, o projeto referido à fls. 277 da aludida obra, apresentado por Martineau dizia: "Entretanto, segundo a opinião do engenheiro Martineau, de acordo com os três planos por ele apresentados seria preferível a construção de uma estrada em linha reta, de Goiana ao porto de Pedrinhas, onde a Companhia Pernambucana construiu um forte trapiche e de onde podem ser transportados os gêneros de Japomim abaixo, nos vapores da dita Cia. ou em outras embarcações.

Orça essa construção em 36:000$000, e, adicionando-se 34:000$000 poderiam-se assentar trilhos de ferro. O outro plano seria a canalização do rio da Morte (rio Morto) a partir da ponte da cidade de Goiana até o rio Japomim, acima do porto das Pedrinhas, sendo essa obra a mais dispendiosa, orçando em 120:000$000.



Outra vista geral da Usina Nossa Senhora das Maravilhas. Divulga-se bem o rio Capibaribe-mirim, constituído na fotografia por uma faixa branca, correndo perto dela pelo lado sul. Neste lugar é que foram mortos Diogo Dias, pessoas de sua família, seus escravos e seus agregados pelos índios da Paraíba, inclusive os franceses, seus aliados e não nas margens do rio Tracunhaém que fica ao sul de Goiana.

Qualquer desses empreendimentos deve, entretanto, ser levado em consideração a bem da lavoura e do comércio da importante comarca de Goiana."

Mas não vamos perder nosso tempo com leis, decretos, regulamentos como perdeu Hélio de Albuquerque Melo para chegar à conclusão de que o "Jornal do Recife", de 14 de janeiro de 1870, n.º 207, sob o título, "Pernambuco" e subtítulo "Revista Diária" inseriu uma longa notícia sobre o fato ocorrido no domingo, às 4 e meia da tarde em que dizia: "Começou a cerimônia, o empresário da obra do canal pronunciando um discurso no qual fazia sobressair os gozos que ela há de proporcionar à cidade de Goiana e suas proximidades, concorrendo para o seu desenvolvimento e incremento". (O trabalho não foi paginado).

Efetivamente, de modo oficial, o canal de Goiana foi inaugurado no dia 14 de janeiro de 1870, pelo que noticiou Hélio de Albuquerque Melo, mas pelo que diz o Instituto Histórico de Goiana o ato oficial realizou-se no dia 14 de setembro de 1870, pois no dia seguinte, 15, o mencionado Instituto concedeu ao Dr. Manuel Policarpo Moreira de Azevedo, o engenheiro responsável pelas respectivas obras, em sessão, o título de sócio honorário do aludido Instituto. (Revista do Instituto Histórico de Goiana, ano de 1871, pág. 49).

Segundo informa "Bibliografia sobre Goiana" ele foi inaugurado solenemente em 7 de outubro de 1871 (Vej. pág. 285).

Mas, na verdade, ele só foi inaugurado por mera formalidade, partindo da ponte de Goiana até a chamada boca do rio, onde fizeram despejar igualmente, do lado esquerdo, o Capibaribe-mirim e do lado direito o Tracunhaém.

Em fala do Desembargador Henrique Pereira de Lucena informou ele à Assembléia Legislativa do Estado que o canal de Goiana estava aberto em toda extensão que fora marcado, mede 80 palmos de largura e 90 em alguns lugares, 16 de profundidade, em uma distância de oitocentas braças, e daí por diante regulando de 8 a 10 na preamar das grandes marés, navegável para pequenas barcaças e canoas. Isto ocorreu em sessão de 1-3-1875 (Vej. "Bibliografia sobre Goiana", págs. 288 e 289).

Em fala com que o Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Lucena abriu a Assembléia Provincial do Estado, foi dito: "Obras Públicas. Canal de Goiana — Contratada a obra com o dr. Policarpo Moreira de Azevedo, sem seguir o plano. Enviado um engenheiro de obras públicas que reduziu de 3m

a altura da barragem. Ordenado que nenhum melhoramento se fizesse no canal de Goiana e que as embarcações utilizassem outros canais para o embarque e desembarque. Isto no ano de 19-12-1878." — (Obr. acima citada pág. 293).

Finalmente, para não nos prolongarmos muito, transcrevemos a seguinte informação do Dr. Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti no seu relatório quando passou a presidência da Província ao Desembargador Barão de Lucena em 4.8.1890, já na República, por conseqüência: "Canal de Goiana. Portaria n.º 7-7 atendendo a representação dos comerciantes de Goiana sobre as informações referentes ao canal, em face dos documentos apresentados e concluindo que em virtude de o contratante Manuel Policarpo Moreira de Azevedo não ter cumprido as cláusulas contratuais, continuando o canal a ser um foco nocivo à saúde, resolve que as obras sejam concluídas no prazo de três meses" (Obr. acima cit. pág. 305).

O nosso canal não foi concluído como era de desejar e segundo o que exigiam os respectivos documentos.

Mas o rio Morto ficou, o braço mais fraco do Capibaribe-mirim, justamente onde era o porto da Conceição que tão relevantes serviços nos prestou — Há um engano de Hélio de Albuquerque Melo: o nosso canal não foi praticamente cavado na lama do leito do rio Morto. Grande parte do rio Goiana ficou aterrada nas margens do canal, as voltas que o braço fraco do Capibaribe-mirim dava, a redor da povoação de Capibaribe estão sob o aterro da rua Balde do Rio, o resto, além do porto de Goiana, ainda existe, mas o que ia ligar o rio Morto com o Capibaribe-mirim sobre ele, parte constitui a estrada que nos liga a João Pessoa e a Recife. O Capibaribe-mirim foi deslocado para se lançar no rio Goiana ao lado do canal e do seu co-irmão o Tracunhaém.

Ele não seguira em linha reta para Japomim, os homens foram que o colocaram. Pouco se cavou sobre o rio Morto, grande trecho do rio Goiana, que foi canalizado em linha reta para Japomim, mas não em seu leito primitivo. Veja o mapa que se acha junto ao presente livro e então verá a injustiça que lhe fez, considerando-o transformado totalmente em lama.

As duas fotografias do seu leito, extra-texto, provam essa verdade. A sua história é triste e prova que os homens são mesmo maus. Ele não se inutilizou por si, estancara-se a água que o enchia e com a qual suportava o peso das embarcações que por ele trafegavam, levando e trazendo mercadorias com que enriquecera e engrandecera a primeira cidade do interior pernambucano. Exauriu-se, enfraqueceu, inutilizou-se e morreu

por falta d'água, mas pela maldade dos homens, não porque não quisesse lhes ajudar, embora todo esforço empregado pelo futuro Barão de Bujari para que suas águas voltassem a lhe alimentar e os barcos carregados de mercadorias tornassem a trafegar por ele, com aquele movimento animado que tanto o alegrava. É o destino que se tem neste mundo: nascer, viver, envelhecer e morrer. As gerações sucedem-se e logo as últimas se esquecem dos que lhes deram a vida ou lhes foram úteis ou prestativos.

*
* *

Em Goiana, no ano de 1872, houve uma agitação social que denominaram ser de ordem nativista, chamada *patriotada*, pretensão ridícula que não passou de mero movimento político entre ruralistas e urbanistas e no qual se envolveram representantes dos partidos políticos, tanto do Conservador como do Liberal, pouco depois que todo Brasil rira-se com as *farpas* do celebrado escritor português Eça de Queiroz contra as gafes cometidas pelo Imperador D. Pedro II, nos países europeus que, na época, visitou.

O nosso historiador Capistrano de Abreu, homem sério e comedido nas narrações dos fatos que interessavam a nossa história, referindo-se às mancadas do nosso imperante assim descreveu-as: "Num meio inteiramente novo, obrigado a conveniências que não conhecia, ele (D. Pedro II) que olhara sempre os outros de cima para baixo e para a lei aonde quer que pisava, cometeu não poucas descaídas. Tudo isto chegava aqui alterado, a imprensa indígena tudo deformava, tornando-o ridículo, despertando risota.

Desembarcou no Rio de maleta na mão, binóculo a tiracolo, traje de bordo, com grande escândalo do mundo oficial que comparecera puxado a toda sustância da pragmática, e estranheza do povo que entupia as ruas, cobria os morros e desrespeitava os telhados". ("Ensaios e Estudos (Crítica e História)", pág. 126, edição de 1938).

Esta divergência entre os dois Barões goianenses datava já de vários anos. Quando D. Pedro II visitou Goiana em 1859, reparou-a e anotou no seu "Diário", como vimos acima. Com o correr dos tempos fora ela se agravando. Após alguns anos de intensos prélios eleitorais, nos quais vencia sempre o Barão de Goiana, escreveu a esse respeito o eminente Conselheiro João Alfredo, seu sobrinho e genro: "Daí em diante ninguém mais disputou ao Barão de Goiana a qualidade de chefe local, e primeira influência conservadora no norte da

Província. Mas caro lhe tinha custado manter seu caráter independente e a importância política da terra natal. Sim, não esqueçamos que toda sua campanha foi pela preponderância legítima dos conterrâneos contra o predomínio intruso e indébito de juízes e estranhos e para assegurar aos goianenses o seu lugar de direito e honra na representação nacional". (Veja Analecto Goianense, tomo IV, pág. 196).

Por decreto de 6-7-1870, foi-lhe concedido o título nobre de Barão de Goiana. Nasceu em 15-4-1797 e faleceu em 30-11-1874.

Sem qualquer parcialidade e com isenção de juiz que fomos, foi um goianense ilustre, (embora não houvesse freqüentado qualquer curso superior, por encargo de família que lhe deixou seu pai, por haver morrido ainda moço), inteligente, que honrou as tradições de sua terra natal, como homem independente, brioso, altivo e corajoso nas suas atitudes e destemido nas suas decisões.

CAPÍTULO XVI

A RÁPIDA DECADÊNCIA DE GOIANA. A RETIRADA DOS PORTUGUESES ALI RESIDENTES. A NOCIVA AÇÃO DOS PATRIOTAS. SUAS INTENÇÕES ERAM EXCLUSIVAMENTE ELEITORAIS, NADA TENDO DE COMUM COM AS FARPADAS DOS ESCRITORES PORTUGUESES EÇA DE QUEIROZ E RAMALHO ORTIGÃO, USADAS CONTRA A PESSOA DE D. PEDRO II.

Desde 1835 que se estabelecera grave divergência entre a gente do engenho Catu e o Comendador Antônio Alves Viana, Oficial da Guarda Nacional, proprietário dos Engenhos Goiana Grande e Boa-Vista e rendeiro do Engenho Novo que pertencia ao vínculo de Itambé, instituído por André Vidal de Negreiros e depois propriedade pertencente à coroa portuguesa.

O primeiro incidente havido com a gente de Catu ocorreu quando Nunes Machado, Chefe de Polícia do governo de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, fora a Goiana visitar Manuel Francisco de Paula Cavalcanti, dono do engenho Catu e que se achava gravemente doente. Voltando Nunes Machado para Recife, logo após sua retirada, falecera seu velho amigo e correligionário.

Na noite do dia que ele falecera várias casas acenderam luminárias, o que somente se fazia, naquela época, em manifestação de alegria doméstica, datas nacionais ou religiosas. E, enquanto Nunes Machado esteve em Goiana, publicaram contra ele alguns pasquins e sátiras e como deitaram luminárias, era o termo empregado naqueles tempos, no mesmo dia que ele se ausentara viajando para Recife e que falecera o dono do engenho Catu, entenderam os filhos do finado e amigos do Chefe de Polícia que aquilo era um escárnio ao

Chefe de Polícia e uma zombaria à memória do falecido, porquanto as luminárias haviam sido acesas em casas de adversários do morto e de Nunes Machado. Assim entendendo, reuniram-se os filhos do defunto e pessoas amigas de Nunes Machado e foram de casa em casa e apagaram as luminárias, aguardando qualquer reação dos respectivos donos das casas iluminadas. Nada houve, porém, neste dia.

Entretanto, no dia seguinte, o Capitão da Guarda Nacional Francisco Cavalcanti trouxe para a vila a companhia armada sob o seu comando, durante a noite, distribuindo seus comandados pelas casas que puseram luminárias e se postaram em atitude de ofender; ao mesmo tempo, chegou notícia vinda das Quintas, arrabalde de Goiana, que lá se encontrava o Tenente-Coronel Manuel Cavalcanti com outro grupo armado, esperando a hora do rompimento. O Juiz da Comarca dirigiu-se com boas maneiras aos dois grupos, logo que foi informado do que estava ocorrendo, e com muita habilidade convenceu os mesmos dos crimes que iriam praticar e dos vexames que ia passar a população da vila. Ambos se conformaram com as prudentes palavras do magistrado e os dois grupos se disperparam pacificamente. Estes são os termos de um ofício que o mencionado Comendador Antonio Alves Viana remetera ao Presidente da Província, na qualidade de Juiz de Paz de um distrito de Goiana, que, os outros Juízes de Paz, apelidaram de Juiz intruso porque ele havia sido ilegalmente nomeado Juiz de Paz pela Câmara Municipal, o que indica que a Câmara Municipal, em sua maioria era constituída de vereadores conservadores, como conservador era o apelidado Juiz intruso. (Vej. Documentos do Arquivo do Governo de Pernambuco, publicados, em volume, no ano de 1937, pela Secretaria do Governo, págs. 253 a 254, estando o ofício dirigido ao Presidente da Província, datado de 15 de janeiro de 1835).

*
* *

Essas violências e desordens não cessaram, durante bastante tempo, contra a gente do engenho Catu e delas tinha conhecimento o Major João Joaquim do Rego Barros, futuro Barão de Goiana, conforme se vê no ofício do Juiz de Paz de Goianinha ao Juiz de Paz de Goiana, que havia requerido sua presença com sua força, para evitar conflitos em Goiana com a gente de Catu que se preparava para marchar para aquela vila, ao que o aludido Major lhe disse que não era mais necessário pois tudo já havia se acalmado. Esta notícia não era verdadeira, como lhe respondeu o mesmo Juiz de Paz, infor-



Nesta fotografia vê-se o Vereador Eulálio Ribeiro dos Santos (em pé) e um amigo, mostrando ruínas desenterradas do porto da Conceição, onde ancoravam as embarcações, depois que faltou água no braço do rio Capibaribe que formava o porto de Goiana porque fizeram uma tapagem no rio Goiana, na altura do Engenho Novo, perto do Capibaribe-mirim.

mando-lhe que "pessoas probas haviam lhe informado que uma porção de povos do Engenho Catu e de Goiana Grande estavam nessa vila para fazer assassínios, prisões arbitrárias, deposição, etc."

"Nessas condições, acrescentou ele, marchava para lá com seu batalhão, pois a vila estava ameaçada na sua ordem pública por intriga e decepções." Este ofício está datado do engenho Miranda, que fica na metade da estrada, mais ou menos, entre Goianinha (hoje Condado), e Goiana onde então morava o Major João Joaquim do Rego Barros, em breve Barão de Goiana, datado de 24 de fevereiro de 1835. (Vej. obr. acima cit., págs. 290 a 291).

*

* *

Está verificado, entretanto, que Antônio Alves Viana não era legítimo Juiz de Paz e por isto o chamavam Juiz intruso porque não fora eleito regularmente para o cargo. Era proprietário, amigo e pessoa de inteira confiança do futuro Barão de Goiana e dono do engenho Goiana Grande que fica mais perto da cidade do que o Engenho Novo, do qual era somente arrendatário, há mais de quarenta anos.

Era o responsável por toda aquela desordem, que uma vez por outra, estava acontecendo em Goiana, pois era ele que, na qualidade de Oficial da Guarda Nacional, instruía seus asseclas, que ia buscar no seu engenho, entre seus trabalhadores "onde os faz aprender o exercício, manejo de armas como se fosse tropa regular e tivesse algum fim hostil". (Obr. acima cit., págs. 257 a 258 e 274 a 276, o 1.º e o 2.º ofícios assinados por Manuel Acióli Dantas d'Albuquerque Castro, Juiz de Paz do 2.º distrito de Goiana, datados respectivamente de 22 de janeiro de 1835 e 15 de fevereiro de 1835).

*

* *

Já em 1835 o Major João Joaquim da Cunha Rego Barros tinha a elevada e merecida aspiração de reunir em torno do seu nome, todos os senhores de engenho de Goiana, que não eram da espécie daqueles a que se refere L.F. Tollenare, nas suas admiráveis "Notas Dominicais". Em seis engenhos que ele visitou no sul de Pernambuco, encontrou essas figuras grotescas que descreveu como sendo os seis senhores de engenho mencionados: viviam de pernas nuas, vestidos de camisa e ceroulas ou de um chambre de chitas, armados de chicote e visitando as dependências de sua fábrica, é

um rei que só descobre em volta de si animais, que são os seus negros escravos, que maltrata, e são os seus moradores, e alguns vassalos inimigos, que são os lavradores. (Obra cit., pág. 85). Isto entre os anos de 1816 a 1818. Mas Henry Koster que visitou Goiana um pouco antes de Tollenare nunca se referiu a senhor de engenho que assim se trajasse e se comportasse de maneira tão brutal com seus escravos.

Visitou o engenho Mussumbu, já bastante distante do litoral, reparou na separação das mulheres da família hospedeira, na hora da refeição, à moda mourisca, mas não reprovou suas vestes, nem a do senhor de engenho, da maneira tão ridícula como o viajante francês encontrou os senhores de engenho dos seis que visitou. (Obr. cit., pág. 83).

*

* *

O futuro Barão de Goiana, usando doutros processos mais elevados e mais convincentes do que os empregados por seu dedicado amigo, conseguiu unificar todos senhores de engenho numa perfeita harmonia de idéias e condutas. O engenho Catu, parece-nos, era uma espécie de ovelha negra no meio de ovelhas brancas e o fato deles divergirem politicamente não era motivo para que não tivessem os senhores de engenho boas relações de amizade.

Naqueles tempos, escreveu o eminente Conselheiro João Alfredo: "Cada família tinha a sua solidariedade natural de sangue, caráter e costumes, observada como um dever religioso, e acima dessa solidariedade particular estava a solidariedade conterrânea pela qual todos se entendiam e cooperavam para o interesse político, para a paz e a importância do seu torrão. Graças a isto houve o movimento irresistível de 1821; graças a isto quando muitos anos depois o senhor do engenho Catu servindo-se de um instrumento insolente e odioso, rompeu a harmonia existente, todos os outros se reuniram e em *proposta pacífica que denotava resolução enérgica* lhe dissemos: compramos-lhe tudo quanto tem, com tanto que se retire; e assim se fez" (Obr. cit. Vej. Analecto Goianense, já cit., vol. IV, *pág*. 185).

Não podemos perceber a razão por que durante tantos anos os senhores de engenho de Goiana, dirigidos pelo Barão de Goiana, guardaram tanto ódio do senhor de engenho Catu que o forçaram a retirar-se de Goiana, de modo pacífico escreveu o douto Conselheiro João Alfredo *mas que denotava resolução enérgica*. Nessa resolução enérgica, está compreendido

um constrangimento feito por dezenas de senhores de engenho. A causa dessa ação foi indicada: servindo-se de um *instrumento insolente e odioso.* Qual foi esse instrumento insolente e odioso não foi esclarecido, o que não deixa de caracterizar um desforço de homens ricos e poderosos contra um cidadão desarmado e de surpresa.

Comparar essa atitude com as dos heróis pernambucanos em 1821, não exergamos qualquer semelhança entre os dois movimentos de ordem coletiva. Isto foi que se pretendeu fazer em 1872 com os liberais, pois liberais era a gente do engenho Catu, como vimos no episódio das iluminárias. Que ele era um homem pobre já sabemos por intermédio de Henry Koster.

Isto só nos faz lembrar a tragédia entre os mascates e os habitantes de Olinda, que ainda há quem sustente que aquilo foi uma manifestação de patriotismo mas, que ambos os grupos respeitavam a autoridade do rei de Portugal, como respeitaram e ficaram quietos. Mero despeito de homens ricos falidos contra homens ricos e endinheirados.

*
* *

Afastado de Goiana o proprietário do engenho Catu, iniciou-se para o futuro Barão de Goiana uma época, como ele desejava, de perfeita harmonia com seus parentes e amigos. A eleição para a Câmara Municipal, escreveu seu genro, o Conselheiro João Alfredo, era uma coisa honesta e leal; escolhiam-se para vereadores, os grandes proprietários e os letrados de maior conceito, a guarda nacional tinha à sua frente as pessoas de proeminência indisputada como o coronel Paulo de Itapirema, o Barão de Goiana, o Barão de Bujari e o comendador Viana (o homem sinistro que levou o Barão de Goiana às situações mais difíceis da sua vida); era instruída por oficiais do exército e disciplinada, fardada e armada. "Tão luxuosamente se apresentavam nas ocasiões mais solenes, registrou o Conselheiro João Alfredo, o comandante superior, o estado maior, os comandantes de corpos e os oficiais, que a impressão daí recebida na puerícia não se nos apagou diante do mesmo aparato nas grandes cidades. Feliz época, dizia ele, que nos infunde a dolorosa saudade do bem perdido". Mas acrescentou: "não tardou que víssemos o seu triste bruxulear: Caiu sobre todos a maldição do proprietário do engenho Catu. E os tempos mudaram e com os tempos os homens". Ele assim descreve a nova fase: "As visitas de assíduas e festivas tornaram-se espaçadas e retraídas; muitas das amizades, antes

íntimas e confiadas, passaram a cerimoniosas e suspeitas, algumas converteram-se em rixas e ódios, a confinidade fez-se distância; o parentesco desnaturou-se para estranhar, e, como acontece nas lutas contra os deveres de sangue, agravou a desavença. Estava quebrado o encontro da união e da força de Goiana, e foi a paixão partidária que desdeu o nó sagrado, "porque a concórdia é santa, concluiu o Conselheiro João Alfredo, e abençoada por Deus". (Obr. cit. Veja-se "Analecto Goianense", vol. IV, pág. 186).

Teria se desfeito toda esperança do futuro Barão de Goiana de criar todo prestígio em torno do seu nome, com a classe dos senhores de engenho e que ele tanto alimentava desde o recuado ano de 1835? Acreditamos que não. O futuro Barão de Goiana era um grande e forte lutador, só não tendo conquistado mais largamente o seu prestígio porque confiou muito na amizade e na inteligência de um homem inescrupuloso como fora o Comendador Antônio Alves Viana, senhor do engenho Goiana Grande até a essas alturas.

Estávamos nos prolegômenos da Revolução Praieira. "O papel preponderante que nisso tiveram Nunes Machado e Urbano, dizia o Conselheiro João Alfredo, bem aparentados e estimadíssimos em Goiana, influiu para que ali repercutisse quase unanimemente o grito dado na capital contra o domínio exclusivo de uma família manchada de infâmias e crimes individuais que agoniaram a alma pura do conde da Boa-Vista e puderam zombar de todos os seus esforços para a justa repressão." (Obr. cit. *ibidem*).

Entre as ações e reações que se estabeleceram no seio dos parentes e amigos daqueles dois chefes praieiros, o Barão atendendo a sua lealdade e integridade de caráter, pronunciou-se a favor do Partido Conservador ao qual os seus adeptos costumavam chamar o partido da ordem e seus adversários o apodavam como o partido dos guabirus pelas ladroeiras praticadas por alguns dos seus partidários, que chegavam mesmo a comprometer a honrabilidade do Barão da Boa-Vista.

Com essa atitude, o Barão de Goiana sabia conscientemente que a cidade de Goiana, em sua grande maioria, era liberal, mas o que mais abalou os seus nobres sentimentos de amigo e parente foi ter rompido politicamente com o Coronel Manuel Paulino, casado com uma sua irmã, seu amigo e compadre, senhor do engenho Pau Amarelo, e chefe dos liberais goianenses.

Com todos praieiros, parentes e estranhos, pôde o futuro Barão de Goiana conservar suas relações de amizade,



Fotografia do leito seco do Rio Goiana, hoje conhecido pelo nome de rio Morto, que após a construção do Canal de Goiana, desapareceu, mas passava pela cidade. Vê-se um pouco d'água, resultado das primeiras chuvas do inverno, onde proliferam muriçocas numerosas.

menos com seu cunhado Manuel Paulino, porque seu rompimento foi completo, avistando-se com ele uma só vez, quando foi visitar sua irmã doente, sendo recebido por ele que o levou até onde se achava sua irmã gravemente enferma, mas não o acompanhando quando se retirou, o que foi cumprido por um dos filhos do dono da casa.

Mais tarde, quando Manuel Paulino sentiu que ia morrer, mandou-lhe um recado por um portador, vaticinando que o seu substituto seria o futuro Barão de Bujari, também conservador e que tentou ser realmente o concorrente do Barão de Goiana na chefia do Partido Conservador local, tendo a contrariar, sempre, os seus propósitos, o Comendador Antônio Alves Viana, com seus projetos e má fé.

*

* *

As previsões do Coronel Manuel Paulino estavam se realizando. As divergências entre os futuros Barões de Goiana e de Bujari já haviam sido pressentidas por D. Pedro II, quando estivera, de visita, a Goiana, no ano de 1859. E a principal causa da divergência entre os dois próceres do Partido Conservador que disputavam sua chefia local, e, depois, tornou-se em verdadeiro ódio mútuo, teve lugar nas eleições municipais para vereadores à Câmara Municipal para o quatriênio de 1857 a 1860. No quatriênio anterior de 1853 a 1856, o presidente da Câmara municipal havia sido o Coronel João Joaquim da Cunha Rego Barros e disputara sua reeleição com o Coronel Antônio Francisco Pereira, ganhando-a este com uma verdadeira gigantesca diferença. A eleicão, como era um imperativo legal, tinha lugar no último ano do respectivo quatriênio anterior e assim sua apuração realizara-se no dia 14 de outubro de 1856, para o quatriênio de 1857 a 1860. O resultado para os dois futuros Barões foi o seguinte: para o Comendador Antônio Francisco Pereira hum mil cento e oitenta (1.180) votos e para o Comandante João Joaquim da Cunha Rego Barros, cento e setenta e seis (176) votos.

Assim estava eleito vereador da Câmara Municipal de Goiana o futuro Barão de Bujari e como fora o mais votado, foi declarado seu Presidente, como era da lei eleitoral, para o quatriênio de 1857 a 1860. (Vej. coleção de ofícios da Câmara Municipal de Goiana de 1854 a 1856, págs. 128 a 130, impressa no ano de 1950).

Este resultado das eleições municipais de 1856 muito irritou o futuro Barão de Goiana que atribuiu ao seu competidor muitas fraudes eleitorais além de coação feita ao eleito-

rado com emprego da polícia, dando-se o rompimento político e pessoal entre os dois eminentes chefes conservadores locais.

Era, então, Presidente da Província o Dr. Sérgio Macedo, homem moderado, verdadeiro doplomata pelas boas maneiras com que dirigia seu governo. De tal maneira se agastou o futuro Barão de Goiana com o apurado das recentes eleições municipais que o Presidente, sempre cortês e prudente, embora preocupado pela possibilidade de um movimento antinativista com os portugueses de Goiana, que o eminente Conselheiro João Alfredo procurou dissuadí-lo, afirmando-lhe que aquele boato não tinha qualquer procedência, pois proviera de uns comentários que haviam sido distribuídos em papéis avulsos, censurando alguns portugueses que infringindo o costume geralmente observado na Província, haviam intervindo na luta eleitoral que se procedera, desconfiados ainda de que havia, antigamente, o Deputado Francisco Carlos Brandão afirmado na Câmara dos Deputados, que deveria ser concedida a nacionalização do comércio a retalho, mas nisto ele não mais insistira, não havendo motivo para essas preocupações. Mas os fatos vieram provar, no futuro, que o alarme dado tinha fundamento porque os portugueses vieram a sofrer algumas sevícias, foram obrigados a se mudar de Goiana, por uns indivíduos que se diziam patriotas mas a que davam o nome de caceteiros, porque usavam uns cacetes com os quais espancavam os lusos, arrebentavam o que podiam nas suas casas comerciais, sem que as autoridades policiais se preocupassem em defendê-los, e, por isto, viam-se obrigados a fugir ou procurar o amparo em casa de algum brasileiro amigo.

Os portugueses nunca procuraram se imiscuir no trabalho de eleição dos brasileiros sendo apenas amigos do futuro Barão de Bujari com quem mantinham relações de amizade.

Raro era o senhor de engenho que tratava polidamente os lusitanos, embora eles o recebessem respeitosamente. Mas o que propalaram contra os portugueses e chegou ao conhecimento do Presidente da Província era muito menos do que realmente acontecera. O Presidente, ele mesmo, chamara o futuro Barão de Goiana a palácio para tratar com ele pessoalmente sobre o assunto.

O encontro, porém, fora pouco cordial.

"A paz dependia exclusivamente da polícia, queixara-se o eminente Conselheiro João Alfredo, e entretanto foi para o Barão de Goiana, que o Governo se voltou chamando-o à fala. Para significar que ia a palácio a serviço público, o barão de Goiana, que era comandante superior da guarda nacional,

apresentou-se fardado com os seus ajudantes de ordem". "Mas quando se despediram o fizeram cerimoniosamente." (Vej. obr. cit. em Analecto Goianense, vol. IV, pág. 192).

Nada mais expressivo. Estava lançada a sorte, aproveitando uma frase de César, quando atravessou o Rubicon. Dependia a sorte dos portugueses de Goiana, apenas, do que fosse mais forte.

*

* *

Após as eleições municipais, vieram as eleições para os novos deputados às Assembléias Provinciais e à Câmara dos Deputados.

Os candidatos à Câmara dos Deputados, cuja eleição maior interesse despertava, já estavam escolhidos e seria a última pela qual se interessaria, como conservador, o Barão de Bujari, na hipótese de não conseguir elegê-lo, e que seria o já conhecido político Sousa Carvalho. As eleições deviam obedecer ao sistema adotado pela então conhecida Lei Saraiva, isto é, que cada distrito seria formado por duas freguesias, sendo Goiana e Nazaré formadoras de um distrito e Nazaré seria a última, onde se definia a sorte do candidato, se era vencedor ou derrotado.

Realizadas as eleições nas duas freguesias a vitória coube ao candidato do Barão de Goiana que venceu seu concorrente pela maioria de um voto.

A partir daí, o futuro Barão de Bujari não mais conseguiu vencer em eleições, em Goiana, com exceção de uma para a Câmara Municipal. O Conselheiro João Alfredo depois de mostrar as vitórias conquistadas por seu tio e sogro, o futuro Barão de Goiana, concluiu no seu já muitas vezes citado trabalho: "A esta altura extrema na qual em 1861 o barão de Goiana ficou senhor do campo, seguiram-se a liga dos conservadores dissidentes com os liberais, a sua fusão em partido progressista, a difusão em grupos entre si disputando o poder e por fim a refusão quando o governo passou aos conservadores em 1868". (Vej. "Analecto Goianense", vol. IV pág. 196).

Acreditamos que em 1861 o futuro barão de Goiana tivesse atravessado o Rubicon. Mas não havia conquistado ainda Roma, isto é, esclarecendo a comparação, não havia conquistado a cidade de Goiana. É verdade que de 1861 a 1864 o futuro Barão de Goiana fora eleito vereador e Presidente da Câmara Municipal de Goiana, estando no poder o Partido Conservador.

Mas no dia nove de janeiro de mil oitocentos e sessenta e cinco quem era o Presidente da Câmara Municipal de Goiana era o futuro Barão de Bujari, Antônio Francisco Pereira, que continuou a exercer o seu cargo, se é que, pela doença, não fora afastado alguns dias, até 6 de dezembro de 1868, quando faleceu, sendo sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Amparo, segundo nota de rodapé de Guilherme Auler, no "Diário" de D. Pedro II, na sua visita a Goiana. (Obr. cit., pág. 93).

Na mesma nota ainda informa o mesmo autor que ele fora nomeado Barão de Bujari em 23-11-1867.

Acontece que, quando o Barão de Bujari fora eleito vereador e Presidente da Câmara Municipal de Goiana, quem estava no poder era o Partido Conservador, no ano de 1864 e quem era o Presidente da Câmara Municipal era o Barão de Goiana, pois as eleições para o período governamental de um vereador e Presidente da Câmara Municipal, que era de quatro anos, era feita no último ano do quatriênio anterior, quer dizer o ano final da administração do Barão de Goiana, que foi no ano de 1864, começando a do Barão de Bujari em 1865, mas terminando seu quatriênio, faltando alguns dias, porque faleceu de moléstia de que não temos notícia (Vej. Coleção dos Ofícios da Câmara Municipal de Goiana dos anos 1858 a 1864 em combinação com as notas acima mencionadas de Guilherme Auler).

É interessante registrar que quando o Barão de Bujari esteve na Presidência da Câmara Municipal estava no poder o Partido Conservador, 1866, quando foi substituído pelo Partido Liberal, presidido por Zacarias de Góes Vasconcelos que, por sua vez, foi substituído em 1868, pelo Partido Conservador, presidido o Ministério por Joaquim José Rodrigues Torres, não sendo nomeado Ministro o Conselheiro João Alfredo que só foi nomeado no seguinte governo do Partido Conservador, no ano de 1870, que fora presidido por José Antônio Pimenta Bueno, sendo o Conselheiro nomeado Ministro do Império, continuando em outro Ministério presidido por José Maria da Silva Paranhos que durou até o ano de 1875, quando foi nomeado outro Ministério do Partido Conservador, para o qual não fora mais nomeado o Conselheiro João Alfredo e foi seu Presidente Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, o Patrono do Exército.

Sendo assim, a cidade de Goiana não foi dominada ainda pelo Barão de Goiana porque, quando isto estava acontecendo faleceu, pode-se dizer, quase repentinamente por uma cardiopatia. Sobre as épocas das mudanças dos Ministérios e quem

os compunha, vej. "História do Brasil" de Mário da Veiga Cabral, de fls. 345 a 347.

O Barão de Goiana foi titulado nobremente em seis de julho de 1870, tendo ficado como chefe único do Partido Conservador de Goiana, com a morte do Barão de Bujari, que, aliás, nos seus últimos dias, havia se transferido para o Partido Liberal que, em número de adeptos, na cidade de Goiana, havia superado, em muito, o número dos eleitores pertencentes ao Partido Conservador.

*

* *

Não saiu das memórias das pessoas mais acauteladas os avisos que foram recebidos pelo Presidente da Província e os avulsos espalhados pela cidade, advertindo a todos que os lessem que os portugueses iriam ser molestados para que se retirassem de Goiana e que quem iria se encarregar dessa missão seriam os liberais e faziam referência aos insultos e provocações que vinham fazendo os brasileiros aos comerciantes lusos ou a seus empregados.

O Almanaque de Goiana, de autoria de Ângelo Jordão, genitor do escrevinhador deste trabalho, editado no ano de 1930 e n.º único, à fls. 207 escreveu: "Cartel de desafio, repetidamente, (pelos brasileiros), era entoada a quadrinha:

"Marinheiro pé de chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem te deu tanta ousadia
De casar com brasileira?"

Era ele casado com uma neta de um casal que viera da cidade do Porto, em Portugal, para o Recife, a fim de que o marido se estabelecesse com o ramo de vender fazenda, o que fez. O informante, pois, tinha razão para conhecer o que havia ocorrido com os portugueses, principalmente comerciante, desde o ano de 1872. 1883

Por outro lado, ele, o informante, era sobrinho de uma senhora casada com um filho de um português que residia em Goiana e ambos, que assistiram as violências cometidas pelos patriotas mais conhecidos por caceteiros, narraram os fatos que assistiram, a seu filho Aurélio Domingues, médico, escritor, poeta, que, por vários anos fora diretor da Seção de Estatística de Pernambuco, e anos depois ele publicou um livro sob o título de "Passado" onde relatou, minuciosamente, tudo que, então, se passara. Nesta referida obra sustentara ele,

com apoio nos fatos, que a patriotada não tinha qualquer ligação com as farpadas que dois grandes escritores portugueses — Eça de Queiroz e Ramalhão Ortigão — deram em D. Pedro II, Imperador do Brasil, quando nas próximas datas desta época, estivera visitando alguns países europeus dando tantas gafes na pragmática daqueles países, e, por isto, levando-o ao ridículo, que fazia rir qualquer pessoa que as lesse.

Neste sentido escreveu ele: "Alguém já me disse que a patriotada teve por motivo artigos d'"As Farpas" de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, datadas de fevereiro e julho de 1872. Escasso motivo. A coisa se explica melhor por motivos de outra ordem. Por que ir tão longe à busca de uma explicação que estava tão perto?"

*

* *

Estamos de pleno acordo com Aurélio Domingues, sem qualquer influência do nosso parentesco.

O que firmou a nossa convicção, nesse particular, foram os antecedentes de ordem política, as rivalidades que se estabeleceram entre os dois referidos conservadores e as famílias dos senhores de engenho com as da cidade, que Henry Kost reparara e anotara no seu precioso livro, atrás citado.

Não tenhamos dúvida que o Barão de Goiana não gostava dos portugueses comerciantes de Goiana que eram muito amigos do Barão de Bujari e muito o ajudavam na época das eleições. Aqueles avisos anônimos que foram publicados contra os portugueses por eles terem, nas últimas eleições municipais, muito ajudado ao Barão de Bujari, que venceu o Barão de Goiana por larga margem de votos e sua irritação, por este motivo, revelada pelo Barão de Goiana, bem como as desconfianças e suspeitas alegadas pelo Presidente da Província que temia uma manifestação nativista contra os mencionados lusitanos, tudo isto demonstra a injusta prevenção do Barão de Goiana, com os portugueses somente, porque eles eram amigos do Barão de Bujari, concorrente do Barão de Goiana na sua justificada vontade de ser chefe do Partido Conservador em Goiana, o que muito merecia pelos serviços prestados e pela sua lealdade partidária.

*

* *

Como já expusemos, desde 1835 que o Barão de Goiana vinha se esforçando para unificar toda classe dos senhores de

engenho de Goiana, num só bloco, à maneira do que aconteceu em 1821, graças ao que conseguimos devolver Luís do Rego a Portugal, como lembrou o eminente Conselheiro João Alfredo, no seu já citado trabalho. Isto lhe era uma verdadeira obsessão. Era seu sonho, porque queria que Goiana se projetasse no grande cenário político nacional. Desta arrojada empresa encarregou seu íntimo e dedicado amigo Comendador Antônio Alves Viana, homem inteligente, arguto, de pronto raciocínio, discreto, não encontrando dificuldades que não lhes desse uma solução.

A primeira medida seria afastar o proprietário do Engenho Catu de Goiana. Ele se dedicou a essa faina arrojada por muito tempo num esforço sobre-humano até que, por um ato coletivo de todos os senhores de engenho de Goiana, compraram todo seu patrimônio e ele se retirou de Goiana sem qualquer resistência.

Depois vieram as dissenções que não eram esperadas, a do Coronel Manuel Paulino do Engenho Pau Amarelo, as embirrações com os portugueses de Goiana, as concorrências do Barão de Bujari à chefia do Partido Conservador e seu crescente prestígio, na cidade, elegendo-se e elegendo seus amigos para vereadores da Câmara Municipal e a construção de uma barragem no braço do Capibaribe-mirim, no Engenho Novo, do qual era arrendatário o já conhecido Comendador Antônio Alves, concorrendo para que o mesmo braço do rio secasse e as embarcações não pudessem chegar ao porto de Goiana, o que finalmente se realizou, tendo sido perdido todo seu esforço porque o Barão de Goiana lhe dava todo apoio, ao Comendador, já se vê.

Por último morre o Barão de Bujari, o genro e sobrinho Conselheiro João Alfredo entra no Ministério como Ministro do Império e o Barão de Goiana assumiu a chefia do Partido Conservador da sua dileta terra, esperança de longos anos. Em 1872, deveria ser renovada a Câmara Municipal, com a eleição, neste ano, dos vereadores que deviam integrá-la durante quatro anos, que seriam de 1873 a 1876. A batalha seria desvantajosa com a presença do Partido Liberal e a presença dos portugueses. Que fazer? O Comendador Antônio Alves Viana tinha seus planos, polícia a sua disposição e um Juiz Municipal reto como um anzol. Tudo pronto e resolvido. As primeiras provocações e insultos já haviam sido postos em execução. Agora vinha a ação maior. As eleições sempre eram feitas no segundo semestre do último ano da administração

anterior e o mês de agosto ia começar. Reúnem-se pela madrugada os caceteiros, já devidamente preparados e escolhidos por quem era oficial instruído por oficiais do exército, e os desordeiros já estavam avisados para que pusessem em ação sua valentia profissional e para os necessários distúrbios e desordens que alarmam a gente de boa educação, e a polícia avisada para não fazer nada e dizer que o número de praças era deficiente e ajudar, se possível, aos caceteiros, que eram os patriotas que iam disputar o seu direito de nativista. A cena era empolgante mas a encenação se tornaria em tragédia. Esta era a tragédia concebida pelo talento fecundo de Antônio Alves Viana.

*

* *

Mas ele também tinha outras habilidades para os trabalhos eleitorais, ninguém mais do que ele conhecia meios e modos de fraudar uma votação ou de apurar uma votação. Era exímio nessas trapaças. Edmundo Jordão escreveu umas crônicas para o Almanaque de Goiana e entre elas uma que se refere a uma fraude bem orientada que ele praticou em uma das eleições realizadas em Goiana, da qual foi o presidente da mesa. Escreveu Edmundo: "As fraudes eleitorais são antigas... Nesse particular a Monarquia não tem que pedir contas à República. Ambas se entendem bem no assunto. O Comendador Antônio Alves Viana, antigo rendeiro do Engenho Novo de Goiana, foi um conservador de quatro costados.

Era seu adversário político o doutor Viriato Aurélio da Cunha Gouveia, que por mão dos liberais, chegou a ocupar elevados cargos na magistratura pernambucana. Na sacristia da nossa Igreja Matriz fazia-se um pleito agitadíssimo. A horas tantas o mesário encarregado de fazer a chamada dos eleitores, pronunciou solenemente o nome do doutor Viriato Aurélio da Cunha Gouveia!

— Presente: respondeu um negro malamanhado que se comprimia entre os votantes (sensação). Ao apresentar-se aquela original *encarnação* do conhecido magistrado e fervoroso liberal à mesa que colhia os votos, surgiram por parte dos liberais os mais veementes protestos contra a burla. O Comendador Alves Viana, que presidia a maioria da mesa disse displicente, àquele "Doutor Viriato" de última hora: Pode

votar. O seu nome está certo. E explicando: esse doutor é apelido. E o negro votou mesmo."

*
* *

Ora, para se elaborar tão rapidamente semelhante solução é preciso que se tenha bastante inteligência, desenvoltura e sangue frio, sobretudo uma moral flexível... Esse Comendador era mesmo um homem extraordinário para as empreitadas desse gênero.

Mas o que vinham a ser os patriotas e o que eles desejavam fazer?

Eram uns desordeiros acompanhados de uns caceteiros, trabalhadores de engenho que se destinavam a agredir, provocar, insultar, seviciar os portugueses a fim de que eles abandonassem a cidade. Seriam os portugueses gente da mesma classe dos patriotas e caceteiros? Não, eram empregados, na sua grande maioria, nas casas comerciais dos portugueses, quando não eram os próprios comerciantes, homens úteis, trabalhadores, alguns dos quais ricos, graças a seus esforços e seu espírito de poupança.

Eduardo de Lima Castro que foi um rico comerciante e Prefeito do Recife, filho de português, bem definiu essa classe de patriotas caceteiros em seu livro "Memórias de um Político Pernambucano."

Escreveu ele: "Pouco depois de meu pai casar, deu-se em Goiana, a revolta conhecida por "Patriotada", dos patriotas goianenses, então chamados "caceteiros", que moviam uma cruel perseguição aos portugueses ali estabelecidos, forçando-os a sair da cidade. Quase todos, entre eles meu avô materno Antônio Domingues de Sousa, se retiraram. Meu pai, porém, temperamento impávido e zeloso de sua nacionalidade, cuja coragem não toleraria que fosse posta em dúvida, permaneceu juntamente com seu irmão mais moço, Antônio. Os dois pela robustez, sua coragem e força física, fizeram-se impor ao respeito dos "patriotas" e ficaram. Meses depois meu pai retirou-se para Recife, responsabilizando o chefe da "patriotada" pelo que pudesse acontecer ao seu irmão que ficava incumbido da liquidação da casa comercial, e que passou a morar no convento do Carmo com seu amigo Frei Joaquim do Amor Divino, frade alegre e folgazão dado a aventuras, muito popular entre os goianenses a quem, devido ao seu destemor, puseram a alcunha de Frei "Pistola". Um domingo pela manhã, estando em sua companhia na porta da cerca do convento, passou um

dos patriotas de ar insolente, trunfa levantada e chapéu de banda (tipo verdadeiro dos valentões de Goiana, só faltando o gingado no andar) que o saudou desconhecendo inteiramente o seu companheiro. O frade chamou-o e ordenou-lhe com severidade: — Tire o chapéu a este marinheiro, senão...! Marinheiro era o nome escarninho que davam aos portugueses, esquecendo-se de que era o seu maior título de glória.

O "caceteiro" cumprimentou humildemente meu tio e afastou-se cabisbaixo."

Está aí exatamente perfilado, incluindo-se o gingado do corpo, que espécie de gente era a dos patriotas de Goiana com que tanto se preocupou a imprensa nacional de norte ao sul. Pelo padrão podemos conhecer, ou mesmo identificar quem escolheu, quem preparou os patriotas, armando-os de cacete, e quem organizou a patriotada. Não foi outro senão o que preparava os desordeiros que por vários anos perturbaram a ordem em Goiana com sua luta contra a gente de Catu e que continuava morando no Engenho Novo, do qual fora rendeiro por mais de quarenta anos, do qual não foi enxotado porque o Barão de Goiana, amigo leal e homem de bom coração, pagou todas suas dívidas, comprou o engenho que pertencia a Portugal e o deixou morando lá, onde morreu, em que tempo não sabemos, mas que podemos afirmar que foi depois da morte do Barão, pois dissera o Conselheiro João Alfredo que ele, ao vê-lo morto, disse que ele é que devia morrer no seu lugar, quer dizer, que ele o sobreviveu... Bem diz o povo, vaso ruim não se quebra... (Vej. Analecto Goianense, vol. IV, pág. 160).

Com esses dados, fácil é descobrir o X do problema: era o Comendador Antônio Alves Viana quem instruía os homens para suas agressões ao pessoal de Catu que ele queria botar para fora de Goiana e quem organizou a patriotada com o mesmo material humano que lhe era familiar: os desordeiros de Goiana, os que à frente da banda de música, a Curica, que era do grupo conservador, desafiava os da outra banda de música, a Saboeira, saltando e gingando, à frente dela e gritava, desafiando o contrário: "quarto"! Se na redondeza havia algum afeiçoado da banda de música "Saboeira", que era do grupo dos liberais e arrastava mais gente, acompanhando-a, respondia "espanha"! A luta estava travada, saindo dela muita gente ferida a cacete — daí o nome de caceteiro — ou a faca, quando não se registrava alguma morte, o que não era raro.



Fotografia do Canal de Goiana tirada na primeira década deste século, construído em linha reta, da ponte existente no começo do porto do rio Goiana até as embocaduras do rio Capibaribe-mirim e Tracunhaém, onde fica o porto de Japomim, e, por isto, nesta parte, chamava-se assim o começo da embocadura do rio Tracunhaém

Temos, desta maneira, o fio da meada nas mãos, vamos agora desenrolá-la...

*

* *

Antes de dar início ao desfecho da projetada *patriotada* que pelo material humano de que se compunha, segundo a informação de Eduardo de Lima Castro, que o concretizou apresentando-nos um exemplar, e nós o conhecíamos por intermédio dos nossos antepassados, bem poderíamos chamar *canalhada* que é expressão autorizada pelos nossos lexicógrafos, queremos, antes, completar o que interrompemos nos começos do presente capítulo, que era a resposta que os portugueses davam aos brasileiros nas suas farras lunares, quando se achavam ofendidos ou insultados. À quadra que os brasileiros os definiram como marinheiros pés de chumbo, calcanhar de frigideira, eles responderam com esta já muito gasta, tendo talvez mais de um século, pois ela é de origem paraibana, quando andávamos às turras, com os paraibanos, chamando-os de Satanás com coto (tintam cortado o rabo de Santanás) e daí dizíamos que todo paraibano tinha coto ou cotoco. Eles então nos mimosearam com esta quadra realista, ao tempo em que foi pronunciada, quando em Goiana estava sobrando o paludismo, que era tanto, que enviamos um bocado para lá, de que ainda há amostras por aquelas praias que foram nossas e que, não sabemos dizer, se Portugal ou Espanha, por ambição, esbulhou-nos. A quadra foi a que se segue:

"Amarelo de Goiana
Come sapo com banana;
Cai aqui, cai acolá,
Sempre vai cair na lama."

*

* *

Os senhores de engenho, naqueles tempos, com honrosas exceções, eram geralmente mal vistos, mormente pela classe média, que era a mais numerosa e pelo povo de modo geral, não porque, por si mesmos fossem maus, mas porque eram orgulhosos, por serem donos de grandes propriedades, embora algumas delas ficassem, em grande parte, inaproveitáveis, como nos demonstrou Henry Koster, quando visitou o engenho Catu. Escreveu o notável inglês, que nascera em Portugal, mas que ele próprio dizia que sua pátria era a Inglaterra, grande amigo do Brasil, do qual teve saudade quando

voltou à sua terra: "O engenho Catu, perto de Goiana, está nessa situação (de fraca situação econômica). O proprietário reside nos arredores da casa grande, ou residência principal, e a única vantagem que lhe advém da posse de um domínio tão vasto quanto excelente, está no fato de morar num recanto da propriedade e de receber uma insignificante quantia em dinheiro. Pudesse ele vender uma parte e, imediatamente, teria quantia suficiente para melhorar suas condições e toda propriedade ganharia melhoramentos, porque o ocupante tinha todo interesse no desenvolvimento local. "E conclui o ilustre escritor: "Poderia citar muitas outras propriedades que estão em posição idêntica". (Obr. cit., pág. 437).

Os senhores de engenho, porém, mesmo sendo pobres, eram sempre orgulhosos, prepotentes, mandões, egoístas, só considerando os indivíduos de sua classe, embora em seus lares fossem hospitaleiros, tratáveis, generosos e até esmoleres. Era o regime da Casa Grande, espécie de reinado onde só quem mandava era o dono da coroa...

*

* *

Fora dos seus domínios, em Goiana, eles só tinham o valor e o respeito que merecessem, por si mesmos, notadamente por suas qualidades morais e intelectuais.

Muitas vezes, já rapaz, no regime republicano, tomando parte nos pleitos políticos da nossa querida terra, ouvimos surgir do meio da multidão, um grito de protesto contra alguma expressão de um senhor de engenho que houvesse ferido a suscetibilidade do auditório, ou de alguém que estivesse ouvindo: "mas não sou da sua bagaceira", o que era recebido com muitas palmas.

Isto é inato no caráter altivo e independente do goianense!

O Barão de Goiana não era uma criatura bem vista e estimada na cidade de Goiana, que lamentamos, por excesso de poderio, embora fosse muito confiante nos seus amigos, e o Coronel Manuel Paulino, seu cunhado, quase na hora extrema, mandou-lhe um recado advertindo-o. Ele, porém, em lugar de ouvir a palavra de um homem de bem deixou-se entregar de corpo e alma a um malabarista capaz de todas trapaças mesmo que o resultado fosse ou redundasse num grande mal que lhe prejudicasse a carreira política que encetou e mareasse de qualquer forma o seu já aureolado nome de homem enérgico, trabalhador, dedicado à sua família e à sua terra, como ninguém dirá o contrário.

Mas, aproveitando a bela situação política que desfrutava, com um genro e sobrinho ocupando um Ministério dos mais importantes no Governo de D. Pedro II, senhor de todas posições políticas, administrativas e policiais, tendo Goiana nas mãos, entendeu de afastar dali os portugueses, onde estavam os maiores e melhores esteios da sua riqueza e, além disto, por toda maneira, reduzir o Partido Liberal de Goiana, empregando atos da maior violência contra seus líderes, quando um deles, dos que tinham maior prestígio, era seu sobrinho e filho do homem pelo qual mais sofrera quando teve de se afastar dele, por imperativos políticos, e essa mágoa sentiria no seu coração, enquanto vida tivesse. Entretanto não vacilou em permitir que ele fosse metido na enxovia por atos que não praticou, preparando verdadeiros sicários, armando-os de cacete como se ele fosse um desordeiro comum, obrigando-o a ocultar-se abandonando mulher e filhos, para não morrer nas mãos dos bandidos desenfreados, ébrios de sangue, tudo isto aumentado com a costumada cachaça dos facínoras.

Não, este homem tão nobre nas suas corajosas atitudes não queria semelhante monstruosidade na terra que amava com ciúmes e com egoísmo... de uma criatura excessivamente apaixonada.

*

* *

As duas grandes classes, a urbana e a rural, iriam se encontrar. Desde os princípios que viemos afirmando: Goiana, como aconteceu contrariamente no sul do Estado, não se formou ou se criou à sombra das Casas Grandes. Seus habitantes nunca conheceram Senhor, nem as Sinhás ou Sinhazinhas. Seu espírito sempre foi livre, de iniciativa própria. Os senhores de engenho tinham o seu meio próprio e à parte. A cidade possuía seus artistas, seus artesãos, seus mecânicos, seus letrados, seus doutores, seus advogados. O seu ambiente era mais elevado, onde existia seu teatro, suas sociedades dançantes e foi na sede de uma delas — a Terpsicore — onde se hospedou D. Pedro II, quando a visitou em 1859 e onde Silva Jardim plantou, para nunca mais emurchecer, a República, conduzido até a cidade pelo jovem acadêmico de Direito Amaro Rabelo, rebento de uma grande e ilustre família goianense que em parte, tem se dedicado à agricultura, mas que ele e seu irmão José Rabelo já haviam ouvido as palavras de Tobias e de outro excelso Mestre, Martins Junior, que tinha muita imaginação, porém que ia ao fundo buscar os ideais que os pregoeiros assoalhavam e

que Goiana aceitava porque o Brasil não podia continuar a viver dentro daqueles princípios estreitos e personalíssimos de Barões, Condes e Duques, dos pseudos nobres e fidalgos que Benjamin Constant deixou de parte e pregava aos moços da Escola Militar outros destinos na sua formação militar, política e cultural, sintetizados nessa fórmula que está gravada no nosso pavilhão nacional: "Ordem e Progresso".

Não, o espírito de Goiana não se coadunava com o da Casa Grande, ia sempre na vanguarda das elevadas aspirações e das grandes idéias.

Mas isto só nos fins do século XIX?

Não, ela nasceu assim, formou-se assim, livre, independente, altiva, senhora do seu destino, dona de si mesma. Vivia do seu próprio esforço, do seu trabalho, da sua capacidade criadora, da inteligência dos seus filhos, do seu amor à liberdade, confiada em si mesma e por isto teve seus heróis e suas destemidas e corajosas heroínas.

É este o nosso passado e voltaremos a ele com o nosso futuro mais brilhante e progressista.

Paulo Cavalcanti em seu já consagrado livro, já citado por várias vezes, disse verdades incontroversas, embora com algumas das quais não concordamos, por ligeiras divergências. "Politicamente, escreveu ele, o município de Goiana era dominado pelos senhores de engenho, através do Partido Conservador, embora pela influência da pequena burguesia urbana, se constituísse em reduto dos liberais, contudo os vermelhos (os conservadores), como no tempo da Praia era conhecido, é que forneciam ao governo do Império e das Províncias, aos corpos legislativos e às agremiações partidárias, os barões, os conselheiros, os senadores e deputados.

As relações do povo da cidade com os senhores de engenho não eram boas. As idéias progressistas, as campanhas cívicas, emancipadoras, a denúncia do clima de violência nos "eitos" e nas "senzalas" cavavam profundas contradições, no tempo político entre a urbe e o campo"" (Obr. cit., edição portuguesa, pág. 144).

Como dissemos acima, Paulo Cavalcanti disse muitas verdades mas ressalvamos o que está contido no seguinte período: — "Contudo os vermelhos é que forneciam ao governo do Império e das Províncias, aos corpos legislativos e às agre-

miações partidárias, os barões, os conselheiros, os senadores, os deputados".

*

* *

Para que justifiquemos ao preclaro escritor pernambucano o motivo pelo qual discordamos unicamente deste seu ponto de vista, acima aludido, é que entendemos que não era só o Partido Conservador que nomeava, ou indicava, ou apresentava os candidatos aos cargos, à senatoria, à deputação, aos cargos nobiliárquicos; ele, o governo do Império, fazia seu jogo, conforme seus interesses personalíssimos, dentro dos termos notados e indicados por Manuel Bonfim no seguinte trecho: "Já o notamos: não foi Pedro II quem provocou o desvirtuamento, a corrução, a inanidade de idéias, da política nacional; foi, porém, quem lucrou definitivamente com isto, para reinar como poder incontrastável; foi quem sistematizou os processos corrosivos de caracteres; foi quem presidiu e conduziu toda a subseqüente degradação da vida pública, em liberalismo vazio e insincera legalidade. O adolescente do quero já, correspondeu à revolução que o elevou." ("O Brasil", pág. 250, edição de 1935).

No ano de 1867, perguntava o "Diário de S. Paulo" por que fora contrariado nos seus interesses políticos: "Há ainda quem espere alguma coisa de D. Pedro II?"

Para o monarca brasileiro, respondeu o próprio jornal conservador, só há uma virtude:— o *servilismo*! Para os homens independentes e sinceros — o *ostracismo;* para os *lacaios e os instrumentos de sua grande política — os títulos e as condecorações*. (Cit. por Oliveira Viana, "O Ocaso do Império", pág. 51).

E agora vejamos a manobra do imperante quando estava enjoado do *servilismo* dos políticos do Partido Conservador ou do Partido Liberal que usavam os mesmos prcessos nas eleições e que foi usado pelo Partido Conservador de Goiana nas eleições municipais de 1872, aliás sem mais necessidade, porque o Partido Liberal local já havia desistido de concorrer às mesmas eleições porque não eram só os portugueses que estavam sendo espancados barbaramente, eram também seus correligionários e o melhor mesmo era deixar sozinhos os caceteiros pois seus votos eram mais seguros e decisivos para a vitória dos seus mandantes!!

Ouçamos o nosso historiador, que aprecia tanto Pedro II: "Em julho de 68, escreveu Oliveira Viana, caía o Gabinete de Zacarias com uma Câmara unanimemente liberal. Esta

CAPÍTULO XVII

A FRUSTRADA AQUISIÇÃO DE UMA ESTRADA DE FERRO PARA GOIANA. O AUMENTO DE SUA DECADÊNCIA. O ROMPIMENTO POLÍTICO DE BARBOSA LIMA COM MARTINS JÚNIOR. O CONSELHEIRO ROSA E SILVA DOMINA A POLÍTICA DE PERNAMBUCO. O BARÃO DE LUCENA PRETENDEU SUBSTITUIR DEODORO DA FONSECA MAS A SUBSTITUIÇÃO É FEITA LEGALMENTE PELO VICE-PRESIDENTE FLORIANO PEIXOTO, O CONSOLIDADOR DA REPÚBLICA.

Em 1852, em ofício dirigido ao Presidente da Província, a Câmara de Goiana reclamando sobre o mau estado em que se encontrava o Capibaribe-mirim, que tinha um braço que passava em Goiana, o qual constituía seu porto, dá-nos notícia exata da grandeza do seu comércio e da extensão da zona onde seus comerciantes tinham a sua freguesia, que a movimentava e enriquecia, tornando-a a primeira cidade do interior de Pernambuco. Informa-nos pois, o aludido ofício, depois de alegar o péssimo estado do seu movimentadíssimo porto até então: "a tal ponto tem chegado esse entulhamento que quase se vai tornando desnecessária a ponte ultimamente acabada sobre o mesmo rio, nesta cidade, porque a água aí apenas sobe a altura de três palmos, ou, talvez, menos, nas marés cheias; pelo que se vê, que com a abertura do mencionado rio na distância de duas léguas, se conseguiria um melhoramento espantoso para esta Câmara, e por conseguinte para a Província, podendo ser feito por meio de embarque o transporte do açúcar de mais de setenta engenhos, que a Câmara conta, de muitos da Câmara de Nazaré, tendo, por conseguinte, de fazer o embarque de

mais de *sessenta mil arrobas de açúcar, e outros objetos diferentes, que a Câmara exporta, sendo que pelas relações em que se acha ela com o centro da Província e com as Províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte, se tornaria o foco de comércio com esses pontos do Império,* se houvesse um meio fácil de transporte para essa Capital, onde os comarcões se provêem no abastecimento para suas transações". (Vej. Coleção de Ofícios da Câmara Municipal de Goiana, anos 1832 a 1834, pág. 4 a 6, publicada em 1950).

Isto dá uma idéia precisa da intensidade do comércio de Goiana, pela vastidão da zona com a qual comerciava, fazendo-se o transporte de mercadorias, de ida e volta das embarcações que se destinavam ao porto do Recife, pelo rio de Goiana, do qual o rio Capibaribe-mirim era um dos formadores.

Em futuro não muito distante essa zona comercial seria reduzida.

As estradas de ferro já começavam a ser assentadas. Escreveu Oliveira Lima que a primeira estrada do Brasil foi a de Mauá (Porto da Estrela) à Raiz da Serra (15 k.), inaugurada em dez de abril de 1854, devido à iniciativa de Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá, benemérito da indústria e do comércio. A segunda, de capitais ingleses, foi o trecho do Cabo (Pernambuco, 31 1/2 k.) da estrada de S. Francisco, inaugurada a 9 de fevereiro de 1858. ("O Império Brasileiro", pág. 206).

Devemos ao Visconde de Mauá esse início de progresso social e econômico, e com ele, em breves dias, viria a desarticulação do domínio e da prepotência dos senhores de engenho com seus ideais rotineiros e excessivamente conservadores, conseqüentemente a mal montada gangorra que tanto retardou a evolução e o desenvolvimento do Brasil por mais de dois séculos, que as revoluções de 1817 e 1848, embora não vitoriosas, semearam as sementes e mostraram a estrada larga da liberdade dos escravos e da adoção do regime republicano, como era da aspiração do povo brasileiro.

Escreveu Azevedo Amaral: "No Brasil do século XIX, a figura e a obra de Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá, equilibram isoladas em uma concha de balança do historiador, todo o resto do Brasil Imperial, que repete na antiga cocheira do Conde dos Arcos e na cadeia velha colonial as lições mal aprendidas do parlamentarismo inglês, traduz o movimento romântico de um indianismo sem contacto com as realidades da história nacional e pretende tornar-se o árbitro

e o modelo da civilização sul-americana, enquanto na sua capital hospeda todos os flagelados mórbidos e vive no desconforto e na falta de asseio que faziam um viajante americano mostrar-se surpreso, diante da complacência com que seres humanos suportavam tais condições". ("Ensaios Brasileiros", pág. 154 a 155, edição de 1930).

A verdadeira causa apontada por Azevedo Amaral como motivo desse atraso em que se vinha debatendo o Brasil, tinha "sua origem na mentalidade a que antes nos referimos, diz ele, e na qual se exprime a inércia do espírito agrário, adverso a todas as transformações econômicas que se afiguravam capazes de alterar o *statu quo* social, que assegurava aos proprietários territoriais predomínio absoluto na direção política do Brasil". (*Ibidem*, pág. 158 a 159).

*

* *

A patacoada a que se convencionou chamar "Patriotada", acontecida em Goiana, no ano de 1872, não foi somente impulsionada por motivos de ordem política, teve também sua faceta de natureza econômica.

Já dissemos que Goiana não se formou à sombra das "Casas Grandes", que não conheceu Senhor, nem Sinhá, nem Sinhazinhas, nem muito menos freqüentou senzalas, nem conheceu o tronco com que se castigavam os escravos e que duas classes cresceram paralelamente, na sua evolução histórica, que foram a ruralista, onde predominavam os senhores de engenho, e a urbana, onde se destacavam os comerciantes, notadamente os portugueses, que era a mais rica, desde que eles eram maiores donos dos maiores capitais da localidade.

De maneira que essas duas classes nunca se entenderam bem. Os interesses políticos azedaram ainda mais as duas classes, a rural e a urbana, e chegaram a extremos inconcebíveis que, pela força do cacete e por omissão do governo, das autoridades judiciárias e policiais, chegou-se a resultado pernicioso para Goiana quando os portugueses se transferiram para outras localidades levando consigo todos seus bens, fugindo de Goiana o crédito comercial e o capital tão necessário ao seu desenvolvimento e à sua grandeza. O algodão, matéria importante, que tanto concorrera para o seu enriquecimento, deslocara-se para Limoeiro, principalmente, e para Bom Jardim. As pirraças dos políticos do Partido Conservador contra o braço do Capibaribe-mirim, que formava o porto de Goiana, prejudicaram consideravelmente, dificultando a exportação e

importação das suas mercadorias, razão de sua prosperidade e do seu desenvolvimento. O seu canal feito de improvisações e inaugurado em 1870, sem ainda poder funcionar com a precisão de que prometia seu projeto, chegou deficiente e tardio, quando as iniciativas do Conde de Mauá já haviam atingido Pernambuco, estendendo-se linha férrea entre Recife e Cabo — Logo cogitou-se de uma linha férrea entre Recife e Nazaré, o município, como vimos, que embarcava, ou vendia, seus açúcares pelo porto de Goiana, e o anel compressor ia aumentando. Depois veio Limoeiro, em seguida Timbaúba, por fim Itabaiana. Foram-se as possibilidades à comercialização entre Goiana e o interior de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, restaram-lhe as pequenas e atrasadas povoações que lhe eram limítrofes, da Paraíba, que ainda, e mal, mantiveram um fraco comércio até a primeira década do presente século; quanto ao mais, reduziu-se seu comércio à cidade e seus distritos, alguns dos quais foram se passando para outros municípios, completando a extrema pobreza do comércio de Goiana e seu total desaparecimento como município influente na vida política e econômica de Pernambuco.

Lutaram desesperadamente os goianenses por sua linha férrea? Lutaram. Mas faltou-lhes um filho ou um amigo de projeção que a amparasse e sobretudo o dinheiro, porque sua pobreza não lhe facultava elemento para o cumprimento exigido pela Companhia arrendatária para sua construção que era, pelo menos, o depósito antecipado dos juros do capital com as despesas.

Foi longa e tenaz a luta dos goianenses pela aquisição de sua estrada de ferro, lutou até os princípios do século presente, mas foi tempo desperdiçado: faltou-lhes dinheiro e faltou-lhes o homem influente junto aos poderosos da época.

*
* *

Efetivamente, desde 1868, quando o governo da Província, escreveu Paulo Cavalcanti, pela Lei n.º 856, de 5 de junho, deliberar a contratar uma via férrea ligando a capital à vila de Limoeiro, passando por S. Lourenço e Paudalho, que os habitantes de Goiana reivindicavam a extensão da estrada de ferro em forma de ramal, até o seu município. A importância da ferrovia era sentida por todos, como fator de progresso e como veículo de escoamento da produção agrícola. "A estrada do Limoeiro — dizia o Presidente Pereira de Lucena — além da zona açucareira, vai também estimular a produção

do algodão e tabaco em nossa Província e no centro da Paraíba, se nessa Província se realizar antes a construção de sua projetada estrada de ferro". "A Lei provincial n.º 1.115, de 17 de junho de 1873, continua informando Paulo Cavalcanti, que adotava o Orçamento de Pernambuco para o exercício financeiro seguinte, veio atender às aspirações dos goianenses. No art. 31 das Disposições Gerais, ficara o presidente da Província autorizado "a conceder privilégio, cuja duração não exceda de 60 anos, a qualquer companhia ou pessoas que oferecerem-se com melhores garantias e maiores vantagens públicas a construir uma estrada de ferro de — Goiana a Timbaúba — e outras econômicas que partindo das vilas e cidades litorais, ou da estrada de ferro de S. Francisco, as ponha em comunicações com esta cidade e o interior da Província." ("Eça de Queiroz Agitador no Brasil", pág. 266 a 267, 1.ª edição).

*

* *

Era esse dispositivo uma esperança para Goiana, mas uma esperança fugidia, não porque nos tenhamos convencido de que os caceteiros de Goiana, ou quem quer que fosse, trabalhassem no sentido de ser negada qualquer vantagem a Goiana, como castigo à sua insubordinação, desalojando os portugueses que comerciavam em Goiana, de maneira tão violenta, por supostos sentimentos nativistas.

Assim afirmamos, porque os caceteiros eram correligionários do Conselheiro João Alfredo e os portugueses em sua grande maioria, no ano de 1873, não se achavam mais em Goiana, pois entregaram a liquidação dos seus negócios aos maçons, não eram amigos do Conselheiro João Alfredo, responsável, como membro do Partido Conservador de Goiana, pelos espancamentos dos portugueses, embora, possivelmente, não estivesse de acordo com esse processo, como não estivera o finado Barão de Goiana, a quem ele sucedera na chefia do mencionado partido, em Goiana.

É verdade que ele escrevera uma carta ao Presidente da Província, seu amigo, seu compadre, seu correligionário para que tomasse todo interesse para que a linha férrea partisse de Goiana para Nazaré, cujo Presidente era o futuro Barão de Lucena, o primeiro ou um dos primeiros mais interessados para que a estrada que seguia para Limoeiro fosse por Nazaré e não partisse de Goiana, como era o desejo, acreditamos que sincero, do Conselheiro João Alfredo.

Na sua carta dirigida, de maneira reservada, ao futuro Barão de Lucena é peremptório: "Lucena. Sei por uma carta do Dr. Gervásio que se pretende fazer passar por Nazaré a estrada de Timbaúba. Deste modo Goiana, ameaçada em seu comércio pela estrada da Paraíba, perderá o que lhe resta em favor de Nazaré, e a que ficará reduzida? Oponho-me com a maior decisão a tal projeto, e peço-te que te entendas com os nossos amigos, para que não o adotem. Estimarei que Nazaré aproveite todos seus elementos de riqueza, mas não posso sacrificar a prosperidade de Goiana.

O que se pretende é absurdo por muitas outras razões, que não posso expor agora." etc. (Cit. por Paulo Cavalcanti, obr. ref., pág. 268, 1.ª edição).

Mas péssimo foi o patrocinador da escolha do Conselheiro João Alfredo. O barão de Lucena tinha o maior interesse que a estrada de ferro passasse por Nazaré porque o seu traçado levar-lhe-ia a Limoeiro e muito lhe agradava que a estrada de ferro chegasse a Limoeiro porque sua família tinha interesse por esta estrada e ele mesmo tinha dois engenhos em Bom Jardim, onde nascera, município próximo de Limoeiro e que muito facilitaria o transporte dos seus produtos. (Vej. Flávio Guerra — "Lucena, um Estadista de Pernambuco", pág. 31, edição de 1958).

Mas diante de pedido tão imperativo e de um amigo tão dedicado e tão íntimo, o futuro Barão de Lucena calou seu interesse pessoal e quando remeteu o projeto à Assembléia Provincial limitou-se a informar: Diversos proprietários residentes na freguesia de Timbaúba, representaram a esta Presidência contra o ponto de partida desta linha. Está consignado na lei provincial n.º 1.115 que a estrada ligará a cidade de Goiana a Timbaúba, aqueles proprietários pediram, porém, que esse ponto fosse Nazaré.

Nenhuma decisão proferi quanto ao objeto dessa representação, aguardando-me para submeter o assunto à vossa esclarecida apreciação. "Mas algum tempo depois, a vitória coube a Nazaré. A estrada Recife—Limoeiro (que era o desejo íntimo do futuro Barão de Lucena), contratada inicialmente pelo pernambucano José Pereira Viana, Barão da Soledade, passou a pertencer, em virtude do Decreto imperial n.º 6.009, de 20 de outubro de 1875, à companhia inglesa Pany Limited. Os contratos paralelos, de construção dos ramais, foram incorporados à nova empresa. E Goiana jamais foi lembrada pelos

concessionários". (Paulo Cavalcanti, pág. 269, obr. cit. 1.ª edição).

A concessão obtida pela chamada *Great Western*, como nos acostumamos a chamá-la por vários anos, fora um elemento decisivo contra as pretensões dos goianenses em adquirir a linha férrea Goiana—Timbaúba, devendo ela ter seu início em Goiana, pois levantou logo um protesto contra os desejos dos goianenses "por considerar ofensivos, os 20 km que lhe foram concedidos, ao seu ramal de Nazaré". (Vej. "Bibliografia sobre Goiana", já citada, pág. 298).

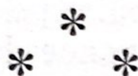
Interessante é ter conhecimento do parecer oferecido pelo advogado da *Great Western* que nos traz a primeira informação do grande prejuízo que nos deu a desastrada *Patriotada*, que foi a maior responsável pela decadência de Goiana, que atingiu um estado de verdadeira miséria, agravado mais tarde pela política de perseguição que então se aplicou contra os elementos mais capazes, intelectualmente, como mais adiante teremos conhecimento.

Dissera o defensor da *Great Western:* "Exposição dos motivos. A estrada seria mais longa enquanto que a de Goiana não excederia a 48 km sem probabilidade de prolongar-se (mentira, porque Goiana podia, pelo norte, chegar mais facilmente à Paraíba, ou Rio Grande do Norte); os timbaubenses mostram que não seria justo depender do comércio de Goiana, quando a *Great Western* prometeu fazer o ramal de Goiana; *os concessionários da estrada de Goiana—Timbaúba não conseguiram garantia de juros nem da Província nem do Governo Imperial;* além disso a estrada de ferro Goiana—Timbaúba prejudicaria os futuros ramais a serem realizados. Conclusão: a estrada de ferro Goiana—Timbaúba, não tem futuro, não tem para onde prolongar-se." (*Ibidem*, também pág. 298).

Aí está como passou a ser tratada Goiana, depois que morreram os seus Barões e que foram expulsos os comerciantes portugueses. De um lado perdera seu prestígio político; do outro, ainda pior, o prestígio econômico e como conseqüência disto Goiana ficou sem linha férrea, caindo consideravelmente a sua áurea época de primeira cidade do interior, a mais rica, de maior influência política, não só no Estado como perante o Governo Nacional, reduzindo os nossos políticos à verdadeira posição de gatos pingados, como é o ditado goianense, que o mais que conseguem, quando conseguem, é a nomeação do Delegado de Polícia, que serve de instrumento para pressionar seus adversários políticos, nas vésperas das eleições.

Uma das causas pela qual perdeu ela o ramal Goiana—Timbaúba, como vimos acima, foi não dispor de dinheiro bastante para garantir os juros, à Great Western, que era uma das exigências fundamentais do contrato, que o Império não fez, nem a Província de Pernambuco, mas que Goiana poderia ter feito, se lá estivessem os portugueses, em cujas mãos estava o capital que fazia de Goiana uma cidade rica, pois os nossos senhores de engenho, não tiveram condições para fazê-lo, porque eram lisos, com pouquíssimas exceções, acostumados às largas despesas, passando, como passavam, uma vida faustosa e o luxo que ostentavam e, por isto, viviam sempre carregados de dívidas, tornando-se, por vezes, maus pagadores, o que sabemos de ciência própria, já no regime republicano.

Fala-se que um negro rico da Bahia não sendo bem tratado por um fidalgo pobre, todo enfatuado na sua inútil fidalguia, disse-lhe, sem que recebesse resposta: negro com dinheiro é rico, fidalgo sem dinheiro é pobre, advertindo-o assim que sua fidalguia não tinha qualquer valor. Essa era a verdadeira situação de Goiana, depois da saída dos portugueses: era uma cidade nobre, fidalga, de passado esplendoroso mas pobre, e sua pobreza tirara toda sua grandeza passada.



Muitas vezes ouvimos dos que nós goianenses chamamos *língua de prata,* isto é, o linguarudo que Adelmar Tavares em realista crônica afirmara que não era só nos degraus da calçada da Igreja da Misericórdia de Goiana, que se falava da vida alheia, pois em Recife e no Rio de Janeiro onde ele passou o resto de sua vida, terminando como membro da Academia Brasileira de Letras e Desembargador Aposentado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, havia centenas, milhares de degraus da calçada da Misericórdia; esse *língua de prata* a que nos referimos, afirmava categoricamente, ele que assistira à tragédia do mata, mata, marinheiro, que a família Corrêa de Oliveira era responsável pela falta de estrada de ferro.

Não era uma verdade. O Conselheiro João Alfredo fez o possível pelo estabelecimento de uma estrada de ferro, não entre Goiana—Timbaúba mas entre Nazaré e Goiana, possivelmente para que não fosse ela estragar, como se dizia, as suas terras e a dos seus parentes que intermeiam Goiana e Timbaúba, mas empenhou-se dedicadamente, como vimos, pelo seu início em Goiana, passando em Nazaré.



Poeta e jurista, Aldemar Tavares, nascido no Recife, a conselho médico à goianense, sua genitora, criado em Goiana, da qual nunca se esqueceu, em cujo engenho paterno passava suas férias de estudante, pela pobreza a que chegou a terra dos seus pais, depois de titulado bacharel em Direito, emigrou para o Rio de Janeiro, onde viveu até sua morte. Exerceu ali cargos judiciais e faleceu como Desembargador do Tribunal de Justiça e membro da Academia Brasileira de Letras.

O protetor que ele escolheu para nós, entre seus amigos políticos, o então Presidente, o futuro Barão de Lucena, cuja nomeação fora por ele conseguida, quando era Ministro do Império, limitou-se a fazer como Pilatos, a lavar suas mãos, não opinando sobre o pedido do seu amigo, compadre e correligionário, entregando a sorte de Goiana aos deputados da Assembléia Provincial, sem uma palavra a favor de Goiana, pois, intimamente, como já nos referimos, ele preferia que a estrada de ferro passasse em Nazaré, porque daí seguiria para Limoeiro onde ele tinha interesse de família, como efetivamente veio a acontecer.

Mas o nosso grande mal foi a política que veio adotar a *Great Western* de seguir o curso do rio Capibaribe, talvez de caso já pensado, para as satisfações aos poderosos.

E em 1886, isto é, antes da República, Ademar Benévolo apresentava o quadro com os seguintes projetos, quanto a nós, Recife—Limoeiro—Timbaúba. Era, então, fato consumado. (Introdução à História Ferroviária do Brasil, pág. 80. 1.ª edição de 1953). E no relatório de 1875 ele já apresentava a estrada de Recife a Limoeiro, em construção (Ibidem, pág. 218).

Essa léria da companhia inglesa é para encobrir os seus verdadeiros intuitos; açambarcar todo movimento que nos vinha do alto sertão pernambucano e parte do paraibano, que não era pequena, e ela verificava a importância desse movimento pelos sulcos que os burros deixavam com seus cascos pelas estradas por onde trafegavam.

Não estamos gracejando e quem nos informa tem autoridade para fazê-lo e escreveu com seriedade: "de um modo geral, escreveu Ademar Benévolo, os trilhos apenas exploravam a área já pisada pelos cascos dos burros..." (Obr. cit. pág. 80).

Mas os goianenses nunca desanimaram de obter uma linha férrea. Diz o provérbio, com muita confiança, que a última coisa que morre no homem é a esperança e eles tentaram obter uma linha férrea de Recife, passando em Olinda, até Goiana. Depois de muito martelar e esperar, ainda acrescentaram Itambé. A coisa aí deu o nó. As terras dos Corrêa de Oliveira estavam ameaçadas. Dessa particularidade, talvez, é que viera a acusação do *língua de prata* a que já nos referimos.

Não temos certeza dessa valiosa oposição, a não ser o boquejar da nossa maliciosa gente do povo.

Em mensagem apresentada pelo Governador Alexandre José Barbosa Lima (o antigo) dirigida ao Congresso Legislativo do Estado em 6 de março de 1896, mês e ano em que nascemos, dizia o grande amigo de Floriano Peixoto: "Providências tomadas no sentido de estabelecer concorrência entre firmas que se interessem pela construção da estrada de Recife para o Norte, *passando em Goiana*". Era uma grande esperança e quem nos dava era um homem de palavra, ainda moço, trabalhador e progressista e que deu início aos engenhos centrais, predecessores das nossas usinas.

Já no ano anterior, em 23 de março de 1895, ele informara ao mesmo Congresso Legislativo: "O início da estrada de ferro Olinda—Itambé, passando por Goiana, conseguiu realizar 27 kms., de alinhamento, 22.926 kms., de nivelamento e 26.920 kms., de secções transversais." ("Bibliografia sobre Goiana", pág. 306 — seção Mensagem). Não era fantasia, era a verdadeira realidade e no governo tinhamos um homem enérgico, de pulso forte e sabia dizer o que queria. Era um espírito esclarecido, possuidor de excelente qualidade de extraordinário administrador, à maneira de Napoleão Bonaparte que tendo encomendado uma estrada de ferro entre Paris e determinada cidade francesa, notou que um tempo longo já havia decorrido e ainda não havia recebido o projeto da estrada de ferro que havia autorizado. Deliberou então, pessoalmente, ir à Repartição onde trabalhavam seus engenheiros e pedir informação sobre o trabalho que lhes confiara. Mostraram-lhe mapas e mais mapas e, depois de apreciá-los, todos, solicitou um mapa da França e traçou uma linha reta entre Paris e a cidade favorecida, e indicando as duas pontas extremas, disse-lhes energicamente: eu quero uma linha férrea daqui até ali, dentro de um tempo que fixou. E no tempo marcado chegou o mapa às suas mãos com todos os traçados. Assim era o velho Barbosa Lima, que sabia o que dizia e dirigia com a necessária habilitação.

Não há dúvida. Tinhamos fé e esperança de que a linha férrea chegava a nossa cidade.

Barbosa Lima, o velho, em 1896, já estava no fim do seu governo, pois terminaria o seu quatriênio constitucional; com sua saída, perderiamos decerto a nossa esperança de ouvir o apito das máquinas da *Great Western* silvar ao atravessar o nosso encantador vale do Capibaribe-mirim, pejadas de cana com destino a Itambé.

A megera da política já andava assanhada, agitada pelos Conselheiros e Barões, herança fatídica da finada monarquia.

Ademar Benévolo queixa-se muito dos políticos pelas suas interferências perniciosas nas construções apressadas de estrada de ferro, porque o político que via se aproximar o termo do mandato, receoso que seu substituto não continuasse com a que havia iniciado na sua administração, pedia pressa no trabalho, ordenando: "Temos que começar o serviço ainda nesta administração se não o outro não faz." "Temos que inaugurar a estrada senão ela fica abandonada." "Depressa, as eleições estão próximas." Conclui ele: "É a confissão pública da imoralidade e da falta de escrúpulo em gerir os dinheiros públicos do povo. Sabendo que as opiniões autorizadas, os órgãos especializados do governo são contrários à idéia nefasta, tomam a providência de malbaratar depressa a fortuna do povo como se ela fosse coisa de somenos." (Obr. cit., pág. 83).

No nosso caso, não vingou esse processo de desonestidade administrativa, porque o Governador era um homem probo. A estrada Recife—Goiana—Itambé, não prosseguiu por vingança política dos políticos que açambarcaram o poder político e administrativo após o término do mandato de Barbosa Lima (o velho) que deixou o governo com suas mãos limpas.

Desde o rompimento de Martins Júnior com Barbosa Lima, por falta de experiência política, apresentaram-se duas velhas raposas que vinham já treinadas e especializadas naqueles velhos processos dos tempos do Império e disputaram a chefia política, um Conselheiro e um Barão, excluindo outros menos hábeis, menos viciados e até ingênuos dos grandes tramequejos e malabarismo dos saudosos tempos, para eles, do velho e já decrépito Imperador, de quem, alguns anos antes da sua deposição, já escrevia Capistrano de Abreu: "Desde muitos anos o imperador não conciliava mais respeito.

Seu carro com sua atrelagem anacrônica e o piquete obrigatório resvalava pela indiferença pública; despertavam chacota o manto e os papos de tucano com que se dirigia, de voz pouco imperatória, aos augustos e digníssimos senhores representantes da nação, a canja que preferia na sua sobriedade invencível, os cochilos que dava nos atos públicos, as conferências da Glória, as palestras literárias do Pedro II, as sessões do Instituto Histórico. A moléstia não permitia longos anos de vida." ("Ensaios e Estudos," pág. 128, edição de 1938).

*
* *

O Conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva vinha dominando os grupos políticos que orientava, sem dúvida por

ser mais inteligente. Menos inteligente, menos experimentado e menos arguto não era o Barão de Lucena. Lembremo-nos que ele chegou a pensar em substituir o Marechal Deodoro da Fonseca na Presidência da República, conspirando para que o Marechal Floriano Peixoto, que era o Vice-Presidente da República, não assumisse o cargo de presidente, na hipótese do provável falecimento do presidente que já se achava, há três dias, em estado comatoso. (Vej. Tobias Monteiro, "Pesquisas e Depoimentos" pág. 331).

Guardaram os amigos do Presidente rigoroso segredo a respeito do estado grave de sua saúde e começaram a discutir logo um nome de um político que tivesse condições para substituí-lo.

Ouçamos, pois, a este respeito, um diálogo travado entre notável político da época, cujo nome não foi declarado, e o Barão de Lucena, conforme nos transmitiu Tobias Monteiro, no seu livro "Pesquisas e Depoimentos":— "Mas que solução pode achar o senhor fora da sucessão constitucional?

— O Sr. Quintino Boccayuva, respondeu o interlocutor.

O Sr. Lucena calou-se.

— Não lhe serve? Então o Marechal Almeida Barreto. O Sr. Lucena continuava calado.

— Não lhe servem esses? Seja então V. Exa. Marchando unidos, os nossos Estados ditarão a lei à República, concluiu o proponente." (Obr. cit. pág. 331 a 332, edição de 1913).

O velho monarquista, recém-aderente da República, como seu adversário Rosa e Silva, também tinha suas elevadas aspirações e as anunciava com sutileza e manhas como velho político que era.

Mas Floriano estava de olho aberto, comunicara ao Barão de Lucena o que soubera, isto é, do estado grave de saúde do Presidente e o candidato gorado assegurou-lhe "a lealdade constitucional dos ministros, pedindo-lhe ao mesmo tempo que, por seu lado, fosse contraminando o que estavam fazendo nos quartéis."

Floriano concordou e respondeu-lhe "que, no caso de sucessão legal, o futuro chefe do Estado desejava tê-lo ao seu lado no governo".

Mas o Barão de Lucena, macaco velho, desconfiou da espontaneidade do assentimento e declarou logo "que não poderia aceitar a incumbência e rogava ao Marechal que desde logo

fosse pensando na escolha dos novos ministros." (*Ibidem*, pág. 332).

"Quando o malogro das tentativas de Campos Sales e a insistência de Prudente de Moraes demonstraram que não havia acordo possível com o Congresso, resolveu-se Deodoro a dissolvê-lo. Fiado nos antecedentes referidos pelo Barão de Lucena, declara Tobias Monteiro, que o tinham posto em contato com o Marechal Floriano, em vez de reconstituir o episódio narrado, entregou-lhe o Sr. Lucena uma carta, que em 1.º de novembro escreveu a Cesário Alvim, então presidente de Minas, com quem mantivera assídua correspondência naquela época. Essa carta foi escrita logo após a entrevista com o Marechal e conserva a vivacidade da cena que se passou". (*Ibidem*, páginas 332 a 333).

Não vamos transcrever a carta citada, nem outras que se seguiram, porque dará uma extensão muito grande ao nosso trabalho. O Congresso foi dissolvido. "João Barbalho e Araripe estavam presentes e a tudo assistiam (no momento do desfecho). Quando o Sr. Lucena acabou de falar, Deodoro levantou-se, pôs as mãos na mesa, inclinando-se ligeiramente para a frente e, de cabeça baixa, refletiu algum tempo. Depois, voltou-se ereto, e ordenou a um dos seus ajudantes: "Lamenha, diga a Saldanha que julgue sem efeito as ordens dadas e venha falar-me". E fitando outro: "Lobo Botelho, mande preparar o *landau* e vá dizer a Floriano que me venha falar". Dirigindo-se então a todos, declarou: "Já não sou Presidente da república e vou pedir minha reforma."

"Foi uma desolação. Os comandantes de corpos, que estavam presentes, ficaram indignados. Carlos Ferraz não se continha, praguejava; João Teles, a um canto, mordia um lenço convulsivamente. Havia quem chorasse de raiva e desespero, e não faltou quem propusesse resistir a todo transe, fazendo um pronunciamento que anulasse a deliberação tomada. O palácio começou a ser invadido por amigos e quem sabe se por desafetos. Eis que chega o marechal Floriano. O Coronel Lobo Botelho encontrara-o de "chambre", tomando café, espantado da resolução de "Manuel". Foi direto a Deodoro e abraçou-o. Aí mesmo, este pediu-lhe a reforma. O Snr. Lucena pensou em ir ao tesouro despedir-se dos empregados e principalmente recolher papéis que eram seus. Floriano aconselhou-o: "Não vá; não se exponha". (Tobias Monteiro — "Pesquisas e Depoimentos, págs. 363 a 364).

Esfumara-se como um sonho, a esperança do Barão de Lucena à sucessão do valetudinário presidente da República que se fizera constitucionalmente, passando ele o governo a seu substituto, o único homem capaz de manter a ordem no Brasil, sem necessidade de Ato institucional mas com coisa pior, o longínquo Cucuí, com todas suas endemias: paludismo, tifo, febre amarela e doenças comuns naquelas matas sombrias. Mas foi o destemido lutador a quem a História lhe deu o justo título de Estabelecedor da República e Marechal de Ferro. Cabe agora aos pósteros mantê-la sem esquerdas e muito menos com direitas mussulinianas ou hitleristas. Se isto aconteceu, vale a pena manter o Ato Institucional n.º 5, que é sempre melhor que o Cucuí, desde que não seja por tempo ilimitado...

Isto de se dizer que a Revolução continua é velharia e bobagem para fazer medo aos meninos como se fosse uma caputuda, que tanto temíamos, em tempo de criança, quando uma velha negra que nos criava, dizia, com os olhos arregalados, durma logo senão a caputuda vem!

Temos um regime bem estabelecido pela Revolução, funcionando regularmente, e um dirigente que sabe solucionar os grandes problemas, como o caso Moreno, conquistando os aplausos de Norte a Sul, sem pensar em Revolução que não é um regime mas um movimento coletivo, em determinado momento, para pôr em ordem uma Nação que os maus cidadãos agitaram, desorganizaram, trazendo o desassossego e intranqüilidade da gente ordeira, trabalhadora e cumpridora dos seus deveres e obrigações. Não há revolução, há um regime bem estabelecido e funcionando regularmente, com leis por ele criadas e asseguradas.

CAPÍTULO XVIII

GOIANA ADERE À REPÚBLICA. MARTINS JÚNIOR, CHEFE DO PARTIDO REPUBLICANO, RECUSA SER ELEITO JUNTAMENTE COM O ADESISTA JOSÉ MARIANO. BARBOSA LIMA FOI ELEITO GOVERNADOR DE PERNAMBUCO E EM BREVES DIAS ROMPE COM O PARTIDO REPUBLICANO. ROSA E SILVA DOMINA A POLÍTICA EM PERNAMBUCO. A PERSEGUIÇÃO AOS OPOSIONISTAS DE GOIANA. A ELEIÇÃO DO GENERAL DANTAS BARRETO.

Goiana pela sua Câmara Municipal, foi, entre as primeiras cidades pernambucanas, a que aderiu ao regime republicano e foi também a cidade interiorana que contava maior número de democratas republicanos, entre seus jovens estudantes e empregados do comércio e os cidadãos que dirigiam e orientavam o movimento, entre os quais se encontravam médicos, advogados, comerciantes, industriais, senhores de engenho e jornalistas.

A visita do dr. Antônio da Silva Jardim o maior orador e o mais fervoroso propagandista da República, a Goiana, no domingo, 30 de junho de 1889, foi uma das mais concorridas recepções em número de assistentes e em entusiasmo que, até então, se havia realizado na terra gloriosa de Nunes Machado.

Nesse sentido escreveu o saudoso jornalista Luís do Nascimento, no prefácio da sua valiosíssima "História da Imprensa de Goiana", separata da sua excepcional "História da Imprensa de Pernambuco", correspondente aos anos de 1821 a 1954, edição de 1970, as seguintes informações: "Terra do mais nobre civismo, conceituado nas liberdades que sempre defendeu, desde os primeiros momentos democráticos da nacio-

nalidade, fê-lo melhor do que tudo através dos jornais que fundou, redigidos por penas arrojadas, a começar de meados do século XIX, baluartes inconfundíveis das campanhas abolicionistas e republicanas".

E Otávio Pinto, que, por vários anos foi nosso brilhante e honesto Promotor Público e, depois, um dos mais esforçados e trabalhadores Prefeitos Municipais, grande amigo de Goiana, apesar de ser filho do Rio Grande do Norte, no seu encantador livro, cheio de fatos interessantes da nossa história, "Velhas Histórias de Goiana", com carinhoso prefácio do acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, um dos mais afetuosos e sempre lembrados amigos de Goiana, escrevendo a respeito da visita que nos fez Silva Jardim, no seu elegante estilo, diz-nos ele:

"Dentre os municípios pernambucanos, foi Goiana o que lhe deixou melhor impressão (a Silva Jardim). Ele próprio confessou que a sua chegada à terra de Nunes Machado constituiu um verdadeiro triunfo. Aliás, desde muito, vinha a campanha republicana sendo fortemente agitada em Goiana, não só pelos políticos como pela imprensa. Em agosto, surgiu mais um jornal republicano "O Diário de Goiana", o primeiro a sair no interior do Estado. O chefe do Partido Republicano era o dr. Pereira de Lira e o órgão oficial do movimento "A Gazeta de Goiana". — (Obr. cit., pág. 65).

*
* *

Logo que chegou ao conhecimento da Câmara Municipal de Goiana a notícia da proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca, no dia 15 de novembro de 1889, a mencionada Câmara Municipal, em sessão de 22 do aludido mês, achando-se presentes os vereadores Francisco Nunes Monteiro, Presidente, Francisco José da Costa, Matias Pinto de Abreu, Agnelo Caetano de Medeiros, Leocádio José de Figueredo e Amaro Florentino Pessoa de Melo, estando ausentes os vereadores Leodegário Corrêa de Oliveira, Francisco Tavares da Rocha e Manuel Tavares Barreto, havendo número legal, usou da palavra o Presidente acima aludido e disse que a Câmara Municipal de Goiana aderia ao grandioso movimento político que se operou neste país, com a mudança do governo e pedia que na ata de hoje fosse inserida a seguinte adesão, cópia fiel do sentimento que há entre esta Câmara, nas pessoas dos seus representantes: A Câmara Municipal de Goiana, não podendo ficar impassível ante a benéfica transformação porque acaba de passar o governo e bem interpretando o pensa-



Fotografia da Igreja de **Ponta de Pedras** que tem assento no cabo do mesmo nome, por muito tempo, considerado o ponto mais oriental do Brasil, hoje sendo o Cabo Branco no Estado da Paraíba. Modernamente, por orientação do saudoso jornalista e historiador Mário Melo, recebeu a praia goianense o nome de Pontas de Pedra — No ano de 1589 o padre franciscano, Frei Antonio de Campo Maior, fundou ali uma missão de índios na sua aldeia, já chamada Ponta de Pedras, conforme nos informa Pereira da Costa na sua exaustiva obra "Anais Pernambucanos", (vol. I; pág. 614). Diante disto cabe a nós goianenses o direito de pedir a retificação de **Pontas de Pedra,** para o nome de **Ponta de Pedras,** que conta já quase quatro séculos, do seu aldeamento. Ali nunca houve duas pontas de pedra. É só visitá-la e verificar essa verdade natural que os séculos passados da nossa história sempre reconheceram e a inovação da sua mudança não pode prevalecer.

mento do Município, reconhece o Governo Provisório dos Estados da Confederação Brasileira. Quem viu a pressão sob que permaneceu grande parte da população deste município; quem presenciou a ameaça constante feita aos que procuravam pautar seus atos pela lei, direito e Justiça há de, naturalmente, compreender o procedimento desta Câmara que sente e reconhece a benéfica influência da mudança do governo, sendo a ordem, a paz, a tranqüilidade e a confiança que se têm manifestado nestes últimos dias em todos os habitantes do Município que há muito estavam desacostumados. Assim, esta Câmara aderindo ao movimento operado no país contribuirá para a grande obra de regeneração da pátria, plantará a felicidade dos seus munícipes e patenteará o contentamento de que se acha possuída pela tranqüilidade que se nota em todo país e especialmente no Município de Goiana. Em seguida determinou esta Câmara que fosse expedido ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco o seguinte telegrama: "Exmo. Governador do Estado de Pernambuco. Câmara Municipal de Goiana reunida hoje resolveu unanimemente aderir movimento e saudar Governo pelos benéficos resultados sentidos pelo Município com seu advento." (Transcrito do "O Município", de 7-9-1922, jornal da direção e propriedade do jornalista e comerciante Angelo Jordão, republicano histórico e martinista desde muito jovem, que foi, e pai do autor desta obra).

Pelo conteúdo da ata acima transcrita, toma-se conhecimento da grande pressão que teve a maior parte da população dos goianenses por parte, principalmente, dos conservadores, nos dias próximos à proclamação da República e quanto se alegraram com essa grande vitória os goianenses, espíritos independentes e amantes da liberdade, sem se aperceberem que dentro de poucos dias, por longos anos, iriam sofrer as perseguições da oligarquia rosista que já se estava organizando em Recife para se apropriar do Governo, graças à sabedoria desastrada do Barão de Lucena, o grande chanceler do governo do bom velho o Marechal Deodoro da Fonseca.

*

* *

Quando se proclamou a República quem se encontrava no governo de Pernambuco era o Dr. Sigismundo Antônio Gonçalves, amigo íntimo e de toda confiança do então Monarquista e Conselheiro do Império, Dr. Francisco de Assis Rosa e Silva, que no dia 14 de novembro, vésperas da proclamação da República, havia assumido o exercício do seu elevado cargo.

Mas, confirmada, oficialmente, no dia 16, a proclamação da República, em telegrama dirigido ao comandante das armas interino, Cel. José de Cerqueira de Aguiar Lima, assinado pelo próprio Marechal Deodoro da Fonseca, mandando que ele assumisse o cargo de Governador de Pernambuco, depois de mostrá-lo ao Dr. Sigismundo Antônio Gonçalves, empossou-se imediatamente na sua alta função.

Grande foi a alegria dos republicanos e de outras pessoas, que logo aderiram festejando com vivas à República, indo à sua frente o Dr. José Isidoro Martins Júnior.

Nomeado depois para o mencionado cargo o General José Simeão de Oliveira, dissolveu a antiga Assembléia Provincial e a Câmara Municipal do Recife que fez substituir por uma Intendência. Em três de maio de 1891 instalou-se o Congresso Constituinte que, a 17 de junho, promulgou a Constituição Estadual, entrando Pernambuco, conseqüentemente, no regime legal, porquanto a Constituição Federal já havia sido promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

Em 30 de setembro, realizou-se a primeira eleição municipal e foram eleitos, respectivamente, Prefeito e Subprefeito, Dr. José Mariano Carneiro da Cunha e Dr. José Eustáquio Ferreira Jacobina. A posse deveria ter lugar em 7 de janeiro de 1892 mas por motivos superiores deixara de se realizar.

Mas, nessas alturas, gravíssimos acontecimentos estavam ocorrendo na Capital Federal.

*

* *

Havendo múltiplas divergências entre o Presidente da República e o Congresso Nacional, não conseguindo o chanceler Barão de Lucena um acordo entre as partes divergentes, o Marechal Deodoro da Fonseca inclinou-se a dissolvê-lo.

A esse respeito escreveu Campos Sales:

"Após o malogro das tentativas de reconciliação, volveu à sua efervescência primitiva o antagonismo entre o Executivo e o Legislativo. O governo, em minoria em ambas as casas do Congresso, parecia não poder conformar-se com essa atitude de formal resistência, que encontravam as suas idéias e os seus projetos; pensava ele, talvez, que encontraria nos seus adversários um temperamento mais acessível às sugestões do poder, quando, ao contrário, devia saber que a tendência natural das oposições é antes para descambar nos excessos. Daí as prevenções com que eram recebidos pelo governo todos os atos

do Congresso, nos quais só enxergava provocação acintosa e intuitos facciosos". ("Da Propaganda à Presidência", págs. 92 a 93).

Campos Sales entendeu, com razões, que a maior responsabilidade dessas prevenções cabia aos modos de pensar e de agir do chanceler Barão de Lucena que queria aplicar ao novo regime os mesmos processos que eram usados na monarquia parlamentar na qual o primeiro ministro da coroa, o que ele era no governo do Marechal Deodoro é o único da sua integral confiança, e justificou o gesto do Presidente argumentando com os seguintes fundamentos que são irrespondíveis: "Mas, o Marechal Deodoro, soldado valoroso, não era um estadista, e o sr. Lucena, seu ministro, tinha educado o próprio espírito na escola da Monarquia parlamentar, sob cujo regime o primeiro ministro da Coroa tem sempre, como a suprema razão do Estado, a medida da dissolução para as Câmaras insubmissas." (Obr., cit. págs. 93 a 94). Incontestavelmente, os graves erros que tanto agitavam os primeiros anos da República devem-se ao Barão de Lucena, que nada sabia a respeito do regime republicano, sendo um monarquista pertencente ao Partido Conservador, o mais reacionário e inimigo da evolução dos tempos, que aderiu à República para servir a seu país, como ele costumava dizer, mas empregando os processos retrógrados dos senhores de engenho que dominaram o poder durante todo tempo que durou o Império.

Patrioticamente, porém, continuou Campos Sales: "Em confirmação dos boatos inquietadores que, havia dias, circulavam acerca das criminosas intenções do governo, no dia 3 de novembro de 1891 eram expedidos dois decretos: o primeiro, dissolvendo o Congresso Legislativo Federal; o segundo, declarando o estado de sítio. Para impedir que os congressistas se reunissem em sessão e prosseguissem nos trabalhos legislativos, em desobediência ao decreto, o governo mandou postar batalhões do Exército em frente aos edifícios do Senado e da Câmara", (Campos Sales, *ibidem*, pág. 95). A dissolução do Congresso Nacional deu lugar às múltiplas agitações que surgiram no país, inclusive animando muitos adesistas a tentar a restauração da monarquia.

*

* *

Em Pernambuco ficaram solidários com o ato de dissolução do Congresso Nacional o Governador, que era então o Barão de Contendas, o Congresso Estadual e a Intendência

(Câmara Municipal). Em contrário, contra o golpe, ficou o Partido Republicano tendo à sua frente Martins Júnior e muitos outros que entenderam que o golpe do Governo não era outra coisa senão uma ditadura por ele proclamada.

O Dr. José Maria que por alguns dias, como Presidente da Câmara de Deputados, esteve no governo, criou logo três batalhões policiais. Mas os batalhões pertencentes ao Exército deram apoio aos republicanos, notadamente quando em 16 de dezembro chegou a Recife o general de brigada Joaquim Mendes Ourique Jaques, que ficou ao lado dos seus camaradas do Exército. Finalmente, colocando-se a força policial aos lados do Palácio do Governo e tomando a federal outras posições, terminaram abrindo fogo uma contra a outra, do que proveio a morte de muitos soldados, de ambos os lados, inclusive múltiplos civis que se achavam presentes, terminando o Governador Barão de Contendas entregando o governo ao General Ouriques Jaques.

Cessada a luta, o General Ouriques Jaques voltou a Palácio e constituiu uma Junta Governativa composta dos seguintes membros — dele General, do Dr. Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti e dr. José Vicente Meira de Vasconcelos, professor da Faculdade de Direito e portador de grande ilustração. Em 19 de dezembro, seguinte aos fatos narrados, a Junta Governativa dissolveu o Congresso Estadual e a 23 todos os Conselhos Municipais.

*

* *

Voltando à Capital Federal. Dissolvido o Congresso Nacional, ato, como já foi dito, considerado como sendo a instituição de uma ditadura, os congressistas tentaram de, em reunião secreta, reunir elementos que se lhe opusessem. Uns congressistas retiraram-se para seus Estados, para agitá-los contra a ditadura e outros permaneceram na Capital Federal, promovendo a agremiação de força e concentrando a ação diretora. Entre estes encontravam-se Floriano Peixoto, Wandenkolk, José Simeão (martinista) e Custódio de Melo; os dois últimos eram inimigos irreconciliáveis de Deodoro e, como já vimos, os principais personagens das lutas da Constituinte, que vinham acarretando estas desastrosas conseqüências. (V. obr. cit. de Campos Sales, donde extraímos estas informações, pág. 96).

Na manhã de 23 de novembro a esquadra, revoltada sob o comando do contra-almirante Custódio de Melo, intimou o

governo a depor-se. Deodoro não resistiu e passou o governo ao Merechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente da República. O primeiro ato do governo do Vice-Presidente foi o decreto de convocação do Congresso Federal, expedido no mesmo dia em que triunfava o contragolpe. Já sabemos que tínhamos outro Presidente da República e o ato insensato orientado pelo Barão de Lucena já vinha dando os seus péssimos frutos, não sendo pior porque a grande maioria tinha confiança na coragem e bravura do Marechal Floriano Peixoto, que venceu todos os obstáculos, conseguindo dominar todos os inimigos da República. Assim esclarecendo, voltamos a continuar a síntese que estávamos fazendo sobre as ocorrências que se desenvolveram em Pernambuco e que tinham relação com a vida de Goiana.

*

* *

Enquanto tudo isto ocorria Rosa e Silva, monarquista aderente à República, procurava organizar e arregimentar seu partido, auxiliado pelo Conselheiro João Alfredo, amigo, compadre e protetor do Barão de Lucena, quando estava no auge do seu poder, no regime monarquista.

*

* *

Em Pernambuco, com a Proclamação da República, movimentaram-se três partidos políticos que já existiam desde 1890 — os republicanos históricos sob a direção de Martins Júnior; os conservadores agora transformados em políticos da República e sob a chefia do Conselheiro Rosa e Silva, de Gonçalves Ferreira e do Conselheiro João Alfredo; os liberais encabeçados por José Mariano e José Maria, sendo o primeiro, incontestavelmente, o ídolo da população da capital.

E os campos ficaram definidos, prevendo-se uma possível campanha de extermínio, orientada principalmente contra os liberais *e com uma sutil assenhoreação do partido conservador pelo Conselheiro Rosa e Silva,* que aos poucos ia tomando forças, já envolvendo o prestígio do chefe natural do partido o Conselheiro João Alfredo, escreveu Flávio Guerra de quem são as informações que estamos descrevendo agora.

Os partidários de José Mariano e José Maria, continua esclarecendo Flávio Guerra, que já se tinham evolvido bastante para a república, embora sem corpo político opositor dos republicanos históricos, chefiados por Martins Júnior, passaram a ser conhecidos como *Deletérios,* enquanto os do lado

contrário, (conservadores e republicanos, esquisitamente unidos, achou Flávio Guerra, sob a direção comum de Martins Júnior e Rosa e Silva), passaram a ser apelidados de *Violões*.

O mais afastado e intransigente, comenta Flávio Guerra, era, contudo, o partido liberal, cujos chefes sempre nutriram pelo Barão de Lucena, desde os tempos longínquos do seu governo na Província em 1872, uma antipatia toda pessoal. José Mariano foi o fundador do jornal "A Província" que dirigiu até 1885, em o qual continuadamente manteve contra aquele político a mais irritante e provocadora campanha de descrédito e ofensas.

Desta circunstância aproveitaram-se seguramente os políticos da corrente dos *Violões* e Rosa e Silva, a conselho de João Alfredo, foi visitar Lucena em sua residência, na Comarca de Jaboatão, em janeiro de 1890.

O intuito desta visita era conseguir a interferência de Deodoro contra a penetração dos dois liberais José Mariano e José Maria no interior do Estado, onde iam conseguindo vantagens, limitando-se suas influências à capital, onde inegavelmente eram ambos estimadíssimos pelo povo. Não obstante ser extensa a entrevista e forte a argumentação, o Barão de Lucena recusou-se a interferir na matéria, alegando que já devia muitos favores a Deodoro e não ia importuná-lo com mais um pedido, aliás, dizemos nós, onde ele não via qualquer vantagem para o governo a que todos pretendiam servir, notadamente o Conselheiro Rosa e Silva, que foi prestar serviço à República para colher mais vantagens políticas. (Vej. obr. citada de Flávio Guerra de pág. 233 a 234).

*

* *

Finalmetne o Barão de Lucena foi chamado para constituir o Ministério do governo provisório, não só pela amizade pessoal que lhe votava o Presidente da República, como pela integral confiança que tinha na sua honradez e integridade. A sua nomeação não foi bem aceita, nomeadamente pelos vultos mais eminentes do novo regime. Mas as agitações e o descontentamento entre os três partidos políticos continuavam em Pernambuco e constantes eram as reclamações que o governo recebia, concluindo o Marechal Deodoro mandando para lá, como Governador, o próprio Barão de Lucena para que obtivesse uma conciliação entre os tais partidos, uma vez que as eleições para a constituição do Congresso estadual estavam se aproximando.

Em Goiana o ato da dissolução do Conselho pela Junta Administrativa deu lugar, como em todo Estado, a forte reação da população de modo que trezentos homens se armaram e foram se reunir no pátio do Carmo com a finalidade de seguirem para a capital com a intenção de pedir a sua restauração. Mas vários desses rebeldes, tendo conhecimento que nenhum outro município remeteria homens armados para semelhante fim, com exclusão de Triunfo, no sertão, foram desanimando e terminaram desfazendo o grupo rebelado. Nessa altura, já havia se instalado a Constituinte no dia 3 de maio de 1891, pois a Constituição Federal já havia sido promulgada no dia 24 de fevereiro do dito ano, e a 17 de junho também de 1891 foi promulgada a Constituição Estadual, entrando Pernambuco no regime legal.

*
* *

Com muitas dificuldades o Governador Barão de Lucena conseguira cumprir a missão que lhe fora confiada pelo Presidente da República de obter uma reunião entre os já mencionados partidos políticos, embora deixando o rastilho de pólvora com que, em futuro muito próximo, dar-se-ia uma explosão de efeitos gravíssimos entre o Governador que fosse eleito e o partido republicano, com o que viria se aproveitar muito o partido rosista que já estava organizado e poderia contar com a preciosa ajuda do Barão de Lucena, como veio acontecer.

*
* *

Pouco antes da chegada a Pernambuco do Governador Barão de Lucena, que, como sabemos, veio em missão especial por determinação do Presidente da República, pelo menos até as eleições que se iam realizar do Congresso de Pernambuco, senadores e deputados que iriam eleger os futuros Governador e Vice-Governador do Estado, o arguto Conselheiro Rosa e Silva não conseguindo o auxílio do Barão de Lucena junto ao Governo Federal, de quem ainda não era ministro, sabendo da sua missão em Pernambuco, apressou-se em dar forma jurídica a seu partido e com esse intuito reuniu os seus mais graduados correligionários na residência do conselheiro João Alfredo, no subúrbio da Madalena, achando-se ele também

presente, de volta do Rio de Janeiro, onde fora conversar com seu compadre e amigo, o já ministro Barão de Lucena, e voltara um pouco pessimista com os resultados colhidos.

Achando-se presente o estado maior do partido conservador, constituído dos Conselheiros Rosa e Silva e João Alfredo, Gonçalves Ferreira, Barão da Casa Forte e Miguel Pernambuco, todos eram correligionários do Barão de Lucena e escreveram-lhe porém céticos, diz Flávio Guerra, e contrariados, diante dos resultados desta reunião.

Disse mesmo um deles: "Foi uma verdadeira comédia, que deixou péssima impressão no espírito dos presentes. Imagine que antes de tomarem os presentes os seus lugares, o João Alfredo conferenciou num quarto com o Rosa e Silva, o Ferreira e Pernambuco e seu filho Pedro. E quando saiu e assentaram-se todos, deu abruptamente como aprovadas as deliberações das quais muitos não tinham conhecimento." "E não só, continuou o informador: Decidiu-se na ocasião, naquele mesmo sistema de *impositura,* que a comissão executiva não seria escolhida pela convenção, mas designada pelo presidente dos trabalhos."

Incontinenti Rosa e Silva assumiu a direção e nomeou o Miguel Pernambuco, o Barão de Casa Forte, Gonçalves Ferreira e Guedes Alcoforado". Escreveram outra vez os correligionários de Lucena: "De fato, uma verdadeira comédia! Os presentes nada mais fizeram do que aprovar o que já estava de antemão feito, não se dando tempo para discutir, nem propor coisa alguma. Sempre o sistema desgraçado de preferir endinheirados a outros de alguns merecimentos e serviços." (Flávio Guerra, obr. cit., pág. 246).

O amigo do Barão de Lucena que lhe comunicou o que se passara de desagradável na reunião em que se fundara o partido rosista, em vez de lhe dar o nome de *comédia* devia lhe dar a denominação de *tragédia* porque aquele prepotismo, aquele mandonismo, aquelas grosserias, aquelas desatenções eram o esboço do que em breves tempos iriam sofrer os goianenses, não se incluindo a votação a coice de fuzil, as surras que se recebiam dos longos facões dos soldados e muitas outras violências e perseguições, das quais só nos libertamos

quando, após mais de quinze anos, saímos à rua, homens, mulheres e crianças cantando alegremente:

"Salvai, Salvai,
Querido General
O nosso Estado
Das mãos de um traidor,
Vem libertar um povo escravizado
Vem semear
A paz, a luz, o amor."

Vimos que esse hino de liberdade, Flávio Guerra transcreveu no seu livro que já muitas vezes citamos, de cujo hino nunca mais esquecemos, desde nosso tempo de jovem e que consta a págs. 425 da sua exaustiva obra.

O rastilho de pólvora a que nos referimos folhas atrás, foi a repugnância que Martins Júnior teve de se ombrear numa chapa de candidatos à eleição de deputados, ou senador, com José Mariano, e declarar altivamente essa causa ao próprio Presidente da República; e a explosão que o rastilho causou foi o rompimento do Governador Barbosa Lima com o partido dos republicanos históricos, que muito concorreu para fortalecer o partido rosista, com que muito prejudicou Goiana que já vinha sofrendo com os espancamentos de que foram vítimas os portugueses, com a falta de uma estrada de ferro, trazendo a sua decadência, que aumentaria mais com as perseguições que o rosismo viera fazer, de preferência contra os republicanos, de que Goiana era um dos mais fortes esteios, e que tiveram também que emigrar.

*
* *

Felizmente a chapa lucenista venceu e no dia 7 de abril de 1892 o Congresso Estadual elegeu para Governador do Estado o Dr. Alexandre José Barbosa Lima, homem culto, engenheiro e bacharel em direito, candidato indicado pelo bravo Marechal Floriano o Estabelecedor da República, e para Vice-Governador o Dr. Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, republicano histórico, e que, na ausência do Governador Barbosa Lima, assumiu logo o governo, vindo o Governador a fazê-lo no dia seguinte ao em que chegou ao Recife.

No dia 25 de março, do mesmo ano, o Prefeito do Recife, o Dr. João Ribeiro de Brito, que teve como seu sucessor o Vice-Prefeito Manuel Clementino de Barros, e os membros

do Conselho, assumiram os seus cargos, integrando assim os chefes da administração do Estado de Pernambuco e do Município do Recife.

Escreveu o Dr. Sebastião de Vasconcelos Galvão, na sua obra já mencionada, à fls. 72: "Durante os primeiros tempos o novo Governador esteve de perfeito acordo com o partido republicano que o elegeu. Depois seguiram-se várias divergências, e a 16 de junho, por intermédio do Congresso Legislativo do Estado, aquele partido rompeu em franca hostilidade com o mesmo Governador, aprovando duas moções de desconfiança aos atos dele."

No dia 10 o Governador do Estado suspendeu o orçamento do Município do Recife. O Prefeito não obedeceu ao ato, visto o Município ser autônomo e não conhecer autoridade no Governador para suspendê-lo.

"Como resposta ao protesto do Prefeito da Capital, o Governador baixou um Decreto com a data de 17, declarando dissolvidos todos os Conselhos Municipais. Baseou o ato, não só numa disposição transitória da lei n.º 25, de 3 de agosto de 1892 — Orgânica dos Municípios — e, ainda, que a eleição municipal fora mandada proceder por um poder inexistente na Constituição e leis estaduais —, a Junta Governativa.

Nomeou, em seguida, uma Intendência até fazer-se outra eleição e posse de novos membros da Municipalidade, tendo como Presidente da mesma o Dr. Manuel Pinto Damaso" (Dr. Sebastião de Vasconcelos Galvão, obr. cit., pág. 73).

No dia 7 de abril de 1896, terminando o seu mandato governamental, que era de quatro anos, o Dr. Alexandre José Barbosa Lima passou o governo de Pernambuco ao novo governador do Estado de Pernambuco Conselheiro Dr. Correia de Araujo que fora eleito para substituí-lo.

A "Enciclopédia Universal", no seu vol. V, pág. n.º 2.103, edição de 1969, dá-nos as seguintes informações a respeito do Dr. Alexandre José Barbosa Lima: "Político brasileiro. Ocupou diversos cargos públicos no cenário político nacional. Foi governador de Pernambuco de 1892 a 1896; senador pelo Amazonas; membro das comissões de Finanças da Marinha e da Guerra e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Instrução Pública e do Tribunal de Contas, presidente do Instituto Arqueológico de Pernambuco. No Congresso foi partidário da separação entre a Igreja e o Estado, mas mostrou-se contrário à expulsão dos jesuítas. Na

República foi o político que representou no Congresso maior número de Estados.

Nasceu em 1862 e morreu em 1931."

Com a ascensão do Conselheiro Joaquim Correia de Araujo ao governo de Pernambuco o Conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva demonstrou que politicamente era senhor do Estado de Pernambuco, situação que permaneceu até o ano de 1911 quando foi eleito e assumiu o cargo para que fora eleito o General Emídio Dantas Barreto.

Com a administração do General Dantas Barreto Pernambuco tomou uma orientação bem diferente na sua vida política, econômica e social e de lá para cá os Governadores que o sucederam, nesse longo curso de tempo, têm continuado o seu exemplo, de maneira que a administração pernambucana tem dado um impulso à sua vida progressista e evolutiva, que antes não conhecíamos.

Os que se dedicaram à campanha eleitoral foram uns verdadeiros bravos e heróis. Não é pouco esforço desenraizar uma oligarquia que se apoderara de modo exclusivo de um Estado por quase um quarto de século e o direito de liberdade dos demais cidadãos era apenas uma hipótese na letra morta das nossas leis.

Éramos então muito jovem, tínhamos reconquistado nossa liberdade e sentimos a alegria, o desabafo dos nossos conterrâneos quando vimos com a nossa vitória desaparecer a oligarquia compressora das nossas liberdades, desrespeitadora dos nossos direitos e toda população da nossa cidade, que vinha sofrendo esses constantes desrespeitos, vibrar unissona, ao som da nossa "Saboeira", a banda de música que chamavámos, então, o "piano", e em altas vozes, acompanhando os sons dos seus afinados instrumentos, fazendo subir aos Céus os nossos agradecimentos nos versos para nós anônimos: "Cantemos pernambucanos, Cantemos pernambucanos, Um hino santo em louvor, ao General Dantas Barreto, Ao general Dantas Barreto, Que é o nosso salvador! "Era como se fosse uma oração que fizessemos, nós goianenses, ao Grande Arquiteto do Universo, que nunca desprezou aos que sofrem ou que padecem pela maldade dos nossos semelhantes. Não, nunca esqueceremos os dias que nos facultaram essas alegrias e felicidades a esta terra abençoada que se conforma com os sofrimentos dos seus filhos mas que eles se tornam uns heróis, uns bravos quando são espezinhados, quando são feridos e magoados na sua liberdade e no seu direito. Foi o que fizemos contra uma

oligarquia que nos fazia chorar, afastando de nós nossos filhos, nossos pais, para terras distantes como aconteceu ao nosso estimado parente, Francisco Pedro de Araújo Filho, que foi verdadeiramente degredado para o então endêmico Amazonas, levando mulher, filhos, toda parentela, embora fosse uma grande cultura e um dos maiores oradores do Brasil que se chamava Francisco Pedro de Araújo Filho que nunca se esqueceu da sua terra, dos seus parentes, mas tudo isto porque desde muito jovem fora republicano e fora um correligionário de Martins Júnior. O nosso sociólogo, Gilberto Freire consagrou-o como um dos maiores oradores do Brasil, como poderá ser visto no seu conhecido livro "Ordem e Progresso," vol. I, pág. 131.

Araújo Filho, ainda acadêmico de direito e mais três auxiliares do Comércio, Orestes Brito, Nazeu Coutinho e Ângelo Jordão, pai do autor deste livro, fundaram um jornal republicano — "A Plebe", para combater os abusos que se praticavam e em trabalho publicado no Almanaque de Goiana, no ano de 1930, o ex-auxiliar do comércio — Ângelo Jordão — escreveu um trabalho onde rememorava a ação do referido jornal e dizia: "Embora dirigido por três modestos empregados do comércio e um acadêmico de direito, viveu quase quatro anos, atacando desassombrado os erros políticos e verberando sem restrições todas as violências." Era esta a situação de Goiana, nos fins do século passado e primeira década do presente século, quando fomos libertados com a eleição do General Dantas Barreto, cuja memória todo goianense ainda conserva e enaltece.

Aqui concluímos o nosso trabalho, mas prestando uma homenagem à bravura das mulheres goianenses, quer à memória das falecidas, que são em maior número, quer às que ainda vivem, que no dia 9 de setembro de 1911, publicaram um Manifesto em favor da candidatura do General Dantas Barreto, explicando as razões porque o faziam, provando assim que ainda conservam as tradições de patriotismo das heróicas mulheres de Tejucupapo que reagiram e venceram os holandeses no século XVII, quando eles tentaram se apoderar da nossa pátria. "Manifesto das senhoras de Goiana. Aos pernambucanos. Pernambucanas, vendo os nossos esposos, nossos filhos, nossos irmãos, nossos conterrâneos, empenhados no pleito para a eleição de governador do Estado, no próximo quatriênio, queremos e resolvemos, por nossa vez, tomar parte no referido pleito. Nosso querido Estado, é certo, tem grandes condições

de vida e de progresso; precisa, porém, e deve despertar, para reaver sua antiga e bela posição de destaque no seio da comunhão brasileira; precisa e deve caminhar mais aceleradamente, pois perdido tem já um longo período, devido uma série inglória de acanhadas administrações. Condenando estas retardatárias administrações, claro está que não podemos ser pelos seus únicos responsáveis. Somos sim, pela candidatura do General Emídio Dantas Barreto como digno conterrâneo, distinto na sua carreira de soldado e nas letras, digno sucessor de Joaquim Nabuco na Academia de Letras e na estima pernambucana.

Iniciando nossos trabalhos, que havemos de continuar esforçadamente, fundamos nossa Junta Pró-Dantas, que fica formada pelas sinatárias deste. Confiando sempre mais, e cada vez mais, alcançaremos muitos votos para o nosso candidato e, cumprido o nosso dever, cantaremos afinal o hino de vitória, o hino da liberdade, da felicidade pernambucana!

Goiana, 9 de setembro de 1911.

Antônia da Cunha Rabelo (Engenho Tabairé), Guilhermina da Cunha Rabelo (Engenho Camorim), Manuela da Cunha Rabelo (Camorim), Maria Eugênia da Cunha Rabelo, (Engenho Tracunhaém), Maria José da Cunha Albuquerque (Engenho S. Salvador), Maria da Conceição Barros Rabelo (Engenho Camorim), Bemvinda Augusta Corrêa Gondim, (Goiana), Maria Joana Corrêa Gondim (Goiana), Maria Amália Corrêa Gondim (Goiana), Maria Emília Corrêa Gondim (Goiana), Maria Augusta Corrêa Gondim (Goiana), Julieta Aurea Corrêa Gondim (Engenho Pedregulho), Angelina Carneiro Dias Barreto (filha do fugitivo de Carrapicho, na Patriotada, Joaquim Carneiro de Mesquita Melo, Goiana), Constança Carneiro de Melo (idem), Teresa Flora B. de Andrade, Blandina Caité Barreto de Andrade, Filadelfa Caité Barreto de Andrade, Maria Estela Barreto de Andrade, Adriana Caité Barreto de Andrade, Ana de Gouveia Cunha Barreto, Maria da Silva de Andrade Borba, Inez de Andrade Borba, Elisa da Silva Pedrosa de Andrade, Ana Tavares de Gouveia Barreto, Ana Isabel Tavares de Miranda, Helena Tavares de Miranda, Laura Tavares de Miranda, Arlinda Tavares de Miranda, Sérvola Euclides, Ana Vergueiro da Silva, Francisca Pires Vergueiro, Maria Eugênia Pires Vergueiro, Josefina Judite Pires Vergueiro, Izabel Elisa Pires Vergueiro, Anália Gouveia Tavares de Melo, Filadelfa Eugênia Vergueiro, Antônia Pires Ver-

gueiro, Elisa Jordão (mãe do autor do livro), Amélia Gomes Pinto de Abreu, Blandina Pinto da Silva Barreto, Venina Pinto de Abreu, Leonila Pinto de Abreu, Felina da Silva Barreto, Rita Pinto de Abreu, Olindina da Silva Barreto, Amélia Pereira de Andrade, Ana Pereira de Andrade, Adriana Pereira de Andrade, Maria C. Andrade Souza, Alina de Andrade Souza, Luíza Tavares Gouveia de Melo, Amália Nunes Monteiro, Georgina Tavares Figueira Cavalcanti, Idalice Figueira de Mendonça, Gentila Figueira de Mendonça, Laura Figueira de Mendonça, Veneranda Marculina Fernandes, Ambrosina Cavalcanti Monteiro, Eudorxia Carneiro Monteiro, Cantolina Prestrelo, M. do Carmo Prestrelo, Elisabete Prestrelo, Maria de Lourdes Prestrelo, Joaquina Maria de Albuquerque, Maria da Conceição de Albuquerque, Maria Clotilde de Albuquerque, Maria da Glória de Albuquerque, Emília Felismina de Amorim, Ana Tavares Ribeiro de Souza, Margarida Tavares de Gouveia Souza, Rita Tavares Ribeiro de Souza, Osminda Tavares de Araújo, Ana Tavares Vieira de Araújo, Cândida Tavares Vieira, Nercina Tavares de Gouveia, Anália Tavares de Gouveia, Olímpia Carneiro de Vasconcelos, Manuela Regina de Melo, Severina Campelo do Rego Barros, Lidia Campelo do Rego Barros, Bemvinda Rabelo do Rego Barros, Luzia Correia de Oliveira Rabelo, Maria Guedes Rego Barros, Maria Clementina Bernardes, Amélia do Carmo Bernardes, Ana Gomes de Albuquerque, Izaura Gomes Dourado, Amélia Gomes de Andrade, Anesita Gomes Coutinho, Francisca Gomes Coutinho da Slva, Felipa Gomes Coutinho, Olindina Rodrigues Tavares, Georgina Rodrigues Tavares, Lidia Rodrigues Tavares, Ana Tavares de Gouveia Marinho, Flordelina Almeida de Mendonça, Maria Amália T. de Melo, Zulmira Tavares de Carvalho, Severina P. Alves de Souza, Maria Luna Bezerra, Eulália de Luna Guilhermina, Júlia Tavares Chaves, Rosa de Lima da Cunha Rabelo (Engenho Tebairé), Joana Xavier da Cunha Rabelo (Itapirema), Maria das Mercês da Cunha Coutinho, Maria José Tavares Marinho, Júlia Amélia de Souza Lobo, Umbelina Carneiro de Mesquita (filha do fugitivo de Carrapicho Joaquim Carneiro Mesquita de Melo), Maria José Carneiro de Mesquita, Rosa Carneiro de Mesquita, Maria Emília Vergueiro, Gumercinda Prestrelo, Maria Figueira da Silveira, Laura Figueira Conceição, Ana Caité Barreto de Andrade."

ANEXO

Dando apoio ao que afirmou o eminente filho de Goiana — Desembargador Luiz Marinho —, no seu luminoso prefácio a respeito de um processo que julgamos, quando éramos titular da 2.ª Vara Criminal da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, juntamos certidão do parecer que ofereceu o Exm.º Sr. Subprocurador Geral da República, o dr. Alceu Barbedo, na apelação criminal que interpuseram os acusados para o Egrégio Tribunal Federal de Recursos, a qual juntamos aqui como anexo ao presente trabalho porque é muito honroso para o modesto filho de Goiana que sempre procurou honrar as tradições de sua terra, heróica, brava e destemida, sempre zelosa da sua honra e dignidade.

Recife, 1 de junho de 1976.

Ângelo Jordão, filho.

Câmara Itaboraí, conservador, dissolveu: a Câmara nova, eleita no mesmo ano, veio unanimemente conservadora! Em 1878 deu-se o contrário, foi o Gabinete Conservador que caiu; substitui-o um Gabinete liberal, o Gabinete Sinimbú: e a Câmara, conservadora, dissolvida, voltou soberbamente liberal! (Oliveira Viana, *ibidem*, pág. 34).

Digamos com Edmundo Jordão: eles, os políticos, lá se entendem...

Assim, acreditamos, nesses casos, não havia preferência do Imperador como não houve com a princesa D. Isabel, que, substituindo D. Pedro II, quando viajou para a Europa, quis libertar, sem qualquer condição, os escravos do Brasil; confiou a realização desse grande desejo do povo brasileiro ao Partido Conservador, justamente onde se encontravam os maiores opositores a essa nobre ação, quase divina.

No Império eram comuns essas contradições e, por fatos semelhantes, é que tivemos o grito do imortal Marechal Deodoro da Fonseca: "Viva a República". Queria ele, D. Pedro II, conciliar graves divergências entre o Trono e o Exército com o Gabinete Ouro Preto, o mais contra-indicado político para semelhante fim.

*

* *

Não provieram as desordens, as sevícias, e outras violências cometidas pelos caceteiros ou patriotas de Goiana contra os portugueses que tinham ali suas residências, por causa das farpadas que deram Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão em D. Pedro II, quando S.M. foi a Europa entre os fins de 1871 e princípios de 1872, em visita a alguns países daquele Continente.

Aquelas assuadas e pancadarias, tiveram um intuito original, próprio, e suas raízes vieram desde o recuado ano de 1835 com os distúrbios sociais promovidos pelo Comendador Antônio Alves Viana, amigo íntimo e correligionário do Barão de Goiana, segundo já narramos folhas atrás, contra a gente do engenho Catu, pessoas que pertenciam ao Partido Liberal e amigos pessoais e políticos de Nunes Machado. Só tivera lugar sua malignidade, depois de 1868, após o falecimento do Barão de Bujari que fora concorrente do Barão de Goiana no seu desejo de ser Chefe do Partido Conservador em Goiana; é que surgiu a rixa que o primeiro teve contra os portugueses porque eram amigos do segundo e sempre o ajudavam nas eleições municipais, na cidade de Goiana, principalmente, na

última, que foi vitorioso o Barão de Bujari, sendo eleito, por quatro anos, vereador à Câmara Municipal e por ser o mais votado foi proclamado seu Presidente, como era ordenamento das leis eleitorais daquela época. O seu quatriênio não chegou ele a concluir porque falecera poucos dias antes de finalizá-lo.

Daí em diante o Barão de Goiana não teve mais competidor dentro do Partido Conservador e nasceu seu desejo de obter o aumento de eleitores conservadores dentro de Goiana, mas o fez de maneira estranha, fazendo pressão contra os portugueses e do mau resultado que houvesse se responsabilizaria judicialmente o mais eminente chefe do Partido Liberal, em Goiana. O processo, sob toda maneira, era nocivo, nem seria favorável a qualquer político que quisesse se impor à estima do povo, nomeadamente o de Goiana que é altivo e independente desde o berço em que nascera.

As vigorosas farpadas, por vezes injustas, mormente na sua segunda fase, de que fora vítima D. Pedro II, agitaram todo País, embora sem qualquer massacre contra os portugueses, não nos constando que de norte a sul isto houvesse acontecido, isto é, porque de Portugal chegavam-nos os doestos que se travaram entre aqueles eminentes escritores e parte da imprensa brasileira, porque, a outra parte, por sua vez, só publicava as farpadas que pelo seu chiste, pela sua facécia, pela sua ironia, seus motejos, faziam rir a nação brasileira.

Em 1872, deveriam realizar-se as eleições municipais para o quatriênio 1873-1876. O Partido Conservador continuava no poder e o Barão de Goiana aproveitou a oportunidade para chamar a si o eleitorado da cidade porquanto a respeito do interior, como nós chamamos hoje, estava ele tranqüilo. Sabia que os portugueses não lhe estimavam e poderiam ajudar seus adversários (os liberais) nas eleições, e ele seria, na certa, derrotado, como fora duas vezes, sendo uma delas, como vimos, com tão grande diferença que muito o molestou a derrota. Vivia ainda seu auxiliar nas questões eleitorais, que era o Comendador Antônio Alves Viana e com ele, decerto, combinou a maneira de afastar os portugueses das eleições municipais que seriam em setembro de 1872.

Não se falava, então, de lutar com português e muito menos em patriotas que seriam, como vieram a ser conhecidos, os caceteiros do Engenho Novo, instruídos militarmente pelo comendador Antônio Alves Viana, Mestre de trapaças eleitorais para valerem como coisas limpas e legítimas.

Os conservadores arreceavam-se dos liberais e não sabiam que, nesta altura eles já houvessem anunciado a sua desistência das eleições municipais de Goiana e tudo, politicamente, corria bem na cidade. Mas de surpresa, ainda no dia 31 de julho os caceteiros entraram em ação. Paulo Cavalcanti descreveu o início da patriotada da seguinte maneira: "Pelas 22 horas do dia 31, o comerciante José da Silva Oliveira, "o primeiro negociante português deste lugar, de conduta exemplar, e a primeira vítima imolada aos cacetes dos sicários", é barbaramente espancado pelos goianenses. A agressão ao comerciante Oliveira, moço de 35 anos, mas de largo conceito no município, abalou toda cidade, estimulando os rebeldes a novos cometimentos, desde que a surra no mais importante dos portugueses justificava o corretivo das cacetadas nos demais."

E continuou Paulo Cavalcanti: "No outro dia, 1.º de agosto, a confusão era maior. O português Belmiro José Gonçalves, amigo e compadre do Barão de Goiana, o todo-poderoso chefe político situacionista da Comarca, foi tremendamente sovado a golpes de *quiri*, em plena Rua Direita, defronte do quartel de polícia. Impressionado com a extensão das ocorrências, o Barão de Goiana, que se achava na cidade, rumou ao Engenho Novo, a poucos quilômetros da sede do município, a fim de "arregimentando" seus moradores — "a flor da sua gente" — tentar restabelecer a ordem, garantindo a vida e a propriedade dos portugueses". (Obr. cit. 1a. edição, pág. 141).

Nesse mesmo dia ainda foram agredidos outros portugueses, tendo sido entregue toda cidade à violência dos caceteiros e os portugueses procurando fugir daquele inferno dantesco. "No dia 2 de agosto, ainda é informação de Paulo Cavalcanti, a situação permanecia tensa. Continuavam os espancamentos, seguidos de depredações de lojas e estabelecimentos outros de propriedade dos lusos. Nem mesmo um pequeno grupo de italianos, residentes na cidade e que se entregavam à profissão de caldeireiros e soldadores, escapou da pancadaria." (*Ibidem*, mesma página).

Finalmente a própria polícia entrou na desordem, como confessou o próprio delegado: "encontrei os soldados de *cacete* debaixo do braço, prontos para darem em *marinheiros*" (*Ibidem*, pág. 143).

Encerra Paulo Cavalcanti esse capítulo negro da história política da nossa terra com as seguintes informações: "Seis dias depois de *iniciadas* as manifestações de hostilidade



Um Chefe índio visita o General Candido Rondon já velho e doente.

contra a colônia portuguesa, *por causa das Farpas*, o ambiente da cidade de Goiana era de desordem e abandono. O comércio, quase inteiramente controlado pelos lusos, encontrava-se com as atividades interrompidas. Contavam-se pelos dedos as casas de negócio abertas, *mesmo as de nacionais*. Era completo o reino do *quiri* e *cipó-pau*, como prometera o autor dos Farpões a Eça de Queiroz". (*Ibidem*, mesma pág. 143).

*

* *

Sabemos assim que os espancamentos dos portugueses, onde foram incluídos até italianos, ocorreram em dia certo, com gente necessariamente armada a cacete, não a cipó e quiri, mas com madeira especial colhida na mata do Engenho Goiana Grande, onde existia da melhor qualidade e com eles se achavam também armados os próprios soldados da polícia, como informou o próprio Delegado local, que era oficial da Guarda Nacional, da qual era Comandante o Barão de Goiana.

Não proveio esse movimento agressivo aos lusos, de uma inspiração momentânea, mas de uma ação pensada, calculada e posta em execução no momento necessário, como estavam avisados ou, melhor, como temiam os portugueses, não como um movimento nativista porém como um desforço, porque ajudaram o Barão de Bujari na sua última eleição à Câmara Municipal de Goiana, cujo mandato de vereador e exercício de Presidente não chegou a concluir, porque falecera poucos dias antes de terminar, como já foi exposto.

As vésperas das eleições municipais era o momento oportuno de advertir aos portugueses que não se intrometessem nas eleições que se iriam realizar, e que só interessavam aos conservadores, pois aos liberais estavam reservadas outras medidas que no tempo exato seriam devidamente aplicadas, com os mesmos resultados esperados.

Acreditamos que os excessos praticados pelos caceteiros não foram do agrado do Barão de Goiana e sua ida ao Engenho Novo onde residia o planejador dessas violências, o já muitas vezes invocado Comendador Antônio Alves Viana, que era da mesma opinião do ex-Secretário da Agricultura, Joaquim Bandeira, que a política não tinha entranhas, e todo ato, por mais nocivo que fosse ao adversário, devia e podia ser aplicado.

Entendemos que assim não era o sentimento do Barão de Goiana e daí surgiu a necessidade de sua ida ao Engenho Novo, tomar as necessárias medidas junto ao seu amigo já mencionado e reunir a gente necessária para dominar os exageros que estavam sendo feitos pelos caceteiros, o que conse-

guiu, pois quando chegou a força enviada pelo Presidente da Província, por ordem expressa do Chefe do Gabinete, que era o Visconde do Rio Branco, estava praticamente dominada a desordem provocada pelos caceteiros, embora ainda existissem inquietação e receios por parte dos portugueses e dos nacionais, se bem que, após a chegada da dita força, foi tudo se normalizando. A intervenção do Barão de Goiana fora salutar e frutuosa na ausência da força policial necessária para conter os insubordinados.

E Paulo Cavalcanti fez esta Justiça ao Barão de Goiana. Escreveu ele: "A sublevação de agosto, convulsionando a cidade durante dias e noites seguidos, impelira Goiana a uma situação de caos absoluto. Apesar de debelado o movimento, as atividades do município se ressentiram da falta de garantias; e todo o comércio, mesmo o dos nacionais, teve de interromper seu giro, ocasionando sérios transtornos a uma extensa região de Pernambuco. *Quando os soldados do Batalhão de Infantaria desembarcaram no porto de Goiana, a sedição já se encontrava praticamente em declínio. A fuga, em massa dos elementos estrangeiros e a ocupação da cidade pelos "moradores" do Barão de Goiana, contribuíram para a cessação das hostilidades*". (Obr. cit., pág. 163, 1a. edição).

Conseqüentemente, a atitude do Barão de Goiana foi corajosa e louvável e ele lançou mão de pessoas em quem podia confiar. Tinhamos razão quando dissemos que não acreditávamos que ele autorizasse as violências que lhe foram atribuídas. O seu desejo, a sua vontade era impedir que os portugueses não se intrometessem com as questões eleitorais mas não que os espancassem de modo brutal como fizeram. A sua intenção, acreditamos, seria só intimidá-los. Assim foi como ocorreu com a gente de Catu e o resultado para ele foi satisfatório.

*
* *

Finalmente, por determinação expressa do Presidente da Província foi instaurado inquérito contra o responsável daquelas violências e daqueles espancamentos infligidos aos portugueses, aos italianos e mesmo aos nacionais — "E de tal modo se preocupou o Presidente da Província em que se apurassem os fatos, castigando-se os responsáveis, que o Dr. Vaz Curado (Promotor Público) recebeu ordens expressas no sentido de acompanhar pessoalmente, no recinto da própria delegacia, a todos atos do processo. Em dezoito dias, apenas, con-

cluíram-se as diligências policiais, embora o relatório do delegado João "Faca-Torta" não mencionasse, com segurança, os nomes dos culpados. As testemunhas arroladas e ouvidas, ou temerosas de represálias, ou coniventes e solidárias com os "patriotas", perdiam-se nos depoimentos, dificultando a apuração da verdade. Até as vítimas, assustadas, contavam a história do incidente de modo impreciso, omitindo referências a nomes de pessoas." (Obr. cit., edição portuguesa, pág. 174 e 175).

Finalizadas as diligências policiais atinentes aos atos criminosos praticados pelos caceteiros, o próprio delegado conduziu o respectivo processo para Recife para entregá-lo ao Chefe de Polícia pois foi tudo realizado por determinação pessoal da referida autoridade.

"Apesar de concluído pela Polícia, informa Paulo Cavalcanti, o inquérito não tivera andamento, admitindo-se, inclusive, que a demora da formação de culpa obedecia a um plano dos conservadores no sentido de manter os liberais sob a constante ameaça de um enérgico procedimento judicial, tolhendo-lhes a ação política ou impedindo-os pela intimidação, de qualquer iniciativa em favor dos "patriotas". (Obr. cit., pág. 232, 1a. edição).

Que a orientação que estão tomando os fatos é a que nós já nos referimos, não tenhamos dúvida. Que as violências exercidas pelos conservadores iriam ter uma repercussão até internacional também tínhamos absoluta certeza. O que colocou em má situação o Barão de Goiana foi haver ele encarregado seu grande e dedicadíssimo amigo Comendador Antônio Alves Viana de preparar os meios e os modos de intimidar os portugueses para que não se envolvessem mais nos pleitos eleitorais em que concorressem os conservadores e os liberais. Mas tudo, digamos com uma palavra mais vezes usada no nosso linguajar comum, foi estragado pelas excessivas violências e danificações de seus bens que os portugueses sofreram, com as quais também não concordou o próprio Barão de Goiana que, pessoalmente, com apoio de muitas pessoas da sua confiança viera, acompanhado de amigos, reprimir aquela verdadeira calamidade de que foram responsáveis aqueles brutamontes, os caceteiros e conhecidos desordeiros da espécie do que nos foi descrito por Eduardo de Lima Castro.

Quando o Barão de Goiana muito se contrariara com a vitória, numa eleição municipal, conquistada por seu concorrente à presidência do Partido Conservador local, e sus-

tentava que ela fora conseguida porque os seus eleitores foram, antes, os próprios soldados de polícia, o então Presidente da Província, Sérgio de Macêdo, já se mostrara apreensivo com essa possibilidade, de serem maltratados os portugueses, com quem o Barão de Goiana não se dava bem, alegando-se para esse fim o espírito nativista dos brasileiros, em conversa que tivera em palácio, e afinal, por culpa de um amigo seu, aconteceu o que o Presidente suspeitava e que tão calorosamente foi rebatido pelo Conselheiro João Alfredo, quando escreveu com tanta proficiência a respeito da geneologia do seu bravo sogro e tio. É a fatalidade das coisas deste mundo, que ninguém evita.

*

*   *

Estes tristes fatos de ordem material já estavam consumados, não havia mais tempo para as lamentações ou comentários. A apuração das responsabilidades de quem tivesse culpa na prática daqueles calamitosos acontecimentos que encheram a todos de tristeza, de preocupações, de sustos e tenebrosas apreensões, já havia passado e por determinação expressa do Presidente da Província já haviam sido iniciadas as Diligências Policiais com assistência pessoal do Representante do Ministério Público.

As eleições para vereadores da Câmara Municipal estavam designadas para o dia 7 de setembro de 1872, a fim de indicarem os que iriam compô-la no quatriênio de 1873 a 1876. O Partido Liberal por meio de Manifesto publicado pela imprensa do Recife, no dia 3 de julho de 1872, absteve-se das eleições sob o fundamento de que: "Desonra-se e suicida-se o partido que não luta; mas isto unicamente nos países em que a luta legal é possível, onde o cidadão tem garantia para o seu voto livre, naqueles em que pelas urnas lhe é dado conquistar a suprema direção dos negócios públicos.

Nos mais, naqueles em que as urnas são trancadas pelas baionetas, e violadas pela fraude; naqueles em que os partidos sobem ou descem a bel-prazer do poder moderador, se a luta é indispensável é em outro campo". (Cit. por Paulo Cavalcanti, obr. cit., 1a. edição, pág. 201).

Nas condições em que se achava Goiana, segundo temos descrito, e a certeza de que tudo isto estava ocorrendo, precisamente para prejudicar os portugueses e os liberais de Goiana, porque era questão fechada do Partido Conservador não perder as eleições onde deviam ser eleitos vereadores à Câmara

Municipal de Goiana, estando ele no poder, podendo dispor da força pública e dos elementos civis que receberam ordens de um irresponsável, como era o Comendador Antônio Alves Viana, seria igualmente louco um partido constituído de homens eminentes e responsáveis aventurar-se em tomar parte numa eleição em que ninguém podia contar nem mesmo com as garantias que o Governo estava obrigado a prestar a qualquer cidadão, representado naqueles tempos pelo Gabinete Ministerial.

Abstendo-se, como se absteve, o Partido Liberal de Goiana das eleições municipais de 7 de setembro de 1872, foram eleitos todos os candidatos indicados pelo Partido Conservador de Goiana. Mas, diga-se e sustente-se, a cidade de Goiana ainda não fora vencida, tendo contra a vontade da sua população alguém que a dominasse inteiramente.

*

* *

Considerando-se tudo isto, pelo lado exclusivamente eleitoral, podia-se fechar o pano. A tragédia prenunciada pelo eminente Presidente Sérgio de Macedo estava consumada, não pelos motivos por ele conhecidos mas por causa de motivos menos justificáveis e que a lei não permite que se chegue a esses fins desde que ela não consente, isto é, eleger-se este ou aquele cidadão, para qualquer cargo ou função, a coice de armas, ou ferindo e magoando estrangeiros que se abriguem sob a proteção das leis brasileiras para exercer função honesta e por elas garantida.

*

* *

É por esses princípios expostos que entendemos que as farpadas de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão não têm nenhuma responsabilidade pelo que fizeram os caceteiros do Comendador Antônio Alves Viana, em Goiana, ao que, somente por ironia ou escárnio, poderia ser chamado *Patriotada*, quando o nome que lhe quadrava exatamente era *Canalhada*.

Não foi Goiana que, de modo coletivo, por vontade unânime dos seus habitantes ou mesmo sua maioria, quisesse que os portugueses se retirassem dali, foi, sim, por vontade de um partido político. Ele, só ele, perante a nossa história responderá por esse inominável prejuízo que ela sofreu na sua grandeza política, econômica, social e cultural.

O que veio depois, são reflexos, conseqüências de um ato mal pensado e condenado até pelo menos equilibrado dos homens.

*

* *

No nosso ponto de vista, o Brasil somente riu-se com as graçolas de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, contra as gafes de D. Pedro II, até o momento em que ele regressou ao seu Império, porque ficamos convencidos que ele estava mesmo ridículo, tal como foi testemunhado por milhares e milhares de pessoas, quebrando o protocolo das cerimônias que são impostas a pessoas da sua elevadíssima posição. Daí por diante o Brasil não se riu mais, teve vergonha. O que veio depois foi troca de desaforos escritos em alto estilo, é verdade, mas que nos enojaram.

Eça de Queiroz e seu eminente confrade e amigo fraternal, não têm qualquer responsabilidade, até aí, pelas brutalidades, selvagerias e desumanidade que sofreram os portugueses em Goiana; tudo é conseqüência de um cerébro em desorganização e já revelado desde os anos de 1835, o famígero Comendador Antônio Alves Viana, que não morreu de fome, porque seu grande amigo e protetor socorreu-o na hora extrema, deixando-o ainda abrigado no Engenho Novo, onde testemunhou, certamente arrependido, um homem de bem morrer, que queria muito a Goiana, onde empregou todo seu esforço, e a quem se chamava, em vida, João Joaquim da Cunha Rego Barros, Barão de Goiana, do qual seu eminente genro e sobrinho, o Estadista e Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, exaltou com essas palavras: "Em 30 de novembro do dito ano (1874), em sua vivenda no Engenho Novo de Santo Antônio, como bom católico, fortalecido pelos sacramentos da Igreja, passou ele à glória dos justos.

Até o último momento teve o entendimento claro e o espírito pacífico, mas ativo como sempre.

Percebendo que o engenho tinha parado, perguntou a razão; falou do estado da casa; explicou negócios; fez recomendações de quem levava para a outra vida todo o seu zelo pela família, e despediu-se ternamente das pessoas presentes.

Quando soaram as últimas palavras a alma serenamente desprendia o vôo para Deus, e o corpo sem uma contorsão pegava no sono eterno. Morreu quando se encostava para repousar; fechou os olhos e dormiu." (Obr. cit. Vej. "Analecto Goianense", vol. IV, pág. 198).



Retrato do antropólogo Roquete Pinto que foi um dedicado auxiliar do general Candido Rondon na sua grande missão de pacificar os **índios sobreviventes do Brasil a respeito da qual publicou sua notável obra "Rondonia" mostrando a grandeza dos elevados** benefícios que o saudoso e imortal militar prestou ao Brasil.

Efetivamente, morrera um grande filho de Goiana, um dedicado e excelente filho dessa terra heróica e extraordinária.

*

*   *

Só quem não souber ou não conheceu os fatos ocorridos em 1872, poderá admitir que as pessoas que foram envolvidas no processo aberto contra os caceteiros ou os seus mandantes, o foram por sua qualidade de patriotas. Patriota, já foi explicado, é alcunha de Caceteiro. Chamavam-se patriotas aqueles assalariados, que foram encarregados pelo Comendador Antônio Alves Viana de espancar, seviciar, maltratar, danificar os portugueses.

Sendo assim, não podiam eles ter sido seus amigos.

Os que pertenciam ao Partido Conservador também não podem ser considerados como protetores dos portugueses pois a trama organizada para que os portugueses fossem afastados de Goiana a fim de que não favorecessem os eleitores correligionários do Partido Liberal na eleição que deveria se realizar em 7 de setembro de 1872, como fizeram em favor do falecido Barão de Bujari, quando venceu o Barão de Goiana na eleição de vereadores à Câmara Municipal para o quatriênio de 1857 a 1860, que o derrotou por uma margem muito larga, como já foi relatado, fora autorizada pelo Partido Conservador.

Mas, tendo o Partido Liberal de Goiana desistido de concorrer às eleições municipais, em 1872, como já foi também relacionado, pelos motivos que foram argüídos no respectivo Manifesto que publicaram os liberais, inclusive a falta de garantia por parte do Governo aos votantes, concorreu apenas à dita eleição, o Partido Conservador.

*

*   *

Com os acontecimentos ocorridos nos primeiros dias de agosto de 1872, o então Ministro do Império João Alfredo Corrêa de Oliveira conseguira a nomeação do Dr. Henrique Pereira de Lucena, mais tarde Barão de Lucena, para o cargo de Presidente da Província de Pernambuco e procurou restaurar a ordem pública de Goiana, com autoridades que merecessem a confiança do Partido Conservador em Goiana, nomeando-se para seu Juiz de Direito o Dr. Abel Graça; para o cargo de Delegado o Tenente-Coronel da Guarda Nacional Valentiniano, mais conhecido por Valentim do Rego Barros, seu cunhado.

"Com essas medidas, escreveu Paulo Cavalcanti, tornava-se evidente a manobra dos elementos chegados aos portugueses, de envolver em processo e encarcerar, no mais breve tempo possível, os cabeças da insurreição de 1872, levando de cambulhada nas malhas da Justiça, os próceres do Partido Liberal. Apesar de concluído pela polícia, continuou Paulo Cavalcanti, o inquérito não tivera andamento, admitindo-se, inclusive, que a demora da formação de culpa, na Justiça, obedecia a um plano dos conservadores, no sentido de manter os liberais sob a constante ameaça de um enérgico procedimento judicial, tolhendo-lhes a ação política, ou impedindo-os pela intimidação, de qualquer iniciativa em favor dos patriotas (os caceteiros)." (Obr. cit. 1a. edição, pág. 232).

*

* *

Quem previu que isto iria acontecer aos liberais de Goiana, ou era um vidente, ou então algum goianense discreto, conveniente, que já fosse conhecedor dos planos traçados pelo Comendador Antônio Alves Viana, mas não queria se envolver em coisas que não lhe interessavam.

Como fora previsto, os autos das Diligências Policiais somente foram movimentados pela Justiça de Goiana no ano de 1875. Evidente que, com a exclusão das eleições de 1872, para vereadores à Câmara Municipal de Goiana, nenhuma eleição mais se realizara em Goiana, para qualquer cargo legislativo. Somente em 28 de novembro de 1875, efetuar-se-iam as eleições para os deputados à Assembléia Provincial de Pernambuco. Para as eleições municipais de 1872 não foi necessário o processo intimidativo contra os liberais pois seu Partido desistiu de comparecer às urnas, e as referidas Diligências Policiais procedidas contra os caceteiros e seus mandantes ficaram dormindo seu sono, descansadamente, no respectivo cartório dos processos criminais de Goiana.

Nessa emergência, chegara a oportunidade de se pôr em prática o que estava previsto, isto é, de atribuir-se aos liberais de Goiana a sinistra conduta dos caceteiros contra os portugueses, segundo o que foi organizado e executado por orientação do Comendador Antônio Alves Viana, prestigioso partidário do Partido Conservador, em Goiana, e amigo de antiga data e de toda confiança do Barão de Goiana, desde o já recuado ano de 1835, quando vivo era ainda Joaquim Nunes Machado, o grande Chefe do Partido Liberal, que já era combatido por ele e perseguidos os seus correligionários para

afastá-los da cidade, usando de constantes ameaças que perturbavam a ordem pública e movimentavam a polícia até de distritos distantes, como vimos folhas atrás.

"Em face de tais expectativas, escreveu Paulo Cavalcanti, os "vermelhos", como ele, às vezes, trata os conservadores, porque Pereira da Costa, em épocas remotas, afirmou que eles assim eram chamados, trataram de utilizar o processo (o que dormia em cartório desde o ano de 1872) contra os nacionalistas (os caceteiros e seus mandantes), como instrumento de intimidação. Manuel Barreto (Manuel Tavares Barreto, que fora tio-avô da primeira esposa, Maria Ester Barreto Jordão, do autor do presente trabalho) era o "fantasma negro", esclareceu Paulo Cavalcanti, dos homens do governo daquela localidade, (os conservadores), por causa da sua popularidade que lhe tem merecido suas idéias democráticas.

Barreto, para os conservadores, não passava de chefe de uma sociedade de cem homens, que tinha por fim matar os portugueses (um sicário? Não era, não! Era um democrata e um entusiasta republicano, que recebeu, como homenagem dos seus correligionários, um grande retrato, com dedicatória, do qual é hoje depositário o Desembargador Luiz Tavares de Gouveia Marinho, um dos mais eminentes parentes do grande goianense que se chamou Manuel Tavares Barreto, avô pelo lado materno, do Dr. Lauro Raposo, que foi um dedicado Prefeito de Goiana), expulsar a polícia e governar a cidade por meio do punhal. Daí, continuou Paulo Cavalcanti, na opinião dos correligionários do Ministro João Alfredo, a necessidade de isolar do pleito eleitoral esse homem tão prestigiado pelas massas". (Obr. cit., pág. 283, edição portuguesa).

Como afirmamos anteriormente, esta era também a vontade do Barão de Goiana, menos o espancamento brutal de que foram vítimas os portugueses e o processo, contra os liberais, só seria instaurado com finalidades intimidativas. E ele reprovou os excessos e pessoalmente, acompanhado de amigos e de pessoas de sua confiança, procurou e obteve neutralizar a ação malígna dos caceteiros improvisados em patriotas...

*

* *

A formação da culpa dos patriotas caceteiros e dos seus mandantes teve como Juiz não o Juiz de Direito da Comarca, que estava ausente, mas o seu substituto, o Juiz Municipal, Dr. Alfredo Ernesto Vaz de Oliveira. Depois de ouvir testemunhas inimigas, parentes dos acusados, outras falsas,

foram eles pronunciados, sendo reconhecidos como autores intelectuais das tentativas de morte contra os portugueses os liberais Manuel Barreto, Cosme Damião da Silva, José Lopes e Silva, José Henrique Cesar de Albuquerque, Joaquim Carneiro de Mesquita e Melo, José Domingues Antunes dos Reis, José Antônio de Albuquerque e Trajano Medeiros e Albuquerque, e como mandatário e executor do crime um único caceteiro, que foi Joaquim Leite, vulgarmente conhecido por Joaquim Piancó.

Desses apenas a polícia conseguiu prender Joaquim Carneiro de Mesquita e Melo, pai do sócio comercial do pai do autor deste Trabalho, e Trajano Medeiros e Albuquerque, que foram encontrados nas suas residências; os demais procuraram ocultar-se não conseguindo prendê-los o Delegado de Polícia.

Em seu favor, porém, foi requerido habeas-corpus perante o Tribunal da Relação da Província de Pernambuco, para o que o dito órgão Judiciário pediu a presença dos pacientes ao Juiz, a fim de serem ouvidos. Viajando escoltados por uma força policial, devidamente armada, e acompanhados pelo Carcereiro da Cadeia Pública, ao passarem pelo lugar Carrapicho, pertencente ao Distrito de Tejucupapo, no denso mato que marginava, naqueles tempos, a respectiva estrada, em direção ao Recife, partiu um cerrado tiroteio contra os condutores dos referidos acusados; procurando eles defender-se daquela emboscada, começaram a atirar mas sem conhecimento donde partiam os tiros. Os dois réus, aproveitando a confusão, escapuliram-se e nunca mais foram encontrados.

*

* *

Entendemos que existe relevante engano no dizer-se que os conservadores de Goiana, inclusive o eminente Conselheiro João Alfredo, Chefe do respectivo partido, depois da morte do Barão de Goiana, no sentido eleitoral, fossem amigos dos portugueses de Goiana, pois tudo quanto se fez ali contra os portugueses é da responsabilidade do Partido Conservador, mesmo com os excessos condenados pelo Barão de Goiana, porque foi tudo organizado por pessoa de sua confiança, inclusive a prisão dos liberais como responsáveis pelas agressões aos portugueses, embora o fosse a título de intimidação para que eles se afastassem do pleito que iria ter lugar em 1875.

Mas há males que vêm por bem.

Quando os liberais tiveram conhecimento de que foram pronunciados como responsáveis pelos espancamentos que sofreram os portugueses, um deles, mais ardiloso, simulou uma paixão descabelada por uma funcionária do cartório por onde correu o dito processo e então, sob a ação das setadas agora de Cupido, a apaixonada funcionária confiou a seu amado o competente processo, que lhe deu o sumiço necessário, não se sabendo, mais nunca, do seu destino. O Juiz de Direito local determinou a restauração do processo mas contra isto levantou-se toda cidade de Goiana e os seus habitantes, dos mais representativos, dirigiram um Manifesto ao Juiz contra o seu ato que ecoou favoravelmente no ânimo do Juiz local e de todas autoridades judiciárias e administrativas do Estado.

Nesse Manifesto, junto por anexo, na sua integridade, por Paulo Cavalcanti, na sua cit. obr. págs. 353 a 357, 1a. edição, disseram os goianenses pelas vozes dos que o assinaram:

"Os abaixo assinados, nada podendo — no sentido de fazer cessar o excessivo rigor com que têm sido tratados pelas autoridades desta comarca os negociantes que foram injustamente, envolvidos no processo a que deram lugar diversas violências, que sofreram alguns portugueses residentes na cidade de Goiana, julgam do seu dever dar um público testemunho em favor daqueles seus concidadãos que por falsas aparências, e por efeito de intrigas vis, de mesquinhas calúnias, acham-se foragidos e sob o peso de infamante difamação de crimes que não cometeram, e que são incapazes de cometer. Sirva-lhes ao menos essa espontânea manifestação de lenitivo aos desgostos e sofrimentos por que estão passando sem que lhes tenham sido possível obter justiça, o que por certo alcançarão logo que as autoridades, sob cuja jurisdição se acham, convencidas das falsidades de apreciações precipitadas quiserem examinar os fatos com calma e imparcialidade. Estejam certos os Srs. Manuel Tavares Barreto, Cosme Damião da Silva, José Henrique César, José Domingues Antunes dos Reis, José Lopes de Lima, Trajano Medeiros de Albuquerque, Joaquim Carneiro de Mesquita Melo, José Antônio de Albuquerque, que apesar do infundado processo que lhes foi instaurado, e do roubo deste processo, fato praticado por inimigos seus para mais comprometê-los aos olhos das autoridades, não perderam coisa alguma no conceito dos abaixo assinados e do público em geral, que continuam a fazer justiça aos seus sentimentos e lhes conservam o apreço e estima a que têm direito por muitos honrosos títulos.

Goiana, 9 de outubro de 1875"

Vários signatários desse memorável Manifesto ainda os conhecemos, lamentando não ter conhecido meu avô materno, que se assinou Alferes Manuel Lourenço Nunes da Silva, porque já havia falecido. Entre os que alcançamos vivos e tínhamos por eles grande estima e extrema admiração, pela nobre e humaníssima atitude que tomaram em ir em ajuda dos nossos conterrâneos, vítimas de um Juiz corruto, faccioso, parcialíssimo, que pronunciou pessoas inocentes por crimes que não cometeram, não pelas farpadas dos escritores portugueses Eça de Queiroz e Ramalhão Ortigão com que levaram a ridículo D. Pedro II, por não haver cumprido a pragmática oficial dos Países que visitou, quando esteve na Europa, entre os fins de 1871 e princípios de 1872, mas, por motivos de ordem eleitoral. Entre os goianenses que conhecemos vivos e com vários dos quais convivemos por muitos anos, podemos anotar, Dr. Ludovico Correia de Oliveira, médico, Matias Pinto de Abreu, comerciante, José Lins da Silva, comerciante, Antônio Ildefonso de Albuquerque Melo, genro do Dr. Ludovico Correia de Oliveira, corretor e proprietário, Francelino Ferreira Crespo, farmacêutico, Cesário Tavares de Melo, agricultor, João Jacinto Caçador, comerciante, José Rodrigues Peixoto Júnior, relojoeiro e depois Diretor Secretário da Fábrica de Tecidos de Goiana, Capitão João da Costa Ribeiro Canto, já bastante velho, Joviniano Monte Sousa, tabelião público, Bento Bandeira de Albuquerque, comerciante, João Paulino da Cunha Barreto, comerciante, Quirino Francisco de Albuquerque, comerciante, Manuel Aurélio Tavares de Gouveia, comerciante e depois Diretor da Fábrica de Tecidos de Goiana, de que foi um dos fundadores, José Tavares da Cunha Gouveia, comerciante, Honório Bastos dos Santos, industrial, dono de uma Fábrica de Cigarros, Francisco Lins da Silva, comerciante, e mais alguns, para não nos alongarmos muito.

Este histórico Manifesto é a prova mais evidente que possuimos que as farpadas de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão não tiveram nenhuma influência na rebeldia dos caceteiros de Goiana contra os portugueses nela residentes, porque seus signatários, nem mesmo de modo indireto, fizeram referência a essa circunstância. A rebeldia brutal, nociva à vida econômica e social de Goiana, contra os portugueses liberais ali residentes, foi de interesse exclusivamente eleitoral, afastar os primeiros de Goiana e depois responsabilizar os liberais por esse procedimento desumano e bárbaro.



Retrato do advogado goianense Francisco Pedro de Araujo Filho — republicano — martinista, que, não suportando as perseguições inflingidas pela oligarquia rosista, emigrou com sua família para o Amazonas, onde na sua Capital — Manaus — tornou-se notável advogado e um dos maiores oradores da sua época, segundo afirmativa do eminente sociólogo pernambucano Gilberto Freyre.

O Juiz de Direito desistindo de restaurar o processo, que tinha por finalidade condenar inocentes pelos crimes cometidos pelos patriotas de Goiana, como apregoaram posteriormente, praticou um ato justíssimo, desprezando aquele acúmulo de má fé, de malícia, de maldade, que foi a sentença de pronúncia do Juiz Alfredo Ernesto Vaz de Oliveira, que, como qualificou Paulo Cavalcanti, foi um verdadeiro "tremedal de provas", o que vale dizer, um pântano, um lameiro, uma degradação moral, uma torpeza. Os nossos dignos conterrâneos deram uma lição severa ao Dr. Teixeira de Sá, o Juiz de Direito efetivo de Goiana que pretendeu restaurar um processo, que foi instruído com testemunhas falsas, até com testemunho do irmão do Barão de Goiana, interessado pela condenação dos acusados, como meio de intimidação, para que eles deixassem de concorrer às próximas eleições de deputados à Assembléia Provincial, no dia 28 de novembro de 1875. Restaurar uma patifaria dessa espécie era ser conivente com essas bandalheiras que devemos, ainda hoje, a juízes que não lêem os processos nem estudam as leis em que as partes firmaram seus pedidos, pouco se importando com o escorralho que nele se contém, deixando-se, por inépcia, por malandragem ou por má fé, enxovalhar com as imundícies neles contidas.

Feliz do cidadão que, pleiteando em juízo, esbarre-se com um juiz reto que só enxerga o direito das partes, nada ligando à sua posição social ou política!...